ÉRICO BRUNO VIANA CAMPOS

**FIGURAS DA REPRESENTAÇÃO NA EMERGÊNCIA
DA PRIMEIRA TÓPICA FREUDIANA**

*Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.*

**São Paulo
2004**

ÉRICO BRUNO VIANA CAMPOS

**FIGURAS DA REPRESENTAÇÃO NA EMERGÊNCIA
DA PRIMEIRA TÓPICA FREUDIANA**

*Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.*

Área de Concentração: Psicologia Experimental

Orientador: Prof. Dr. Nelson E. Coelho Junior

**São Paulo
2004**

**Ficha Catalográfica preparada pelo Serviço de Biblioteca
e Documentação do Instituto de Psicologia da USP**

Campos, E. B. V.

Figuras da representação na emergência da primeira tópica freudiana./Érico Bruno Viana Campos. – São Paulo: s.n., 2004. – 209p.

Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Departamento de Psicologia Experimental.

Orientador: Nelson Ernesto Coelho Júnior.

1. Psicanálise 2. Metapsicologia 3. Representação mental 4. Ansiedade 5. Freud, Sigmund, 1856-1939 I. Título.

FIGURAS DA REPRESENTAÇÃO NA EMERGÊNCIA DA PRIMEIRA TÓPICA FREUDIANA

ÉRICO BRUNO VIANA CAMPOS

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Ernesto Coelho Jr. (orientador)

Profª. Dra. Inês Rosa Bianca Loureiro

Profª. Dra. Ana Maria Loffredo

Dissertação defendida e aprovada em: __/__/__

Para Mirella.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo ideal acadêmico que inspiraram. À minha mãe, em especial, por todo o investimento em minha formação, da qual não pôde apreciar os frutos.

A minha esposa, Mirella, por todo amor, apoio e dedicação nos caminhos de nossa vida. Sem seu suporte, nada disso seria possível.

Ao professor doutor Nelson Ernesto Coelho Jr., a quem devo agradecer não apenas pela orientação segura e consistente no desenvolvimento deste trabalho, mas pela contribuição inestimável em minha formação em todos esses anos de trabalho conjunto.

Às professoras doutoras Ana Maria Loffredo e Inês Loureiro pelas sugestões apresentadas no exame de qualificação, que contribuíram sobremaneira para a configuração final dessa dissertação.

Aos colegas do grupo de orientação pelo espaço de interlocução que tanto contribuiu para esse trabalho, levantando sugestões e questionamentos que colocaram em movimento a elaboração das idéias. Foi um prazer partilhar com vocês esse exercício tão solitário que é a pesquisa acadêmica.

Aos demais amigos e colegas, das aulas, dos grupos de estudos e dos corredores pelo incentivo e companhia nesse percurso.

Às pessoas que constituem essa grande casa que é o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo pelo ambiente necessário à execução deste trabalho. Em especial, à equipe da Biblioteca pela orientação na normalização.

Ao CNPq pelo apoio no financiamento deste trabalho de pesquisa.

“A obra de Freud revela-se como um convite a uma interpretação interminável, ou pelo menos uma interpretação cuja finalidade não pode ser prevista e certamente ainda não foi atingida. O hipotético fundamento torna-se, ele mesmo, um objeto de ansiosa interrogação, daquela mesma espécie que aplicamos a um poema ou a um romance. Quando isso acontece, a distinção tranquilizadora entre textos científicos e humanistas se rompe, deixando o humanista mais uma vez apenas com a sua desamparada capacidade de leitor para guiá-lo.”

(Miller, 1995, p. 71)

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
Circunscrevendo o Campo	3
Organizando as Figuras	8
CAPÍTULO I	
ASPECTOS TERMINOLÓGICOS NA TEORIA DA REPRESENTAÇÃO	11
Introdução	11
Pulsão	12
Representação	19
Afeto	30
Angústia	36
Conclusão	41
CAPÍTULO II	
A REPRESENTAÇÃO SOB O PRISMA DA LINGUAGEM	43
Introdução	43
O Símbolo em Freud	44
As Hipóteses no Estudo sobre as Afasias	49
<i>Nível Neurológico</i>	50
<i>Nível Psicológico</i>	55
Duas Interpretações do Esquema Freudiano	61
Conclusão	69
CAPÍTULO III	
A REPRESENTAÇÃO, A DEFESA E O AFETO	73
Introdução	73
A Teoria da Defesa	75
O Mecanismo da Neurose de Angústia	81
Desdobramentos e Tensões na Teoria da Representação	89

Contextualização do Primeiro Tempo da Angústia	92
Conclusão	96
 CAPÍTULO IV	
A REPRESENTAÇÃO SOB O PONTO DE VISTA ECONÔMICO	99
Introdução	99
A Arquitetura Teórica do “Projeto”	102
<i>Princípios Básicos</i>	102
<i>Desamparo e Alteridade</i>	110
<i>Registros Prototípicos e Representações</i>	112
Um Contraponto: a “Carta 52”	121
A Defesa “a posteriori” e a Teoria da Sedução	124
Conclusão	129
 CAPÍTULO V	
A REPRESENTAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE DESEJOS	134
Introdução	134
A Emergência da Primeira Tópica	135
O Modelo Topográfico	141
<i>Registros Mnêmicos</i>	143
<i>Trabalho Onírico e Fantasia</i>	151
<i>Desdobramentos no Vetor da Representação</i>	158
A Dimensão Afetiva no Trabalho Onírico	160
<i>Limites no Vetor do Afeto</i>	161
<i>Sonhos de Angústia</i>	165
<i>Revisitando o Trabalho Onírico</i>	175
Conclusão	184
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
O Jogo das Figuras	190
Sobre Espirais, Pêndulos e Suplementos de Origem	196
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201

RESUMO

CAMPOS, Érico Bruno Viana. *Figuras da Representação na Emergência da Primeira Tópica Freudiana*. São Paulo, 2004. 209p. Dissertação (mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Esta dissertação objetiva analisar os conceitos de representação e afeto na teoria freudiana, tomando como recorte o intervalo entre o início da década de 1890 e a emergência da primeira tópica, em 1900. Trata-se de um trabalho de pesquisa histórico-conceitual da psicanálise, por meio de uma metodologia de análise e interpretação dos textos de Freud.

Os primeiros modelos de aparelho psíquico têm como eixo estrutural a função representacional da memória, entendida como uma rede associativa de traços mnêmicos investidos por energia endógena. Essa energia pulsional busca a descarga segundo o princípio da constância, tendo como destino a inervação somática ou o investimento nos representantes psíquicos. A hipótese energético-representacional é um dos primeiros operadores teóricos da metapsicologia freudiana, constituindo sua teoria da representação. O percurso inicial de construção dessa teoria da representação é abordado, definindo-se os conceitos de afeto e de representação ideativa, bem como as diversas modalidades dessa última.

O problema teórico trabalhado é a limitação na concepção de representação operada pela emergência da primeira tópica freudiana, que está centrada em um modelo de aparelho psíquico motivado pela realização dos desejos inconscientes. Defende-se que esse passo, tão necessário à constituição da Psicanálise como campo de saber autônomo, resultou em uma marginalização de teses importantes quanto à dimensão não-representacional do trauma. A hipótese é que o amortecimento dessa problemática constitui um primeiro ponto de ancoragem para os remanejamentos teóricos da virada dos anos vinte na metapsicologia.

Palavras-chave: Psicanálise. Metapsicologia. Representação Mental. Ansiedade. Freud, Sigmund, 1856-1939.

ABSTRACT

CAMPOS, Érico Bruno Viana. *Pictures of Presentation in Freud's First Topography Development*. São Paulo, 2004. 209p. Master Thesis. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

This master thesis aims to study the concepts of psychic presentation in Freudian theory, taking the interval from the 1890's to the development of the first topographic model, in 1900, as its field of research. It is a study on psychoanalysis about the history of its concepts, using a method based on analysis and interpretation of Freud's texts.

The early models of psychical apparatus have the presentational function of memory, understood as an associative net of mnemic-traces filled by inner energy, as a structural axis. This drive energy searches discharge according to the principle of constance, having the somatic or the psychical representative levels as a goal. This energetic-presentational hypothesis is one of the first theoretic devices of Freud's metapsychology, constituting its theory of presentation. The early steps towards this theory are presented, defining the concepts of affect and ideational representative, as well as the different types of the last one.

The theoretic problem treated is the limit of the concept of presentation that is brought by the definition of the first topographic model, which is moved by unconscious wish-fulfilment. It is stated that this step, so necessary to the organization of Psychoanalysis as a separate field of knowledge, set aside important ideas about the non-presentational dimension of trauma. The hypothesis is that this shift establishes a first point of fixation to the theoretic revision which takes place in metapsychology with the 1920's turnaround.

Key Words: Psychoanalysis. Metapsychology. Mental Representation. Anxiety. Freud, Sigmund, 1856-1939.

INTRODUÇÃO

A teoria da representação é fundamental para a metapsicologia freudiana. Sua importância se dá por ter constituído um operador teórico com grande potencial heurístico para o pensamento freudiano. A noção de representação psíquica, entretanto, não é exclusiva da psicanálise, mas sim oriunda da tradição filosófica ocidental. O mérito de Freud foi desenvolver concepções próprias acerca da representação e utilizá-las na elaboração dos conceitos próprios de sua teoria, como os de *pulsão*, *inconsciente* e *repressão*. É dessa forma que essa teoria pode ser entendida como fundamental: uma concepção psicológica básica que delineou balizas para a construção de modelos metapsicológicos do aparelho psíquico.

As concepções de representação e afeto são elementos muito precoces na teoria freudiana. Foco de um de seus primeiros trabalhos (Freud, 1891/1977), os conceitos de representação de objeto e de palavra logo alçaram o estatuto de *hipótese de trabalho* (Freud, 1894c/1996, p. 73) para a compreensão das psicopatologias. O psiquismo, assim entendido, constitui um sistema energético em que o investimento endógeno de traços mnêmicos gera representações ideativas e, sua descarga, afetos.

Essa hipótese, inicialmente aplicada à histeria (Freud e Breuer, 1893, 1895) e posteriormente expandida para as neuropsicoses de defesa (Freud, 1894c), articulava a noção de defesa como atividade psíquica responsável pelo desligamento energético e perda da associação representacional, gerando deslocamentos ideativos e afetivos, além de conversões somáticas. A introdução por Freud do conceito de defesa e sua articulação com uma concepção energético-representacional mostrou-se muito produtiva, possibilitando tamanho salto teórico a ponto de alguns comentadores afirmarem que se encontra aí o início da teoria psicanalítica (Mezan, 2001, p. 27-28).

Tem-se, assim, que a teoria da representação psíquica é um operador teórico inicial do pensamento freudiano, sendo posteriormente encampada em uma formulação teórica mais geral da dinâmica psíquica, a saber, a teoria pulsional¹.

¹ Por conta disso, muitas vezes utilizarei apenas energia ou quantidade no lugar de pulsão, uma vez que o conceito propriamente dito de pulsão só será definido após o período que proponho abordar.

Nesse sentido, a representação psíquica se tornará parte de um *circuito pulsional* que articula a excitação somática, pulsão, pressão, representação psíquica e a descarga (Hanns, 1999). Desse modo, as representações são definidas pela sua função de delegação da pulsão no psiquismo. São, assim, as contrapartidas psíquicas da excitação somática, isto é, são as expressões da pulsão no aparelho psíquico.

Essa expressão energético-quantitativa se dá de duas formas qualitativas distintas: *representação ideativa* e *afeto*. A primeira é de natureza imagético-conceitual, enquanto a segunda é entendida como uma descarga associada a uma sensação de prazer ou de desprazer. Dentre as representações ideativas, Freud distinguirá, pelo menos, duas modalidades: a *representação de objeto* e a *representação de palavra*. Dentre os afetos, o afeto de *angústia* se mostrará de especial relevância teórica, uma vez que constituirá a expressão da intensidade pulsional em sua forma mais desligada de representações ideativas.

Afeto e representação ideativa serão, portanto, as formas básicas pela qual a psicanálise descreverá os fenômenos psíquicos; elementos essenciais de organização topográfica e dinâmica do aparelho psíquico.

O objetivo dessa dissertação é traçar os desenvolvimentos da teoria da representação em Freud, procurando evidenciar não apenas sua centralidade para a metapsicologia, mas, também, os limites que essa concepção encontra ao longo do desenvolvimento do pensamento freudiano. Assim, trata-se de um estudo de caráter histórico-conceitual da metapsicologia freudiana, procurando delinear o potencial heurístico da teoria da representação ao longo de sua elaboração.

Nesse sentido, elege-se como recorte o período que vai do início dos anos 1890 até 1900. Alguns motivos levam à escolha desse intervalo. A teoria da representação é um dos primeiros operadores teóricos que Freud utiliza para a compreensão das neuroses, de tal forma que é nesse intervalo que a teoria da representação freudiana se constitui. Uma vez definida, essa teoria prestará um longo serviço na metapsicologia, sendo posteriormente encampada no esquema mais abrangente da teoria pulsional. Portanto, o período em questão é fundamental para a compreensão da teoria da representação. Além disso, se mostra importante por trazer as articulações conceituais que prenunciam a emergência da primeira tópica freudiana. Seu exame é útil para a compreensão da articulação da teoria da

representação com a constituição do aparelho psíquico no momento de emergência de seu modelo topográfico.

A idéia de abordar as origens do pensamento freudiano nem sempre é uma escolha fácil. Pode se revelar um recurso retórico e pretensioso, trazendo consigo a proposta de revelar o verdadeiro sentido da descoberta freudiana ou de suas proposições mais fundamentais. Apesar dessa ser uma abordagem possível, utilizada de forma interessante por alguns autores (Schneider, 1993, 1997; Laplanche e Pontalis, 1988), não é essa a proposta dessa dissertação.

Propõe-se que essa primeira década de teorização freudiana seja tratada como ponto de partida do movimento do pensamento freudiano. Assim, esse recorte será pensado na perspectiva do horizonte interno da obra freudiana; à luz dos desdobramentos da problemática da representação e de suas articulações mais gerais no seio da metapsicologia.

Circunscrevendo o Campo

Sabe-se que o desenvolvimento das idéias em Freud segue um percurso teórico tortuoso, em que noções aparentemente descartadas operam sub-repticiamente, para ressurgir mais adiante com importância renovada. Consiste de um sistema teórico em que concepções permanecem em paralelo, sem que uma síntese dialética possa apaziguar as tensões conflitivas. Trata-se, ainda, da tentativa de sistematização de um saber em que a própria concepção de razão é relativizada. Essa particularidade da metapsicologia freudiana faz com que a abordagem do problema teórico não possa ser efetivada apenas em um recorte temporal específico. É preciso contextualizar a problemática ao longo de toda a obra para que se possa, de fato, derivar sua inserção.

Depreende-se que o movimento do pensamento freudiano não é tão linear como as idéias de ruptura conceitual e contraposição de modelos teóricos parecem mostrar. Essa complexidade da teoria freudiana é atestada por muitos de seus comentadores. Monzani (1989) a compreende em um movimento pendular e espiral de complexificação, ressignificação e rearranjo conceitual em que dimensões

complementares são trabalhadas em longo prazo, sem, contudo chegar a uma síntese definitiva. Em uma perspectiva semelhante, Mezan (2001) trabalha a construção do arcabouço teórico freudiano como a tecitura de uma trama conceitual em vários níveis, em que se interpenetram as dimensões da teoria por meio de enfoques diferenciados, constituindo períodos mais ou menos delimitados que se sucedem em um grau crescente de complexidade.

Um terceiro comentador que procura definir o movimento próprio do pensamento freudiano é Laplanche. Menos sistemático em sua abordagem, procura traçar eixos de *problemáticas* ao longo da obra. Nesse sentido, sua concepção, apesar de tomar o movimento do pensamento como uma espiral, não toma esse movimento como um desenvolvimento, ou seja, como uma teoria cuja elaboração final é mais acabada e abrangente do que suas formulações iniciais. Sua leitura é orientada por certa concepção de sobredeterminação inconsciente do texto e da obra (Laplanche, 1988c), que produz movimentos não necessariamente lógico-sistematizantes.

Esse tipo de abordagem menos sistemática e mais problematizante encontra um ponto de articulação com algumas abordagens contemporâneas centradas na perspectiva da desconstrução. Sua aplicação hermenêutica revela uma abordagem que se alimenta do retórico e do contingente para evidenciar os limites das teses centrais, procurando o movimento *atético* do texto, evidenciando as ilusões dogmatizantes de uma identidade de sentido, em uma incessante transgressão. A desconstrução não intenciona qualquer transcendência, mas a própria heterogeneidade dos elementos do texto, implodindo-o para evidenciar seus próprios sentidos marginais. Nesse sentido, a concepção de uma progressiva elaboração está fora de questão. É no próprio seio do texto que se evidenciam suas teses e antíteses, ligadas pela lógica em que uma lança suplementos de origem à outra.²

É evidente que concepções como essas, sobre a compreensão geral de uma obra ou mesmo sobre sua impossibilidade de sistematização remetem diretamente ao tipo de leitura que será efetivada em uma pesquisa. Assim, mesmo um trabalho de cunho teórico-conceitual, como este, se reveste de uma dimensão epistemológica. É necessário, portanto se destituir de ilusões quanto à suposta imparcialidade e neutralidade de uma leitura, que sempre está remetida aos horizontes externos à obra (Gadamer, 1997). Ou seja, uma pesquisa de caráter histórico-conceitual está

vinculada a um contexto contemporâneo de produção de conhecimento. Dessa forma, a interpretação da teoria da representação na metapsicologia freudiana só pode ser feita de “nós a Freud” (Baranger, Baranger & Mom, 1987, p. 745).

Nada disso é contraproducente ou relativiza o trabalho que esta dissertação propõe, mas apenas ressalta que um trabalho de pesquisa teórica sobre a obra freudiana também é um exercício de interpretação dessa mesma obra. Dessa forma, é inevitável que toda pesquisa teórica se converta em um verdadeiro *caso metodológico* (Loureiro, 2002b): uma interpretação a partir de um percurso que o ressignifica e o comunicabiliza. Nesse sentido, torna-se uma decorrência secundária desta dissertação construir uma leitura própria do pensamento freudiano, apesar de que em uma escala reduzida.

Diante disso, pode-se circunscrever mais claramente a abordagem em jogo nesse trabalho. Trata-se de uma pesquisa *histórico-conceitual* sobre a *teoria da representação freudiana* no intervalo entre sua definição e a *emergência da primeira tópica*. Cabe precisar cada um dos três pontos destacados.

Quanto ao primeiro ponto, temos que a produção de conhecimento em psicanálise pressupõe sua operacionalização no âmbito de um *setting* transferencial, onde o inconsciente pode emergir. Dessa forma, a verdadeira pesquisa *em* psicanálise é aquela que emerge da clínica psicanalítica. Essa posição clássica é a defendida, em sua versão mais ortodoxa, por Freud nas suas propostas de ensino de psicanálise na universidade, em que esse deveria ser concebido com o intuito de divulgação das proposições psicanalíticas e de forma *dogmático-crítica* (Mezan, 1998). De qualquer forma, especificidade da pesquisa que emerge da clínica é o ponto essencial da teorização psicanalítica. Assim, tem-se um primeiro tipo de pesquisa psicanalítica, a qual pode ser propriamente denominada de *pesquisa em psicanálise* (Garcia-Roza, 1994) ou de *pesquisa clínica* (Mezan, 1994).

Além dessa vertente de investigação do psíquico por meio do método psicanalítico, encontram-se as *pesquisas sobre psicanálise* (Garcia-Roza, 1994). É nessa proposta que se inserem as pesquisas propriamente acadêmicas. Dizem respeito à investigação da história das idéias psicanalíticas, quer seja no plano exclusivamente *histórico-conceitual* – as articulações e desenvolvimentos conceituais de uma teoria

² Leituras desconstrutivas de Freud foram feitas por Miller (1995) e Figueiredo (1999).

psicanalítica – ou no plano mais *epistemológico* – a inserção de teorias psicanalíticas no contexto da produção de conhecimento em geral (Mezan, 1994)³.

No que diz respeito ao recorte e ao tema em questão, muitos trabalhos já foram escritos sobre esse período inicial de teorização freudiana, assim como outros com relação ao problema da representação na psicanálise. É preciso delimitar a especificidade da abordagem aqui proposta.

Em geral, essa primeira década do pensamento freudiano é tomada como uma fase exploratória e pioneira, em que algumas hipóteses importantes são enunciadas, mas alguns acidentes de percurso são notados. Assim são interpretadas as hipóteses neurológicas e a aposta na teoria da sedução, além de concepções de cunho hereditário, a sexualidade pubertária etc. Os estudos sobre o período normalmente tendem a demonstrar a evolução da teoria rumo à constituição da Psicanálise como um campo de saber específico. Quer seja no nível das rupturas epistemológicas (Birman, 1991), quer seja no nível das concepções etiológicas (Andersson, 2000), a proposta é a mesma: mostrar o percurso freudiano de médico à psicanalista.

A proposta da presente dissertação é diferente. Apesar de concordar com esse movimento de circunscrição do objeto da Psicanálise, toma essa década “malograda” em perspectiva com o movimento do pensamento freudiano. Nesse sentido, os anos 1890 não mostram apenas equívocos, mas uma série de indicações iniciais sobre problemáticas que só poderão ser elaboradas em momentos posteriores desse percurso. A riqueza de uma abordagem inicial do pensamento freudiano é esta: não para descobrir sua tese original, mas para traçar as origens de um movimento que revisita a si mesmo, em uma espécie de *desdobramento*. Nesse sentido, não nos interessa a tese principal, mas as franjas conceituais que são obscurecidas pela linha mestra do traçado rumo ao esboço da tópica.

Disso decorre que o problema da representação interessa apenas no âmbito restrito do horizonte interno da metapsicologia freudiana. Assim, examinaremos como a hipótese representacional dá subsídios teóricos para o desenvolvimento da

³ Mezan diferencia, ainda, a pesquisa de caráter *aplicado*, que diz respeito à articulação da compreensão psicanalítica com a cultura. Apesar de equiparáveis, há algumas distinções entre as concepções de Garcia-Roza e Mezan. Garcia-Roza é mais restritivo, considerando o lugar da pesquisa como o de uma pesquisa *em* psicanálise, enquanto a leitura sistemática se insere no âmbito da pesquisa epistemológica. Já Mezan é mais flexível, reconhecendo o lugar de uma pesquisa teórica de caráter histórico-conceitual como complemento à indagação do campo clínico. É nessa segunda vertente que se insere a presente dissertação.

metapsicologia. Muitos trabalhos versam sobre o problema que uma concepção representacional trouxe para a psicanálise. Uma das grandes referências dessa abordagem é, sem dúvida, o trabalho de Foucault, responsável pela afirmação de uma passagem, no século XIX, da episteme da *representação* para a da *história*, na qual Freud – ao lado de Marx e Nietzsche – teria tido um papel central⁴. Entretanto, se a psicanálise foi responsável por essa evidenciação do sentido em devir, sua metapsicologia permaneceu ancorada na teoria representacional da filosofia moderna.

Criou-se, desde então, um hiato entre a experiência psicanalítica e sua metapsicologia. Vários autores discorreram sobre essa problemática, quer seja no nível mais geral da discussão entre hermenêutica e metapsicologia (Phillips, 1991), quer seja no nível mais restrito da teoria da representação (Blum, 2002/2003; Rozenthal, 2000).

Apesar dessas referências serem importantes como um horizonte de discussão, esta dissertação não pretende abordar essa questão pelo viés epistemológico, ficando restrita ao aspecto *histórico-conceitual*. O que nos interessa é acompanhar como essa problemática emerge dentro do próprio referencial teórico da metapsicologia. Nesse sentido, iremos examinar a questão da representação em relação à pulsão. Dessa articulação surgirá uma problemática particular, central para o presente tema, que é aquilo que excede as capacidades representacionais do aparelho psíquico. Veremos que é nesse ponto de tensão que se insere a problemática do afeto.

A partir do exposto acima, chega-se a um delineamento bastante preciso sobre o estudo histórico-conceitual que constitui a presente dissertação: um exame da construção da teoria da representação até a constituição do modelo topográfico do aparelho psíquico, procurando problematizar as hipóteses que emergem nesse período, as quais não serão todas assimiladas na emergência da primeira tópica. Com isso, efetiva-se uma demarcação da problemática inicial da teoria da representação no movimento do pensamento freudiano.

⁴ Um comentário da posição de Foucault é encontrado em Birman (2001).

Organizando as Figuras

Uma vez circunscrito o objetivo, o recorte e a forma de abordagem do problema, é preciso delinear a organização do trabalho. Levando em consideração a característica exploratória do período dos anos 1890, no qual muitas hipóteses incipientes são lançadas sem serem devidamente trabalhadas, decidiu-se por uma certa organização temática ao longo dos textos do período em questão. Uma vez considerando que uma determinada problemática tenha diversos pontos de incidência, os quais nem sempre se organizam de forma linear, o recurso de abordar as diversas facetas do problema da representação nos anos 1890 se mostra interessante. Irei, portanto, seguir a sugestão de Laplanche acerca das espirais de exigência na obra freudiana, em que a problemática incide como um vetor, projetando uma mesma temática em diversos níveis de elaboração (1992, p. 13). Desse modo, pode-se abordar as diversas *figuras* que a problemática da representação vai circunscrevendo ao longo de sua elaboração nos anos 1890.

Dentro desse intervalo, cheguei à delimitação de cinco figuras da representação, delimitando perspectivas e níveis de abordagem diferenciados. Essas cinco figuras constituem os elementos norteadores de cada capítulo.

A primeira figura diz respeito a uma abordagem terminológica e conceitual inicial, na qual os problemas de tradução são trabalhados, bem como as posições implícitas a essas escolhas. Esse trabalho é importante não apenas para definir os termos que serão trabalhados, mas para uma discussão inicial sobre os conceitos. Com isso poderemos abordar alguns aspectos da teoria da representação que são normalmente tomados como dados, sem, entretanto, problematizar seus pressupostos.

Após essa discussão inicial, o problema da representação será abordado sob a perspectiva da linguagem, constituindo a segunda figura da representação na espiral de exigência. O propósito desse capítulo será acompanhar os primeiros passos da teoria da representação freudiana, trabalhando a monografia sobre as afasias (Freud, 1891/1977). Nele, teremos a oportunidade de examinar a relação entre as concepções freudianas de representação e de linguagem. Veremos que o problema da linguagem em Freud se coloca no nível de uma psicologia da linguagem, não de uma abordagem lingüística. Sabemos que a aproximação entre psicanálise e lingüística é hoje uma realidade a tal ponto de ser tomada como imediata. Nesse capítulo poderemos, ainda,

examinar os problemas dessa aproximação, marcando a vinculação direta da metapsicologia com as concepções representacionais da filosofia e da psicologia do século XIX. Dessa forma, discutirá a viabilidade dessa aproximação dentro de uma perspectiva que procura analisar a questão a partir do próprio quadro de referência da metapsicologia freudiana.

Uma nova perspectiva virá se somar à da linguagem a partir da constituição da teoria da defesa, entre os anos de 1893-1894. Esse desdobramento constituirá a terceira figura, que tratará da representação articulada à defesa. Essa articulação trará consigo a diferenciação entre uma dimensão afetiva e outra representacional nos processos psíquicos. Os diferentes destinos do afeto aparecerão como função do processo defensivo. Desses destinos, um se mostrará de interesse, uma vez que é o verdadeiro denominador comum das operações defensivas: a angústia. Veremos que uma abordagem aprofundada dessa figura no campo das neuroses atuais levará a uma concepção primária de angústia, na qual esta é fruto de uma impossibilidade de representação.

A figura da defesa e do afeto opera um desdobramento em direção ao ponto de vista econômico, elemento fundamental da teoria da representação, porém indevidamente tematizado até 1895. Nesse ano, o *Projeto de uma psicologia* (Freud, 1895b) tentará desenvolver esse aspecto em uma perspectiva audaciosa de compreensão dos processos psíquicos. O exame detalhado da concepção representacional imanente a esse texto fundamental será o mote da quarta figura da representação. Iremos ver que essa figura implicará uma concepção interessante acerca do estatuto da teoria representacional, a qual encontra-se intimamente ligada à teoria da sedução como hipótese etiológica das neuroses.

Ao final dessa quarta figura teremos condições de circunscrever uma problemática referente à teoria da representação, a qual, contudo, será marginalizada com a emergência da primeira tópica freudiana. No quinto capítulo, iremos examinar a última figura da representação, a qual diz respeito à organização do aparelho psíquico em um modelo topográfico, sob o império da realização do desejo inconsciente, tal como pautado pela via aberta pela *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1996). Procuro mostrar como a constituição desse modelo se dá em função de muitas das hipóteses trabalhadas nos anos 1890, mas que alguns desses aspectos

serão valorizados em detrimento de outros, o que levará a uma hipótese sobre o movimento do pensamento freudiano na passagem para a primeira tópica.

Esse é o planejamento temático da presente dissertação, o qual acabará por contemplar os textos mais relevantes do período em certo ordenamento cronológico. A idéia é poder trabalhar as hipóteses e conceitos desses textos, acompanhados pelas interpretações dos comentadores da metapsicologia freudiana. Assim, as interpretações desses autores serão discutidos ao longo dos capítulos, à medida que os problemas forem trabalhados no texto freudiano. Nesse sentido, tomarei como interlocutores diretos os trabalhos de Mezan, Monzani, Garcia-Roza e Laplanche. Esses autores foram escolhidos por sua abrangência, qualidade e profundidade na discussão da metapsicologia e pelo reconhecimento de seus trabalhos na produção de linhagens de interpretação do legado freudiano.

CAPÍTULO I

ASPECTOS TERMINOLÓGICOS NA TEORIA DA REPRESENTAÇÃO

Introdução

O estudo conceitual de um sistema teórico exige uma discussão sobre a definição de seus termos principais. A terminologia psicanalítica freudiana é complexa e polissêmica, devido aos diversos níveis de expressão da escrita e ao desenvolvimento de uma teoria que constantemente revisita a si mesma. Para que um mínimo de rigor seja alcançado nesse estudo conceitual sobre a teoria representacional freudiana, é necessário definir seus termos principais e as escolhas de tradução.

Uma tradução, por melhor que seja, sempre é imperfeita e envolve algumas escolhas sobre o que é ou não mais relevante preservar do sentido original. Em psicanálise essa é uma seara particularmente fértil, pois diversas linhas se posicionam frente aos aspectos ontológico, epistemológico, ético ou metodológico em suas concepções do que seja a psicanálise em relação a outras áreas de conhecimento. Esses posicionamentos se refletem no jargão psicanalítico, como uma forma de delimitação de um espaço lingüístico de saber compartilhado.

Os problemas conceituais e terminológicos da obra freudiana e as escolhas de tradução em jogo nos projetos editoriais inglês e francês são bastante conhecidos para que entremos em maiores detalhes.¹ Sofremos a influência de ambas as tradições: a inglesa, via *Standard Edition* e Edição *Standard* Brasileira, e a francesa, via as diversas traduções francesas e a influência do trabalho de Laplanche e Pontalis (1998). Isso contribui para que o debate sobre a denominação dos termos freudianos seja ainda mais presente e acirrado em nosso meio.

¹ Uma discussão interessante das motivações e restrições das traduções inglesa e francesa do texto freudiano pode ser encontrada Souza (1999).

Qualquer princípio de tradução tem vantagens e desvantagens, não se podendo dizer qual deles é mais correto. O importante é ter em mente tais vieses e, mais ainda, se dar conta de que o rigor terminológico é mais uma necessidade dos seguidores do que do autor. Fato que se dá não só por razões de entendimento de conceitos, mas também da delimitação de um campo específico de conhecimento. Não é minha intenção defender escolhas definitivas, mas apenas apresentar as restrições e diferenças lingüísticas de alguns termos em português em relação aos seus originais em alemão. Com isso não apenas se faz mais claro o significado de um termo, mas também se contribui para entender as articulações do conceito dentro da trama teórica em que se insere.

Pulsão

O princípio energético como mola propulsora do aparelho psíquico é uma das concepções fundamentais da psicanálise. Apesar de uma definição teórica relativamente bem circunscrita, que afirma *Trieb* como uma força de ancoragem somática cuja inscrição no psiquismo se dá através de seus representantes, a tradução desse termo é das mais polêmicas. Isso se dá não apenas pelas particularidades do termo em alemão, mas pelo fato de que as diferentes escolhas de tradução marcam posições distintas na concepção da relação entre o homem e a natureza, o que implica uma relativização dos posicionamentos ontológicos e éticos nas diversas linhas da psicanálise. A escolha de tradução de *Trieb*, portanto, reedita no plano do discurso uma divergência intrínseca ao movimento psicanalítico. Além disso, marca o posicionamento da psicanálise quanto à natureza humana em relação a outros campos de saber.

As escolhas se polarizam entre a opção inglesa, *instinct*, e a francesa, *pulsion*. *Instinto* está presente na Edição *Standard* Brasileira, acompanhando o texto original inglês. Por outro lado, posteriormente a influência francesa introduziu o neologismo *pulsão* no jargão psicanalítico nacional. A situação progrediu de tal forma que hoje o termo *pulsão* encontra-se consagrado, sendo *instinto* cada vez mais considerado uma tradução errônea; uma descaracterização do legado freudiano. Atualmente dissemina-se a distinção bem marcada entre os termos *pulsão* e *instinto*, sendo o primeiro

território do simbólico e corolário do especificamente humano, enquanto o último seria um padrão fixo de comportamento, objeto de estudo das ciências biológicas².

Pretendo demonstrar que, afinal, a distinção entre pulsão e instinto não é tão simples e se apóia em critérios relativos. Para tanto, recorrerei ao texto freudiano e aos seus comentadores, focando na própria origem do termo em alemão e em comparações do campo semântico deste em relação aos termos que o procuram traduzir.

Trieb é um vocábulo bem antigo na língua alemã, de origem propriamente germânica. Tanto o substantivo, *Trieb*, como o verbo do qual deriva, *treiben*, são coloquiais e de ampla significação lingüística. Os significados do substantivo são: impulso, ânsia, vontade intensa, instinto, força inata dirigida a certas finalidades, tendência, inclinação, propensão, propulsão, pressão, movimento e broto ou rebento. Para o verbo tem-se: impelir, mover, empurrar, enxotar, conduzir ou estimular, ocupar-se ou dedicar-se a algo, ter relações sexuais, brotar e germinar (Souza, 1999, p. 244-245; Hanns, 1996, p. 70). Os diversos significados de *Trieb* derivam do núcleo de sentido original do radical alemão: algo que instiga e propulsiona, uma força que coloca em movimento e não deixa parar. Tem o sentido de algo genérico e impessoal que brota *no* sujeito e não *a partir* dele. *Trieb*, portanto, é uma força maior e anterior ao sujeito, algo atemporal que o instiga como uma exterioridade.

Instinkt é uma palavra de origem latina, derivada de *instinctus*, que tem o sentido de “agulhão, picada, sentido vulgarmente transposto por analogia do físico ao moral” (Lalande, 1996, p. 572). A inclusão de *Instinkt* no léxico data da ampla incorporação de palavras latinas na formação da linguagem filosófica alemã no começo do século XVIII. Assim, *Instinkt* é uma palavra do vocábulo culto que seria equivalente a: (1) uma *Trieb* natural ou interior de homens e animais; (2) um impulso ou ímpeto inconsciente; (3) um sentimento seguro; (4) uma intuição (Souza, 1999, p. 249). Nesse sentido, *Instinkt* tem um significado muito próximo de *instinto*.

Tanto *Trieb* quanto *Instinkt* apresentam um núcleo de sentido comum que remete a instigar, aguilhoar e impulsionar. No entanto, *Trieb* possui outros sentidos que não são contemplados no campo semântico de *Instinkt*. A partir das definições dadas, percebe-se que *Trieb* contempla não só um “instinto” como também um

² Essa posição pode ser claramente verificada em algumas obras de referência de origem francesa (Roudinesco e Plon, 1998, p. 628; Laplanche e Pontalis, 1998, p. 394).

“querer” ou uma “vontade”, além de aparecer como um verdadeiro princípio impessoal e atemporal. *Trieb* é um termo duplamente indeterminado: por sua amplitude semântica e por sua natureza geracional:

“*Trieb* pouco descreve, apenas transporta para a nossa linguagem o aspecto mais inapreensível do ‘instinto’, sua força impelente. É um termo freqüentemente carregado de indeterminação, que remete a uma origem intangível, à força, à atemporalidade e a um arcaísmo.” (Hanns, 1996, p. 340)

Trieb é uma palavra carregada de conotações transcendentais, atuando como um princípio genérico de movimento. Nesse sentido, o termo se aplica a diversas dimensões de manifestação, formando um verdadeiro arco conceitual que abarca desde a natureza em geral até o indivíduo como um sujeito consciente, passando pelo nível das espécies e do organismo biológico. Essas diversas dimensões de *Trieb* implicam diferentes formas de manifestação – princípios da natureza, disposições constitucionais, estímulos fisiológicos e representações psíquicas ou vontades, respectivamente – as quais se relacionam a campos específicos de investigação: a metafísica, o funcionalismo biológico, a neurofisiologia e a psicologia (Hanns, 1996, p. 243). Assim, o termo em alemão apresenta, além de um campo semântico extenso, vários níveis de emprego, o que faz com que uma definição restrita a qualquer um dos registros acima se mostre insuficiente.

Apesar do emprego de *Instinkt* ter se dado principalmente a partir da linguagem filosófica e culta, *Trieb* também foi utilizado por pensadores de cultura germânica em seus sistemas conceituais, principalmente pelos autores românticos. O romantismo, como se sabe, foi um movimento de resgate da cultura germânica em função da desilusão com o ideário racionalista da Europa iluminista. Esse movimento implicou, entre outras coisas, a rejeição da tradição filosófica latina e a afirmação da cultura e língua germânicas. Nada mais natural, portanto, do que a celebração de *Trieb* no lugar de *Instinkt*. Essa opção ressaltou a afirmação de aspectos volitivos e energéticos em detrimento da razão. *Trieb*, entendida como vontade ou paixão, suplanta a racionalidade como fundamento ontológico.

O pensamento romântico encontra sua mais elaborada expressão nas filosofias de Schopenhauer e Nietzsche. Nesses dois pensadores, *Trieb* aparece como conceito fundamental. Aparecerá da mesma forma na medicina romântica alemã³.

³ Um aprofundamento sobre o uso de *Trieb* nos autores românticos é encontrado em Moura (1996). Sobre a filiação romântica de Freud, ver Loureiro (2002a).

Em todos eles, o termo comparece como princípio natural, fundamento do ser, com a diferença recaindo na consideração dessa natureza volitiva como conflitiva ou una. *Trieb*, portanto, é um termo que remete à tradição romântica alemã. Suplantar o contexto filosófico e científico do século XIX em que o conceito freudiano de *Trieb* se origina, substituindo-o por uma polarização entre o paradigma biológico e o das ciências humanas, é, no mínimo, uma falta de rigor histórico.

Os argumentos da escolha de *instinct* na *Standard Edition* são expostos por Strachey em seu prefácio geral (1996, p. 29-33). Contrariamente ao que se costuma afirmar, a escolha não se deu em função de uma ‘biologização da psicanálise’⁴, mas de um critério puramente lingüístico: a coloquialidade e amplitude do termo. Ou seja, ao escolher *instinct*, Strachey procurou um termo tão usual e que possibilitasse amplas associações como *Trieb*, apesar de algumas sutis diferenças. *Instinct* é um termo que não tem uma caracterização precisa, não se resumindo à dimensão biológica. Trata-se de uma opção mais lingüística do que propriamente conceitual.

Essa orientação fez Strachey descartar o termo *drive*, por ser um termo pouco comum na língua inglesa, e subvalorizar a diferenciação entre *Trieb* e *Instinkt* – o termo alemão de origem latina – que é de uso pouco freqüente em Freud. Essa complicação é sanada pela indicação em notas de rodapé do uso de *Instinkt*. O tradutor ressalta que esse segundo uso é utilizado “sempre, talvez, no sentido de instinto de animais” (Strachey, 1996, p. 32), acompanhado de uma nota de rodapé citando uma ocasião em que Freud emprega os termos como sinônimos.

Essa ocasião, na verdade, não é única. Há várias passagens de textos fundamentais que exemplificam a não diferenciação estrita entre *Instinkt* e *Trieb*:

“O conteúdo do *Ics*, pode ser comparado a uma população aborígene na mente. Se existem no ser humano formações mentais herdadas, algo análogo ao instinto [*instinkt*] dos animais, elas constituem o núcleo do *Ics*.” (Freud, 1915c/1996, p. 200)

“A existência de necessidades sexuais no homem e nos animais se expressa na biologia mediante a suposição de um instinto sexual [*Geschlechtstrieb*]” (Freud, 1905/1996, p. 128)⁵

Esses comentários são suficientes para afirmar que tanto do ponto de vista lingüístico como do terminológico não é clara a distinção entre *Instinkt* e *Trieb* em

⁴ O conceito biológico de *instinto* não é nada preciso. O termo não foi um conceito unívoco ao longo dos séculos XIX e XX, tendo sido objeto de inúmeras discussões. Sabe-se que, contemporaneamente, as ciências biológicas não o utilizam como conceito por se tratar de um termo pouco preciso, preferindo termos como *padrão fixo de comportamento* e similares.

Freud, tal como Strachey ressalta timidamente. Como sua escolha de tradução priorizou o aspecto coloquial do vocabulário e não uma demarcação conceitual, a decisão por *instinct* parece justificada.

A escolha por *pulsion* é defendida tanto no *Vocabulário da Psicanálise* (Laplanche e Pontalis, 1998), quanto na nova edição francesa das obras completas. O argumento é o mesmo: a *pulsion* é especificamente humana, distinta do instinto biológico. O projeto da edição francesa visa uma circunscrição precisa dos termos. Essa preocupação leva a uma escolha de tradução radicalmente oposta à de Strachey: em vez de um termo vago e coloquial, um termo preciso e de pouco uso na língua. O termo em francês é oriundo da física, com um significado próximo à *impulsão* em português. Tomada em comparação com o campo semântico do termo alemão, *pulsion* não compreende todo o arco de causalidade de *Trieb* e, muito menos, suas conotações metafísicas. Lingüisticamente, tanto *pulsion* como *instinct* (em francês) recaem na mesma insuficiência para traduzir a gama de significados de *Trieb*. A diferença entre os dois é que o primeiro não está tão carregado de associações de sentido quanto o segundo. Isso é uma vantagem para a proposta de francesa, mas não é um argumento absoluto.

A questão em jogo não é de fundo lingüístico, mas sim conceitual. Ela se baseia no argumento de que:

“Em Freud encontramos os dois termos em acepções nitidamente distintas. Quando Freud fala de *Instinkt*, qualifica um comportamento animal fixado por hereditariedade, característico da espécie, pré-formado no seu desenvolvimento e adaptado ao seu objeto.” (Laplanche e Pontalis, 1998, p. 394)

Observa-se uma simplificação da nota de Strachey, utilizando-a para demarcar um objeto humano-simbólico – a *pulsion* – e outro animal-biológico – o *instinct*, suplantando a indefinição que é encontrada na obra freudiana. Além do mais, há uma inclusão proposital de uma terminologia biológica mais contemporânea na caracterização do instinto – comportamento animal fixado por hereditariedade –, mesclada com aspectos ressaltados por Freud – a adaptação ao objeto.

A opção de traduzir *Trieb* por *pulsion* está assentada em uma falsa premissa, a saber, aquela de que há uma distinção conceitual precisa dos termos em Freud. A razão para essa escolha só pode ser explicada por um viés de interpretação; viés este

⁵ O termo em alemão foi obtido pelo cotejamento com Souza (1999).

que se deve a questões político-institucionais. O que está em jogo é a necessidade de rigor na teorização psicanalítica e de diferenciação desta em relação às ciências biológicas. A opção francesa só pode ser entendida a partir do contexto da psicanálise contemporânea, que se encontra em outro patamar em relação às suas origens. A psicanálise cada vez mais se constitui como ciência humana; como uma hermenêutica do sentido. Assim, são outros os modelos de ciência e a psicanálise precisa responder à demanda de se constituir enquanto um campo de saber diferenciado da biologia. Nesse contexto, a opção por *instinct* poria em risco a especificidade do discurso psicanalítico.

A posição francesa, portanto, visita Freud com os olhos da contemporaneidade e foi com esses mesmos olhos que interpretou a escolha de Strachey, o qual acabou sendo criticado por 'biologizar' a psicanálise. Ora, o que se pode observar ao longo dessa discussão é que as propostas inglesa e francesa de tradução partem de patamares diferentes de preocupação. A tradução inglesa fez a opção pela familiaridade lingüística, enquanto a francesa optou pelo rigor conceitual. Não cabe, portanto, contrapor uma tradição biologizante a uma tradição simbolizante, mas pensar em diferentes níveis que, apesar de imporem restrições um ao outro, não são mutuamente excludentes.

Os usos dicionarizados da palavra *instinto* podem ser classificados em três conjuntos: (1) Fator de comportamento ou força biológica comum a homens e animais de origem inata e finalidades precisas que não dependem do aprendizado e se manifestam automática ou 'inconscientemente'; (2) Tendência natural ou aptidão inata; (3) Intuição ou impulso espontâneo alheio a razão (Ferreira, 1999; Weizsflog, 1988). Desses três sentidos, apenas o primeiro é propriamente relativo ao campo da biologia, sendo os outros dois do uso coloquial da língua.

Esses significados são amparados, grosso modo, no vocabulário da filosofia. Segundo Lalande (1996, p. 572-573), o termo *instinto* tem dois significados filosóficos: (A) reação hereditária comum à espécie e adaptada a um fim do qual o ser não tem consciência, sendo diferente de uma inclinação por trazer consigo os meios para a execução do fim; (B) atividade adaptada a um fim que não depende da educação, experiência ou reflexão. Nesse segundo sentido, diz respeito mais a um dom ou faculdade espontânea que se desenvolve enquanto atividade mental; uma intuição. Portanto, os significados de *instinto* giram em torno de três aspectos: (1)

Força biológica inata e, mais especificamente, um padrão fixo de comportamento; (2) Tendência, inclinação ou aptidão natural; (3) Intuição (Hanns, 1996, p. 344-345; Souza, 1999, p. 250).

Já *pulsão*, diferentemente de *pulsion* em francês, é um neologismo. Comparece no léxico como termo médico derivado do inglês *pulsion* e como termo psicanalítico derivado do francês *pulsion* (Ferreira, 1999). *Pulsão*, portanto, é um termo ainda mais estranho ao léxico do que o correlato francês. Também não remete diretamente a impulsão, tal como o termo francês. Portanto, em português o termo carece justamente da idéia de ímpeto ou pressão, tão cara à noção de *Trieb*. *Impulso*, por sua vez, é um conceito restrito à física, desprovido do aspecto vital que se encontra em *instinto*. De qualquer forma, o melhor termo para traduzir *pulsion* seria *impulsão*, já que *pulsão* não existe em português.

Sendo *pulsão* um neologismo na língua portuguesa, não cabe comparar o seu campo semântico com o campo semântico de *Trieb*. Essa comparação deve ser feita apenas com *instinto*, que é igualmente um termo coloquial. Hanns (1996, p. 345-346) traz uma esquematização comparativa entre os diversos significados e conotações dos dois termos, que resume os aspectos discutidos até agora. Nota-se que a tradução de *Trieb* por *instinto* compromete os sentidos arcaicos, energéticos, imperativos e impessoais, além do amplo arco dimensional do termo em alemão. Esses aspectos são de suma importância para uma compreensão do conceito de *Trieb*, tal como desenvolvido por Freud. Além disso, a tradução por *instinto* acrescenta sentidos adicionais de natureza psíquica e biológica que descaracterizam a *pulsão* como força impessoal transversal, no sentido tanto de uma tendência psíquica como de um padrão biológico fixo.

O prejuízo é maior em função das perdas de significado do que das adições. Dentre os significados adicionais é sem dúvida sobre uma vinculação estreita com as concepções biológicas de instinto que recai o problema. Só que do ponto de vista estritamente lingüístico, *instinto* é um termo coloquial que possibilita uma ampla gama de associações, o que o faz um correlato natural para *Trieb*. Empregar *pulsão* é simplificar o problema, pois o termo é um neologismo, sendo o seu significado uma questão de conceituação teórica. Fazendo isso, contudo, perdem-se as associações lingüísticas naturais do idioma, que vitalizam os conceitos. Escolher *pulsão*,

portanto, é circunscrever artificialmente um conceito tirando-o do circuito da língua, instaurando um jargão.

A posição atualmente defendida instaura um corte entre o natural e o humano que é completamente alheio a *Trieb*. Tem-se assim, uma ‘humanização’ da psicanálise no lugar de uma ‘biologização’. É nesse sentido que a escolha por *instinto* encontra amparo: em primeiro lugar por ser uma opção pela amplitude lingüística e em segundo lugar por afirmar uma retomada do que há de animal no homem. Afinal, a noção do contínuo entre natureza e homem é um ponto central para o romantismo alemão, do qual Freud é herdeiro e, também, onde *Trieb* encontrou sua maior consagração (Souza, 1999, p. 252).

A discussão precedente esclarece que a distinção corrente entre *pulsão* e *instinto* não se sustenta de forma absoluta do ponto de vista lingüístico ou no nível da teoria desenvolvida por Freud. A questão da tradução de *Trieb* envolve, além da impossibilidade de encontrar uma palavra com um campo semântico próximo, um posicionamento no campo terminológico do legado e da especificidade da psicanálise. *Trieb*, como termo central da psicanálise, deve permanecer como um conceito limite: limite entre o corporal e o psíquico, entre o biológico e o simbólico. O legado freudiano deve sua riqueza à tensão dessa dualidade insolúvel. Se *instinto* peca pela proximidade com um dos pólos desse campo, *pulsão* tende a se aproximar do segundo. Esse é o aspecto fundamental da teoria psicanalítica, ao qual se sobrepõe a preocupação lingüística. A tradição já se consolidou no sentido de *pulsão*, que tem a força de um termo técnico. Talvez a melhor escolha seja aceitá-lo, mas a partir do que foi pontuado, ou seja, sem falsas polarizações.

Representação

Outra caracterização de termo freudiano polêmica é a que envolve *Vorstellung* e palavras relacionadas: *Repräsentant* ou *Repräsentanz*, *Darstellung* e *Vertretung*. A dificuldade se deve, inicialmente, a fatores de ordem lingüística, uma vez que um único termo em português traduz grande parte dos alemães. Essas sobreposições são potencializadas por questões envolvendo as concepções estabelecidas na tradição filosófica, além do uso conceitual desses termos por Freud,

no contexto de sua *teoria da representação psíquica*. Dessa forma, esclarecer a simples noção das representações como representantes psíquicos da pulsão se torna uma questão simultaneamente terminológica e conceitual.

Representação e *representante* possuem diversas acepções na língua portuguesa. *Representação* pode ser entendida como ato ou efeito de representar: exposição, exibição. Nesse sentido pode ser tanto uma reprodução daquilo que se pensa como o próprio ato de realizar uma cena, desenho ou imagem que reproduz ou simboliza um fato ou objeto. Esse aspecto, tomado em um contexto mais estrito, corresponde a uma encenação artística ou ao ato de interpretar um papel. A *representação* pode também ser entendida como um produto concreto, o conjunto dos *representantes*. Outros significados de *representação* são o de posição social elevada e, em um sentido mais político e jurídico, o de delegação ou substituição. Esse é o sentido mais comum para *representante*: aquele que representa outra pessoa ou instituição, que é seu delegado ou procurador. Há aí uma certa noção de correspondência ou relação entre o elemento e o conjunto, que pode também ser entendida como um elemento que traz em si o significado do conjunto. É nessa acepção que *representação* ou *representante* tem o significado de algo representativo de um todo. Ligado a esse último sentido, há a acepção mais emocional da palavra *representação*, que denota valer ou significar (Ferreira, 1999; Weizsflog, 1988).

Além desses significados coloquiais do termo *representação* há também um significado erudito, oriundo da tradição filosófica. Nesse caso, diz respeito ao conteúdo da consciência, apreendido pelos sentidos, memória, imaginação ou pensamento. Trata-se de um termo culto para denotar conteúdos mentais, sinônimo do termo mais comum e coloquial *idéia*.

Freud utiliza cinco termos que podem ser traduzidos por *representação*. Três deles têm sentido muito próximo – *Repräsentanz*, *Repräsentant* e *Vertretung* – enquanto os outros dois têm sentidos ligeiramente diferentes – *Vorstellung* e *Darstellung*.

Repräsentanz e *Repräsentant* são substantivos de origem latina utilizados no âmbito comercial, jurídico e político. Significam respectivamente *representação* e *representante*, no sentido de delegação ou procuração. Em um sentido mais erudito, oriundo da filosofia, significa também corresponder ou estar correlacionado a algo. *Vertretung*, por sua vez, é um substantivo de origem germânica e também significa

representação no sentido de substituição de outrem, sendo utilizado também no âmbito comercial jurídico e político (Hanns, 1996, p. 398). As três palavras são sinônimas, englobando o sentido de procuração, delegação, substituição ou correspondência que *representação* e *representante* têm em português. Freud emprega as três palavras de forma indiscriminada, dando preferência para os substantivos latinos.

Darstellung e *Vorstellung* são substantivos de construção muito próxima. O central em *Darstellung* é a noção de tornar algo apreensível num contexto intersubjetivo. Significa explicar, descrever, apresentar, expor, mostrar, exibir ou representar de uma forma facilmente visualizável. Tem o sentido de configurar um sentido para outrem. É um ato constitutivo e significativo por excelência. Não tem o sentido de reprodução de um conteúdo, mas o de ato intersubjetivo de significação. Nessa acepção o verbo *darstellen* significa, de forma mais estrita, interpretar ou representar dramaticamente. *Darstellung* apresenta uma dupla atividade: (1) dar forma ou constituir e (2) colocar em linguagem e dirigir-se a um outro externo. O termo alemão tem um aspecto mediacional muito próximo do encontrado na palavra *expressão*, a qual não apresenta tão claramente a conotação intencional de visar a outrem, na forma de uma explicação ou exposição.

Os sentidos do termo alemão estão mais ou menos contemplados no campo semântico de *representação*. O que se perde é essa ênfase na presentificação e na intersubjetividade, já que os aspectos de constituição, significação, exposição e interpretação dramática compõem seu significado. O problema está nos significados adicionais alheios ao campo semântico de *Darstellung*, em especial os sentidos de delegar/simbolizar e de reprodução mental.⁶

Vorstellung traz em si o sentido de colocar adiante, de onde provém o significado mais literal de *apresentação*: apresentar uma pessoa a alguém ou apresentar-se, incluindo também apresentar algo na forma de uma encenação ou exibição. O sentido mais abstrato denota “colocar mentalmente diante dos olhos” (Souza, 1999, p. 117-118), ou seja, trazer algo para a consciência de forma figurada, imaginar na sua acepção mais literal. Essa acepção de atividade mental englobará vários termos de uso corrente: concepção, conceito, idéia, imagem e pensamento.

Diferentemente de *Darstellung*, que é entendido como constituição figurativa e mediação intersubjetiva, *Vorstellung* tem como eixo central a noção de montar uma imagem a partir de elementos já disponíveis. Ou seja, não é a atividade expressiva-constitutiva, mas o movimento de trazer para a consciência algo que já é representável ou compreensível. É interessante também ressaltar o forte apelo imagético do termo: a situação é trazida na forma de uma imagem estruturada, uma *Gestalt* visual. *Vorstellung* expressa preferencialmente pensamentos imagéticos, ou conceitos abstratos e complexos colocados na forma de cena imaginária.⁷

A partir dessas colocações pode-se distinguir melhor *Vorstellung* de *Darstellung*. Enquanto este significa a constituição inicial da imagem no contexto de expressão intersubjetiva, aquele significa a evocação mental da idéia a partir de imagens já constituídas. *Representação* compreende os sentidos dos dois termos em alemão. Assim, traduzir *Vorstellung* por *representação* traz problemas não tanto pelos significados que se perdem, mas pelos que são acrescentados. A principal perda é a noção ampla de *Vorstellung*, que engloba idéia, concepção e imaginação, que tende a ser reduzido a uma concepção mais estrita e erudita de representação mental. Perde-se não só em amplitude semântica e associativa, mas, também, em naturalidade de uso do termo. Os principais significados acrescentados são aqueles que se inserem no campo semântico de *Darstellung* – interpretar, figurar, constituir – e de *Repräsentant/Repräsentanz/Vertretung* – corresponder, delegar, substituir. Ressalta-se que a noção de simbolização, presente no termo *representação* é alheia à concepção de *Vorstellung*. Dentre os termos aqui discutidos, o sentido mais próximo é encontrado no uso mais estrito de *Repräsentant/Repräsentanz* – corresponder, estar relacionado. Em suma, do ponto de vista estritamente lingüístico, a passagem do alemão para o português causa uma confusão entre aspectos semânticos distintos. Essa observação é de extrema importância porque essas diferentes concepções servirão de base para diferentes conceitos na teorização freudiana.

Há ainda um outro problema na passagem para o termo *representação*. É que ele denota uma linguagem culta e erudita, que se relaciona diretamente com acepções estritas do termo oriundas da filosofia. Com isso, pode-se inserir uma rigidez

⁶ Outros significados alheios são os de função social elevada e de valor emocional. Esses significados são secundários para a discussão em questão porque são exclusivos do termo em português e, além disso, não fazem parte dos usos teóricos de *representação*.

conceitual que originalmente não está presente na escrita freudiana ou mesmo um aporte que lhe é alheio. Em especial há a questão da representação como símbolo (ou signo), tão cara à psicologia moderna e a algumas correntes da psicanálise.⁸

Sob o ponto de vista da tradição filosófica, *representação* possui significações conceituais bem definidas. Pode-se enumerar cinco acepções distintas para *representação* (Lalande, 1996, p. 953-955; Souza, 1999, p. 128). Ela significa o ato de representar alguma coisa ou alguém no sentido concreto (sentido A). Pode, nesse sentido, ser entendida como uma pessoa que representa outra num sentido jurídico (sentido B), ou o conteúdo concreto de um ato de pensamento (sentido C). O sentido C, por sua vez, tem o significado particular de reprodução de uma percepção anterior (sentido C1). O sentido D compreende tanto o ato de representar ou faculdade de pensar uma matéria concreta organizando-a em categorias (sentido D1) quanto o de conjunto do que é representado (sentido D2). Portanto, *representação* traz implícitas duas idéias fundamentais e distintas: (1) uma presença atual e sensível e (2) uma substituição. Assim, a principal diferença se dá entre o sentido B e os demais.

A conceituação filosófica de *representação* envolve simultaneamente a reprodução mental e a delegação/substituição. Essas noções são expressas por palavras diferentes em alemão e a distinção se mantém no uso filosófico. Portanto, em alemão o sentido B de é dado por *Repräsentant* ou *Vertretung* e os demais por *Vorstellung*. *Darstellung*, por sua vez, não é empregado na acepção filosófica. O uso de *representação* no português anula a distinção entre *Vorstellung* e *Repräsentant*. Isso é particularmente problemático na teorização freudiana, que vai definir a *Vorstellung* como um *Repräsentant* da pulsão, ou seja, um *Vorstellungsrepräsentanz*. A idéia é particularmente clara: a representação, entendida como conteúdo mental, representa, no sentido de ser um delegado, a pulsão no psiquismo. O problema é que o termo traduzido pode se tornar confuso. A opção corrente no português, oriunda da terminologia de Laplanche e Pontalis (1998, 455-457), é *representante-representação*, um termo que causa estranheza.

⁷ O pensamento como atividade de raciocínio e análise é expresso em alemão por outros termos, como *denken* – pensar – e *Gedanke* – pensamento (Hanns, 1996, p. 387-388).

⁸ Não é propósito desse capítulo discutir essa questão, mas apenas indicar as discrepâncias conceituais de uma forma introdutória.

É preciso, também, levar em conta o uso freudiano de *Vorstellung*. É aqui que se encontra a grande dificuldade dos tradutores, já que além do amplo leque de sentidos da palavra, Freud a emprega em diferentes níveis. Segundo Hanns (1996), *Vorstellung* aparece em Freud: (1) como termo filosófico que remete a diferentes filósofos, em especial Kant e Schopenhauer; (2) como termo da linguagem médica e psiquiátrica; (3) como conceito psicanalítico; (4) como termo coloquial de entendimento comum e imediato. Essas diferentes dimensões de linguagem não são discerníveis, pois é característico da teorização freudiana transitar no “entre” das diferentes tradições de pensamento.

O problema da tradução de *Vorstellung* está na sua polissemia, já que pode indicar uma concepção, noção, idéia, representação, imaginação, fantasia ou até mesmo pensamento. A opção então deve se dar entre a tradução contextual – em função da fluência do texto – e a tradução pelo menor número de termos possíveis – em função do rigor terminológico.

Strachey optou por verter *Vorstellung* preferencialmente por *idea*. Apesar dessa preferência, o termo se encontra traduzido na *Standard Edition* também por *image*, *concept*, *conception*, *presentation* e, ainda, *expression* (Freud, 1915c, p. 178).⁹ Trata-se de uma escolha de tradução pelo contexto, elegendo palavras coloquiais no inglês. Apesar dessa opção pela fidelidade de estilo, há um déficit nessa tradução. O termo mais comum *idea* tem o sentido de conteúdo mental conceitual e não necessariamente imagético. Com isso se perdem as características sensoriais tão caras a *Vorstellung*. Há tradutores e psicanalistas que encontram evidências de um sentido mais próximo de *idéia*, com *representação* estando muito próximo da atividade de pensamento (Souza, 1999, p. 120-124). Estes autores tendem a apoiar a escolha inglesa.

Os franceses, por sua vez, optaram por um termo unívoco: *représentation*, que tem o mesmo sentido que *representação*. Laplanche e Pontalis (1998, p. 449) mencionam *idea* e *presentation* como equivalentes ingleses ao termo latino. A opção por *idéia*, contudo, não é mencionada na edição francesa das obras completas (Souza, 1999, p. 118). A escolha por *representação* tem a vantagem de manter uma continuidade terminológica ao longo do texto freudiano, mas essa mesma vantagem

oblitera as diferenças contextuais e traz ressonâncias estranhas ao conceito de *Vorstellung*. A dificuldade se dará particularmente na tradução e compreensão dos termos compostos e derivados.

O primeiro deles é *representante-representação*, como exposto anteriormente. No intuito de manter o rigor terminológico, traduz-se pela mesma palavra noções completamente distintas. Além disso, a opção por um termo composto hifenizado é estranha às línguas neolatinas. Esse recurso, bastante utilizado na edição francesa, procura reproduzir o modelo de formação de palavras do alemão por justaposição, onde as relações entre os termos componentes não são explícitas. Isso não ocorre nas línguas latinas, onde a relação é explicitada por conectivos ou por sufixação de um dos termos. Assim, traduzir *Vorstellungsrepräsentanz* por representante-representação é impor ao leitor uma estrutura lingüística estranha ao seu idioma nativo, o que dificulta ainda mais o entendimento de um termo composto formado pelos mesmos radicais. A solução de “latinizar” a formação do termo não parece satisfatória para os autores, já que *representante da representação* não traduziria propriamente a idéia freudiana (Laplanche e Pontalis, 1998, p. 457). Realmente o termo seria um contra-senso, já que em Freud a *representação* (*Vorstellung*) é um *representante* (*Repräsentant*) da pulsão no plano psíquico e não um representante da representação.

Isso, contudo, não esgota as possibilidades de tradução. Strachey optou por *ideational representative* – *representante ideacional* ou *ideativo* – seguindo a opção de idéia para traduzir *Vorstellung*. Nesse caso se mantém a diferença necessária dos sentidos para a compreensão da relação entre os termos e se faz uma ligação natural de adjetivação: o representante de algo, no caso a pulsão, que se dá na forma ou qualidade ideativa. Acredita-se que essa escolha resolva grande parte do problema. O curioso é que Laplanche e Pontalis desconsideram *idéia* sem, contudo criticá-la. De fato, há pelo menos duas indicações do contrário: quando afirmam que o termo representação “conota o elemento ideacional por oposição ao elemento afetivo” e que a tradução de representação-meta está de acordo com a escolha inglesa de *purposive idea* (Laplanche e Pontalis, 1998, p.456, 452).

⁹ O editor inglês não via muita dificuldade na tradução de *Vorstellung* por *idea* e demais correlatos. Apesar das observações acima, o termo não é comentado no prefácio geral da *Standard Edition*, diferentemente dos demais aqui discutidos: pulsão, afeto e angústia (Strachey, 1996, p. 29-33).

Segundo Souza, a insistência se mantém ainda na edição francesa das obras completas, com a complicação da introdução de um novo termo, *représentance*, para indicar a *representação* no sentido de delegação (1999, p. 130). Solução esta que só complica, pois introduz um neologismo que não resolve a ambigüidade. Defendo que a tradução mais adequada para o composto *Vorstellungsrepräsentanz* é *representação ideacional* ou *ideativa*. A recusa de Laplanche só pode ser entendida pela sua preocupação absoluta com a circunscrição terminológica.

Outros termos derivados polêmicos são *Sachvorstellung*, *Objektvorstellung* e *Wortvorstellung*, que são normalmente traduzidos por *representação de coisa*, *representação de objeto* e *representação de palavra*.¹⁰ Essas traduções acompanham os similares ingleses e franceses: *thing presentation* e *word presentation*, *représentation de chose* e *représentation de mot* (Laplanche e Pontalis, 1998, p. 450). A distinção entre *representação de objeto* e *representação de palavra* aparece pela primeira vez no estudo das afasias e é retomada no artigo metapsicológico sobre o inconsciente (Freud, 1891, 1915c). Há modificações na terminologia desses dois períodos. No texto das afasias os termos utilizados são *representação de palavra* (*Wortvorstellung*) e *representação de objeto* (*Objektvorstellung*). A partir dos artigos de metapsicologia, o que era a *representação de objeto* passa a ser denominada *representação de coisa* (*Sachvorstellung*), com o termo *representação de objeto* denominando a articulação da *representação de coisa* com a *representação de palavra*. A terminologia que prevalece no final concebe, portanto, uma *representação de objeto* (*Objektvorstellung*), formada pela articulação entre a *representação de palavra* (*Wortvorstellung*) e a *representação de coisa* (*Sachvorstellung* ou *Dingvorstellung*). Contudo, como esta dissertação trata apenas do período até 1900, portanto anterior à distinção definitiva entre *representação de coisa* e *representação de objeto*, irei utilizar os termos conforme a terminologia proposta em 1891.

As *representações ideativas* são complexos associativos de imagens, entendidas como inscrições mnêmicas. *Vorstellung* aparece como um conjunto de traços associados, reproduções sensoriais. Essa concepção leva a uma concepção empírica das representações, mesmo que seja um empirismo como o de Stuart Mill,

¹⁰ Há também o termo *Dingvorstellung*, empregado como sinônimo de *Sachvorstellung* em alguns textos freudianos (Laplanche e Pontalis, 1998, p. 450).

que não é um realista ingênuo. As escolhas de tradução dos termos espelham as concepções lingüísticas defendidas pelos intérpretes do legado freudiano. A definição terminológica está em estreita ligação com um problema central da teoria freudiana sobre a linguagem.¹¹

Garcia-Roza opta por traduzir os termos por *representação-palavra*, *representação-coisa* e *representação-objeto* (1998, p. 44-50). A idéia é que o aparelho de linguagem não apenas articula representações, mas que nessa articulação são criadas as significações. Dessa forma, a representação não seria *da* palavra ou *da* coisa, como em uma reprodução de uma entidade externa ao aparelho psíquico, mas sim uma representação que se configura na forma de palavra ou de coisa, sem vínculo com o objeto exterior. Essa opção aproxima *Vorstellung* da acepção de simbolização que, como foi visto, não está presente no termo original e aparece apenas marginalmente no uso freudiano. No limite, essa orientação tende a articular os conceitos de *representação de palavra* e *representação de coisa* à noção de signo lingüístico, tal como entendido por Saussure.¹²

A tendência de privilegiar os aspectos lingüísticos da representação em detrimento de sua ampla caracterização imagética não é, contudo, a regra. Há autores que trabalham com uma concepção menos estruturada da *representação de palavra* e da *representação de coisa*. Nesses casos argumenta-se em favor de algo como *noção de palavra* e *noção de coisa*, aproximando-as da concepção mais comum de idéia. Além disso, há casos em que os termos têm o sentido mais próximo de apresentação ou mesmo de palavra como um todo estruturado. O composto não seria, assim, algo forjado para remeter à “representação”, mas apenas para explicitar a palavra como *noção verbal* em contraposição a uma *noção mental*. A diferença, nesse caso, é mais do que uma defesa da coloquialidade dos termos, pois inclui, também, uma crítica à identificação dos conceitos freudianos com o modelo significante-significado de Saussure. O argumento tem uma sustentação terminológica, já que o próprio Saussure teria reservado o termo *Vorstellung* para o conceito, ou significado, e *Lautbild* para a imagem acústica, ou significante. Assim, a *Vorstellung* da palavra se ligaria ao significado e não ao significante (Souza, 1999, p. 126-127).

¹¹ O legado empirista de Freud e sua concepção de linguagem serão discutidos no próximo capítulo. Por enquanto, quero apenas de indicar como ela aparece do ponto de vista da terminologia.

Qualquer que seja a opção de tradução da dupla *Wortvorstellung* e *Sachvorstellung* é importante ter em mente que essa escolha traz consigo um recorte do campo semântico de representação que pode ser mais ou menos justificado. Defendo que a identificação da representação como significante lingüístico só pode ser inferida ou aproximada, já que o conceito freudiano não parte dessa abordagem do problema. Da mesma forma, apesar das ressalvas que se possa ter com relação ao realismo em Freud, não se pode abolir completamente o referente externo da teoria freudiana sobre a linguagem.

Por conta dessas ressalvas conceituais, opto pelos termos *representação de palavra* e *representação de objeto*, sendo que a *representação* será entendida em seu sentido mais amplo, em consonância com a polissemia de *Vorstellung*.

Percebe-se o grau de dificuldade na compreensão da terminologia freudiana para *representação*. Esquematicamente, tem-se que a *pulsão* (*Trieb*) se faz presente no psiquismo por intermédio do investimento de traços mnêmicos na forma de *representantes* (*Repräsentanz*), sendo um deles a *representação* (*Vorstellung*), ou, mais especificamente, o *representante ideativo* da *pulsão* (*Vorstellungsrepräsentanz*). Os *representantes ideativos*, por sua vez, são de dupla natureza, a *representação de palavra* (*Wortvorstellung*) e a *representação de coisa* (*Sachvorstellung*), que se articulam para formar a *representação de objeto* (*Objektvorstellung*).

Darstellung, por sua vez, é um termo que não oferece muito problema, porque, do ponto de vista dos conceitos freudianos, é bastante circunscrito. É utilizado no contexto específico do trabalho de elaboração onírica. A noção de figuração imagética intersubjetiva que procura expor em linguagem inteligível presente em *Darstellung* é o que está subjacente ao que é denominado *considerações de figurabilidade*, ou, simplesmente, *figurabilidade* (*Darstellbarkeit*).

Mesmo com todas as questões levantadas, parece que estaria clara a distinção fundamental entre *pulsão* como conceito-limite entre o somático e o psíquico e a *representação* como domínio estritamente psíquico. Essa distinção, contudo, não é absoluta em Freud. Há uma ambigüidade na formulação freudiana da teoria dos representantes psíquicos, de forma que a *pulsão* comparece como algo que necessita

¹² Essa concepção também aparece timidamente no *Vocabulário da Psicanálise*, em que a noção freudiana de representação é entendida como um signo sempre coordenado a outros, algo próximo da

de representação psíquica e, também, como ela própria um representante psíquico. Essa ambigüidade se encontra bem marcada, por exemplo, no trecho em que *Trieb* comparece como “um conceito situado na *fronteira entre o mental e o somático*, como o *representante psíquico* dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente” (Freud, 1915a/1996, p. 128, grifo nosso).

O editor inglês (Freud, 1915a/1996, p. 117-119) argumenta que as duas concepções aparecem presentes em textos posteriores a 1915, mas acredita que a primeira vigore na evolução do pensamento freudiano. Indica também que a contradição possa ser apenas aparente, tendo em vista a ambigüidade do próprio conceito de pulsão e a própria precariedade da teoria metapsicológica. Laplanche e Pontalis (1998, p. 454-455) comentam o mesmo problema, chegando à mesma conclusão que Strachey, apesar de criticá-lo. Freud concebe o somático e o psíquico por meio da relação entre o delegado e seu mandante: uma relação de *representação* e não de paralelismo ou causalidade. Assim, a modificação somática seria designada em um caso pelo termo *pulsão* e no outro por *excitação (Reiz)*, enquanto o *representante psíquico* seria designado *representante ideativo* num caso e *pulsão* no outro. A conclusão dos autores é que a primeira concepção seria mais rigorosa, mas a justificativa é que essa formulação não se limitaria a invocar uma relação global de expressão do somático no psíquico, mas marcar a importância de uma inscrição de representações na concepção metapsicológica de inconsciente. Essa seria a diferença que subsistiria entre as duas concepções. Isso é verdadeiro, mas só pode ser afirmado em retrospecto, de tal forma que o argumento de Strachey – a incipiência da teorização freudiana – continua sendo válido.

Há, contudo, uma certa simplificação do problema por parte de Laplanche e Pontalis. É que, por fim, eles acabam igualando a pulsão ao somático¹³ e a representação ao psíquico. Uma concepção rigorosa de representação psíquica deve considerar a pulsão como conceito-limite, articulando os termos na seguinte seqüência: excitação – pulsão – representação psíquica. Essa parece ser a solução mais adequada em uma visão geral da metapsicologia freudiana.

“noção lingüística de significante” (Laplanche e Pontalis, 1998, p. 449).

¹³ O texto é claro: “A solução segundo qual a pulsão, *considerada somática*, delega os seus representante psíquicos parece-nos ser a mais rigorosa (...)” (Laplanche e Pontalis, 1998, p. 455, grifo nosso).

A partir dessa ampla discussão do termo *representação* e derivados, conclui-se que a constelação conceitual de *Vorstellung* é de difícil tradução na teorização freudiana. Essa dificuldade decorre de três ordens de fatores: (1) lingüísticos, (2) conceituais e (3) teóricos. Do ponto de vista lingüístico, o termo é polissêmico e se confunde com outros termos que se inserem no campo semântico do correlato em português. Essa superposição é agravada pelo uso conceitual distinto que Freud faz dos termos germânicos e pela superposição de níveis de discurso: coloquial, filosófico, médico-psiquiátrico e psicanalítico. Algumas escolhas se assentam na interferência de conotações marginais que ganham força em algumas orientações teóricas contemporâneas da psicanálise. Finalmente, a tradução dos derivados entra como complicador, sendo que algumas alternativas são particularmente discutíveis.

A discussão desses diversos pontos forneceu um panorama da questão, possibilitando a delimitação de eixos conceituais e terminológicos que serão utilizados ao longo da dissertação. Assim, a questão é abordada a partir do eixo *excitação – pulsão – representação* e dos seguintes conceitos: *representação* (*Vorstellung*), *figuração* (*Darstellung*), *representante* (*Repräsentant*, *Repräsentanz* ou *Vertretung*), *representante ideativo* (*Vorstellungsrepräsentanz*), *representação de palavra* (*Worvorstellung*) e *representação de objeto* (*Objektvorstellung*).

Afeto

Se nos tópicos anteriores a questão da tradução é central, no tocante ao *afeto*, a dificuldade é mais propriamente de ordem conceitual. Freud utiliza quase que exclusivamente o termo *Affekt* para caracterizar o segundo representante psíquico da pulsão. Trata-se de uma palavra de origem latina incorporada ao vocabulário culto alemão, cujo radical e significado são os mesmos da palavra *afeto*. Não há, assim, um problema de tradução. *Affekt*, contudo, não é a única palavra que expressa estados subjetivos no alemão, da mesma forma como *afeto* em português possui vários sinônimos: *emoção*, *sentimento*, *paixão*, entre outros. Cabe precisar o significado desses termos, de forma a esclarecer a particularidade de sentido que se encontra no conceito psicanalítico.

O *afeto* é razoavelmente circunscrito como conceito psicanalítico. É definido

em termos descritivos – um estado psicológico composto de uma descarga motora e das sensações que a acompanham – e metapsicológicos – o representante afetivo da pulsão. As sensações que compõem o afeto, por sua vez, são caracterizadas principalmente por seu caráter de prazer ou desprazer (Freud, 1915b/1996, p. 158; 1915c/1996, p. 183-184). Por outro lado, apesar dessa definição de afeto ser recorrente na obra freudiana, ela não abrange toda a problemática metapsicológica. O problema está na caracterização representacional do afeto. Nota-se, principalmente na primeira década de teorização freudiana, uma oscilação quanto o uso do termo afeto e alguns termos correlatos. Assim, Freud utiliza, de forma explícita ou implícita, uma série de caracterizações sobre o afeto que nem sempre se superpõem.

Brito (1986) mapeia esses termos da seguinte forma: quota e quantidade de afeto, afeto-nuclear, afeto-descarga, afeto-pallium, afeto-percepção, estrutura afetiva, estado afetivo, afeto relacionado à experiência de dor. Não nos interessa entrar nos detalhes dessa classificação¹⁴, mas apenas retirar dela três grupos de caracterizações: (1) o afeto como experiência subjetiva no eixo prazer-desprazer (afeto-percepção, estado afetivo, experiência de dor); (2) o afeto como correlato de uma variação energética (quota e quantidade de afeto, afeto-nuclear, afeto-descarga, afeto-pallium); (3) o afeto remetido a uma inscrição representacional ideativa (estrutura afetiva). Dos três grupos, apenas o primeiro remete diretamente ao estado subjetivo do termo afeto, tal como normalmente descrito. O segundo grupo remete à dimensão econômica do afeto, na medida em que o afeto é sempre um processo de descarga, no contexto do princípio de prazer. É nesse segundo nível de caracterização, a metapsicológica, que o conceito é ambíguo.

O problema está no fato de que Freud não diferencia de forma marcada a experiência subjetiva do processo energético correlato, entre o que é a quota de afeto, entendida como a intensidade afetiva deslocável de um complexo representacional, da quantidade de afeto, entendida como a quantidade de energia que investe a experiência subjetiva. É bem verdade que a introdução do conceito de pulsão vem sanar essa indistinção entre o nível energético e o representacional, mas a ambigüidade, mesmo assim, permanece. Isso se dá porque a experiência afetiva, da forma como é tematizada por Freud, remete à disrupção da trama de representações ideativas. Nesse sentido, o afeto, apesar de ser um representante da pulsão, não o é da

mesma forma que um representante ideativo. Freud raramente afirma uma estrutura mnêmica cujo investimento levaria a uma experiência afetiva, porque a angústia aparece como aquela experiência da vida psíquica menos ligada a representações. Assim, parece que o lugar do afeto na teoria freudiana é necessariamente na tensão entre a pulsão e a possibilidade de representação.

Não cabe entrar nos detalhes da compreensão dessa afirmativa, até porque sua elucidação é um dos objetivos desta dissertação. Contudo, cabe marcar a tripla referência do afeto, bem como marcar algumas distinções terminológicas. Nesse sentido, Brito (1986, p. 15-16) propõe uma fórmula interessante para compreender a relação do afeto com a inscrição energética. A questão está em colocar o fator quantitativo em função da capacidade total de armazenamento da estrutura do sistema, que pode ser entendido em termo anatômicos ou representacionais. Assim, deve-se conceber a noção de intensidade como reflexo da capacidade de armazenamento quantitativo das estruturas. Tem-se, assim, como propõe Barros (1975, p. 51-52), a diferenciação entre um fator extensivo e um intensivo na concepção energética freudiana. Nesse sentido, o afeto ocuparia o lugar desse excesso quantitativo em relação a uma estrutura representacional, sendo assim, uma intensidade psíquica buscando descarga ou ligação. Dessa forma, talvez seja conceitualmente mais correto reservar os termos extensivos para a dimensão quantitativa pura (pulsional) e os termos intensivos para a dimensão psíquica (afetivo-representacional) na teoria da representação freudiana.¹⁵

De qualquer forma, nota-se que a afirmação de uma estrutura afetiva não pode ser feita sem ressalvas, já que o afeto é sempre sinal de modificação no regime energético das representações ideativas. Portanto, o afeto sempre excede à representação. É por essa característica que o conceito psicanalítico de afeto tem uma certa circunscrição no campo mais geral das emoções ou sentimentos, como veremos agora.

Afeto possui características semânticas distintas de outros estados subjetivos, em função de sua origem etmológica e dos usos na história das idéias. Origina-se do termo latim *adfectus* ou *affectus*, que por sua vez deriva do verbo *adficio*: colocar em uma certa disposição física ou moral. Foram utilizados ao longo da idade média

¹⁴ Ao longo da dissertação irei retomar alguns desses termos.

juntamente com *passion*, tradução para o termo grego *páthos* (Engelmann, 1978, p. 25-26). Na modernidade, Descartes elege a passividade o critério definidor da paixão: algo que sucede à alma pela ação do corpo. Consistia nas percepções em geral e, num sentido mais restrito, nas ‘paixões da alma’. Esse sentido mais restrito, denotando turbulência e descontrole, se consagrou. A partir daí, *afeto* passou a denominar estados menos violentos.

Lalande (1996, p. 32-33) traz quatro sentidos para as palavras *affectus* e *affectio*. Há o sentido genérico, que engloba o conjunto de estados e tendências afetivas, de tal forma que *afeto* ou *afeição*¹⁶ seriam uma descrição geral para qualquer estado subjetivo. De forma específica, o *afeto* é um movimento da sensibilidade – uma mudança de estado psíquico – proveniente de uma causa exterior à consciência. Além disso, é caracterizado pela polaridade prazer e desprazer, sendo assim de natureza psicológica e fisiológica menos complexa do que as emoções propriamente ditas. Finalmente, o *afeto* é de menor intensidade e maior regularidade do que a paixão, além de compreender uma certa reação do ser que o sente. Em resumo, propõe uma classificação dos sentimentos em um grau crescente de complexidade e temporalidade. As tendências afetivas seriam mais persistentes na consciência, enquanto os afetos seriam mais pontuais. Os afetos compreenderiam as emoções, mais complexas, e, especialmente os sentimentos de prazer e desprazer, mais simples. Já as tendências afetivas compreenderiam as inclinações e as paixões.

O termo alemão *Affekt*, por sua origem latina, compartilha os mesmos sentidos de *afeto*. Contudo não é a única palavra do vocabulário filosófico alemão para estados subjetivos. O termo *Affekt* se vulgarizou na filosofia alemã a partir de Kant. Antes disso imperavam dois termos germânicos para sentimento: *Gefühl* e *Empfindung*. Os filósofos empregavam o primeiro para indicar a reação subjetiva pessoal à impressão dos sentidos e o segundo a experiência propriamente sensorial (Engelmann, 1978, p. 28). Assim, os termos faziam a distinção entre a consciência mediata e a imediata, ou, como passou a se distinguir posteriormente, entre sensação e percepção. Além desses dois termos, havia também *Leidenschaft*, um neologismo surgido no século XVII para traduzir *passion*.

¹⁵ A compreensão da teoria da representação em relação ao regime energético será discutida ao longo da dissertação, especialmente no seu quarto capítulo.

¹⁶ Afeição tem um sentido coloquial bastante diverso do uso filosófico, que é o de empatia ou carinho, o qual não será aqui considerado.

Para Kant, haveria três faculdades da alma (Engelmann, 1978, p. 29-31). A primeira seria a faculdade passiva, caracterizada pela capacidade de ser afetado agradável ou desagradavelmente. O termo utilizado nesse caso é *Gefühl*, encontrando uma certa semelhança com a definição de *afeto* de Lalande. A segunda faculdade seria a dinâmica, mais próxima da noção de vontade. Aqui haveria tanto os *Affekte* quanto os *Leidenschaften*, sendo que os primeiros seriam mais rápidos e violentos enquanto os segundos seriam mais lentos e dominantes. A última faculdade seria a cognitiva, onde se encontrariam os *Empfindungen* como movimentos reflexivos da consciência. Nesse último caso, o termo não tem propriamente um sentido emocional, mas o de uma sensação consciente de natureza reflexiva ou representacional. Assim, as emoções em Kant compreenderiam três termos distintos: *Gefühl*, *Affekt* e *Leidenschaft*, em ordem crescente de complexidade. *Empfindung* seria uma faculdade cognitiva enquanto os outros termos seriam afetivo-volitivos.

Herbart também estava próximo da tradição kantiana ao conceber os *Affekte* como mais violentos que os *Gefühle* (Engelmann, 1978, p. 33). Conclui-se que, entre os autores alemães, no geral, *Affekt* compreende os sentidos propostos por Lalande. Caracteriza-se como intensa e pontual, um estado subjetivo efêmero que surge na consciência do sujeito. *Affekt*, portanto, compreenderia as emoções mais intensas e reativas.

Freud utiliza com mais frequência o termo *Affekt*. Ele menciona também *Gefühl* e *Empfindung*, mas não os distingue daquele.¹⁷ O que é curioso é que aqui Freud escolhe o termo latino em detrimento de termos germânicos consagrados e de uso coloquial. Isso é uma exceção no estilo freudiano, como pode ser notado em outros conceitos discutidos nesse capítulo.

Essa particularidade sugere a hipótese de que Freud esteja, com essa escolha, marcando uma especificidade do termo. Ou seja, ao preferir o termo *afeto* Freud estaria fazendo um recorte dentro do campo dos estados subjetivos. Como foi visto, os diferentes termos para designar emoções recortam alguns aspectos mais ou menos constantes em certos níveis: (1) complexidade da emoção; (2) constância da emoção; (3) intensidade da emoção. *Affekt* tende a denotar uma emoção reativa não muito

¹⁷ Os três termos, tal como utilizados por Freud, possuem significados diferentes quando utilizados na acepção estrita, mas haveria sobreposição de significados. Os significados estritos seriam: *affect* (afeto) para *Affekt*, *sensation* (sensação) para *Gefühl* e *feeling* ou *emotion* (sentimento ou emoção)

complexa, pontual e com uma certa intensidade. Além disso, é caracterizado pela polaridade prazer-desprazer.

A partir da caracterização do campo semântico do termo *Affekt*, pode-se compreender melhor o conceito freudiano. De fato, ao se estudar a conceituação metapsicológica do *afeto*, quer seja como angústia automática, quer seja como sinal de angústia, o que se sobressai é justamente a concepção de uma emoção reativa e intensa que se liga diretamente ao princípio de prazer. Além disso, dentro da teoria da representação freudiana o afeto surge como aquele elemento disruptivo na trama de representações. Percebe-se, assim, que a concepção metapsicológica do *afeto* vai de encontro com a caracterização do termo dentro do campo dos estados subjetivos. Essa constatação é importante porque revela que a conceituação freudiana da dimensão afetiva do psiquismo é restrita, mas não de forma ingênua. Freud elege uma certa dimensão da afetividade como objeto da teoria psicanalítica. Os estados mais complexos, as tendências e inclinações afetivas são secundários na compreensão metapsicológica. As razões para isso são muitas, desde a questão metodológica até o enfoque na patologia, mas não cabe discuti-las no momento. O fato é que a conceituação freudiana de *afeto* está em sintonia com o campo semântico do termo culto *Affekt*.

No início deste tópico afirmei que a tradução de *Affekt* não seria problemática. *Affekt* significa afeto, mas ao se traduzir o termo alemão pelo português deve-se levar em consideração que nesse caso o termo precisa ser entendido não nos seus sentidos coloquiais – como “emoções” em geral – mas sim na sua particularidade em relação a outros estados subjetivos. Nesse caso, o termo português envolve mais problemas do que os correlatos inglês e francês. *Afeto* é uma palavra coloquial em português, enquanto no inglês e no francês é uma palavra de pouco uso, sendo mais facilmente incorporada como termo técnico psicanalítico.

Angústia

Dentre os afetos, a *angústia* é o de maior evidência na psicanálise freudiana.

para *Empfindung*. Porém, o próprio Freud teria uma opinião flexível a respeito do emprego dessas palavras (Strachey, 1996, p. 29).

Esse interesse se deve não só pelas ressonâncias existenciais e românticas do termo, mas, principalmente, pela extensão de sua manifestação na clínica psicanalítica e sua importância teórica. A angústia constitui um conceito-chave para a psicanálise, na medida em que sua manifestação está intimamente articulada à repressão. A angústia assume um lugar de destaque na metapsicologia freudiana, quer seja como expressão direta da defesa, quer seja como fator mobilizante desta.

Angústia é uma das traduções possíveis para a palavra *Angst*, um termo coloquial da língua alemã. Essa escolha de tradução segue a orientação das edições francesas, que vertem *Angst* por *angoisse*, palavra que se aproxima de *angústia* em português. A outra possibilidade é traduzir o termo por *ansiedade*, seguindo a escolha da edição inglesa de traduzir *Angst* por *anxiety*. Como a Edição *Standard Brasileira* herdou as escolhas terminológicas da edição inglesa, o termo *ansiedade* se difundiu no meio acadêmico brasileiro. Essa escolha, contudo, é amplamente questionada. No caso particular da *Angst*, há o receio de aproximação de uma terminologia psiquiátrica em detrimento de uma acepção mais existencial do *páthos* humano. Essas críticas fazem com que atualmente se priorize o termo *angústia* ao invés de *ansiedade* para traduzir *Angst*. Essa escolha será mantida nesta dissertação, mas não sem antes analisar o que ela implica.

O idioma português, sendo uma língua latina, herdou a dupla de radicais *ang* e *anx*, presentes em palavras no latim como *angina* (dor espasmódica), *angor* (angústia, opressão), *anxius* (ansioso) e *anxietas* (ansiedade). O par *angústia* e *ansiedade* se mantêm no português. *Angústia* retoma a noção de aperto e estreiteza, que se expressa como um sufocamento ou aperto na garganta, enquanto *ansiedade* diz respeito a um estado de espírito inquieto e preocupado. Essa distinção se origina com Cícero, que definiu *angor* (angústia) como um ataque transitório, enquanto *anxietas* (ansiedade) diria respeito a uma predisposição permanente. Posteriormente, foi adotada pela psiquiatria, estando presente na terminologia psiquiátrica francesa na época de Freud. Essa definição, contudo, não era unívoca no latim. *Angor* (angústia), se aproximava de medo, temor e dor, assim como *anxietas* (ansiedade) se aproximava de tristeza (Rocha, 2000, p. 26).

Angústia e ansiedade herdam as conotações de sua origem latina e a superposição com outros estados subjetivos correlatos, como medo, pânico, tristeza e sofrimento. O léxico atual define a *angústia* como estreiteza, limite de espaço ou de

tempo; ansiedade ou aflição intensa; ânsia, agonia e a *ansiedade* como um sinônimo de ânsia e, seguindo a psiquiatria, como sensação de receio e de apreensão, sem causa evidente, e a que se agregam fenômenos somáticos como taquicardia, sudorese etc (Ferreira, 1999; Weiszflog, 1998). Ou seja, apesar das especificidades de estreiteza e intensa aflição no primeiro caso e de receio sem causa evidente no segundo, *ansiedade* e *angústia* são termos que caracterizam um anseio; uma aflição ou uma perturbação do espírito causada pela incerteza e pelo receio (Ferreira, 1999). É uma definição vaga, podendo comportar sinônimos como sofrimento, dor e medo.

Nas passagens em que Freud mais detidamente discorre sobre os significados lingüísticos de *Angst*, o faz contrapondo-a aos termos correlatos *Furcht* e *Schreck*. Há pelo menos três passagens em que essa oposição é retomada por Freud (Freud, 1920/1996, p. 23-24; 1926/1996, p. 190; 1917c/1996, p. 396-397). Em geral, afirma que esses três estados podem ser claramente distinguíveis, apesar da tendência de superposição de seus usos na linguagem coloquial. São os três estados afetivos relacionados a uma situação de perigo. *Angst* (ansiedade ou angústia) descreve um estado de expectativa ou preparação para o perigo, sendo este em geral desconhecido. *Furcht* (medo) descreve também um estado de preparação ou expectativa, mas no qual o objeto é claramente definido. *Schreck* (susto ou pânico) é um estado no qual não houve preparação para o perigo, de forma que o indivíduo é surpreendido por uma situação sem poder dar conta dela. A distinção parece ser a de um estado de preparação com objeto definido ou indefinido, por um lado, e um estado de surpresa, por outro.

Do ponto de vista lingüístico, ocorre que a distinção entre *Furcht* e *Angst* não é tão clara em alemão quanto no português. Em português a palavra medo inevitavelmente traz consigo a pergunta ‘medo de quê?’, enquanto angústia e/ou ansiedade, não precisam necessariamente de um objeto definido. Já do ponto de vista terminológico, observa-se que na obra de Freud a prerrogativa quanto à especificidade ou inespecificidade do objeto não é seguida com rigor. Uma passagem particularmente evidente é na discussão das fobias do pequeno Hans, em que os ‘medos’ em relação aos objetos (cavalo, borboleta, etc.) aparecem eventualmente como *Angst* (Souza, 1999, p. 192-193), ou, ainda:

“A ansiedade (*Angst*) tem uma inegável relação com a expectativa: é ansiedade por algo. Tem uma qualidade de indefinição e falta de objeto. Em linguagem precisa

empregamos a palavra ‘medo’ (*Furcht*) de preferência a ‘ansiedade’ (*Angst*) se tiver encontrado um objeto. (...) O verdadeiro perigo é um perigo que é conhecido, sendo a ansiedade realística a ansiedade por um perigo conhecido dessa espécie. A ansiedade neurótica é a ansiedade por um perigo desconhecido.” (Freud, 1926/1996, p. 160)

Nessa passagem percebem-se os mesmos critérios para a diferenciação de Angst e Furcht descritos anteriormente, ou seja, o medo tendo um objeto específico e a ansiedade/angústia sendo um estado indiscriminado. Contudo, se essa definição fosse tomada rigorosamente, somente a ansiedade neurótica deveria ser qualificada por Angst. A ansiedade realística, tendo um objeto conhecido, deveria ser qualificada como medo (Furcht). Ora, não é isso que faz Freud. Ele aqui ignora sua tentativa de diferenciação dos termos aparentemente sinônimos na língua alemã. Pode-se dizer que ele foi levado pela naturalidade da língua. Esse é apenas um dos exemplos de como Freud não seguia exatamente as diferenciações que fazia, pois sua preocupação terminológica não era tão grande quanto de seus futuros seguidores. Ele estava mais preocupado com fazer entender suas idéias principais e seus argumentos, sem definir termos estanques que pudessem se articular em uma constelação conceitual unívoca. A escrita freudiana tem como característica uma certa naturalidade coloquial, o que pode ser tanto uma virtude como um revés. De qualquer forma, os termos freudianos são, em geral, polissêmicos. Assim, o termo Angst não é unívoco na obra freudiana e seu uso se confunde com termos correlatos, principalmente com Furcht.

O problema de definição dos termos na psicanálise torna-se ainda mais complexo quando se leva em consideração o campo semântico das palavras Angst e Furcht em alemão. A princípio, Angst significa medo:

“Geralmente indica um sentimento de grande inquietude perante ameaça real ou imaginária de dano. Pode variar da gradação de ‘receio’ e ‘temor’ até ‘pânico’ ou ‘pavor’. Refere-se tanto a ameaças específicas como inespecíficas. (...) *Furcht* significa medo no sentido de receio, temor. Refere-se a objetos específicos.” (Hanns, 1996, p. 62)

A distinção freudiana não acompanha a distinção coloquial da língua, na qual *Angst* pode tanto se referir a ameaças específicas como inespecíficas. Isso explica porque tantas vezes Freud vai contra a sua própria distinção, como no exemplo anteriormente discutido. Já *Furcht* se refere apenas a ameaças específicas. A *Angst*, contudo, refere-se a uma reação mais intensa, que se externaliza claramente e provoca uma ação. Ela descreve claramente uma prontidão reativa ante o perigo, que abarca o pânico e o pavor imediato. *Angst*, portanto, é uma reação extremamente visceral, próxima ao que se entende por medo. Talvez a melhor imagem para descrever a sua intensidade seja um animal acuado frente a um perigo. Essas conotações não estão presentes em *Furcht*, que se liga frequentemente à preocupação e tem um caráter mais antecipatório. Assim, não se pode dizer que uma pessoa tem um ataque de *Furcht*.

Assim, a distinção entre a especificidade de *Furcht* e a inespecificidade de *Angst* não é sustentada pelos campos semânticos da língua alemã. O foco está na visceralidade e na prontidão reativa da *Angst* que pode chegar até o pavor

paralisante, o que a aproximaria do outro termo utilizado por Freud: *Shreck*. Contudo, é justamente esse modelo de reação ao perigo (interno ou externo) o central na concepção freudiana da *Angst*, e que poderia, assim, ser facilmente traduzido por *medo*. De fato, como salienta Hanns (1996, p. 66-67), medo abarca desde o sentido de receio até o de pavor e se refere a tanto um objeto específico como um estado inespecífico. Em geral, o medo se refere a uma reação diante de um perigo real ou imaginário mais imediato, o que se assemelha com o sentido do termo alemão *Angst*.

Medo, contudo, não foi a palavra escolhida para traduzir *Angst* em nenhuma das principais edições. A escolha de tradução para o português recai sobre duas opções: *angústia* e *ansiedade*. A distinção entre os dois não se dá na sua relação com a situação de perigo ou com a especificidade do objeto, mas com o fato de ser um estado agudo ou crônico. Outro aspecto a se ressaltar é que a *angústia* se refere mais a um estado voltado para o próprio sujeito no qual a causa pode ser bem diferente do que as do medo, enquanto a *ansiedade* tem uma conotação mais clara de expectativa com ou sem objeto específico, já que é só na linguagem médica que o termo é descrito como um receio sem objeto.

Em relação ao termo *Angst*, tem-se que *angústia* evoca mais imagens de aflição e agonia em detrimento do sentimento reativo de ‘pavor’, enquanto *ansiedade* evoca mais geralmente uma inquietação frente a uma ameaça que não é necessariamente imediata, como o medo. Ao se traduzir *Angst* por *angústia* ou *ansiedade* se perde o sentido de medo ou reação intensa e as conotações de ameaça imediata e de desencadeamento de processos externalizados e intensos de prontidão para a ação. A utilização do termo *angústia* introduz aspectos menos presentes como ‘sofrimento’ e ‘sufocamento’, os quais enfocam um processo interno mais longo e menos ligado a uma reação. Já a *ansiedade* introduz um foco na expectativa que *Angst* não possui, em especial expectativas que não se relacionam com o perigo.

De acordo com o contexto, *Angst* e *Furcht* podem corresponder a *ansiedade* e, com menor frequência, a *angústia*. Mas, em geral, esses termos não são bons correspondentes. Do ponto de vista lingüístico não haveria porque traduzir *Angst* por *ansiedade* ou *angústia* em detrimento a medo. Essa escolha, em grande parte, se apóia na tradição psiquiátrica da época, sendo este, inclusive, o principal motivo que levou Strachey a escolher o termo *anxiety* para traduzir *Angst*.

A acepção freudiana de *Angst* comporta, pelo menos, três níveis de emprego

do termo. Ele diz respeito a: (1) designação técnica de um quadro psiquiátrico - um estado patológico; (2) descrição fenomenológica de um estado mental - um tipo de sentimento; e (3) acepção psicanalítica de um afeto - um conceito metapsicológico. A necessidade terminológica da psicanálise inspirada no jargão psiquiátrico acabou por preterir a descrição fenomenológica mais fiel, ou seja, a palavra medo. O debate ficou, então, em torno do par *ansiedade* e *angústia*, que de forma alguma se ligam com a oposição *Furcht* e *Angst*.

É na polissemia do termo alemão *Angst* que se deve ancorar uma compreensão psicanalítica do afeto de *angústia*. Ou seja, qualquer que seja a escolha do termo em português, deve-se ter em mente que campo semântico ele traduz. Uma vez isso feito, pode-se dar um nome: medo, ansiedade, angústia, pavor etc. A escolha por *angústia* reflete não só o desejo de uma especificidade terminológica do discurso psicanalítico – medo seria muito descritivo e ansiedade soaria muito próximo ao discurso médico – como a indicação de uma filiação com o sofrimento humano em todas as suas conotações existenciais e românticas.

Conclusão

Espero ter estabelecido uma posição inicial com essa exposição sobre as questões conceituais e semânticas envolvendo os termos centrais da teoria freudiana da representação psíquica. Acredito que os pontos aqui levantados sejam úteis não só para mapear o campo de problemática, mas para demarcar e justificar alguns pontos que balizarão o trabalho de pesquisa. Objetivou-se o esclarecimento dos termos, a justificação de suas escolhas e a relativização de algumas falsas polarizações que se acumulam ao longo da tradição do discurso psicanalítico.

O primeiro ponto é a escolha de termos, o segundo o esclarecimento dos conceitos implícitos. Os termos básicos são: *pulsão*, *representação*, *afeto* e *angústia*. Já os derivados são: *representante ideativo*, *representação de palavra*, *representação de objeto* e *figuração*.

Defendi a relatividade da cisão entre a *pulsão* como especificamente humano, objeto da psicanálise, e o instinto como seara das ciências biológicas. Essa cisão é uma visão contemporânea que não acompanha o conceito freudiano. O ponto central

é o fato da pulsão ser um conceito que transcende as noções da biologia e do romantismo do século XIX, mas, que não é compreensível uma vez destacado de seu contexto de emergência. Outra ambigüidade envolvendo o conceito de pulsão é a discussão sobre relação entre os representantes psíquicos e a fonte somática, um eixo central para qualquer abordagem do assunto. Optei pela posição que articula em um eixo crescente o somático, a pulsão e o psíquico, pois é mais condizente com a teoria metapsicológica.

Quanto à *representação*, é importante ter clara a distinção entre as diferentes acepções de representação que se encontram aglutinadas no termo em português (delegação e conteúdo mental), bem como as diferentes ênfases nas dimensões de coloquialidade, imaginação e simbolização presentes na terminologia alemã e portuguesa para representação. Também é importante dissolver uma associação muito comum que se faz entre a representação de palavra e o significante, por um lado, e a representação de objeto e o significado, por outro, que nada mais é que uma interpretação lingüística da teoria freudiana da representação psíquica. Veremos, no próximo capítulo, que escolhas que tendem assimilar as concepções freudianas a teorias sobre a linguagem de extração lingüística precisam ser vistas com ressalvas. Por último, é importante ter em mente que a noção de representação como imagem mental ou conteúdo ideativo se distingue da noção de *figuração*.

No tocante ao *afeto*, é importante ter em conta que se trata de um tipo particular de emoção; emoção esta que circunscreve satisfatoriamente a conceituação metapsicológica do segundo tipo de representante psíquico. O termo afeto está relacionado a uma disrupção intensiva que vem de fora da consciência. Possui as características de estranheza e fugacidade, com uma conotação de perigo ao psiquismo. É essa noção de afeto como uma emoção disruptiva e efêmera que faz da *angústia* um verdadeiro paradigma afetivo para a metapsicologia freudiana. Nesse sentido, é importante ter em conta as falsas polaridades presentes na distinção entre angústia e ansiedade – especificidade ou inespecificidade, agudez ou cronicidade, relação com o futuro ou com o passado –, resgatando as noções cruciais de medo e desespero.

Esses são os aspectos centrais para a discussão inicial dos conceitos e termos envolvidos na teoria da representação freudiana. Outras opções foram feitas, em geral obedecendo ao jargão contemporâneo da psicanálise, tal como apresentado por

Laplanche e Pontalis (1998) ou pela Edição *Standard* Brasileira. É o caso de *senal de angústia*, *angústia realística*, *investimento* etc. A única exceção é a opção de utilizar, segundo a sugestão de Mezan (2001, p. XVII), *repressão* para o mecanismo de defesa que opera sobre o representante ideativo, deixando *supressão* para o aspecto de inibição do estado afetivo.

CAPÍTULO II

A REPRESENTAÇÃO SOB O PRISMA DA LINGUAGEM

Introdução

O tema da representação psíquica está intimamente ligado a dois campos clássicos de investigação: o pensamento e a linguagem. A história das idéias já discorreu longamente sobre o assunto, fazendo desses dois campos aspectos ora complementares, ora equivalentes. Quer seja no âmbito da filosofia da linguagem¹, quer seja no âmbito das ciências da linguagem – no qual a lingüística tem um papel de destaque – a questão foi abordada sob diversos prismas.

O propósito deste capítulo é abordar essa questão, porém pelo recorte da metapsicologia freudiana e de sua teoria da representação. Sem pretender ser exaustivo, procura discutir alguns aspectos gerais da articulação entre uma teoria da representação derivada, entre outras referências, da psicologia associacionista e uma abordagem sobre a linguagem. A questão central, portanto, é discutir a representação e a concepção de símbolo freudianas. Secundariamente, problematiza a leitura desses conceitos sob uma perspectiva das ciências da linguagem. Sabe-se que, contemporaneamente, após a interpretação lacaniana e a virada lingüística na filosofia², essa aproximação é tomada como natural.

¹ Utilizo o termo *filosofia da linguagem* na acepção mais geral e indeterminada preconizada por Aurox (1998, p. 13-19), que engloba: (1) as concepções concernentes à linguagem presentes nas obras de filósofos, bem como aquelas anteriores ao aparecimento das tradições lingüísticas positivas e autônomas; (2) as concepções derivadas dos desenvolvimentos dos sistemas lógicos considerados como sistemas lingüísticos artificiais e abstratos, que cunhou a tradição conhecida como filosofia analítica da linguagem, bem como sua dissidência imediata e contraposta que trata da filosofia da linguagem ordinária; (3) as tendências que procuram assimilar a totalidade do campo da linguagem a uma lingüística geral, bem como abordar em nível filosófico as problemáticas que emergem no campo das ciências da linguagem.

² A concepção de um *linguistic turn* remete às investigações sobre a linguagem ordinária na filosofia, a partir dos trabalhos do segundo Wittgenstein e das abordagens pragmáticas de Pierce e Austin, entre outros. Seus desdobramentos originaram o neopragmatismo de Rorty, um dos autores responsáveis pela disseminação da idéia da reviravolta lingüística. Maiores detalhes sobre a reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea são encontrados em Oliveira (1996).

Apesar da noção de representação psíquica carregar consigo uma concepção sobre a linguagem e sua relação com o pensamento, essa não precisa, necessariamente, ser de caráter lingüístico. É preciso, portanto, explicitar as concepções sobre a linguagem intrínsecas à teoria freudiana, ou seja, dela inferir uma filosofia da linguagem. Esse aspecto, contudo, não se encontra explicitado na obra de Freud, sendo um problema que percorre toda a metapsicologia, não sendo devidamente equacionado. As razões disso são muitas, dentre elas a de que a preocupação freudiana não era propriamente teorizar sobre a linguagem, mas usar suas concepções para pensar o efeito do inconsciente na dinâmica psíquica, dentro da especificidade epistêmica da psicanálise.

Dentre os textos freudianos dos anos 1890 – os quais compõem o domínio cronológico desta dissertação –, a monografia sobre as afasias (Freud, 1891/1977) é de particular interesse, no sentido em que é um texto seminal sobre a teoria da representação. Nele aparecem, pela primeira vez, os conceitos de representação de objeto³ e de palavra, que formam a base da concepção freudiana da memória, e, posteriormente, serão integrados a uma teoria geral das pulsões. Além disso, nesse primeiro momento, esses conceitos ainda estão destituídos de uma concepção energética subjacente, sendo mais facilmente comparáveis ao campo da filosofia empirista e do associacionismo. Por último, o texto está voltado para os distúrbios da linguagem e não para o problema das neuroses. Esses aspectos possibilitam uma compreensão da ancoragem da teoria da representação psíquica em Freud, bem como a filosofia da linguagem intrínseca a ela.

O símbolo em Freud

A abordagem metapsicológica da representação está intimamente atrelada à idéia de *símbolo*. Nesse sentido há, já de partida, um problema, que é o de delimitar o conceito de símbolo em termos lingüísticos, distinguindo-o do signo e de outras

³ Posteriormente definido como representação de coisa (Cf. capítulo 1).

caracterizações lingüísticas e semióticas⁴. Tomarei em consideração, contudo, apenas a idéia de *símbolo*, que é o único termo aludido por Freud.

Constata-se facilmente o quanto esse termo é polissêmico e confuso. O *Vocabulário da Psicanálise* (Laplanche e Pontalis, 1998, p. 480-486) traz nada menos do que três caracterizações: (1) o *simbólico*, remetido ao conjunto de símbolos de significação constante que podem ser encontrados em diversas produções do inconsciente; (2) o *simbolismo*, no seu sentido geral de modo de representação indireta e figurada de uma idéia, conflito ou desejo inconscientes ou, ainda, no sentido específico de modo de representação que caracteriza pela constância na relação entre o símbolo e o simbolizado inconsciente, dentre os quais se destaca o simbolismo onírico; (3) o *símbolo mnêmico* ou *mnésico*, como forma de qualificação do sintoma histérico, na medida em que simboliza um traço de memória que se encontra isolado da consciência.

Em todas essas definições, a idéia de símbolo está muito distante das acepções contemporâneas presentes nas ciências da linguagem⁵ ou mesmo da concepção de funcionamento simbólico do psiquismo, tal como compreendida pela psicologia.

Arrivé (1994, p. 31-57) efetua uma distinção semelhante sobre as concepções de símbolo em Freud: (1) *símbolo mnêmico*, (2) *símbolo onírico* e (3) *símbolo como termo do processo de simbolização*. O primeiro termo refere-se à inscrição corporal de um conflito que é símbolo de um traço mnêmico reprimido. Essa concepção de símbolo confunde-se com a noção de sintoma histérico, sendo resultado de uma simbolização inconsciente. Aproxima-se, assim, do terceiro termo, entendido de forma mais ampla como todo processo que une um conteúdo manifesto a um latente, sendo, contudo, mais evidente na formação de sintomas fóbicos. Nesse caso, em particular, não se trata de uma inscrição corporal, mas de um afeto, ou melhor, da

⁴ Em lingüística e semiótica, o conceito geral de *signo* engloba uma série de termos mais específicos, em que o símbolo é caracterizado pelo caráter motivado, enquanto a arbitrariedade é prerrogativa do signo lingüístico. Entretanto, o próprio conceito de signo não é unívoco, de tal forma que, em sua acepção mais geral, denota apenas algo que está no lugar de alguma coisa e que vale por ela.

⁵ Na perspectiva inaugural de Saussure, o essencial do conceito de signo é pensar sua significação não na ligação intrínseca entre a palavra e a idéia, mas na relação diacrítica dos signos na estrutura da linguagem, ou seja, o valor de um signo se dá na posição que este ocupa em relação ao demais signos de uma língua (Auroux, 1998, p. 131). Assim, a coisa em si, ou o referente, está completamente ausente da abordagem lingüística. Isso se dá por uma questão de delimitação do objeto, ou seja, a coisa em si não é objeto da lingüística, mas sim a estrutura lingüística. Dessa forma, a lingüística estrutural irá definir o signo como uma ligação arbitrária entre o conceito e a imagem acústica ou, como ficou consagrado, entre o significado e o significante.

expressão afetiva por conta de moções pulsionais reprimidas de caráter sobredeterminado. Tanto o primeiro quanto o terceiro termos, portanto, remetem a idéia de um deslocamento de significação consciente por conta de uma operação defensiva. Esse significado, uma vez deslocado, teria um correspondente simbólico – de natureza representacional, afetiva ou mesmo somática, no caso do sintoma histérico. O segundo termo, por sua vez, diz respeito apenas aos elementos simbólicos “universais” do sonho – não obstante sua polissemia e as ressalvas de Freud contra o seu emprego desvinculado do conteúdo latente propriamente individual. Esse segundo caso isola-se dos outros dois por conta de um caráter restrito da motivação inconsciente, uma vez que o deslocamento da significação encontra-se apoiado em um sistema de símbolos universais.

Não convém entrar nas relações desenvolvidas por Arrivé entre esses termos e os diversos quadros psicopatológicos, mas marcar o que é central nessas diversas concepções de símbolo. Para a psicanálise, importa saber a gênese individual dos símbolos, os quais são entendidos como formações substitutivas motivadas por conflitos inconscientes. Evidentemente a concepção de simbolismo onírico traz algumas ressalvas, mas ela não se confunde com o símbolo descrito nas ciências da linguagem, já que se trata de uma concepção sobre o caráter universal de certas metáforas utilizadas no processo inconsciente de simbolização.

Dentre os três tipos de simbolismo considerados, o símbolo mnêmico é aquele que comparece em maior destaque nos primeiros anos de teorização freudiana. A descrição mais esclarecedora de seu processo encontra-se na secção psicopatológica do *Projeto de uma Psicologia*, a respeito da formação do sintoma de Emma (Freud, 1895b/1995). A lembrança de Emma da risada do homem na loja, a qual lhe trouxe, de forma absurda, o afeto de angústia e o choro, na verdade era um símbolo de uma situação anterior. O outro episódio fora a sedução por parte de um adulto, também em uma loja, porém em sua infância. Esse evento inicial consistiu, portanto, de uma situação A (loja) mais B (sedução). A sedução foi resignificada *a posteriori*, mobilizando o processo defensivo, que reprime B, mas transpõe sua intensidade afetiva para A, que permanece como símbolo de B. Assim, por uma associação de contigüidade, o evento B tem sua energia deslocada para o evento A e se torna inconsciente. O elemento manifesto do processo de simbolização motivado pela defesa é o que Freud denominará de símbolo mnêmico da histeria.

Freud o compara, ainda, ao processo de simbolização considerado normal. Descreve uma simbolização de motivação individual, no caso, o cavaleiro que se bate pela luva de uma dama. A distinção recai no caráter consciente do processo de simbolização, ou seja, o cavaleiro tem consciência do significado da luva, enquanto a histórica o desconhece completamente. O símbolo mnêmico atua como um substituto que encobre completamente a representação original, deslocando o seu afeto. Assim, o processo defensivo é sinônimo de uma formação simbólica patológica, na qual há o deslocamento de quantidade entre representações associadas, fazendo com que a segunda atue como tela encobridora da primeira, que se torna inconsciente.

É interessante notar que o deslocamento de significação e de quantidade psíquica está no fundamento de ambos os processos de simbolização, tanto o normal quanto o patológico. O símbolo, em ambos os casos, possui uma significação motivada por uma dinâmica afetiva de caráter individual – apesar do indivíduo poder utilizar o repertório da cultura na formação de seus símbolos. Esse enfoque, por si só, já traz dificuldades para uma abordagem estritamente lingüística do problema. O traz não apenas porque trata de símbolos motivados e individuais, mas, também, porque o deslocamento é pensado em termos energéticos e, em última instância, afetivos – já que é o afeto e, mais especificamente, a angústia, que aparece como denominador comum da operação.⁶ Cabe atentar para o fato da simbolização patológica descrita pressupor um momento anterior de “representação”. Ou seja, a simbolização de um conteúdo é sempre secundária a um processo anterior que consiste em ligar ou reter a pura quantidade – o afeto livre – em representação. Não entrarei na questão da relação entre o deslocamento defensivo e os afetos, deixando-a para o próximo capítulo. Por enquanto, quero apenas marcar a especificidade da concepção de símbolo em Freud.

Nesse sentido, é interessante marcar as diferenças entre a simbolização normal e patológica, segundo o modelo do símbolo mnêmico. Ambas as simbolizações descritas são de caráter motivado, individual e afetivo. A diferença recai no caráter consciente da simbolização. Laplanche (1992, p. 89) ressalta que isso implica diferentes noções de símbolo. Há de se distinguir, portanto, entre um símbolo que substitui parcialmente uma representação, mas que conserva a original e é

⁶ Essa constatação permite Laplanche afirmar o afeto como elemento simbolizado universal e único de um processo de simbolização inconsciente (1992, p. 88).

enriquecido por isso. O afeto, nesse caso, distribui-se pelo complexo associativo, ventilando-o. Já no caso da simbolização patológica, uma representação substitui completamente a outra, ficando o afeto concentrado no símbolo, sem ligação com a cadeia associativa. Essa ruptura da trama associativa é que favorece a criação do *grupo psíquico isolado*, de forma que o deslocamento presente no símbolo mnêmico torna-se um modelo para pensar a defesa. O simbolismo normal, portanto, sempre apresenta a retenção da significação, enquanto no simbolismo patológico esta se encontra reprimida e transformada em quantidade livre.

Essas considerações são suficientes para sustentar que a concepção freudiana de símbolo não aborda o problema do mesmo lugar que as concepções lingüísticas. Sabemos que a concepção de signo da lingüística pode ser definida como uma articulação arbitrária entre significado e significante cujo valor é dado pela estrutura da língua, sem precedência do significado ou do significante na gênese do signo ou interferência subjetiva na determinação do signo. A concepção freudiana de símbolo, por sua vez, encontra-se mais próxima do que poderíamos chamar de uma concepção psicológica.⁷ Como vimos, trata-se de uma formação substitutiva motivada por conflitos inconscientes, tendo, assim uma gênese, uma sobredeterminação e um caráter sexual. Essa definição traz grandes dificuldades para a aproximação entre psicanálise e lingüística, pelo menos da lingüística estruturalista inaugurada por Saussure.

Acompanhemos, em linhas gerais, as conclusões de Arrivé (1994, p. 69-91). A princípio, as concepções lingüísticas são marcadas pela arbitrariedade signíca, estando em um pólo complementar à concepção motivada da psicanálise. O processo de simbolização – a gênese individual ou coletiva –, por sua vez, está fora de questão, uma vez que a lingüística trataria da língua como sistema já estabelecido. No tocante à aptidão dos símbolos para significar o contrário e sua origem sexual há uma oposição absoluta: o tema não seria abordado pela lingüística. Assim, entre psicanálise e lingüística poderia haver apenas um questionamento mútuo⁸. Na

⁷ Nota-se que a aproximação freudiana com as simbolizações da cultura se dá por meio dos símbolos motivados e não pelos signos lingüísticos. Como o próprio Laplanche desenvolve em outro lugar (1988a), esse tipo de simbolização descrita por Freud se aproxima do simbolismo ritual, em especial os ritos de passagem.

⁸ Se a aproximação entre a psicanálise e a lingüística saussuriana apresenta dificuldades, isso não quer dizer que a articulação entre o símbolo freudiano e o símbolo das ciências da linguagem seja injustificada. O problema reside na insuficiência de uma abordagem estritamente semântica. Uma saída foi encontrada naqueles que puderam, nos desenvolvimentos posteriores do estruturalismo,

verdade, o que se observa na teorização freudiana, em sua tentativa de elaborar a sobreposição inevitável entre a linguagem e as vicissitudes do inconsciente, é o artifício de fundamentar a linguagem sobre os mecanismos inconscientes. É com essa intenção que comparece um aporte freudiano a autores que estudavam as línguas naturais: buscar justificativas em Carl Abel, para a concepção dos pares de opostos, e em Hans Sperber, para uma origem sexual e universal das línguas.

Por outro lado, a idéia de símbolo patológico é original em relação a uma concepção quase de senso comum sobre o símbolo, uma vez que o pensa articulado à defesa contra o afeto sexual. Com isso, emerge um símbolo que é deslocamento de quantidade afetiva e que encobre uma representação isolada do pensamento associativo consciente.

As Hipóteses no Estudo sobre as Afasias

A monografia sobre as afasias (Freud, 1891/1977) foi um texto renegado pelo próprio autor, sendo deixado de fora das obras completas sob o argumento de se tratar de um texto estritamente médico. É bem verdade que se trata de um texto neuropsicológico, uma vez que se preocupa em articular a abordagem anátomo-fisiológica com uma abordagem funcional da consciência e da linguagem. Nesse sentido, irá se contrapor a grande parte do *establishment* da época – a hipótese localizacionista – e lançar propostas fecundas para uma concepção inicial de aparelho psíquico. Assim, acaba por transcender seu objetivo inicial, se revestindo de interesse para a compreensão das bases conceituais de uma das concepções centrais da metapsicologia freudiana: a representação psíquica. O trabalho, portanto, surpreende tanto pela ousadia de suas hipóteses no campo da medicina quanto por seu caráter seminal na obra freudiana.

O trabalho trata das afasias a partir da célebre discussão que marcou a neurologia do século XIX: a problemática *localizacionismo x generalismo*. A revisão

passar da problemática do discurso (*langue*) para a da enunciação (*parole*). Com isso foi possível abordar aquilo que se mostrou essencial na perspectiva psicanalítica, que é o lugar do sujeito na enunciação do discurso e os efeitos de sentido da fala na produção de significação. Essa passagem foi efetuada por Lacan, na sua definição de um *significado ao sujeito* (Cf. Laplanche, 1993, p. 97-98), bem como pelos desenvolvimentos a partir da filosofia pragmática anglo-saxã (Cf. Plastino, 2001; Birman, 2001).

da literatura procura mostrar as insuficiências da primeira hipótese como modelo heurístico e as vantagens de uma abordagem funcional, contrapondo Grashey e Jackson a Wernicke e Lichtheim. Essa discussão culminará na proposição de um modelo para a compreensão do aparelho psíquico em dois níveis: neurológico e psicológico. Apesar da abordagem necessária das concepções neurológicas freudianas, o interesse da presente discussão se dá no sentido de compreender sua concepção inicial acerca da representação psíquica.

Nível Neurológico

As afasias são distúrbios da linguagem relacionados a algum grau de lesão ou disfunção do tecido cerebral responsável pelos diversos níveis de processamento da linguagem. Apresentam sintomatologias diferentes, a depender do tipo e localização do comprometimento neurológico. Sua classificação ainda hoje é controversa entre os especialistas, mas em geral distinguem-se algumas formas básicas, dentre as quais nos interessam particularmente as de: Broca ou *motora* – em que há dano na expressão –, Wernicke ou *sensorial* – em que há dano na compreensão –, e de *condução* – em que há dano na capacidade de reprodução (Auroux, 1998, p. 233)⁹.

O cerne da concepção localizacionista de Wernicke e Lichtheim é supor que há centros distintos na substância cinzenta, responsáveis pela articulação (área de Broca) e compreensão (área de Wernicke) da linguagem, os quais se ligam por vias de condução na substância branca. As terminações nervosas aferentes ou eferentes inserem-se nos centros e neles estão presentes as impressões sensoriais mais simples. Já as vias de condução em nada alteram as informações que carregam, ou seja, seriam territórios corticais com função meramente associativa. A interpretação das afasias seria dada da seguinte forma: lesões nos centros acarretariam em afasia motora ou sensorial, enquanto lesões nas vias associativas acarretariam em afasias de condução.

⁹ A caracterização das afasias só nos interessa no sentido de contextualizar a relação localização pontual ou generalidade funcional para a compreensão da noção freudiana de representação. Para uma abordagem aprofundada e atualizada das afasias no campo das neurociências, Cf. Rhawn (1990, p. 51-85).

Essa concepção está ancorada em uma abordagem anátomo-fisiológica concebida como um associacionismo molecular que concebe o corpo como representado ponto a ponto no córtex cerebral. Como aponta Gabbi Jr. (1991, p. 190), a concepção de Wernicke parte de três postulados: (1) o aparelho da fala consiste de centros corticais distintos; (2) as células desses centros contêm representações; (3) os centros estão separados por território cortical sem função e ligados entre si por tratos associativos.¹⁰

A tônica da monografia é dada já por seu parágrafo inicial que argumentará em favor da hipótese funcional na consideração da *parafasia* (Freud, 1891/1977, p. 35). Esse é o nome dado ao distúrbio em que há troca de palavras por outras relacionadas sintática ou foneticamente. Freud argumenta que essa sintomatologia não é necessariamente patológica, podendo ser igualmente encontrada em ocasiões de funcionalidade reduzida de uma consciência normal, como o sono, o cansaço ou sob a influência de *intensidades afetivas*.¹¹ Ou seja, a patologia está relacionada a aspectos funcionais e não, necessariamente, a lesões anatomicamente identificáveis, o que implica uma certa reconsideração das relações entre normalidade e patologia. Esta perspectiva aproxima-se da noção de Grashey de uma *reação solidária e global* do tecido levando a uma perturbação funcional.

Freud, entretanto, não cai no extremo oposto do localizacionismo, que seria supor um tecido indiferenciado em termos funcionais. Sua idéia é que a atividade de um centro comprometido seria substituída pela atividade de outro centro hierarquicamente associado. As patologias da linguagem não fariam, então, mais do que repetir uma situação que se apresentaria normalmente durante a aprendizagem das funções de linguagem, com a diferença que viria ao auxílio do centro comprometido aquele que permanecesse mais eficiente, independente da hierarquia genética entre eles (Freud, 1891/1977, p. 54). Para sustentar essa hipótese, Freud recorre à concepção de Hughlings Jackson sobre a *involução funcional*, a qual é concebida como o modo de reação em que o tecido lesado retorna a estados

¹⁰ A teoria de Wernicke sobre as afasias fundamenta-se, por sua vez, na teoria sobre o funcionamento do sistema nervoso de Theodor Meynert. Maiores detalhes sobre os fundamentos dessas teorias, bem como as hipóteses psicológicas nelas implícitas, são encontrados em Caropreso (2003).

¹¹ As parafasias estão relacionadas intimamente à problemática dos atos falhos e dos chistes, podendo-se até afirmar que haja um prenúncio dessas concepções. A relação, contudo não é tão direta, pois o contexto teórico em que a parafasia descrita por Freud se insere, a neurologia, é radicalmente distinto daquele em que se desenvolverá a teoria sobre os atos falhos, a psicanálise.

anteriores de seu desenvolvimento funcional (Freud, 1891/1977, p. 80). A tônica da crítica está anunciada: contra o localizacionismo de Wernicke e Lichtheim, o funcionalismo de Grashey e Jackson.

O maior problema da hipótese localizacionista, tal como afirmada na época, se dava no embasamento de todo o seu argumento: a relação *psiquismo x fisiologia*. Mesmo que Wernicke houvesse considerado, diferentemente da medicina da época, que apenas os elementos psíquicos mais simples - as impressões sensoriais - poderiam ser localizados na terminação do nervo periférico receptor do estímulo, o princípio continuava o mesmo: a modificação das fibras nervosas pela excitação produz uma outra modificação no corpo neuronal, que se tornaria o correspondente fisiológico da “representação”. Nessa concepção, afirma-se a correspondência entre faculdades psíquicas como um todo e regiões encefálicas delimitadas. Dessa forma, a hipótese de um associacionismo molecular aplicado à anatomia cerebral implica uma concepção bastante peculiar da relação entre o somático e o psíquico. Haveria uma causalidade grosseira que explicaria a relação entre o impulso nervoso e a consciência através da impressão sensorial como imagem representada no centro nervoso: uma teoria anátomo-fisiológica do engrama mental, com uma vinculação direta entre o plano psíquico e o neurológico.

O mais grave, contudo, é que o localizacionismo fundamenta-se em um argumento circular, pois inverte a relação explicativa ao tomar como metáfora para o nível fisiológico de abordagem o próprio nível psicológico que pretende explicar. Supõe, portanto, que haja uma localização pontual do correspondente fisiológico, tal como a psicologia discrimina representações elementares. Nessa censura, Freud encontra as posições de Jackson, que apontara o erro lógico de se afirmar a causação do físico no psíquico nos processos mentais. Propõe, então, uma relação de *paralelismo* para explicar a relação entre o a fisiologia e os fenômenos psíquicos:

“Verossimilmente, a cadeia de processos fisiológicos no sistema nervoso não está em relação de causalidade com os processos psíquicos, pelo contrário, a cadeia fisiológica prossegue, só que, a partir de um certo momento a cada seu elemento (ou a cada um dos elementos isoladamente) corresponde um fenômeno psíquico. O psíquico é assim um processo paralelo ao fisiológico (‘a dependent concomitant’)” (Freud, 1891/1977, p. 56).

A idéia de um paralelismo psicofisiológico é fundamental para a compreensão da abordagem freudiana do problema mente/corpo, sendo que é na monografia sobre as afasias que o vemos enunciado pela primeira vez. A exigência de uma abordagem

teórica coerente para a relação entre a anatomia e os processos psíquicos, tal como observada na linguagem, é o seu objetivo principal.

A solução freudiana difere ao afirmar que a representação está assentada em um *processo* fisiológico, o qual é entendido como um *investimento* que modifica as vias corticais criando a *imagem mnêmica latente* (Freud, 1891/1977, p. 57). Essa concepção processual implicará, necessariamente, a dissolução da distinção entre *sensação* e *associação*, que o localizacionismo insistia em afirmar. A hipótese também se assenta sobre a noção psicológica de que *perceber é associar imediatamente*. Ou seja, a dimensão processual é isomorfa nos níveis psicológico e fisiológico, sendo compreendida através de um paralelismo. A conclusão, portanto, é que a rejeição da distinção nas localizações das funções de representação e associação implica a rejeição da distinção entre centros e vias de condução da linguagem.

Não havendo uma distinção anátomo-fisiológica fundamental no córtex, mas sim um processo funcional integrado, é preciso estabelecer algum grau de estruturação ou hierarquização das funções. Freud propõe o processo de *superassociação*, que ligaria em associações superiores grupos funcionais de associações. A dimensão processual associativa seria prejudicada nos processos patológicos, decorrendo a perda das funções secundárias antes das primárias em uma mesma região cortical (Freud, 1891/1977, p. 61).

A hipótese da superassociação não dá conta sozinha das relações que se encontram efetivamente nos centros de linguagem, uma vez que esses apresentam funções bem delimitadas. Freud propõe que os centros formariam os *ângulos* do campo cortical da linguagem. A região associativa da linguagem se encontraria entre os campos corticais dos nervos sensitivos e respectivos centros corticais motores envolvidos na linguagem. Esses ângulos teriam função mais definida, devido às associações primárias, em contraposição aos campos mais intemos, formados por associações secundárias. Decorreria daí a importância patológica de lesões nessas extremidades, pois gerariam quadros afásicos mais definidos. As considerações a respeito da hierarquização das funções da linguagem no córtex fazem com que Freud proponha um *esquema anatômico do campo associativo da linguagem* (1891/1977, p. 75), cujo propósito é ser um modelo heurístico para o diagnóstico diferencial das

afasias no nível neurológico, com a derivação de sintomas sensitivos e motores associados.

O modelo anatômico é cunhado a partir da desmontagem ponto a ponto da hipótese localizacionista e dos seus pressupostos fisiológicos, apontando o erro lógico de se construir um modelo anatômico a partir de pressupostos psicológicos, tão comum à época. Segundo alguns comentadores, essa seria a mais importante contribuição da monografia (Marx citado por Caropreso, 2003, p. 18). Essa afirmação só é justa se tomada no sentido da contribuição da monografia para a querela neurológica da época. Para os propósitos da presente dissertação, essa desconstrução da anatomia é apenas introdutória. Nos interessa a solução que Freud opera ao problema mente-corpo, em termos de um paralelismo fisiológico e as derivações que fará em direção ao nível psicológico da linguagem.

Não há constrangimento algum por parte de Freud em desenvolver dois modelos em níveis de abordagem diferenciados sem tentar efetivamente relacioná-los entre si. O *paralelismo* anunciado como resposta ao problema da relação entre o neurológico e o psicológico é desenvolvido nas duas direções sem que se trate mais especificamente da integração entre eles. Freud silencia quanto ao estatuto do *dependent concomitant*, deixando a impressão de um paralelismo psicofisiológico o qual tem a importante função de descartar o epifenomenismo como modelo explicativo – já que o nível psicológico da problemática é igualmente abordado. Freud demorará ainda um bom tempo para elucidar a questão de sua própria maneira, por meio do conceito de *pulsão*, no qual a relação entre somático e psíquico passa a ser entendida de outra forma.

Cabe ressaltar, neste momento do percurso freudiano, justamente o anúncio dessa problemática. A partir dos dois modelos apresentados, surgem duas possibilidades de abordagem do aparelho psíquico: uma neurológica e outra psicológica. O interessante é que os dois grandes trabalhos metapsicológicos subsequentes procuram explorar essas duas possibilidades: o *Projeto de uma Psicologia* (Freud, 1895b/1995), pela vertente neurológica, e o sétimo capítulo de *A Interpretação de Sonhos* (Freud, 1900/1996), pela vertente psicológica.

Freud retira algumas conclusões importantes para a consideração psicológica das relações anatômicas e funcionais estabelecidas no nível neurológico. Observa que o elo mais fraco da atividade de linguagem se daria na ligação entre os

componentes de objeto e os de palavra, já que seria esta a dimensão mais superassociada do processo. Outro ponto seria que a direção associativa mais importante para a associação simbólica seria dirigida para o campo cortical, pois as imagens mnêmicas visuais desempenhariam papel principal nas associações de objeto. O próprio conceito de superassociação vem responder à necessidade de estruturação funcional da região cortical da linguagem a partir de um duplo legado: a concepção jacksoniana de involução funcional e a filosofia associacionista. Como se sabe, o associacionismo constituía uma das concepções reinantes na psicologia do século XIX, nas suas mais variadas vertentes. Cabe, portanto, explicitar as particularidades da concepção freudiana de associacionismo, o que será feito a partir da apresentação do esquema psicológico.

Nível Psicológico

As considerações neurológicas e seus pressupostos teóricos fornecem os elementos para conceber as relações associativas da linguagem em um outro nível de abordagem, superposto ao campo cortical: o *esquema psicológico da representação de palavra* (Freud, 1891/1977, p. 71). Esse modelo psicológico para a linguagem consiste em um campo associativo de representações de dois tipos: (1) a *representação de objeto*, um complexo associativo aberto formado pela superassociação de imagens táteis, acústicas, visuais, entre outras; (2) a *representação de palavra*, um complexo associativo fechado formado pela superassociação da imagem acústica, motora, da escrita e da leitura. A ligação entre as duas representações se dá entre a imagem acústica da palavra e a imagem visual do objeto.

Foi possível derivar, desse modelo, uma classificação das afasias no nível estritamente psicológico. Há níveis de associação entre os diversos componentes do campo de linguagem entre si, bem como em relação ao objeto externo, entendido aqui como *coisa em si* ou *referente*. A dissolução das associações da representação de palavra estaria em jogo nos quadros de *afasia verbal*. Como essa perturbação ocorre dentro de um campo de associações primárias é considerada uma afasia de primeira ordem. Já a perturbação da associação entre a representação de objeto e a de

palavra está em jogo na *afasia simbólica*.¹² Nesse caso, a dissolução associativa se dá entre dois complexos associativos, daí a denominação de afasia de segunda ordem.

Outra perturbação de segunda ordem é aquela que envolve a ligação entre o objeto e a representação de objeto. Essa relação, contudo, se dá fora do campo associativo da linguagem, não sendo propriamente uma afasia. Esse tipo de distúrbio é denominado *agnosia*, em que não há um reconhecimento perceptivo do objeto. Isso não impede, contudo, que lesões dessa natureza influenciem a competência lingüística dos sujeitos. Pode ocorrer que o sujeito reconheça o objeto, mas não possa nomeá-lo. Nesse caso, tem-se a *afasia agnósica*. Esta constitui uma afasia de terceira ordem, pois a relação associativa em jogo envolve a perda da intermediação do complexo representativo de objeto.

Não é meu interesse pensar a aplicabilidade dessa classificação na compreensão das afasias. Ela é apresentada na medida que organiza as relações entre os três termos que, classicamente, são enumerados nos estudos sobre a linguagem como *tríade semiótica* – o objeto externo, o conceito e a palavra –, ajudando a discutir alguns pontos da concepção freudiana sobre a linguagem. Seu interesse se dá porque é nesse ponto, no qual é introduzido o esquema psicológico da representação de palavra, que se encontra a *única formulação explícita de uma concepção sobre a natureza da linguagem em Freud*.

Deve-se compreender o modo de constituição dessas representações e que tipo de relação se estabelece entre elas, bem como em relação ao objeto externo. Trata-se de entender como o objeto é representado na consciência e qual a relação da linguagem com esse ato de consciência. Em suma, a questão concerne à relação que se observa entre pensamento e linguagem, além da própria filosofia da linguagem que funda essa relação. Obviamente essa questão é extremamente complexa, não se tratando de respondê-la totalmente, mas de levantar as primeiras observações a partir do que Freud concebe em sua monografia sobre as afasias.

Como foi visto, a concepção de *representação* não pode, já em 1891, ser compreendida nos moldes clássicos da impressão sensorial como um elemento

¹² É assim que o termo aparece na tradução utilizada no presente trabalho (Freud, 1891/1977, p. 72). Tanto Garcia-Roza (1998) quanto Gabbi Jr. (1991) – que trabalharam com a edição francesa – utilizam o termo *afasia assimbólica*. A confusão parece decorrer do fato de Freud se referir uma única vez ao termo *afasia simbólica*, utilizando em seguida a expressão *perturbação assimbólica*. De qualquer forma, a questão é meramente terminológica. Conceitualmente, trata-se da perda da ligação *simbólica* entre a representação de palavra e a representação de objeto.

isolado, mas sim nos moldes de um modelo psicológico representacional que se desenvolve a partir de algo que exige uma noção de *processo*. Daí não se poder conceber a imagem mnêmica independentemente da associação, tanto no nível psicológico quanto no neurológico. Freud é, portanto, um associacionista, mas partidário de um associacionismo dinâmico que antevê um processo energético subjacente à manutenção das direções associativas.¹³ Essas associações são estruturadas na forma do esquema psicológico:

“A palavra é, portanto, uma complexa representação que consiste nas imagens mencionadas ou, por outros termos, à palavra corresponde um intricado processo associativo em que vêm a entrar os elementos já mencionados, de proveniência visual, acústica e cinestésica.

Mas a palavra adquire a sua denotação pela ligação com a ‘representação objectual’, pelo menos se nos limitarmos à consideração dos substantivos. Por outro lado, a representação objectual é por sua vez um complexo associativo das mais diversas representações visuais, acústicas, tácteis, cinestésicas, etc. Da filosofia aprendemos que a representação objectual não compreende senão isto, e que a aparência de uma ‘coisa’, de cujas diferentes ‘propriedades’ falam aquelas impressões sensoriais, surge apenas na medida em que no leque das impressões sensoriais obtidas por um objecto incluímos também a possibilidade de uma longa sucessão de novas impressões na mesma cadeia associativa [J. S. Mill]. Em suma, a representação objectual aparece-nos como uma representação não fechada e dificilmente susceptível de fecho, ao passo que a representação de palavra nos aparece como algo de fechado embora susceptível de ampliação” (Freud, 1891/1977, p. 70-72, grifo nosso).

Este é o cerne da concepção freudiana de linguagem em sua relação com o pensamento. Além dessas frases só há a consideração anteriormente apresentada do *símbolo* como a associação entre a representação de palavra e a de objeto, se dando entre a imagem acústica da palavra e a associação visual do objeto. Na verdade, Freud não denomina explicitamente a natureza da ligação que se estabelece entre a representação de palavra e a de objeto. É da afirmação da afasia *simbólica* que se depreende a natureza simbólica da relação entre as representações de palavra e de objeto. Da mesma forma, não se afirma, nesse texto freudiano, a natureza necessariamente *arbitrária* dessa ligação, mas sim o caráter mais superassociado

¹³ Essa concepção está presente não só nas considerações de um fator afetivo ou de fadiga na gênese dos distúrbios de linguagem, mas também na concepção de uma *intensidade* de associação na determinação das hierarquias funcionais e que essas intensidades são plásticas. A abordagem energética da dinâmica representacional é, nesse texto, bastante reduzida. Porém, ela será fundamental para a teoria representacional freudiana, como veremos nos próximos capítulos. A dinâmica energética das representações é o legado mais propriamente herbartiano nas concepções psicológicas de Freud, o que virá complementar seu veio associacionista. Considerações sobre a influência de Herbart sobre as teorias de Freud, além da introdução de analogias fisiológicas à “mecânica das representações” na neurologia e psiquiatria do século XIX podem ser encontradas em Andersson (2000, p. 162).

dessa associação em relação às associações entre os complexos representacionais. Essa afirmação permite que se derive circunstâncias arbitrárias que motivem as associações superiores da linguagem, mas isso não está de forma alguma explicitado.

O primeiro ponto a se destacar é que Freud especifica claramente a fonte de sua concepção associacionista: Stuart Mill, de quem o próprio Freud traduziu um livro para o alemão. Mill, como se sabe, foi um herdeiro do empirismo inglês, notadamente de Hume e de seu próprio pai, James Mill. Tal como o primeiro, aceitará a noção de que o sujeito não pode efetivamente *conhecer* o mundo, mas apenas construí-lo associativamente como *crença*. Do segundo, se diferencia pela elaboração da noção de *química mental* em oposição à física mental. Stuart Mill, como todo empirista, acredita na constituição do sujeito através da impressão deixada pelos objetos percebidos do mundo. Estes objetos se implantariam na consciência e se organizariam de forma coerente a partir de princípios associativos.¹⁴ Para Mill, o conjunto de elementos associados não poderia ser entendido de forma molecularista, pois a combinação de elementos daria a origem a um complexo que conteria mais do que as suas partes constituintes, daí a referência à química. Tem-se, portanto, um associacionismo de natureza molar, cuja cadeia crescente de vinculações é capaz de criar uma representação de mundo psicologicamente coerente, mas não epistemologicamente verdadeira.

A concepção do associacionismo nominalista de Mill assenta-se sobre quatro teses, que culminam em uma visão particular de *matéria* e de *mundo exterior*, a qual se mostra oscilante entre o realismo e o idealismo¹⁵. O primeiro ponto é o de que a mente humana é capaz de *expectativa*, ou seja, que sobre as percepções reais a mente forma a concepção de sensações possíveis. São justamente essas possibilidades de sensação que aparecem como um horizonte perceptivo previsto que fundam a crença no mundo exterior e na matéria. Isso implica dizer que o associacionismo de Mill confere um papel dinâmico e ativo aos complexos

¹⁴ Os princípios de associação, propostos inicialmente por Aristóteles, são a contigüidade, a semelhança, o contraste e a causalidade. Como se sabe, Hume descartou justamente a validade do princípio da causalidade, tomando como princípios fundadores da associação a contigüidade temporal e a semelhança. Estaria assim vetada a possibilidade de um conhecimento verdadeiro sobre o mundo e o que se teria era apenas um feixe de associações casuais que não poderiam garantir a identidade da consciência com o objeto. Para Hume a ciência não seria possível, mas apenas a *crença* na realidade exterior.

¹⁵ As considerações sobre a filosofia de Stuart Mill estão apoiadas em Garcia-Roza (1998, p. 50-55) e Loffredo (1999, p. 176-181).

associativos, os quais são responsáveis pela orientação da consciência frente aos objetos que o mundo revela. A percepção nunca ocorre de forma isolada ou pura, mas sempre no contexto de um movimento associativo da consciência e além disso, é sempre hipotética, pois se dá em função dessa expectativa criada. As possibilidades de sensação consolidadas na mente nada mais são do que a *matéria*. Ou seja, não uma substância isolada e independente da consciência, mas uma trama associativa coerente que reflete a coisa em si na consciência. É esse *status* de coerência que faz com que a trama de representações seja a própria “substância” mental. Freud, portanto, recorre a Stuart Mill para afirmar a impossibilidade de acesso ao objeto em si, de tal forma que é apenas a cadeia associativa que constitui a representação de objeto. Assim, as representações são a matéria do psiquismo.

É preciso, ainda, entender como a *matéria* se constitui. Entra aí a segunda tese: as leis de associações de idéias. Stuart Mill afirma quatro princípios: semelhança, contigüidade (por simultaneidade ou sucessão imediata), freqüência e inseparabilidade. A idéia é que as associações produzidas por contigüidade tornam-se mais exatas e acessíveis pela repetição. Ou seja, a freqüência associativa aumenta o grau de certeza. A ação deste princípio, por sua vez, leva a constituição de associações inseparáveis. Nesse ponto, o vínculo entre as representações é tão firmemente fixado que as próprias coisas são impossíveis de serem concebidas como existindo separadamente. Funda-se, assim, a crença da coexistência das coisas a qual, apesar de ser um produto da experiência, aparece como uma intuição dos objetos do mundo exterior. Percebe-se que Stuart Mill, tal como Hume, elimina tanto a noção de uma substância material como a de uma substância espiritual. A matéria nada mais é do que o resultado de uma *associação inseparável*, a sucessão de uma possibilidade permanente de sensações. Ou seja, uma rede associativa tanto dos estados objetivos quanto dos estados subjetivos, a qual se articula como *crença*.

Encontramo-nos diante do mais puro ceticismo empirista, através da recusa tanto do realismo quanto do idealismo. Assim, está descartado em Stuart Mill e em Freud o acesso da consciência a um objeto exterior. Isso não quer dizer, contudo, que a consciência não seja constituída por intermédio da relação com o mundo externo. Ter eliminado a equivalência entre a coisa em si e a representação de objeto, não implica a exclusão completa da referência do campo de investigação da psicologia e, no caso de Freud, da incipiente psicanálise. Ao se apoiar em Stuart Mill, Freud se

alinha à tendência moderna de colocar em questão a relação entre o objeto e o psiquismo, mas isso não implica, necessariamente, uma congruência com as tendências, a partir das ciências da linguagem contemporâneas, de excluir completamente o referente. Não se pode afirmar que a coisa em si esteja completamente ausente do pensamento freudiano. Apesar de seus arroubos empiristas, é patente em Freud a reincidência de um realismo ingênuo. O maior exemplo disso é a afirmação de uma prova de realidade como elemento regulador extrínseco aos princípios de funcionamento mental.¹⁶

Uma questão que o esquema freudiano levanta é o estatuto do outro humano na constituição do aparelho psíquico ou, pelo menos, de um aparelho de linguagem, tal como é colocado em 1891. A pergunta parece ingênua, uma vez que uma competência lingüística só poderá se estruturar na relação mediada com outro aparelho de linguagem, já que a língua é um código intersubjetivo. De fato, é na relação com o outro que a cultura lingüística é transmitida. Contudo, há de se perguntar se o tratamento dado por Freud aos efeitos de sentido do outro sobre a constituição psíquica parte de uma concepção epistemológica em que, de fato, compareça o outro. Se tomarmos como referência apenas o empirismo explícito de Freud nesse texto, ou mesmo o conjunto das doutrinas epistemológicas do século XIX, pode-se afirmar que esse outro não existe.¹⁷

É possível afirmar que, desde o início, Freud está preocupado com a constituição do psiquismo por meio da relação com o outro (Garcia-Roza, 1998, p. 40; Loffredo, 1999, p. 175). O problema é saber em que bases filosóficas essa relação intersubjetiva é trabalhada. Portanto, a teoria freudiana se depara com o seguinte problema epistemológico: saber como se constitui a relação intersubjetiva, o que envolve definir se ela se dá sob o ponto de vista estritamente da linguagem ou comportando outras formas de doação de sentido e, além disso, se é possível incluir o outro na própria constituição e na origem da subjetividade. Esse é um ponto crucial na compreensão da teoria da representação freudiana cuja incursão pela filosofia da linguagem presente na monografia de Freud permite discutir.

¹⁶ O estatuto da realidade em Freud é um tema complementar ao desta dissertação. Maiores detalhes podem ser encontrados em Coelho Jr. (1995) e Porchat (2003).

¹⁷ Sabe-se que a constituição intersubjetiva das representações mentais só encontrou tematização epistemológica no início do século XX, a partir da fenomenologia husserliana.

Duas Interpretações do Esquema Freudiano

A partir da exposição do associacionismo nominalista de Stuart Mill como concepção inspiradora da teoria freudiana sobre a linguagem¹⁸, pode-se agora retornar à elucidação do esquema psicológico e contrapô-lo ao ponto de vista de alguns comentadores que defendem aí uma concepção seminal da obra freudiana. Veremos como essas interpretações divergem significativamente, sendo ilustrativas de duas formas de abordagem do problema da linguagem em sua relação com a teoria da representação freudiana.

Tanto Gabbi Jr. quanto Garcia-Roza comentam a ruptura de Freud com as concepções anatômicas em direção a uma dimensão semiótica e, mais precisamente, ao campo da linguagem. O primeiro afirma que a imagem acústica irá tomar o lugar de princípio heurístico, operando a troca da anatomia pela linguagem como universal para sua teoria sobre a histeria (Gabbi Jr, 1991, p. 193, 197). Já o segundo irá defender a hipótese de que a linguagem está “presente desde o começo”, afirmando uma teoria da percepção original em Freud, na qual a linguagem comparece como fator determinante e originário da subjetividade (Garcia -Roza, 1998, p. 49)

Sabe-se, como acentuou Birman (1991, p. 136-142), que a constituição da psicanálise como campo autônomo de saber é função da passagem de um corpo anátomo-fisiológico para o corpo representado. Ou seja, a experiência psicanalítica se funda em um deslocamento para a natureza *simbólica*, entendida aqui no seu sentido mais comum. A questão é entender como se organiza essa dimensão. Alguns enveredarão para uma concepção estritamente lingüística da questão, outros não. Ainda que admitindo a abordagem pelo viés da linguagem, é preciso definir que linguagem está em jogo: lógico-matemática ou análoga a uma língua natural.

Retomando o esquema psicológico de Freud, observa-se que a relação entre a representação de palavra e a representação de objeto é *simbólica*. O símbolo, portanto, tem como referente as associações de objeto e não o objeto externo, o qual é incognoscível. Como foi visto, Freud afirma duas coisas sobre essa relação: (1) que o significado da representação de palavra é dado pela associação com a

¹⁸ Trata-se, na verdade, de algo mais. Gabbi Jr. defende que Freud encontra em Stuart Mill um verdadeiro *método de investigação* do fenômeno mental, caracterizado pela análise dos complexos associativos (Citado por Loffredo, 1999, p. 174).

representação de objeto; (2) a representação de objeto, por sua vez, tem sua identidade dada pela longa trama associativa das expectativas de objeto. Parece claro que a concepção seja a seguinte: a crença no mundo, ou seja, a articulação das sensações em complexos associativos que constituem representações de objetos, se dá em um nível inicialmente perceptivo. A linguagem se desenvolve sobre o solo dessa crença. As representações de palavra adquirem seu significado denotativo a partir da ligação com as representações de objeto. Esse elo seria patente na denominação dos substantivos, que teriam um significado mais concreto. Ou seja, parece que a linguagem se desenvolveria sobre os símbolos naturais. Freud, contudo, não expressa claramente a natureza dessa ligação. Se não é sempre simbólica, ou motivada, também não é exclusivamente sgnica, ou arbitrária. O que é certo é que a linguagem sempre remete ao significado do objeto. A idéia é que o sintoma seja entendido como o termo de um processo de simbolização patológica:

“um *símbolo* que substitui outra representação que não pode ter acesso à consciência e que se desfaz *quando é esclarecido*, isto é, quando é identificado *a que* ele se remete. Isso quer dizer que o que está no papel de *causa* é, simultaneamente, aquilo que na formação do símbolo é a sua *referência*.”(Loffredo, 1999, p. 180)

Como vimos, é a perda da relação entre a representação de objeto e a de palavra que caracteriza a afasia simbólica. Da mesma forma, é o deslocamento dessa ligação pela operação defensiva que cria o símbolo mnêmico. Isso permite a afirmação, defendida por Gabbi Jr. (1991), de que a afasia simbólica será tomada por Freud como modelo para pensar a formação do sintoma na histeria.

Vimos também que a colocação em suspenso da coisa em si, operada por Stuart Mill e retomada por Freud, não implica uma concepção de linguagem em que o problema do referente esteja resolvido. De qualquer forma, a referência aqui não diz respeito ao objeto externo de uma forma direta, mas sim ao campo das associações de objeto. Essa significação é pensada a partir dos símbolos naturais e com uma certa autonomia da representação de objeto em relação à representação de palavra. O esquema de Freud está profundamente enraizado na psicologia e filosofia da qual emerge: o mentalismo do final do século XIX.

Mostrei acima como o deslocamento da ligação da representação de objeto está na raiz do simbolismo inconsciente. Cabe perguntar sobre a natureza da face manifesta desse símbolo, uma vez que é particularmente claro que a representação sujeita à defesa seja uma representação de objeto. A face manifesta, como vimos a

propósito da simbolização normal e patológica, pode ser tanto uma representação de objeto, uma representação de palavra, um afeto ou uma conversão somática. Essa complexidade de modos de simbolização revela que a hierarquização entre a representação de objeto e a de palavra não é assim tão simples. Pelo contrário, as modalidades de funcionamento lingüístico se infiltram na organização das demais formas de representação. Assim, apesar das representações de objeto possuírem uma gênese independente da representação de palavra, o funcionamento próprio da linguagem possibilita uma expansão dos esquemas de representação de objeto. É fundamental entender que o acesso consciente às representações de objeto e aos caminhos associativos do símbolo seja função de uma ligação com o plano das representações de palavra, ou seja, as cadeias de pensamento são dirigidas pela linguagem, como será desenvolvido posteriormente no *Projeto de uma Psicologia* (1895b/1995).¹⁹

Como aponta Loffredo (1999, p. 182) Freud nunca deixará de perseguir a ligação original entre a representação de objeto e a representação de palavra. Esta busca pela referência dentro do campo das representações fará com que sua teorização futura procure sempre as origens da fantasia. Esse ponto de partida levou-o a se instrumentalizar de uma noção de verdade por *correspondência*, em vez de concebê-la como *consistência interna*.

É interessante assinalar que já na monografia das afasias se define a escolha freudiana da dimensão simbólica como modelo para pensar os deslocamentos de sentido na psicopatologia. Como já vimos, é pela possibilidade de um método científico de abordagem do sintoma que a linguagem comparece como um universal no lugar da anatomia:

“Freud troca a anatomia pela linguagem enquanto universal para a sua teoria sobre a histeria. A ausência de lesões anatômicas não significa que o fenômeno histérico não seja objetivo, capaz de ser investigado cientificamente. Sua objetividade está dada pelas lesões dinâmicas cujas perturbações são fixadas pela linguagem natural. O sintoma histérico é entendido, agora, como uma forma de afasia, a afasia assimbólica.”(Gabbi Jr., 1991, p. 197)

A eleição da afasia simbólica como paradigma não é casual. Se, em vez da ligação entre a representação de objeto e a de palavra, Freud tivesse afasia verbal, isto é, a articulação entre as representações de palavra entre si sem levar em conta a

¹⁹ A ligação da linguagem com o processo secundário de pensamento será discutida em maiores detalhes no capítulo 4.

representação de objeto, estaria partindo de uma outra concepção de linguagem ou mesmo de verdade. Nesse caso, estaria em jogo uma posição em que os processos de pensamento seriam tomados a partir do raciocínio contemporâneo, montado a partir do aporte das ciências da linguagem.²⁰

A interpretação da monografia freudiana a partir do aporte da filosofia de Stuart Mill, tal como defendida por autores como Gabbi Jr. e Loffredo, é mais próxima ao contexto próprio de emergência dos conceitos psicanalíticos, revelando as dificuldades das referências freudianas para lidar com a própria originalidade da descoberta do inconsciente.

A leitura efetuada por Garcia-Roza, por sua vez, é mais interpretativa e tendenciosa. Acredito que o viés se dá no sentido de extrapolar o argumento freudiano justamente para minimizar a precedência da representação de objeto e exaltar a prevalência da representação de palavra. A razão desse movimento parece não ser outra além de marcar a primazia do significante já no primeiro texto teórico freudiano. Em outras palavras, trata-se de uma leitura sob as lentes de Lacan²¹, o que envolverá um sutil deslocamento da noção de verdade por correspondência para a de consistência interna e de uma filosofia da linguagem que busca a significação na relação entre a palavra e o conceito para outra que compreende a significação no seio das relações extrínsecas aos elementos de um sistema de signos.

Alguns passos dessa interpretação precisam ser questionados. O primeiro ponto é a idéia de que Freud tenha afirmado a relação simbólica como necessariamente arbitrária, o que, como se viu, não pode ser sustentado. O segundo ponto parte dessa relação e envolve uma série de derivações que surgem de algo que não é expressamente trabalhado no texto de Freud e que não pode ser sustentado a partir das concepções filosóficas por ele assumidas. O argumento é o seguinte:

“A relação de significação não se faz com a *coisa*, mas com o *objeto*, e este recebe sua identidade através da relação com a representação-palavra. (...) Se é pela sua articulação com a representação-objeto que a representação-palavra adquire sua significação (ou sua *denotação*), é também pela sua articulação com a representação-palavra que o objeto ganha identidade e que é possível uma implicação de conceito. Como não há conceito sem significação, assim como não

²⁰ O *linguistic turn* permitiu a filosofia superar a abordagem representacional, não necessitando lidar com o problema do objeto e sua correspondência mental, passando a tratar a questão a partir do sistema de signos.

²¹ Isso não quer dizer que a leitura de Garcia-Roza seja representativa da interpretação lacaniana, mas que essa interpretação só é possível a partir dos desenvolvimentos trazidos pela teoria de Lacan e sua interpretação lingüística do inconsciente.

há significação sem palavra, não há pensamento anterior às palavras. A linguagem está presente desde o começo.” (Garcia-Roza, 1998, p. 49)

Freud não afirma que o objeto – entendido como objeto para a consciência e não coisa em si – recebe sua significação pela relação com a representação de palavra, mas o contrário²². É interessante notar como em tão poucas linhas a representação de palavra possa, de elemento derivado, passar a fator constituinte. A concepção de simultaneidade entre significante e significado na gênese dos signos é uma concepção estrutural que se opõe ao nominalismo do esquema freudiano. Assim, a concepção contemporânea é aplicada ostensivamente, transformando uma problemática em um fato evidente.

A primeira extrapolação do argumento freudiano é afirmar que a relação de significação seja recíproca, ou seja, não só a palavra adquire a significação, mas o objeto ganha identidade e conceituação. Aqui estão em jogo níveis diferentes de abordagem: uma coisa é dizer que um complexo associativo é formado e unificado na forma de uma associação inseparável, ou seja, uma unidade material indivisa; outra é dizer que um complexo associativo ganha a implicação de conceito. O que Freud diz a respeito do objeto, a partir de Stuart Mill, é bastante claro: a identidade da representação de objeto é dada pelas múltiplas associações possíveis, daí o seu caráter de complexo associativo aberto. Isso quer dizer que não é uma contingência a representação de objeto ser um complexo associativo aberto, mas sua própria identidade decorre da trama das expectativas. O objeto, portanto, não precisa da linguagem para se constituir enquanto crença. Ele é dado pela própria síntese perceptiva, sendo construído pelas impressões do mundo exterior enquanto representação. Assim, a representação de objeto não é de caráter lingüístico, ou criada pela linguagem. Outra coisa é dizer que a representação de objeto ganhe a implicação de conceito, ou seja, que os objetos sejam reunidos enquanto categorias e relacionados a um símbolo que os denote. De fato, o símbolo ou signo não pode ser entendido a não ser na relação semiótica, daí decorre que a implicação de conceito só poderá ser entendida na relação com a representação de palavra.

Pode-se, portanto, concordar com Garcia-Roza a respeito da implicação de conceito, mas não da identidade. O interessante é que o próprio autor levará isso em consideração no seguimento do texto sem, no entanto, notar a indistinção que opera

²² A posição de que a representação de palavra, pelo menos primariamente, recebe a significação da representação de objeto é defendida, também, por Caropreso (2003, p. 22).

entre identidade e conceito; entre o que é da ordem da experiência pré-reflexiva e o que é da ordem da consciência reflexiva:

“O aparelho de linguagem, considerado em si mesmo, não responde, segundo Freud, pela representação-objeto. O aparelho de linguagem tem por função *tornar possível a significação e não a de tornar possível a representação-objeto*.” (Garcia-Roza, 1998, p. 59)

Ou, ainda:

“No entanto, não parece ser essa a intenção de Freud [conceber a representação de objeto como um ícone da coisa]. Para ele, embora a representação-objeto não pertença ao aparelho de linguagem, ela só se constitui como um complexo associativo, *adquirindo sua identidade*, pela sua ligação com a representação-palavra. O *conceito* não se faz senão na e pela linguagem.” (Garcia-Roza, 1998, p. 63)

Observa-se que o autor, apesar de admitir aquilo que se mostrou tão caro a Freud – a abertura do complexo associativo de objeto, sua ancoragem na experiência e todas as suas implicações –, deixa-o progressivamente em segundo plano. O resultado do raciocínio é o seguinte: as representações de objeto são conceitos criados exclusivamente pela linguagem. O silogismo é bastante simples: (1) não há conceito sem significação; (2) não há significação sem palavras; logo (3) não há conceitos sem palavras.

O problema é atestar a validade absoluta dessas premissas. É necessário, portanto, definir significação. Garcia-Roza tende a afirmar que o signo é uma relação icônica, ou seja, a representação é motivada pelo objeto. Já o símbolo seria a relação propriamente lingüística, de natureza arbitrária. Insiste em colocar o primeiro na relação da coisa em si com a representação de objeto e o segundo na relação da representação de objeto com a palavra. Como a representação de objeto não reproduz o objeto em si, Garcia-Roza acredita que a significação só poderá ser entendida a partir da relação simbólica²³, excluindo toda a significação motivada ou natural de jogo e, conseqüentemente, toda a posição empirista cética presente em Freud. A partir dessa redução do campo da semiótica, fica fácil considerar que não haja pensamento sem linguagem e, de forma ainda mais tendenciosa, que a linguagem funde o pensamento.

²³ Garcia-Roza utiliza uma terminologia oposta à saussuriana. Além da distinção entre signo e símbolo se mostrar insustentável em Freud, é interessante notar que o autor irá vincular a concepção saussuriana de signo ao esquema freudiano, mesmo que o faça invertendo a terminologia.

Esse é o percurso do raciocínio que insere, no esquema psicológico freudiano, a primazia da linguagem. Acredito que pude demonstrar como essa derivação não pode ser efetuada com os elementos trazidos pelo texto freudiano. Afinal, sabe-se que o que está em jogo é uma teorização sobre as relações entre linguagem e pensamento, a qual não parece estar resolvida por Freud em 1891 e não o será em toda a sua obra, mas que é apresentada sem problematização por Garcia-Roza. O seu ponto de chegada não é outro senão preparar o terreno para uma concepção lingüística que elimina não só o referente externo, mas, também, a referência em relação à representação de objeto:

“Por esta razão [o postulado de que a representação de objeto se constitui pela ligação com a representação de palavra], não podemos separar inteiramente, como Freud também não separou, o conceito de *agnosia* do conceito de *afasia*. É o significante que é capaz de produzir o novo, e nesta medida, diz-se que o significante produz o significado. Este foi o caminho pelo qual Lacan, mais de meio século depois, afirmou a *autonomia do significante*, e a razão pela qual ele não fala em *signo*, mas em significante ou, ainda, em *significante puro*.” (Garcia-Roza, 1998, p. 64)

Opera-se, por meio da negação da concepção referencial de Freud, a destruição definitiva da linha entre representação de objeto e representação de palavra. Nesse caso, toma-se a vertente da afasia verbal, não mais a da afasia simbólica. Ou seja, em vez de se tomar o ponto de ancoragem freudiano em uma teoria da representação mental, toma-se o partido de uma abordagem contemporânea a partir das ciências da linguagem. É interessante, ainda, notar como a idéia lacaniana de uma autonomia do significante, que diz respeito à necessidade de tematização da problemática da enunciação dentro da estrutura lingüística, é utilizada para justificar a exclusão do significado do campo de investigação da psicanálise.

Mesmo concordando que uma concepção referencial e uma noção de verdade por correspondência trarão problemas para a teoria freudiana, não se pode acatar uma interpretação que procura eliminá-la logo na origem, subvertendo a filiação teórica da qual Freud parte. Sabe-se que a interpretação da psicanálise pelas abordagens lingüísticas contemporâneas é responsável pela superação do modelo representacional na metapsicologia, já que é contra os resíduos mentalistas e representacionais da metapsicologia que essas abordagens se posicionam, colocando em novas bases os temas que Freud elaborou a partir de uma teoria psicológica do

século XIX.²⁴ Não estou, com isso, afirmando que essas interpretações sejam equivocadas ou defendendo um “purismo” freudiano, o que seria uma ortodoxia, porém inserir a metapsicologia freudiana diretamente em uma problemática contemporânea é cometer um erro de ilusão retrospectiva.

Nesse sentido, é notável a forma com a qual a filosofia de Stuart Mill é escamoteada sistematicamente por Garcia-Roza, a ponto de se afirmar que a filiação filosófica mais coerente com o argumento freudiano é a de Brentano. Freud assistira alguns cursos de Brentano e compartilhava com ele a noção de que o nível fisiológico não poderia ser tomado em relação causal com o nível psicológico. Estes seriam os argumentos que sustentariam uma filiação brentaniana de Freud em lugar do associacionismo nominalista. Um argumento discutível, pois substitui a referência explícita pela provável (Loffredo, 1999, p. 172).

O argumento é que a concepção de Stuart Mill não é suficiente para explicar a relação entre representação de objeto e a representação de palavra, sendo esclarecedora apenas no que diz respeito ao caráter aberto da representação de objeto. Realmente, o associacionismo nominalista não dará papel de destaque à linguagem, sendo sua principal preocupação a constituição empírica da matéria através das expectativas. Isso não é pouco, pois afirma a experiência em geral como fundadora da subjetividade e da consciência, não a linguagem. O problema é que Stuart Mill não trata a linguagem como exclusiva doadora de sentido. De fato, o lugar genético da linguagem não se mostra claro em Stuart Mill, o mesmo ocorrendo no texto de Freud. O recurso a Brentano, portanto, se presta a explicar o que Freud não diz. O argumento é que Brentano, ao afirmar a intencionalidade, concebe o ato de representação como o doador de sentido do objeto. O problema é tomar essa doação de sentido como a única possibilidade, pois levaria a um idealismo estrito, na medida em que o objeto em si não poderia ser origem das representações.

Não cabe discorrer sobre esse tema, mas assinalar que a relação entre pensamento e linguagem não é tão simples como Garcia-Roza quer mostrar e que o recurso a Brentano é insuficiente. Ora, a consciência intencional transcende a consciência lingüística. São atos intencionais tanto a nomeação quanto o juízo, a volição, o afeto, a percepção; enfim, todos os fenômenos de consciência. Apenas

²⁴ Por motivos óbvios, o tratamento dado por essas abordagens contemporâneas ao problema não interessa ao objetivo desta dissertação, que é acompanhar as múltiplas figuras da teoria da representação em uma abordagem histórico-conceitual do pensamento freudiano.

essa constatação basta para atestar a validade parcial do recurso a Brentano para embasar a relação fundacional da linguagem para o pensamento e para as representações de objeto.

A partir da crítica à leitura de Garcia-Roza da monografia de Freud, pode-se afirmar que sua concepção de linguagem como universal se afasta radicalmente da posição defendida por Gabbi Jr. Aqui a linguagem não aparece como fundamento de um método de investigação – o que está no cerne da constituição da psicanálise – mas como fundamento ontológico. As críticas acima mostram como essa posição é discutível e, além disso, que ela não pode ser derivada das posições de Freud no texto das afasias.

Conclusão

A discussão precedente teve a finalidade de analisar algumas interpretações do estudo sobre as afasias, com o intuito de discutir as contribuições desse texto inaugural no que diz respeito à definição da linguagem em sua relação com o pensamento e a realidade. Esse assunto, por sua vez, nos permitiu discorrer sobre o tema mais geral do lugar do simbólico na teoria freudiana e, mais especificamente, sobre a incidência e os reflexos das concepções sobre a linguagem na teoria da representação psíquica. É chegado o momento de sintetizar os pontos essenciais dessa discussão.

Quanto à abordagem das representações em sua relação com o somático, foi visto que a monografia sobre as afasias traz uma defesa importante do *paralelismo psicofisiológico*. Essa posição, ainda incipiente, deverá aguardar alguns desdobramentos importantes para seu arremate sob o conceito de pulsão. O interessante é notar o duplo encaminhamento desse problema que será abordado, em nível neuronal, pelo *Projeto de uma Psicologia* (Freud, 1895b/1995) e, em nível representacional, por *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1996).²⁵

Outro ponto importante é a problematização da patologia entendida como perturbação *funcional*. Essa funcionalidade remete a uma concepção extremamente

²⁵ Esses desdobramentos são abordados nos capítulos 4 e 5 desta dissertação.

original das relações entre representação e associação, fundamentada tanto no empirismo e associacionismo dos autores anglo-saxões como nos desdobramentos do pensamento de Herbart, na tradição germânica. Entra em cena o esboço de um investimento energético que organize a malha de traços e representações, por meio de uma hierarquização de níveis associativos. Decorre daí a proposta de um esquema psicológico que vincule representações de objeto e de palavra associadas por intermédio da imagem acústica da palavra e da imagem visual do objeto.

A proposição do esquema psicológico leva, invariavelmente, a uma série de questões: (1) a natureza do simbolismo; (2) a relação do objeto em si com a representação psíquica deste objeto; (3) a relação deste com a representação de palavra.

Uma incursão pelo problema do símbolo na psicanálise mostrou que a articulação entre essa concepção e aquela que será desenvolvida pelas ciências da linguagem não se dá de forma imediata, precisando de uma série de intermediações para que os efeitos de sentido próprios à experiência psicanalítica sejam equacionados ao campo das teorias sobre a linguagem. Essas intermediações implicam tanto a desvinculação da teoria psicanalítica de seus resquícios mentalistas e representacionais quanto a passagem de uma abordagem estrutural da linguagem para sua dimensão pragmática. Ou seja, o problema dos efeitos de sentido é comum aos dois campos e é nos seus desdobramentos que o símbolo da psicanálise encontra o da lingüística. Além disso, o problema do símbolo se mostra secundário na teoria freudiana, uma vez que o foco está voltado para a motivação inconsciente e individual dos sintomas. A simbolização, portanto, compreende outras dimensões, de caráter energético e afetivo que são mais importantes para o campo de investigação freudiano.

Saindo das linhas gerais do problema e adentrando nos conceitos de representação de objeto e de palavra, pôde-se discutir como questões fundamentais da tríade semiótica – a relação entre o referente externo, a idéia e a palavra – não são trabalhadas de forma satisfatória ou exaustiva, porém algumas posições são marcadas. O ponto mais claro é a relação das representações com a realidade externa. Freud, através da vinculação filosófica com o empirismo inglês e, de uma forma mais geral, com o tratamento moderno do problema, afirmará a impossibilidade de acesso ao objeto em si sem, contudo, cair em um idealismo.

Pode-se inferir do texto freudiano uma filosofia da linguagem inspirada no associacionismo nominalista. Não está claro, contudo a relação entre o nível objetal e o verbal das representações, da mesma forma em que não é clara a sua vinculação com a concepção de *símbolo*. Pôde-se mostrar, entretanto, que algumas interpretações não encontram apoio no texto freudiano, como a de que a linguagem funde o pensamento ou a consciência, de que o símbolo seja exclusivamente arbitrário ou de que a relação entre a representação de palavra e a de objeto sejam de prevalência e precedência da primeira sobre a segunda, colocando a teoria representacional freudiana em vinculação direta com uma teoria lingüística de inspiração estrutural. Portanto, não se pode vincular diretamente o esquema psicológico das afasias com a noção saussuriana de signo, muito menos com os desdobramentos posteriores das ciências da linguagem. Em suma, a linguagem em Freud restringe-se a uma abordagem psicológica e não lingüística.

O conjunto dessas discussões permitiu traçar o campo inicial dos conceitos de representação de objeto e de palavra, que serão os elementos centrais da teoria da representação em Freud. Porém, mais do que apresentar esses conceitos, o presente capítulo mostrou que a teoria da representação em Freud, desde o início, está para além do problema da linguagem. A abordagem pelo viés da linguagem é secundária ao sentido das produções do inconsciente. Como foi visto, a ligação entre a representação de objeto e a de palavra é tomada como modelo para pensar a formação do símbolo mnêmico e, portanto, para a formação de sintomas.

Uma abordagem da representação sob o prisma da linguagem é um passo necessário, porém insuficiente para o estudo da teoria representacional freudiana. Ela precisa ser complementada pelas outras facetas da representação na metapsicologia, notadamente a vinculação da representação ao processo defensivo e seu enraizamento em uma concepção de natureza energética na qual o afeto aparece como uma negatividade. Por fim, essa teoria da representação precisa ser articulada a um modelo geral do funcionamento mental, ou seja, é preciso tematizar a dinâmica representacional constituinte de um aparelho psíquico. Esses passos serão abordados nos próximos capítulos, que darão seguimento às múltiplas figuras da representação na metapsicologia freudiana.

CAPÍTULO III

A REPRESENTAÇÃO, A DEFESA E O AFETO

Introdução

Os primeiros passos da constituição da teoria da representação freudiana foram descritos no capítulo anterior, no qual a representação foi examinada sob o prisma da linguagem. Este capítulo irá tratar daquilo que foi indicado como transcendente a essa problemática, que é a motivação inconsciente na formação dos símbolos, relacionada a uma operação defensiva e a uma dinâmica energética do aparelho psíquico. Dessa forma, irei agora focar a questão da representação articulada à defesa, na qual emerge a problemática dos afetos e, principalmente, da angústia como resíduo da operação de simbolização patológica.

Para tanto, iremos acompanhar a aplicação da hipótese representacional na constituição da teoria da defesa. Veremos que é a hipótese da distinção entre a representação e o afeto, bem como da sua separação pelo processo defensivo que constituirá o núcleo da teoria freudiana sobre os mecanismos em jogo no funcionamento psíquico. Assim, a trama conceitual dos anos 1890 é ainda incipiente no que diz respeito à elaboração de alguns conceitos fundamentais como os de inconsciente tópico, pulsão e repressão. O esforço teórico que irá diferenciar a abordagem freudiana das de Charcot e de Breuer partirá de uma hipótese energético-representacional para compreender as relações entre o somático e psíquico e delinear uma concepção do conflito psíquico. Essa constatação é suficiente para marcar a importância da teoria da representação psíquica como fundamento axiológico da metapsicologia freudiana.

A aplicação da hipótese representacional na constituição da teoria da defesa delineará a seguinte problemática em torno do afeto: a operação defensiva deixa um

resíduo energético livre, cuja expressão é o afeto. Dentre esses afetos originados pela defesa, destaca-se a angústia. Ela é o afeto mais desorganizado e mais elementar, verdadeiro resto da operação de ligação representacional. Assim, os mecanismos de gênese da angústia se mostram de particular interesse para a compreensão da teoria da representação em Freud. Eles evidenciam o mais além dos registros ideativos que constituirá o elemento implícito de tensão na teoria da representação freudiana: a intensidade afetiva.

A questão do afeto como elemento dinamizador da trama de representações ideativas – portanto, irredutível a uma pura estrutura cognitiva – é um dos fios condutores da presente dissertação. Já o introduzi anteriormente, quando foram abordadas as ambigüidades no conceito de afeto e a noção de angústia como denominador comum da simbolização. Iremos retomar essa problemática, agora pelo prisma dos mecanismos em jogo na operação defensiva.

Dessa forma, este capítulo procura circunscrever a noção de angústia que emerge do primeiro esforço de sistematização nosográfica empregado por Freud, o qual resultará na diferenciação das neuroses atuais, por um lado, e nas neuropsicoses de defesa, por outro. Pretende demonstrar que o mecanismo da neurose de angústia constituirá um primeiro modelo de abordagem da angústia, o qual pode ser sintetizado como a articulação entre uma *angústia inscrita no corpo* e a *insuficiência de elaboração psíquica*. Esse modelo, entretanto, se revela incipiente do ponto de vista teórico, deixando ambigüidades no que diz respeito à distinção entre a angústia da neurose de angústia em relação à angústia das neuropsicoses de defesa. Além disso, há ambigüidades concernentes ao próprio mecanismo responsável pela impossibilidade de representação psíquica da excitação somática sexual nas neuroses atuais.

A criação da categoria nosográfica das neuroses atuais, em particular a neurose de angústia, possui o valor de demarcação do campo psicopatológico da psicanálise pelo negativo, ou seja, distinguindo aquilo sobre o que a psicanálise não poderia intervir (Laplanche e Pontalis, 1998, p.300). Dessa forma, as neuroses atuais viriam a cair no ostracismo com o desenvolvimento da psicanálise freudiana.

Há, contudo, uma segunda possibilidade de encaminhamento da questão, desta vez pelo que traz de positivo. Trata-se de tomar a impossibilidade de representação psíquica que caracteriza a neurose de angústia como aquilo que se inscreve como um impensado no paradigma da representação. Assim, parece haver uma dimensão de “não-representação” simultânea à constituição da hipótese representacional. Essa segunda abordagem se mostra mais atraente para um estudo do pensamento freudiano em seu movimento intrínseco, caracterizado como *pendular e espiral* (Monzani, 1989, p. 301-304) ou como uma *espiral de exigência* (Laplanche, 1992, p. 13), conforme apresentado anteriormente. O objetivo, portanto é iniciar a circunscrição da problemática da “não-representação” no domínio dos anos 1890, na esperança de um encaminhamento à luz dos desdobramentos futuros, ou seja, marcar um ponto de fixação ao qual o movimento do pensamento freudiano deverá retornar em sua busca de equilíbrio.

A Teoria da Defesa

A introdução do conceito de *defesa* foi tão estruturante em termos metapsicológicos a ponto de alguns comentadores afirmarem que se encontra aí o início da teoria psicanalítica (Mezan, 2001, p. 27-28). Foi responsável por um arranjo mais coerente e satisfatório das primeiras observações freudianas sobre a histeria, levando a uma superação das concepções de estrangulamento dos afetos e de estados hipnóides através da descrição dos diferentes destinos do afeto em jogo nas neuroses.

Não é propósito desta dissertação discutir o desenvolvimento das hipóteses etiológicas freudianas ao longo dos anos 1890, da concepção constitucional de Charcot até o abandono da teoria da sedução e afirmação da sexualidade infantil, passando pela teoria catártica de Breuer e pela constituição da hipótese defensiva. Esse percurso nos interessa apenas no tocante a sua vinculação com a teoria representacional e a elucidação dos mecanismos em jogo na dinâmica psíquica.¹

¹ Um aprofundamento na história da concepção freudiana sobre a etiologia das neuroses pode ser encontrado em Mezan (2001), que desenvolve uma interessante hipótese sobre a articulação entre a elaboração do conceito de defesa, a etiologia sexual e as alterações técnicas nos primórdios da psicanálise. Outro trabalho interessante,

A “Comunicação Preliminar” dos estudos sobre a histeria (Freud e Breuer, 1893/1996) organiza-se em torno da concepção da ab-reação dos afetos estrangulados com conseqüente reintrodução da idéia na cadeia associativa, por meio da terapia catártica. Essa concepção rudimentar da cura pela fala e da “tomada de consciência”² carece de muitos dos elementos essenciais do edifício teórico da futura psicanálise – a teoria da repressão, a sexualidade e a importância dos acontecimentos infantis não têm nenhum destaque –, mas encontra-se apoiada na noção de que cada idéia é acompanhada de uma intensidade afetiva particular e que a impossibilidade de descarga desta está na origem da patologia.³ Nesse sentido, a síntese de Mezan é elucidativa:

“Na verdade, podemos dizer que a Psicanálise consiste na demolição, peça por peça, do conteúdo da *Comunicação Preliminar*. Aquilo que nela é essencial vai ser abandonado paulatinamente: primeiro a teoria dos estados hipnóides, depois o método catártico, e por fim a noção de que a histeria se funda na reminiscência. Das teses secundárias, sobrarão o papel da linguagem – mas numa concepção vastamente modificada – e a noção de que a cada idéia corresponde uma intensidade afetiva. E justamente aquilo que aparece como um termo ainda sem conceito – a sexualidade e a repressão – vai ser utilizado como ponto de partida para as concepções verdadeiramente freudianas.” (Mezan, 2001, p. 8)

Para os nossos propósitos, interessa marcar que a hipótese da distinção entre representação e afeto está na base da compreensão teórica dos mecanismos psíquicos, sendo mantida por Freud após o rompimento com Breuer e em direção ao desenvolvimento de sua teoria da defesa, elaborada entre os anos de 1893-1894. Ou seja, a hipótese da diferenciação entre representação e afeto, que já tinha sido um avanço em relação à hipótese defendida por Janet da incapacidade de síntese mental, se mostrou essencial para pensar o conceito de defesa.

O grande marco do desenvolvimento da teoria da defesa foi o artigo “As Neuropsicoses de Defesa” (Freud, 1894c/1996), que possibilitou a articulação de uma ampla gama de quadros patológicos sob a égide de um mesmo princípio defensivo. Com esse novo operador teórico, Freud pôde redigir uma série de textos que procuram elucidar

especificamente sobre o desenvolvimento da concepção freudiana da etiologia das neuroses é o de Andersson (2000).

² Schneider (1993) revisita o momento inicial da terapêutica psicanalítica para tratar de vinculação essencial entre representação e afeto no método catártico. Enfatiza que a *tomada de consciência* do sintoma não é função apenas de uma cadeia associativa representacional, mas dos efeitos da intensidade afetiva sobre ela, entendida, em uma perspectiva existencial, como a assunção ética de si mesmo.

³ Deve-se lembrar que, na comunicação preliminar, Freud tende a concordar com a hipótese de Breuer sobre os estados hipnóides como fator impeditivo da descarga normal do processo ideativo e, portanto, responsável pela gênese da histeria.

a etiologia e os mecanismos em jogo nas diferentes neuroses, delineando um primeiro quadro nosográfico.

De forma sintética, este quadro diferencia duas categorias nosográficas principais: (1) *neuropsicoses de defesa* – psicose, paranóia, neurose obsessiva, fobia, histeria – cuja etiologia se deve aos diferentes mecanismos defensivos que procuram manter a representação ideativa indesejável afastada da consciência; (2) *neuroses atuais* – neurastenia e neurose de angústia – cuja etiologia se dá não por fatores de ordem psíquica, mas por alterações no nível de descarga da excitação sexual somática.⁴ No primeiro grupo, a causa geral se deve à incompatibilidade na vida psíquica, ou seja, uma representação ideativa ou afeto aflitivos ao ego que não podem ser sanados pela atividade de pensamento. Entraria em cena a defesa, que consiste no esforço voluntário do ego em diminuir a força da representação de forma que esta não demande exigência do trabalho de associação, o que é obtido “privando-a do *afeto* – a *soma de excitação* do qual ela está carregada” (Freud, 1894c/1996, p.56, grifo nosso).

O resultado dessa operação defensiva implica a liberação da soma de excitação ligada originalmente à representação ideativa, sendo as diferentes formas de destino do afeto o que caracteriza as diferentes neuropsicoses. Sinteticamente, tem-se: (1) *conversão* – descarga da excitação para o somático ao longo da inervação motora ou sensorial relacionada à experiência traumática, tendo como consequência a formação de um símbolo mnêmico e de um grupo psíquico isolado na consciência; (2) *transposição, deslocamento ou falsa conexão* – excitação permanece na esfera psíquica, ligando-se a outras idéias associáveis, criando um substituto da idéia e, secundariamente, rituais obsessivos; (3) *rejeição* – a representação e a excitação são excluídas da esfera psíquica, como se jamais houvesse ocorrido, levando consigo um fragmento da realidade; (4) *projeção* – manutenção da excitação com transposição para um objeto externo. Esses mecanismos

⁴ A definição dos mecanismos das neuropsicoses se encontra principalmente no primeiro artigo sobre o assunto (1894c/1996), com exceção da paranóia e da melancolia, que são tratados apenas nos rascunhos (1895a/1996, 1895d/1996). Há também uma consideração mais detida na diferenciação entre as obsessões e fobias, as quais compartilham do mesmo mecanismo de *transposição* ou *deslocamento* (1894d/1996). Já as neuroses atuais são definidas em outros dois artigos (1894e/1996, 1895c/1996). Freud tinha o projeto, nunca concretizado, de escrever um livro sintetizando essa sua primeira contribuição psicopatológica (1894a/1996).

estariam relacionados, respectivamente, aos quadros de: (1) *histeria de defesa*, (2) *obsessões e fobias*, (3) *psicose alucinatória* e (4) *paranóia*.

Percebe-se, nesse quadro, o delinear dos principais mecanismos de defesa, assim como os principais quadros psicopatológicos que serão pouco a pouco elaborados ao longo da teorização freudiana. Como já foi assinalado, do ponto de vista metapsicológico, essa organização do conceito de defesa se baseia em uma hipótese sobre o funcionamento mental, que é a de uma concepção representacional do psiquismo cuja dinâmica remete a uma noção de investimento energético. Assim, a teoria da representação funciona como um importante instrumento heurístico para a metapsicologia freudiana. Nada mais esclarecedor a esse respeito do que os parágrafos finais do texto:

“Gostaria finalmente de demorar-me por um momento na *hipótese de trabalho* que utilizei nessa exposição nas neuroses de defesa. Refiro-me ao conceito de que nas funções mentais deve ser distinguida alguma coisa – uma *quota de afeto ou soma de excitação* – que apresenta todas as características de uma *quantidade* (embora não disponhamos de meios para medi-la), capaz de crescimento, diminuição, deslocamento e descarga, e que *se espalha sobre os traços de memória das idéias*, tal como uma carga elétrica se expande na superfície de um corpo. Tal hipótese, que aliás já subjaz a nossa teoria da ‘ab-reação’ em nossa ‘Comunicação Preliminar’, pode ser aplicada no mesmo sentido que os físicos aplicam a *hipótese de um fluxo de energia elétrica*. Ela é provisoriamente justificada por sua utilidade na coordenação e explicação de uma grande variedade de estados psíquicos.” (Freud, 1894c/1996, p.66, grifo nosso)

Eis o reconhecimento por parte de Freud da importância da teoria da representação operando desde o início de sua teoria. De fato, trata-se de uma hipótese bastante profícua, que norteará a investigação freudiana por vários anos, não sendo nunca totalmente abandonada: representação e afeto estão no centro da trama conceitual freudiana. A passagem acima constitui sua grande explicitação.

Como foi visto no capítulo anterior, o estudo sobre as afasias traz os primeiros passos da constituição dessa teoria, em que se observa a concepção dos representantes psíquicos como *paralela* ao processo fisiológico. Esse paralelismo não será resolvido com a elaboração da hipótese da defesa⁵, mas a teoria encontrará um notável desenvolvimento. Em primeiro lugar, percebe-se que Freud passa a admitir um fator dinâmico na esfera psíquica, algo completamente marginal no estudo sobre as afasias.

Tem-se, então, a elaboração da noção de uma excitação psíquica que investe os traços mnêmicos na formação das representações ideativas. O fluxo desse fator

quantitativo é o responsável pela dinâmica psíquica, sendo o que está na base dos mecanismos de defesa. A dinâmica da excitação, por sua vez, é função de um esforço voluntário do ego para evitar o sofrimento, o que revela a hipótese subjacente de que o aumento da excitação é incompatível com a saúde do ego, ou seja, de que o psiquismo seja orientado por um princípio de regulação energética. Encontram-se implícitas tanto a noção de um princípio de prazer como a de um princípio de constância.

Há, também, a ultrapassagem da abordagem neuropsicológica, com a revelação da importância dos fatores sexuais nas neuroses e a concepção da formação de um grupo psíquico isolado, levando ao abandono de uma psicologia estrita da consciência. Em suma, Freud está em um nível diferenciado de teorização em relação ao estudo sobre as afasias, quer seja na abordagem da patologia, quer seja na introdução de um fator dinâmico no seu quadro de referência. As primeiras contribuições agora se encontram em um novo patamar.

Esse novo arranjo da teoria da representação, aliado aos desenvolvimentos técnicos da terapia, possibilitarão a ultrapassagem do quadro de referência anterior rumo a uma nova compreensão do fenômeno histérico. Nesse sentido, há um grande hiato entre a “Comunicação Preliminar” e o capítulo teórico que Freud escreverá, após o desenvolvimento da teoria da defesa, sobre a “Psicoterapia da Histeria” (Freud e Breuer, 1895/1996). O que é particularmente interessante nesse texto é o tratamento dado ao problema da resistência – um dos grandes motivos para o abandono do método catártico.

A consideração da resistência, que é inicialmente técnica, se reveste de importância metapsicológica ao se tornar o elemento organizador da trama de representações do aparelho psíquico. A partir do grau de resistência oferecido por determinado conjunto de recordações é possível determinar a sua posição relativa em relação ao *núcleo patogênico central*⁶. Há uma estratificação do material patogênico em função da

⁵ Já indiquei que a relação mente-corpo só encontrará uma circunscrição definitiva com a elaboração do conceito de pulsão, nos três ensaios sobre a sexualidade (Freud, 1905/1996).

⁶ O interessante dessa concepção do psiquismo em estratos é que concebe o núcleo central como o lugar máximo de resistência, sendo, afinal, inacessível ao trabalho terapêutico. Essa marca originária do inconsciente é uma primeira tematização daquilo que surgirá, posteriormente, como o “umbigo do sonho” (Cf. capítulo 5). A diferença é que a idéia de umbigo remete a uma negatividade na origem, enquanto a idéia de núcleo sugere que alguma coisa existente. Esse ponto é fundamental para o mapeamento do problema da “não-representação” na emergência da primeira tópica freudiana.

resistência, responsável pela lógica de organização espacial do psiquismo. Os princípios associativos são consideravelmente expandidos. Além das clássicas ordenações temporais e lógicas, presentes desde o estudo sobre as afasias, encontram-se, agora, as ordenações em função das operações defensivas sobre a trama de representações.⁷

Portanto, Freud começa a avançar no sentido da definição de um arranjo mais complexo das representações na constituição do aparelho psíquico. Essa metáfora, conhecida pela sua analogia com a disposição de camadas de uma cebola, mostra a evolução do aparelho de linguagem do estudo das afasias em direção a um primeiro modelo do aparelho psíquico. A concepção de uma tópica, portanto, é contemporânea ao tratamento dinâmico da concepção representacional:

“Aqui, a tópica é, ao mesmo tempo, a sede de uma concepção dinâmica, já que se estratifica em função das forças de uma resistência, e essas forças só podem ser bem descritas no seio de um modelo espacial” (Laplanche, 1998, p. 152)

Não cabe aqui articular todos os pontos da passagem do esquema psicológico das afasias para o primeiro modelo de aparelho psíquico, nos estudos sobre a histeria. O que nos interessa é marcar a introdução do fator energético na dinâmica psíquica como fio condutor dessas elaborações.

Outro ponto importante nessa elaboração teórica é a tematização da relação da energia psíquica e com a excitação somática. A passagem de Freud citada anteriormente revela e sintetiza algo que está presente na consideração metapsicológica nesse período, a saber, a ambigüidade entre conceber o afeto como representação psíquica e como sinônimo de excitação somática; como *quota de afeto* e como *soma de excitação*.⁸

Freud é enfático ao diferenciar o afeto como um tipo de emoção – um fenômeno qualitativo situado na esfera do psíquico – da excitação como um termo que se refere à energia que investe o psiquismo – um fenômeno quantitativo situado fora do aparelho psíquico, quer seja na esfera do somático, quer seja no nível da pulsão. Essa concepção é defendida ao longo de toda sua obra (Freud e Breuer, 1893/1996; Freud 1894b/1996, 1895b/1996 1900/1996, 1915c/1996, 1917c/1996). Contudo, é possível encontrar

⁷ Essa arquitetura do material patogênico em função da operação defensiva permitirá, por sua vez, o recurso à associação-livre, dando um passo decisivo na teoria da técnica freudiana (Cf. Mezan, 2001, p. 23).

⁸ A distinção entre a quota de afeto e sua quantidade, ou soma de excitação, já foram introduzidas no primeiro capítulo.

utilizações menos rígidas dessas duas definições, as quais apagam justamente a oposição fundamental entre a qualidade e a quantidade ou entre o psíquico e o somático (Laplanche e Pontalis, 1998, p.421).

A explicação de Strachey (Freud, 1894c/1996, p.81-72) para essa aparente ambigüidade está na própria concepção freudiana sobre a natureza dos afetos. Como vimos, Freud irá definir o afeto a partir de duas ordens de manifestação: (1) processos de descarga motora; (2) processos sensitivos tanto da ordem da percepção dessas descargas quanto da ordem de sensações de prazer e desprazer (Freud, 1915c, p.204-205 e 1917c, p.396). Ou seja, o afeto não seria estritamente psíquico, mas envolveria também uma descarga para o somático. Seria, portanto, mais claramente relacionado a uma expressão do fator quantitativo da excitação somática. Nesse sentido, a quota de afeto seria uma manifestação particular do fator mais geral da soma de excitação, ou, para utilizar a terminologia que sugeri anteriormente, a intensidade afetiva é uma manifestação da quantidade energética subjacente. Como Freud estaria mais interessado nessas manifestações particulares que ocorriam nos quadros neuróticos, descrevia a quantidade deslocável de excitação como uma quota de afeto, em vez de diferenciar melhor os níveis do problema. Esse hábito persiste mesmo nos artigos de metapsicologia, que constituem a grande síntese metapsicológica da primeira tópica, contribuindo para tornar o conceito freudiano menos claro.

A interpretação de Strachey é coerente, mas é preciso avançar nesse argumento de forma a explicitar a natureza do afeto como um fenômeno simultaneamente somático e psíquico. É justamente nesse período de definição dos quadros nosográficos e de introdução de um fator dinâmico na teoria que a problemática se mostrará mais evidente, em particular na definição dos mecanismos em jogo na neurose de angústia, na fobia e na melancolia.

O Mecanismo da Neurose de Angústia

As neuroses atuais se caracterizam por possuírem em sua etiologia não um mecanismo psíquico, mas o emprego inadequado da energia sexual. A neurastenia seria originada pela inadequação da ação de descarga da tensão sexual, ou seja, na substituição da *ação específica* – a única que traz a satisfação plena da excitação – por formas alternativas como a masturbação ou poluições noturnas. Nesse caso, haveria uma descarga da excitação sexual, porém insatisfatória. Isso levaria a um aumento das descargas sem satisfação plena, o que acabaria esgotando o estoque energético do indivíduo. Freud reinterpreto a neurastenia nos termos de uma economia insatisfatória de energia sexual, antes considerada uma degeneração da condução nervosa.

Mais interessante, entretanto, é o quadro de neurose de angústia. O termo foi cunhado por Freud para diferenciar um quadro sintomatológico que se confundia com a neurastenia e com a histeria de conversão, tendo como sintoma nuclear a *expectativa ansiosa* ou *angústia flutuante*. Tratava-se de uma quantidade acumulada de excitação, a qual originava irritabilidade, hipocondria, angústia moral, ataques de angústia ou mesmo uma angústia difusa, com vários sintomas somáticos associados, em especial a sensação de falta de ar. O intrigante nesses casos é que não havia nenhuma origem psíquica para a angústia, ou seja, a excitação não era desvinculada da representação por um processo defensivo, mas se tratava de uma excitação somática acumulada, de origem sexual. Além do mais, o quadro era acompanhado por uma redução da libido sexual ou do desejo psíquico⁹, o que indicava que essa excitação somática não chegava ao psiquismo. Isso levou à afirmação de que o mecanismo da neurose de angústia estaria relacionado com uma “*deflexão da excitação sexual somática da esfera psíquica, com um conseqüente emprego anormal dessa excitação*” (Freud, 1894e/1996, p.109, grifo do autor). Haveria um acúmulo da excitação sexual que não chegaria a ser descarregado, não transpondo o limite entre o somático e o psíquico. Seria, portanto, defletido da consciência e depois transformado em descarga somática na forma de ataques de angústia.

O primeiro ponto importante a considerar na neurose de angústia é a necessidade de destacá-la da neurastenia no campo das neuroses atuais. Como foi colocado no início

⁹ Nesse período, anterior à definição da pulsão, Freud utiliza os termos *libido somática* e *libido psíquica*. A primeira seria a excitação somática de origem sexual, enquanto a segunda seria o desejo sexual, correlato dessa excitação somática.

deste capítulo, um dos pontos importantes da circunscrição das neuroses atuais é justamente a sua exclusão da esfera de atuação da psicanálise, pois sua etiologia estaria atrelada à sexualidade, porém não remetida a um conflito defensivo e sim a um emprego inadequado da excitação sexual. Essa tese é parcialmente válida, pois contribuições importantes para o entendimento de mecanismos gerais do psiquismo são retiradas desses quadros. Um deles é a compreensão da relação entre a excitação sexual somática e a dinâmica psíquica. O outro é a origem do afeto de angústia.

É nesse segundo ponto que se justifica a necessidade de destacar da neurastenia a neurose de angústia, pois esta revelaria com clareza que os sintomas da angústia possuiriam uma etiologia específica e uniforme de natureza sexual (Freud, 1895c/1996, p.125). Ou seja, a neurose de angústia seria um modelo para a compreensão da angústia, em especial para marcar a origem sexual de tal afeto. Essa vinculação é a mais facilmente demonstrável, já que várias complicações importantes daí se originam.

A primeira e mais marcante delas é a indefinição do mecanismo em jogo. Os dois artigos (Freud, 1894e/1996, 1895c/1996) afirmam que a angústia não se origina da defesa, mas sim de um mecanismo que não se situa na dimensão psíquica. As razões para isso, contudo, não são explicitadas. Fala-se de uma particular *transposição* do afeto, de um *impedimento* ou interferência no exercício psíquico da tensão somática sexual, de uma *deflexão* desta do psiquismo e, ainda, de uma *alienação* entre as esferas psíquica e somática no curso tomado pela excitação sexual. Em suma, seria algo da ordem de uma *insuficiência psíquica*. De qualquer forma, o mecanismo em si ou a origem dessa insuficiência não estão satisfatoriamente elucidados.

A explicação freudiana é sustentada pela hipótese energética subjacente à teoria da representação. Parte da noção de que no organismo do sexo masculino a excitação sexual somática é produzida de forma contínua e que periodicamente esta se torna um estímulo ao psiquismo.¹⁰ A idéia é que um certo nível de excitação visceral precisa ser alcançado para vencer a resistência do caminho intermediário de condução ao córtex e expressar-se como estímulo psíquico. Quando isso ocorre, o conjunto de representações psíquicas sexuais – o *grupo psíquico* – fica suprido de energia, criando consigo o estado de tensão

libidinal. Este estado traz consigo uma ânsia de remover tal tensão, o que só é possível através da ação específica, que efetivamente suprime a totalidade da excitação sexual somática (Freud, 1894e/1996, p.109).¹¹

A explicação acima apenas dá conta da suposição energética que subjaz ao funcionamento mental em geral, estando presente em todas as neuroses. Não há em nenhum lugar nos textos desse período uma definição satisfatória de como se dá essa “passagem” do processo fisiológico para o psicológico. Ou seja, a indefinição anunciada no estudo sobre as afasias ainda se encontra presente. A questão, contudo, não se coloca da mesma forma. Para elucidá-la é preciso examinar as formas de relação entre essas duas esferas, esclarecendo que não há uma divisão entre elas, como se as neuroses atuais fossem puramente somáticas e não envolvessem alguma forma de representação psíquica apenas pelo fato de haver uma falta do desejo sexual. Portanto, *faz-se necessário distinguir entre a etiologia psíquica ou atual de uma neurose e a inscrição psíquica ou corporal da energia sexual*.¹²

No caso da etiologia psíquica, o que está em consideração são os mecanismos defensivos em atuação nessa dimensão e as respectivas vicissitudes dos componentes ideativo e afetivo. Da operação desse mecanismo psíquico resulta uma quantidade de excitação psíquica livre na forma de um afeto, o qual é convertido por meio de descarga somática ou transformado em outro afeto, dentre eles a angústia. Há, portanto, uma inscrição psíquica da energia sexual e é pela vicissitude dos mecanismos psíquicos que esta pode ser reenviada para o corpo na forma de descarga. Nessa descarga conversiva o corpo se torna um símbolo do conflito (símbolo mnêmico) e, portanto, um corpo erogeneizado.¹³ A descarga não é apenas de sintomas conversivos, mas também de

¹⁰ Trata-se do modelo da estimulação sexual por pressão nas paredes das vesículas seminais, cuja explicitação se dá nos ensaios sobre a teoria da sexualidade (Freud, 1905/1996, p.219).

¹¹ Esta concepção é ilustrada por Freud no quadro esquemático da sexualidade (1895a/1996, p.248) e sintetizada no rascunho sobre a origem da angústia (1894b/1996, p.237-238).

¹² No período em questão, Freud refere-se especificamente ao componente sexual (libido) da energia somática total do corpo. Sabe-se que, mais tarde, a sexualidade passará a ser um paradigma para toda a dinâmica energética na psicanálise freudiana. Contudo, no tocante às neuroses atuais, a energia envolvida é de origem sexual estrita e isso é fundamental quando se procura reinterpretar a noção de neurose atual a partir dos desdobramentos teóricos posteriores de Freud.

¹³ O termo *corpo erógeno* não é utilizado por Freud, apesar de sua tradição em psicanálise e sua pertinência às concepções freudianas. Foi introduzido por Leclaire (1979), denotando o corpo significado pela sexualidade em

afetos. Cabe lembrar a consideração feita acima de que os afetos são compostos tanto da sensação psíquica de prazer ou desprazer como de descargas motoras. O afeto nas neuropsicoses de defesa é expressão de um conflito psíquico, o que pode ser constatado principalmente pela vicissitude do componente ideativo a que ele se encontrava ligado. É isso que sustenta a noção de uma transposição afetiva na neurose obsessiva e na fobia.

No caso da etiologia atual, a causa é o acúmulo da energia sexual somática impossibilitada de se inscrever no psiquismo. O mecanismo não é de natureza defensiva, tratando-se de uma impossibilidade de inscrição de outra ordem. A princípio, Freud afirma, na consideração do coito interrompido feminino, que a impossibilidade de inscrição se dá pela alienação entre o psíquico e a excitação somática, devido tanto à indução da excitação somática sem desejo psíquico correlato quanto à interrupção da ação específica antes da descarga. Esse, contudo, é apenas o caso mais simples do mecanismo: o alheamento psíquico devido ao deslocamento da atenção sobre os objetivos sexuais. Percebe-se que há, já aí, uma impossibilidade psíquica de inscrição dessa excitação, mesmo que seu incremento seja dado por um fator da conduta sexual do indivíduo.

Observando-se os quadros mais complexos – abstinência forçosa, angústia virginal ou das pessoas extremamente pudicas e a angústia do homem decorrente do coito interrompido – encontram-se fatores psíquicos impeditivos definidos nos termos de *rejeição psíquica, defesa e repressão intencional das representações sexuais* (Freud, 1894b/1996, p.239 e 1894e/1996, p.106-107). Nesses casos, não há apenas alheamento, mas também um mecanismo intencional de defesa¹⁴ contra a excitação sexual somática.

O que difere é o fato de a defesa, tal como definida nas neuropsicoses, se dar contra a excitação já inscrita no psiquismo, desligando-a do seu representante. Já no caso da neurose de angústia a “defesa” se dá antes da inscrição no psiquismo, sendo necessário se admitir que haja aí um mecanismo impeditivo. A questão é saber se isso se dá por interferência na representação ideativa ou por impossibilidade constitutiva do aparelho

oposição a uma topografia puramente biológica. Dessa forma, circunscreve a passagem do corpo anátomo-fisiológico para o corpo representado, como ressalta Birman (1991).

¹⁴ Nesse período de constituição da teoria da defesa, ela é considerada um ato intencional da consciência contra a incompatibilidade ideativa e o afeto penoso associado a esta, não um mecanismo inconsciente, como será posteriormente definido pela metapsicologia.

psíquico em ligar essa excitação ao circuito representacional. Em suma, o mecanismo em jogo seria efetivamente da ordem do psíquico, mas de uma outra maneira: em vez de uma ação secundária no manejo da excitação psíquica, um processo mais primitivo que abortaria a excitação do circuito psíquico em sua própria origem.

O ponto a ser elucidado é como essa impossibilidade que resulta na deflexão se origina: de uma carga hereditária, de um fator constitutivo psíquico ou de uma circunstância da vida atual do paciente. O esclarecimento deve ser buscado no contexto da *equação etiológica*. Essa proposição está sustentada na compreensão da causalidade enquanto *somação* energética, ou seja, articulando diferentes fatores quantitativos na superação do limiar de carga suportável ao sistema nervoso que resulta na neurose. Os fatores são: precondição (hereditária ou decorrente da história infantil), causa específica, causas concorrentes e causa precipitante ou desencadeante. Apenas a causa específica poderia operar na dimensão qualitativa – ou seja, na forma da neurose – enquanto os demais operariam apenas na dimensão quantitativa como multiplicadores da carga total sobre o sistema nervoso, resultando daí a noção de sobredeterminação na etiologia das neuroses (Freud, 1895c/1996, p.134-137).

Na neurose de angústia, a causa específica seria a *insuficiência psíquica*, que levaria a um desvio do curso normal da excitação sexual somática, levando, por sua vez, a processos anormais, sendo a causa desencadeante o súbito incremento da quantidade de excitação devido a condições atuais na conduta sexual. Entretanto, não há um esclarecimento da precondição para essa insuficiência, a qual é remetida a uma obscura origem genética e sobredeterminação, não havendo, assim, uma resposta satisfatória.

A estratégia freudiana é esclarecer, primeiramente, os mecanismos em jogo nos quadros e sustentá-los em uma hipótese energética de forma mais ou menos satisfatória sem, contudo, ter elementos para esclarecer especificamente a etiologia das diferentes neuroses. Para tanto, é preciso remontar a uma gênese do psiquismo e a hipóteses sobre a origem dos mecanismos de defesa. Dessa linha de investigação resultarão as hipóteses sobre a teoria da sedução ativa e passiva e o trauma sexual vivido *a posteriori*, no segundo artigo sobre as neuropsicoses de defesa (Freud, 1896b/1996). Neste, contudo, se deterá na elucidação de apenas três quadros nosográficos: a histeria, a neurose

obsessiva e a paranóia. Ficarão de fora a melancolia e as fobias, além do grupo das neuroses atuais. A questão da gênese da insuficiência psíquica e sua relação com a angústia, bem como os aspectos em jogo na melancolia e na fobia permanecerão latentes na teorização freudiana por um bom tempo.

Depreende-se do até aqui exposto que a afirmação do mecanismo em jogo nas neuroses atuais como não sendo da ordem do psíquico é parcial. Na verdade, ele deve ser diferenciado do mecanismo de separação entre as representações ideativa e afetiva, denominado, nesse momento, de *defesa*. O mecanismo de *insuficiência psíquica* seria mais primário do que a defesa, pois impede a ligação da excitação sexual somática com a cadeia associativa. Não se pode, portanto, confundir o mecanismo de defesa com a totalidade dinâmica psíquica: há algo na constituição das representações que se mostra presente, porém não recebe tratamento conceitual. Esse é o primeiro ponto na elucidação das relações entre o somático e o psíquico em jogo na neurose de angústia.

O segundo ponto é investigar se, de fato, não há inscrição da excitação sexual somática no psiquismo no caso da neurose de angústia. A resposta se dá na mesma direção do que foi antes colocado: não há inscrição no sentido de uma dinâmica representacional que origine a angústia. O que ocorre na neurose de angústia é que o acúmulo progressivo da excitação que não encontra expressão psíquica acaba transpondo de qualquer forma o limiar de capacidade, transformando-se em intensidade afetiva na forma de angústia. A angústia, na medida em que é um afeto, é tanto descarga para a inervação somática quanto sensação de prazer e desprazer. Trata-se, portanto, de uma manifestação psíquica, porém específica. Sua particularidade decorre da expressão profundamente visceral e da indefinição de um conteúdo ideativo relacionado. Pode-se afirmar que a excitação somática, quando pressiona por representação, acaba por não investir em ligações associativas complexas devido à insuficiência psíquica, ficando no nível das associações mais simples.¹⁵ A angústia, dessa forma, inscreve-se no psiquismo e de uma forma precária em relação a outros afetos. É, também e por conta disso,

¹⁵ Como foi visto no capítulo anterior, o aparelho psíquico constitui-se como uma rede representacional hierarquicamente distribuída em níveis associativos e superassociativos na qual os níveis superiores são perdidos em primeiro lugar quando de um evento traumático.

fundamentalmente descarga, cuja direção se dá no sentido de inervações associadas à respiração e ao ato sexual.

À luz destas considerações, a leitura de algumas sínteses freudianas sobre o assunto se torna mais rica e reveladora:

“(...) nessa neurose, as coisas se desvirtuam da seguinte maneira: a tensão física aumenta, atinge o nível do limiar em que consegue despertar afeto psíquico, mas, por algum motivo, a conexão psíquica que lhe é oferecida permanece insuficiente: um *afeto sexual* não pode ser formado, porque falta algo nos fatores psíquicos. Por conseguinte, a tensão física, não sendo psiquicamente ligada, é transformada em – angústia.” (Freud, 1894b/1996, p.238)

“Nos casos em que há um considerável desenvolvimento da tensão sexual física, mas esta não pode ser convertida em afeto pela transformação psíquica – por causa do desenvolvimento insuficiente da sexualidade psíquica, ou por causa da tentativa de suprimi-la (defesa), ou por causa do alheamento habitual entre sexualidade física e psíquica –, a tensão sexual se transforma em *angústia*. Assim, nisso desempenham um papel a acumulação de tensão física e a evitação da descarga no sentido psíquico.” (Freud, 1894b/1996, p.240)

O primeiro trecho é revelador ao afirmar uma insuficiência psíquica que pode ser entendida como parcial, pois o afeto formado é um afeto particular, a angústia, e não um *afeto sexual*.¹⁶ No segundo trecho, observa-se de forma bastante resumida a constelação de possibilidades dinâmicas em jogo na insuficiência psíquica como um dos pólos do mecanismo da neurose de angústia. O que fica obscuro no texto freudiano é a gênese dessa insuficiência e a natureza da angústia; pontos que aqui se procurou elucidar minimamente.

O argumento até aqui exposto coloca-se contra a distinção estrita entre somático e psíquico que polarizaria de saída a diferenciação entre as neuroses atuais e as de defesa. O erro está em vincular a etiologia psíquica e sua inscrição com o conceito de defesa sem atentar para o fato de que há um impedimento psíquico originário que força a expressão da excitação somática no psiquismo na forma de angústia. *A diferença, portanto, não se dá entre o nível psíquico e somático, mas no caráter primário ou secundário do mecanismo e da angústia.* Assim, na neurose de angústia o mecanismo é primário, no sentido de um impedimento de ligação psíquica, e a angústia também o é, pois é transformação direta da excitação somática em afeto. Já nas neuroses de defesa o

¹⁶ A passagem ilustra, ainda, o comprometimento da neurose de angústia com uma esfera de excitação bastante restrita à função sexual propriamente dita. Quando a noção de sexualidade for expandida com a introdução do conceito de pulsão, essa distinção, tão cara à concepção das neuroses atuais, cairá por terra, implicando a necessidade de uma reconsideração da noção de insuficiência psíquica.

mecanismo é secundário, no sentido de uma desvinculação entre os representantes, e da mesma forma o é a angústia, pois essa é transformação do afeto em angústia.

Percebe-se o quanto o modelo da neurose de angústia é paradigmático para entender a angústia não apenas devido a sua ligação direta com a vida sexual atual, mas, sobretudo, devido a ser esta a manifestação mais “bruta” do mecanismo que origina a angústia: a transformação da energia psíquica que não encontra inscrição adequada na rede associativa, ultrapassando o limiar de suporte energético do aparelho psíquico. Desse modo, a angústia é a expressão mais direta de uma insuficiência econômica do aparelho psíquico, tanto em sua manifestação mais pura na neurose de angústia quanto nos demais quadros nosográficos.

Desdobramentos e Tensões na Teoria da Representação

Uma vez apresentada a hipótese que procura situar, na neurose de angústia, o lugar do afeto nas relações entre a excitação somática e a psíquica, pode-se avançar em algumas considerações adicionais. Trata-se de atentar para o fato da teoria da representação encontrar-se ainda incipiente nos textos do período em questão. Nesse intuito, abordarei dois pontos: (1) a indefinição do mecanismo psíquico presente na angústia das neuropsicoses de defesa; (2) o problema da diferenciação entre energia somática e psíquica nos quadros nosográficos.

Até agora descrevi em pormenores a angústia em seu mecanismo primário, mas não tratei dos detalhes da angústia que é provocada pela defesa. Sabe-se que o afeto de angústia encontra-se presente de forma marcante nas histerias e nas fobias. Nas histerias, a angústia decorre do processo conversivo, que em vez de se instalar como símbolo mnêmico, se descarrega na inervação na forma de angústia. A derivação do afeto, contudo, é secundária e não primária, decorrendo daí a sugestão que a neurose de angústia é a contrapartida somática da histeria, diferindo desta quanto ao mecanismo (Freud, 1894e/1996, p.115).

No tocante às fobias, a questão é um pouco mais complexa. Isso se deve ao fato de que as fobias têm um estatuto bastante inconsistente nos textos desse período. A princípio, o que distinguiria as obsessões das fobias não seria propriamente o mecanismo – já que é o mesmo, *transposição*, para as duas – mas a qualidade do afeto associado à neurose: nas obsessões o afeto permaneceria inalterado, mas ligado a outra representação ideativa, enquanto nas fobias esse afeto seria sempre o de angústia, havendo, portanto, uma transformação do afeto original (Freud, 1894d/1996, p.79-80). Além disso, o objeto da fobia não teria tão marcadamente o caráter de substituto ideativo, sendo mais contingente que nos quadros histéricos. Haveria, então, diversos tipos de fobias – comuns, histéricas e contingentes – sem que fique muito clara a distinção entre elas.

De qualquer forma, o estado de angústia seria o mais marcante nas fobias “típicas”, como a agorafobia e sua origem deveria ser encontrada na evitação de um ataque original de angústia que não derivaria de qualquer lembrança. Assim, pareceria haver uma distinção entre uma fobia de base psíquica, mais próxima da obsessão, e outra de base não psíquica. Essa constatação leva Freud a afirmar que o segundo tipo de fobia seria então “parte da neurose de angústia” (Freud, 1894d/1996, p.85), na forma de um sintoma a ela associado – como manifestação psíquica desta – e não mais como um quadro relacionado à neurose obsessiva.

O problema é que essa distinção entre uma fobia de inscrição psíquica e outra não psíquica se confunde com a que faz distinção entre os objetos e ainda com a classe de fobias de origem traumática que se ligam à histeria. Porém, no artigo sobre a neurose de angústia a distinção recai novamente entre as fobias pertencentes à neurose obsessiva e as pertencentes à neurose de angústia, só que agora se afirma que o afeto transposto da segunda não tem origem em uma idéia reprimida, mas em algo como um ataque original de angústia (Freud, 1894e/1996, p.99). Observa-se que Freud associa novamente um mecanismo defensivo a um fator energético aparentemente não psíquico. Além disso, não esclarece a angústia presente nas fobias de origem defensiva. Nessas, ao que parece, a angústia encontra-se mais ligada a um objeto específico, devido a sua maior inserção na rede associativa psíquica.

Em suma, o mecanismo das fobias permanece obscuro para Freud, dificultando ainda mais uma elucidação das diferentes manifestações do afeto de angústia.¹⁷ Assim, parece que as fobias e a histeria pouco ajudam a compreender o mecanismo da angústia no período dos anos 1890. Compartilham apenas a noção de uma transformação automática do excesso de excitação em angústia, que é emblemático na neurose de angústia. Por esse motivo, Freud toma a angústia das neuroses atuais como primeiro paradigma da angústia.

Um segundo ponto é a forma incipiente da relação entre excitação somática e psíquica como hipótese explicativa para os quadros nosográficos descritos. Além das disjunções aparentes entre a origem não psíquica e a psíquica para diversos distúrbios, é interessante notar o caso da melancolia. Freud interpretará a melancolia como uma patologia decorrente de perda de libido ou, mais especificamente, o afeto de luto pela perda da libido (Freud, 1895a/1996, p.247). Economicamente, há um misterioso buraco na trama do aparelho, por onde se esvai a energia psíquica. Não há, contudo, um mecanismo que dê conta dessa defasagem libidinal. Isso faz com que Freud não consiga fazer uma distinção exata entre a perda de libido decorrente das neuroses atuais da perda de libido psíquica que ocorre na melancolia propriamente dita, que ele chama de comum.¹⁸ Além disso, não há como explicar, teoricamente, a presença do afeto de luto, assim como o mecanismo específico que retira a libido psíquica da representação e a transforma em angústia.

Em suma, a melancolia não recebe uma explicação devida dentro do contexto da teorização freudiana do período e não é para menos que ela venha a desaparecer dos textos sobre as neuropsicoses de defesa.¹⁹ De qualquer forma, a consideração da

¹⁷ De fato, é só no caso do “pequeno Hans” que Freud irá dar um passo na definição da entidade clínica que compreenderá algumas das fobias, dessa vez articulando-a ao mecanismo da histeria: a histeria de angústia (Freud, 1909a/1996, p.106).

¹⁸ A rigor, seriam três tipos de melancolia: a neurastênica (decorrente do esgotamento de libido física e, por conseguinte, da psíquica), a de angústia (falta de libido psíquica por insuficiência psíquica) e a comum (perda de investimento de libido psíquica, ficando esta na fronteira entre o somático e o psíquico) (Freud, 1895a/1996, p.249).

¹⁹ No período em questão não há um operador teórico que dê conta desse luto pela libido, já que a noção de inibição psíquica com retraimento da libido é apenas descritiva. Este é um ponto cego da teorização freudiana inicial, o qual será retomado com o desenvolvimento da metapsicologia freudiana. É curioso notar como já aqui se esboça um ponto central do trabalho posterior sobre luto e melancolia (Freud, 1917a/1996), que colocará em novas bases a problemática da representação a partir da introdução do conceito de identificação.

melancolia traz mais elementos para ilustrar as dificuldades que Freud encontra nessa primeira abordagem da relação entre o somático e o psíquico e seu ponto nodal: a angústia.

Contextualização do Primeiro Tempo da Angústia

Os pontos desenvolvidos revelam o quanto a hipótese básica freudiana é fragmentária, apesar de rica e instigante. Percebe-se, ainda, de que forma o problema das relações entre o somático e psíquico começa a se organizar, trazendo um emergente teórico particular como ponto de dificuldades: a dimensão econômica da angústia em sua síndrome mais característica. É o momento de sintetizar a discussão e retomar seu tema central, relacionando-o ao contexto mais amplo da teorização metapsicológica sobre a angústia.

A angústia aparece, na teorização freudiana dos anos 1890, fundamentalmente como a inscrição corporal de uma impossibilidade de ligação psíquica, sendo o modelo da neurose de angústia o que melhor aborda a questão, ficando obscura ou minimizada a importância teórica da angústia nos demais quadros psicopatológicos. Foi visto que tanto a angústia aqui denominada primária quanto a secundária compartilham de um mesmo modelo energético de ultrapassagem do limiar de suporte do psiquismo, ou seja, a angústia é vista aqui como a transformação em afeto do fator intensivo na economia do aparelho psíquico.

A diferença é dada em sua origem *inicial*: somático no primeiro caso e psíquico no segundo, o que não quer dizer que um mecanismo psíquico não esteja envolvido nos dois casos. Pelo contrário, esse mecanismo foi intuído por Freud, mas não pôde ser esclarecido na ocasião. Depreende-se daí que a angústia, mesmo em seu estado mais bruto, refere-se a e se inscreve em um corpo erógeno; ela é expressão de um *sentido* psíquico.

A concepção de uma angústia inscrita no corpo refere-se tanto ao excesso energético quanto à insuficiência de elaboração psíquica da excitação somática. Compartilha com a concepção de uma angústia inscrita no psiquismo, um mecanismo

comum de transformação da excitação não ligada a uma representação ideativa em afeto. Portanto, pode-se afirmar que aquilo que será posteriormente conhecido como *primeira teoria freudiana da angústia* encontra aqui o seu fundamento, sendo desenvolvida em dois tempos: o primeiro, no contexto dos anos 1890 e o outro, a partir da primeira tópica. Ambas as abordagens fundamentam-se em uma noção de *angústia econômica* ou *automática*.

O tema das diferentes teorias da angústia na metapsicologia freudiana é bastante conhecido, mas ainda rende algumas controvérsias. É ponto pacífico a distinção de pelo menos duas teorizações: a primeira está inserida na trama conceitual da primeira tópica, definindo a angústia como transformação da libido reprimida, enquanto a outra foi desenvolvida na segunda tópica, definindo a angústia como um sinal do ego que mobiliza a defesa. A relação entre elas não é disjuntiva, mas de complementaridade, e o estudo do primeiro tempo da angústia em Freud ajuda a compreendê-la.

Uma das controvérsias em jogo na teoria da angústia é exatamente o lugar desse primeiro momento. Há comentadores, como Green, que preferem conceber três períodos distintos: (1) a angústia referida à tensão física sexual na neurose de angústia; (2) a angústia articulada à repressão; (3) a angústia remetida ao aparelho psíquico na forma de sinal (1982, p.73-84). Apesar do reconhecimento, no primeiro momento, da centralidade da insuficiência de elaboração psíquica, falta-lhe afirmar a articulação que une os dois primeiros tempos tal como aqui definido, a saber, o mecanismo comum de transformação automática da excitação. Como foi argumentado, a angústia da neurose atual é primária em relação à angústia das neuropsicoses de defesa, mas ambas são expressão da falta de ligação representacional, decorrendo daí a máxima freudiana de que a neurose de angústia é a contrapartida somática da histeria.

Nesse sentido, a argumentação de Laplanche é mais rigorosa. Ele retoma a discussão entre a teoria fisiológica e a psicológica da angústia, ou seja, entre a angústia que é transformação automática da excitação somática e a que é derivada da operação defensiva, mostrando seu profundo imbricamento por meio da noção de elaboração psíquica como elo de ligação entre as duas concepções (1998, p.26). Dessa forma, o primeiro tempo da angústia não pode ser pensado independentemente de um determinante

psíquico. O que difere nos dois tempos é o mecanismo que deixa a energia desligada no aparelho psíquico – primário no primeiro e secundário no segundo – mas ambos compartilham da mesma concepção econômica e automática da angústia. Laplanche define, então, duas teorias da angústia: (1) teoria econômica, que articula as concepções fisiológica (não-elaboração) e a psíquica (rompimento da ligação); (2) a teoria funcional, apoiada no sinal de angústia do ego (1998, p.42-43).

Na mesma direção, Rocha enumera duas teorias da angústia, articulando na primeira as duas facetas da angústia automática: sua inscrição corporal e sua inscrição psíquica (2000, p.10-12). Em particular, chama a atenção o esforço do comentador em conceber essa relação de forma dialética:

“Com isto, porém, não estou querendo dizer que Freud tenha começado o seu estudo da angústia pelas neuroses atuais, apresentando-nos uma angústia primeiramente inscrita no corpo e, só em seguida, inscrita no psiquismo (...) É importante ter presente que mesmo quando Freud fala de uma angústia inscrita no corpo sem nenhuma significação psíquica, isto não exclui a existência de uma relação dialética, que, segundo ele próprio, sempre existe entre as neuroses atuais e as neuropsicoses de defesa e, conseqüentemente, entre a angústia inscrita no corpo e a angústia inscrita no psiquismo.”(Rocha, 2000, p.41-42)

Há uma relação entre a angústia inscrita no corpo e a inscrita no psiquismo que não pode ser entendida nos termos de uma disjunção em que a uma precede a outra. É importante frisar que mesmo que se postule, em termos teóricos, uma precedência genética da primeira sobre a segunda, elas aparecem em conjunto nos quadros nosográficos e compartilham ambas de um simbolismo erógeno.

Porém, não basta postular a relação complementar entre esses dois aspectos da angústia, sendo preciso esclarecer o caráter dessa “dialética”. O argumento desenvolvido neste capítulo mostra que as duas faces da primeira teoria da angústia compartilham tanto do mecanismo automático de transformação da excitação quanto de mecanismos psíquicos de desligamento energético da representação. A diferença recai, portanto, no nível de operação do mecanismo e não na sua essência.

O fundamental da teoria econômica da angústia é pensá-la articulada ao conceito de *elaboração psíquica*. Essa abordagem, desenvolvida mais extensamente por Laplanche (1998, p.29-33), permite pensar a relação entre afeto e representação ideativa como um processo de ligação psíquica da energia. A idéia é pensar níveis progressivos de ligação e elaboração energética na dinâmica do aparelho psíquico. Nesse sentido, a

representação ideativa seria o nível mais estruturado de ligação de energia, passível de formar conexões entre si na forma de grupos psíquicos. Ou seja, o nível mais organizado de ligação energética concebe cadeias representacionais associativas e suprassociativas.

Dentro desse quadro de níveis energéticos de elaboração psíquica em representação²⁰, o nível intermediário de ligação é dado pelo afeto. Nesse, há tanto um componente organizado de descarga somática quanto uma estrutura representacional associada. Assim a energia devidamente elaborada pode se expressar no psiquismo como representação ideativa ou afeto. A angústia, contudo, aparece como o nível mais baixo de ligação energética. Trata-se da expressão afetiva mais desorganizada e disruptiva, principalmente em sua manifestação mais brutal na angústia primária das neuroses atuais. Assim, se a defesa desestabiliza a organização representacional e libera afetos, dentre os quais se encontra a angústia secundária, a insuficiência psíquica revela uma angústia menos ligada a representações²¹. O que está em jogo são níveis progressivos de elaboração psíquica rumo à representação ideativa.

A partir do exposto, pode-se concluir que o que se denomina *angústia inscrita no corpo* (Rocha, 2002) ou *teoria fisiológica da angústia* (Laplanche, 1998) revela um contraponto teórico ao paradigma da representação. Em outras palavras, o primeiro tempo da angústia mostra uma primeira antítese à teoria da representação psíquica. Mais que isso, esse primeiro momento lança os elementos fundamentais que serão contemplados em um desenvolvimento posterior da teoria da angústia no qual as noções de desamparo psíquico e pulsão de morte, entre outras, trarão uma nova significação teórica para o problema aqui apontado.²²

²⁰ Essa concepção de níveis de ligação energética em função dos diferentes registros mnêmicos deve ser aplicada, ainda, aos registros ideativos de representação de objeto e representação de palavra. Esse aprofundamento será efetuado no próximo capítulo.

²¹ Dessa forma, a angústia ligada a um objeto fóbico é menos disruptiva que o pavor inerente a um ataque de angústia, por exemplo.

²² Já afirmei que a incidência desse problema nos desdobramentos da segunda tópica transcende o domínio desta dissertação, mas é importante apontar o contexto geral de inserção do problema no movimento do pensamento freudiano. Nesse sentido, é possível pensar na aproximação da angústia automática primária da teoria econômica com a angústia primordial ou originária (*Urangst*) que será definida na teoria funcional. Pode-se, a partir disso, tentar articular os três tempos em uma teoria unificada da angústia. Nela, o sinal de angústia é entendido como uma defesa egóica contra a irrupção energética traumática causada pela angústia originária. Esse sinal, por sua vez, é responsável pela mobilização das defesas secundárias, que operam sobre as representações ideativas. Por fim, essa defesa secundária causaria desligamento energético, levando a uma irrupção de afetos, dentre eles a

Esse movimento de integração, revisão e ressignificação depende, por sua vez, da estrutura conceitual freudiana e seus desdobramentos heurísticos. Nesse caso, não se pode falar em uma síntese dialética entre os pólos do problema, já que a teorização freudiana não se encaixa em uma dialética estrita (Monzani, 1989, p.201-204). De qualquer forma, pode-se afirmar que a polarização entre angústia inscrita no corpo e no psiquismo é uma matriz conceitual importante, que traz em seu cerne o seu próprio impensado, a saber, de que no limite, a noção de angústia aponta para a “não-representação”. Mais ainda, é contra essa irrupção energética, cuja angústia automática primária é o melhor exemplo, que se estrutura o aparelho psíquico. Como podemos acompanhar no presente capítulo essa concepção de ligação energética na definição da representação é relativamente forte na primeira década do pensamento freudiano, especialmente no tratamento dado ao problema da angústia. Acompanharemos, nos desdobramentos posteriores da metapsicologia até a emergência da primeira tópica, como esse problema será equacionado.

Conclusão

Uma investigação das concepções iniciais sobre a teoria da representação deve levar em consideração os impasses que atuam como pontos de tensão que dinamizarão os movimentos em direção a novos modelos heurísticos na metapsicologia.

Em função do que foi discutido neste capítulo, posso afirmar que os textos freudianos dos anos 1890 revelam alguns pontos interessantes para a compreensão do conceito de angústia e sua relação com o paradigma representacional na metapsicologia. Sabemos que são textos pioneiros e, como tais, recheados de hipóteses organizadoras que operarão por longo tempo nos bastidores da teoria freudiana. O mesmo pioneirismo que indica as primeiras direções também é responsável pela evidência dos primeiros impasses ao desenvolvimento teórico, criando uma série de trilhas mais ou menos consistentes que serão retraçadas de diferentes formas nos vários momentos do pensamento freudiano.

angústia. Maiores detalhes sobre a essa perspectiva unificada da teoria da angústia são encontrados em Sevá (1975, p.88, 92-94).

De forma esquemática, podemos demarcar o campo de afirmações e impasses que emerge desse momento teórico a partir dos seguintes parâmetros:

1. A afirmação da teoria energético-representacional como fundamento axiológico do esforço de teorização freudiano;
2. A revelação de impasses quanto ao modelo físico que sustenta essa teoria, bem como à capacidade de ela dar conta das relações entre a esfera somática e a psíquica;
3. A emergência de quadros psicopatológicos e afetos que testam os limites dessa teoria, fazendo com que a melancolia e a neurose de angústia fiquem como problemáticas latentes na primeira tópica;
4. A síntese dessa problemática na configuração de um modelo de angústia como inscrição corporal e impossibilidade de elaboração psíquica da excitação, o qual se revela um contraponto à noção de representação psíquica.

Uma visão retrospectiva da obra freudiana revelará que esses caminhos de investigação serão contemplados em diferentes momentos da metapsicologia. Tem-se que a elucidação da natureza energética será abordada em primeiro lugar, quer seja no desenvolvimento de um modelo neuronal de aparelho psíquico, quer seja propriamente na elaboração do conceito de *pulsão*. As interfaces entre o psíquico e o somático, em especial a idéia de uma impossibilidade de elaboração psíquica, ficarão latentes por mais tempo, aguardando uma reestruturação mais profunda da trama conceitual freudiana. Nesse sentido, a primeira tópica freudiana abordará, fundamentalmente, a dimensão representacional do fator energético, deixando a dimensão de “não-representação”, que emerge no mecanismo da neurose de angústia, por muito tempo à margem do campo da metapsicologia.

Pudemos acompanhar, a partir dessa incursão pelo primeiro tempo da angústia em sua articulação com a defesa, o evidenciamento de uma indefinição presente na origem da concepção energética freudiana. Como temos visto, há uma noção de quantidade energética subjacente à dinâmica psíquica, que Freud agora vincula explicitamente ao

modelo físico da eletricidade. A questão é que esse *quantum* não é pensado em fatores absolutos, mas, principalmente, em fatores relativos nos termos de sua distribuição e de sua dinâmica, o que se refere mais a uma concepção de *intensidade* energética, como visto no primeiro capítulo. Constata-se, no período de constituição da teoria da defesa, a oscilação de Freud no emprego de um termo ou outro. Percebe-se não só uma confusão entre o fator quantitativo e o qualitativo, mas uma indefinição quanto ao estatuto do fator quantitativo (ou intensivo) por ele postulado.

Parece-me que o percurso de Freud em direção ao *Projeto de uma psicologia* (1895b/1995) está orientado, entre outras coisas, pela necessidade de uma maior explicitação e definição de sua hipótese energética subjacente à teoria da representação. Contudo, veremos que essa incursão de volta ao esquema anatômico, não irá sanar as superposições entre um fator extensivo e um intensivo da economia psíquica. De qualquer forma, a ampliação da teoria da representação em sua articulação com a teoria da defesa pede um aprofundamento da concepção do aparelho psíquico sob o ponto de vista da economia energética. A consideração desses aspectos será o mote de nossa próxima figura da representação.

Por outro lado, a teoria da defesa também leva ao desenvolvimento de uma concepção tópica do psiquismo, como vimos a respeito da estratificação do material patogênico no modelo da “cebola”. Portanto, os desdobramentos da teoria da representação rumo a um fator dinâmico levam a uma dupla necessidade de elaboração conceitual: em nível econômico e em nível tópico. Percebe-se, assim, a atualização e ampliação da problemática colocada já no estudo das afasias. Veremos que a primeira vertente levará ao registro econômico, enquanto essa segunda vertente desembocará na concepção topográfica do aparelho psíquico concebido em *A Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1996), que será tratada no quinto capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO IV

A REPRESENTAÇÃO SOB O PONTO DE VISTA ECONÔMICO

Introdução

Este capítulo pretende efetuar mais um desdobramento no tema da representação, agora pela perspectiva da economia energética. Essa problemática vinha sendo anunciada ao longo dos capítulos precedentes, como um ponto de ambigüidade e de tensão na trama conceitual freudiana, que tangenciava tanto o tema da constituição das representações ideativas quanto o do estatuto do afeto. É chegado o momento de trabalharmos diretamente essa questão, abordando o texto *Projeto de uma psicologia* (Freud, 1895b/1995), além de um outro texto do mesmo período, a “Carta 52” (Freud, 1896a/1996).

O esboço remetido por Freud a Fliess em 1895 foi a primeira tentativa de sistematizar os conceitos metapsicológicos que emergiam da investigação psicanalítica. Trata-se do “projeto”¹ de fundamentá-la como uma ciência natural, construindo um modelo heurístico de aparelho psíquico sobre postulados de cunho energético e neuronal.

Curiosa a direção tomada pelo pensamento freudiano, o qual vinha operando progressivas rupturas epistemológicas com a concepção de ciência natural expressa pelo modelo anátomo-fisiológico da medicina do final do século XIX. Entretanto, as teses energicistas e o substrato neuronal acompanham Freud ao longo dos anos 1890. Como se pôde observar a respeito do estudo sobre as afasias, tanto um modelo psicológico quanto um neuronal são propostos, sem se chegar a uma definição da relação de “paralelismo”

¹ Utilizo o nome entre aspas devido a possibilidade de se tomar esse *rascunho* como um estratégia bem acabada de investigação do psiquismo sob o ponto de vista estritamente quantitativo. Sabe-se que Freud utilizava o termo *Entwurf* para as versões preliminares de seus textos. Utilizarei, daqui por diante, a seguinte forma abreviada para me referir a esse texto freudiano: “*Projeto*”.

que há entre eles. Assinalei a abertura de uma dupla vertente de tratamento do problema da dinâmica representacional, o qual encontra uma ampliação e um resgate com a introdução da teoria da defesa. Emerge, portanto, a exigência tanto do desenvolvimento de uma lógica de organização das representações na tópica, quanto uma elaboração conceitual do registro econômico. Do ponto de vista estrito da teoria da representação², o “*Projeto*” consiste na tentativa de trabalhar essas duas exigências em um mesmo plano, o que leva à concepção de um modelo anátomo-fisiológico *imaginário*.³

Normalmente, contrapõe-se o modelo neuronal do “*Projeto*” ao modelo representacional que emerge em *Interpretação dos Sonhos*, dando ao segundo o estatuto de real corte epistemológico que funda a psicanálise como campo de saber, cujo objeto de investigação é o *Inconsciente*, enquanto caberia ao primeiro o lugar de um equivocado desvio. Essa interpretação é por demais simplista, não só porque desconsidera a interpenetração desses níveis ao longo dos anos 1890, mas, também, porque se observa a retomada de vários conceitos e hipóteses inicialmente construídos em nível neuronal na elaboração do aparelho psíquico da primeira tópica.

Monzani (1989, p. 57-41) faz uma análise fundamental do lugar do texto de 1900 na ruptura ou continuidade com os trabalhos anteriores de Freud. Criticando as falsas polaridades que demarcam os campos excludentes do neuronal e do psíquico ou, ainda, da explicação e da interpretação, fará uma defesa da progressiva elaboração, síntese e articulação que fará desse texto um marco capital no desenvolvimento teórico da psicanálise. Sugere, ainda, que a “ruptura” deveria ser procurada no “*Projeto*”, pelo retrocesso à explicação neuronal que havia sido abandonada no texto sobre as afasias (1989, p. 137). Na perspectiva defendida nesta dissertação, a questão se mostra mais complexa, uma vez que há, nos anos 1890, duas linhas de abordagem do psiquismo – a neuronal e a representacional – que se interpenetram até uma resolução em 1900, com a emergência da primeira tópica.

² Faço essa ressalva porque outro tema fundamental trabalhado no “*Projeto*” é a hipótese da sedução e o mecanismo do *a posteriori* na etiologia das neuroses.

³ Em uma consideração epistemológica, pode-se afirmar que Freud constrói um modelo especulativo para dar conta dos fenômenos que investiga. Nesse sentido, seu modelo não é exatamente neurológico, mas também não chega a ser psíquico, ficando em um lugar intermediário. É isso, inclusive, que permitirá a posterior transposição desses princípios para o nível representacional.

Pode-se pensar que o interesse despertado pelo rascunho de 1895 seja meramente histórico ou uma propedêutica ao modelo da primeira tópica, o qual articula melhor uma série de questões deixadas em aberto pelo “*Projeto*” e que foram responsáveis pelo seu abandono. De fato, esse texto falha em articular de forma consistente a defesa e a sexualidade, o ponto central que emerge na investigação clínica (Mezan, 2001, p. 28-29). A dificuldade surge por conta da falha da hipótese freudiana sobre a sexualidade, em que o mecanismo de significação *a posteriori* aparece na origem das neuroses. Esse mecanismo, por sua vez, nada mais é do que um corolário da teoria da sedução, abandonada em 1897. O resultado é que a descoberta da sexualidade infantil acabou levando ao abandono da tentativa de fundamentar os processos psíquicos na neurofisiologia, mesmo que essa idéia tenha permanecido como um horizonte teórico-conceitual para a metapsicologia. Veremos, posteriormente, como esse abandono levará embora consigo concepções importantes sobre o funcionamento do aparelho psíquico.

Um exame dos conceitos desse período não encontra apenas formulações mal-acabadas, mas o substrato de onde emerge uma nova trama conceitual, possibilitando uma apreensão mais clara dos pressupostos e hipóteses que instrumentam a confecção desse “novo” tecido. Nesse sentido, a máquina de sonhar de Freud partilha muitos aspectos com a máquina neuronal de cinco anos antes. É surpreendente encontrar ali o ponto de vista econômico em toda a sua vitalidade, através da noção de um processo primário e secundário mediados por um ego que impede a alucinação do desejo e opera a defesa. Está lá, em linhas mestras, a teoria dos sonhos como uma regressão formal e tópica do aparelho psíquico por meio da via alucinatória de realização de desejos. Encontra-se, ainda, a hipótese central do psiquismo entendido como processo de memória. Enfim, há muito da primeira tópica freudiana no “*Projeto*”, inclusive as diferentes concepções de representação ideativa e de afeto, que constituem o interesse específico desta dissertação.

O estudo das concepções presentes em 1895 possibilita uma apreensão mais consistente das hipóteses que fundamentam a primeira tópica freudiana. O interesse maior do texto, contudo, não está naquilo que ele inicia e que é a partir dele desenvolvido, mas naquilo que permanece operando de forma sub-reptícia, aguardando uma elaboração conceitual. Exemplos disso podem ser encontrados nos princípios de prazer e de

constância, além das concepções de sedução, compulsão e trauma. Sabemos que o movimento do pensamento freudiano relega o ponto de vista econômico a um segundo plano na concepção topográfica, retornando ao centro da teorização metapsicológica com o modelo estrutural. Nesse sentido, a problemática que emerge na segunda tópica está em interlocução estreita com as concepções presentes no “*Projeto*”. Não é objetivo desta dissertação percorrer todo esse percurso no pensamento freudiano, mas é possível afirmar que algo desse movimento está presente já na emergência da primeira tópica, na passagem para *Interpretação dos Sonhos*. Assim sendo, o estudo do “*Projeto*” se mostra importante na compreensão das vicissitudes teóricas do ponto de vista econômico na metapsicologia, no que está em articulação direta com os limites e impasses da teoria da representação psíquica.

Arquitetura Teórica do “Projeto”

Princípios Básicos

A abordagem freudiana assenta-se sobre três postulados: (1) a excitação nervosa concebida como quantidade (Q) em fluxo, regida pelo princípio de inércia nervosa, ou seja, tendência à descarga; (2) neurônios como unidades histológicas idênticas que se diferenciam em sistemas a partir de seu manejo da Q; (3) organização do espaço psíquico em função da economia de Q, com magnitudes decrescentes do exterior para o interior do aparelho. O aparelho assim construído é, inicialmente, função da superposição de dois modelos: um mecânico, no qual o princípio econômico é o único instrumento explicativo, e outro biológico, no qual a explicação é função da sobrevivência do organismo.⁴ O

⁴ Logo essa construção se mostrará insuficiente devido a dois problemas: a qualidade em jogo na consciência e os fatores semânticos – a resignificação das representações – na etiologia da neurose. O primeiro levará a uma reformulação dos postulados – por meio da hipótese da transmissão de período – para inserir o fator qualitativo no aparelho. Já o segundo levará a extrapolação para uma outra abordagem, que Gabbi Jr. chamará de *denotativa* (Freud, 1895b/1995, p. 113-114, 189).

aparelho “psíquico” é compreendido como uma máquina biológica de desempenho energético cujo fluxo é ordenado segundo a lógica de um arco reflexo.

Já de saída encontramos a explicitação do ponto de tensão da teoria freudiana até então: a natureza do fator quantitativo que rege o aparelho. O postulado de uma *quantidade* nada mais é do que a tentativa de abordagem mais rigorosa do fator dinâmico operante na hipótese energético-representacional que norteia a construção teórica em torno da defesa: a idéia de uma *soma de excitação* ou *quota de afeto*.

A elucidação desse fator energético está no cerne do ponto de vista econômico, sendo tema de controvérsias entre os comentadores: de posições em que o termo seria apenas descritivo, indicando um deslocamento de energia hipotético, até a aproximação mais estreita com a eletricidade (Gabbi Jr., 1995, p. 108). No “*Projeto*”, a Q é definida como a modificação de um estado físico: diferença entre repouso e movimento sob o desígnio de uma lei geral de movimento, no caso a lei de inércia. Dessa forma, aparece de forma explícita que o modelo é tomado da mecânica (Freud, 1895b/1995, p. 9). Essa suposição leva à constatação de que o aumento ou diminuição de Q devem ser aferidos como uma grandeza relativa e não absoluta, já que a variação se dá sobre um estado de inércia que não é necessariamente o repouso (Gabbi Jr. 1995, p. 110).

O primeiro postulado freudiano é entendido, portanto, como a expressão qualitativa de uma quantidade, sendo melhor caracterizando como uma *quantidade em fluxo*. Essas variações devem ser entendidas mais como um fator *qualitativo* do que *quantitativo*. Isso implica que o princípio de inércia não deve ser entendido como tendência ao repouso absoluto, isto é, descarga de toda a quantidade, mas como repouso relativo; descarga de toda *intensidade* (Gabbi Jr., 1995, p. 112).

Interpretação semelhante pode ser encontrada em Barros (1975). Esse autor defende que as concepções energéticas freudianas estão mais próximas de princípios termodinâmicos do que mecânicos ou mesmo econômicos⁵. Contudo, haveria de se distinguir os diversos níveis de suposições teóricas freudianas, as quais congregam os postulados termodinâmicos – presentes na idéia de um sistema estacionário e de um princípio conservativo – mas, também, postulados extra-termodinâmicos. Estes últimos

⁵ Aqui no sentido da Economia propriamente dita.

dizem respeito aos construtos que organizam as vicissitudes da energia na sua relação com os objetos, os quais estão contemplados na consideração econômica da dinâmica entre o desejo e a defesa. O ponto fundamental da análise está na afirmação de que a regulação energética do aparelho psíquico por princípios termodinâmicos não é suficiente para a compreensão da regulação e vigência do princípio do prazer. É preciso recorrer, portanto, a suposições de caráter intencional e teleológico na regulação da vida mental, o que leva a analogias biológicas, mas, também, semióticas, no sentido de que há uma regulação simbólica da economia psíquica.⁶ De qualquer forma, mesmo na consideração estrita da regulação termodinâmica da energia, seria preciso distinguir entre um fator *intensivo* e outro *extensivo* (Barros, 1975, p.51-52). Isso leva a uma conclusão, em linhas gerais, muito próxima ao que foi discutido anteriormente: a hipótese quantitativa proposta por Freud seria antes uma regulação da intensidade que a conservação da quantidade (Garcia-Roza, 1998, p. 112).

Essas considerações vêm se somar ao que já foi abordado na relação dos afetos com a energia subjacente. Já no primeiro capítulo foi discutido como a regulação quantitativa em nível afetivo deveria ser entendida em termos de intensidade, ou seja, de excesso sobre uma estrutura mnêmica. Daí a idéia de que o afeto nunca pode ser totalmente resumido a sua estrutura, já que é, sempre, excesso energético; sendo este o fator introdutor de tensão no psiquismo. Isso possibilitará uma concepção fundamental em toda a metapsicologia freudiana: a idéia de que o aparelho psíquico se constitui pela pulsão e contra ela.

Abordando a questão no nível neurológico, tal como afirmado no “*Projeto*”, percebe-se que o próprio princípio de prazer deve ser entendido em termos relativos, como regulação das variações quantitativas, ou seja, das intensidades no aparelho “psíquico”. Portanto, a intensidade deve ser considerada como a propriedade de variação de uma quantidade que está a ela relacionada, mas a essa não se reduz. É interessante apontar que a forma de resolução desse problema por Freud, que levará à afirmação de um princípio de inércia em nível neuronal, será transposto ponto por ponto para a idéia de

⁶ Nesse sentido, a interpretação de Barros encontra a de Gabbi Jr. sobre a confluência de modelos na construção da metapsicologia freudiana (Cf. nota anterior)

um princípio de prazer, em nível psíquico. Portanto, as considerações feitas sobre a intensidade energética se aplicam, também, à questão das intensidades psíquicas.

Tendo discutido minimamente o problema da hipótese energética, passemos a tratar da sua aplicação ao aparelho “psíquico”. O modo originário de funcionamento do sistema é o de eliminação da intensidade de Q exógena que nele entra, necessitando de algum tipo de registro mnêmico para o organismo reconhecer o estímulo e dele fugir posteriormente. A complexidade crescente do organismo acaba por originar também estímulos endógenos – fome, respiração, sexualidade. Nesse caso, diferentemente da fuga ante o estímulo, é preciso a execução de uma *ação específica* no mundo externo que cesse a Q endógena. Para tanto, o organismo precisa armazenar uma certa quantidade de Q para realizar a ação. Inaugura-se então o princípio de *constância*, que se instaura em função da necessidade de descarga da Q endógena como uma função secundária imposta pela necessidade biológica. O organismo, portanto, encontra-se frente a uma dupla demanda de Q: endógena e exógena.⁷

Circuitos organizam o fluxo de Q, determinando caminhos de eliminação conforme a hipótese das barreiras de contato: permeabilidade seletiva de sistemas neuronais à intensidade, organizando direções associativas. Concebe-se a memória como função de um *trilhamento* ou *facilitação*, entendido como a diferenciação entre níveis de barreira entre as intensidades no sistema responsável pelas cadeias associativas. Essa suposição leva à diferenciação entre células sensoriais (sistema ϕ) e células mnêmicas (sistema ψ). O sistema sensorial seria constantemente facilitado para receber os novos estímulos, tendo barreiras de contato facilmente suplantáveis, enquanto o sistema mnêmico seria particularmente resistente ao fluxo desordenado de Q, devido ao limiar alto das suas barreiras de contato.

Dessa forma, a arquitetura básica do “*Projeto*” diferencia percepção e memória como processos intensivos, organizando duas séries fundamentais, articuladas em torno dos sistemas ϕ e ψ : (1) estímulo externo, percepção, princípio de inércia, função primária;

⁷ Freud diferencia entre a Q endógena (Qn) e a Q exógena (Q). Essa denominação não se mostra rigorosa no texto freudiano (Garcia-Roza, 1998, p. 82). Neste capítulo, o termo Q se refere ao fator quantitativo (intensivo) em geral, sendo especificado a contento caso se trate de origem endógena ou exógena. Segue-se a interpretação de que não haja diferença de natureza entre as diferentes quantidades, apenas de origem, não cabendo distinguir dois conceitos diferentes (Mezan, 2001, p. 31).

(2) estímulo interno, memória, princípio de constância, função secundária (Gabbi Jr., 1995, p. 118).

O postulado da organização do sistema em função estratificação energética⁸ implica que o processo secundário se organiza sobre o primário como uma forma atenuada deste. Assim, o sistema ψ se diferencia a partir de ϕ por uma nova organização no processamento de Q. A distinção, portanto, não é *topográfica*, mas *econômica*: uma falha na manutenção das barreiras de contato pode fazer com que o sistema mnêmico *regrida* a um processo primário, funcionando tal como o sistema sensorial.⁹

Esse é um ponto fundamental para a compreensão da originalidade da concepção representacional no “*Projeto*”: a distinção topográfica é função de modos de organização energética, de tal forma que a regressão a processo primário implica em uma desorganização das ligações energéticas. Se no texto das afasias Freud afirmava a ligação intrínseca entre representação e associação, agora a representação é função de um regime de descarga/inibição energética. A representação é, portanto, tomada sob o prisma da regulação energética. Isso implicará, veremos, a associação necessária entre regressão tópica e formal, o que conferirá uma visão radical ao processo primário.

A *vivência de dor* dá a dimensão da ameaça à manutenção da organização topográfica e funcional do sistema nervoso. A dor é a “irrupção de grandes Qs na direção de ψ ” (Freud, 1895b/1995, p. 21), ou seja, é entendida como uma efração da excitação exógena que rompe as barreiras de contato em ψ , criando novas facilitações. Isso se dá porque sua intensidade é maior que os estímulos normalmente provenientes de ϕ , com magnitude suficiente para suplantar as resistências em ψ , levando-o a funcionar em processo primário. Assim, a vivência de dor cria condições que implicam a *regressão formal* do sistema nervoso, abolindo, no limite, a diferenciação entre os sistemas. Além disso, tem um *efeito traumático* sobre a economia psíquica. O organismo elimina esse

⁸ Essa exigência se dá por motivos econômicos, mas também está presente em nível topográfico, conforme o modelo da estratificação do material patogênico (Cf. capítulo 3).

⁹ É nesse sentido que a teoria sobre o sonho interessa para a presente discussão, uma vez que exemplifica a *regressão formal* e *topográfica* no aparelho “psíquico”. Como no sono a *atenção psíquica* – constante vigilância do sistema Ψ contra o desprazer a partir da regulação dos signos de qualidade – se esvai pelo desinvestimento do sistema mnêmico, criam-se condições para um processo primário no ego que inverte o fluxo normal de Q (regressão topográfica) e modifica o regime econômico buscando a alucinação da vivência de satisfação (regressão formal).

excesso de excitação com a reação de fuga e com a inibição dos neurônios que formam o complexo representacional do objeto hostil. A vivência de dor cria as condições para a *defesa*, indicando os caminhos associativos que devem ser evitados nos processos secundários.

A Q endógena também se organiza em função de uma experiência originária, no caso, a *vivência de satisfação*. Seu evento paradigmático é a fome, entendida como uma irrupção de Q endógena que visa uma ação específica, a alimentação. A diferença é que se anatomicamente o aparelho encontra-se preparado para lidar com um afluxo de excitação exógena – devido às mediações protetoras do escudo pára-excitações dos órgãos do sentido e do sistema ϕ –, esse não tem proteção contra a Q que irrompe internamente. Isso faz com que a Q endógena apresente uma demanda de trabalho constante ao sistema ψ , constituindo aquilo que Freud denomina de “mola pulsional do mecanismo psíquico” (1895b/1995, p. 30). O armazenamento de Q endógena cria o impulso para toda a atividade em ψ : a *vontade* ou *pulsão*, que só é sanada pela ação específica, que restabelece a resistência entre o *núcleo* de ψ ¹⁰ e a fonte somática. A vivência de satisfação também tem tendência a regredir ao processo primário, através da alucinação do objeto de satisfação. As recordações prazerosas caracterizam-se como marcas a serem reinvestidas, orientando as vias associativas e criando condições para o *desejo*.

Dois motivos levam ao desenvolvimento do processo secundário. O primeiro é a motivação biológica, que implica a necessidade de diferenciação entre percepção externa e representação alucinada na realização das ações específicas e manutenção da integridade do organismo. O segundo é a pressão do desejo que exige uma ação sobre a realidade para que a ação específica seja realizada. Para tanto, são necessários dois mecanismos: um que possibilite a prova de realidade e outro que iniba a regressão alucinatória. O primeiro será dado pelos *signos de realidade* ou *qualidade*, enquanto o segundo depende da constituição de um *ego*.

A prova de realidade está a cargo de um terceiro sistema, denominado de *consciência* (ω). Tem-se, aqui, uma complicação teórica séria, que é o problema de

¹⁰ A dupla origem de Q instaura uma diferenciação no sistema ψ . Aquela parte que está relacionada mais diretamente aos estímulos externos formará o *manto* ou *pallium* desse sistema, enquanto a parte relacionada às terminações viscerais formará o seu *núcleo*.

derivar a qualidade, um atributo da consciência, dos processos energéticos intensivos. É exigência teórica que os neurônios do sistema ω possuam permeabilidade e facilitação completa como ϕ mas maior resistência a Q do que ψ , já que neurônios sensitivos trabalham em quantidades altas, decorrendo daí a sua permeabilidade, enquanto os neurônios mnêmicos possuem barreiras de contato menos permeáveis e Q menores. O problema é assegurar a total facilitação sem com isso abrir mão do pressuposto de isomorfismo entre os neurônios. A saída é postular a transmissão temporal e não quantitativa entre os neurônios: o *período* de oscilação em ψ chega à consciência como qualidade.

A noção de período, contudo, não é compreensível nos termos das leis gerais do movimento, isto é, nos moldes de um princípio de inércia ou constância, pois nesse caso não há descarga de Q . Introduz-se um novo elemento teórico, de forma que os sistemas não serão mais diferenciados somente pela permeabilidade, mas, ainda, pelo regime de oscilação de período, sendo que a origem desse não é clara. Freud afirma que as diferentes qualidades seriam fruto das diferenças entre os períodos, passando do sistema sensorial para o mnêmico e daí para a consciência, mas só neste se tornando reconhecível. Não há dúvida dos problemas nessa hipótese, incluindo a questão de saber a relação tópica do novo sistema com os demais. De qualquer forma, a introdução da consciência implica uma modificação profunda nos postulados principais que orientam o “*Projeto*” (Gabbi Jr., 1995, p. 127).

O sistema ω não só é fundamental no esquema freudiano, com é seu próprio propósito, já que se trata de explicar o funcionamento do psiquismo em termos quantitativos. Ela seria o sistema que contém as qualidades sensoriais e as sensações de *prazer* e *desprazer*, relacionados aos níveis de Q em ψ . Nesse sentido, a consciência não é entendida como um epifenômeno, não se confundindo com os processos de memória. Ela é o lado subjetivo dos processos quantitativos e contribui de forma importante para a ocorrência dos mesmos.

A contribuição da consciência para a dinâmica dos processos psíquicos se dá na diferenciação entre percepção e representação alucinada. A ocorrência de processos sensoriais em ω indica a ψ que há um objeto externo percebido, através de uma descarga

de ω em ψ . Essa descarga funciona como um signo de realidade ou *signo de qualidade*. Há uma indicação de qualidade presente na consciência que serve de parâmetro para a consistência do processo em ψ , ou seja, de que este encontra *identidade de percepção*. O termo signo ou indicação de qualidade é mais rigoroso, pois um processo alucinatório em ψ que exerça regressão formal como o sonho, por exemplo, não se diferenciaria de uma percepção “externa”¹¹. Todavia, em condições normais de funcionamento, é a indicação de qualidade da consciência que dá o parâmetro para a ocorrência de processos secundários.

Outro elemento necessário para o processo secundário é a inibição das tendências alucinatórias do aparelho psíquico, tanto no sentido do desejo e como do afeto. A entidade responsável por essa função é o *ego*: conjunto neurônico permanentemente investido do sistema ψ . A inibição das facilitações primárias é feita pelo *investimento lateral*, utilizando-se para isso a Q que o sistema dispõe. Por meio desses investimentos, o ego deflete o curso associativo, inibindo a descarga e realizando novas associações que permitam o reencontro da satisfação ou a evitação dos afetos.

A gênese do ego se dá por duas exigências: o armazenamento da Q endógena no sistema e um mecanismo adequado de inibição da descarga motora inespecífica, o que depende de um critério adequado de discriminação perceptiva. Essa organização se constitui desde os primórdios do aparelho, com a introdução do princípio da constância. O ego compreenderia a totalidade dos investimentos no sistema mnêmico, sendo formado por uma parte fixa e outra variável. A fixa corresponde ao núcleo do ego, sobreposta à representação do desejo. Ou seja, o núcleo do ego é a própria trilha associativa das vivências de satisfação originais, cuja via alucinatória está inibida. Essa Q acumulada é a fonte de energia para o ego operar os investimentos laterais que organizam o processo secundário. Esses investimentos dependem da situação do organismo e constituem a parte variável do ego.

¹¹ Já indiquei, anteriormente, o problema em jogo na idéia de uma realidade objetiva na teoria freudiana. Ela se dá não só pelo empirismo cético que orienta as concepções psicológicas iniciais de Freud, mas, principalmente, pela própria subversão da concepção de realidade operada pela psicanálise. De qualquer forma, há, em Freud uma perspectiva sobre o teste de realidade que reencontra a objetividade – nos termos de uma identidade perceptiva e associativa do mundo representacional – a qual parece ser a tônica presente no “Projeto”.

Desamparo e Alteridade

O fundamental na vivência de satisfação é o fato de seu sucesso depender inicialmente da ajuda de um “ser-próximo” – a intervenção materna. O acúmulo de Q endógena e a impossibilidade de execução da ação específica têm como resultado a alucinação do seio e a descarga inadequada na forma de *grito* ou *choro*. Essa motilidade ineficaz, que tem a função primária de tentativa de liberação da intensidade, logo adquire uma função secundária de *comunicação*, reconhecida pelo adulto. Essa função secundária permitirá o sucesso da ação específica pela modificação da realidade através de um *outro*. Assim, o desamparo inicial do ser humano e sua suplantação pela comunicação com outrem é o fundamento da ética¹²:

“Esta via de eliminação [o reconhecimento do grito e/ou choro pelo adulto] passa a ter, assim, a função secundária, da mais alta importância, de *comunicação*, e o desamparo inicial é a *fonte originária* de todos os *motivos morais*” (Freud, 1895b/1995, p. 32, grifo do autor)

Segundo Gabbi Jr., encontra-se aí expresso o *naturalismo ético* freudiano (1995, p. 132): a crença em uma motivação biológica – evitar a morte de outrem e a própria – como fundamento da moral. A questão do *complexo do próximo*, contudo, merece uma observação mais detida.

O *outro* surge no “*Projeto*” como objeto prototípico sob três aspectos: (1) primeiro objeto de satisfação; (2) primeiro objeto hostil; e, (3) único auxiliar. Desse triplo registro chega-se à conclusão de que “através do próximo, o homem aprende a reconhecer” (Freud, 1895b/1995, p. 44). Para se avançar no reconhecimento, entretanto, é necessário introduzir uma série de elementos que possibilitarão o processo associativo secundário e, conseqüentemente, as diversas formas de pensamento. Mas, desde já, algumas derivações apressadas da descrição freudiana podem ser descartadas.

Em primeiro lugar, é preciso afirmar que a experiência do *outro* não se dá de forma unificada e integrada, mas na forma de registros distintos: um circuito do desejo e de pensamento; outro de dor e defesa. O corpo do outro é tomado por *analogia* perceptiva e gestual, gerando as condições para o reconhecimento de si próprio como objeto de

desejo. Porém, o corpo do outro não é percebido como um todo, mas na forma de fragmentos perceptivos que precisam ser ligados por processos associativos de pensamento. Portanto, se há uma noção de gênese *especular* da subjetividade, essa deve ser tomada como um processo de reconhecimento analógico envolvendo representações de objeto e não como uma integração ilusória dada pela imagem unificada do outro ou por intermédio de estruturas lingüísticas. Essas aparecerão em função do desenvolvimento dos processos secundários sendo resultado e não origem da experiência intersubjetiva.¹²

O grito é inicialmente a expressividade de uma necessidade orgânica a qual será interpretada como um apelo por outrem. O outro, nesse caso, é pura ambivalência, sendo o desamparo a experiência afetiva originária. O controle dessa situação deverá ser feito através de processos de pensamento que possibilitem a diferenciação entre eu e outro, além do reencontro do objeto de satisfação e da defesa contra o objeto hostil. O outro é, sobretudo, o suporte perceptivo fragmentário sobre o qual analogias associativas irão se construir, suprimindo a irrupção de afetos e estabelecendo trilhas de descarga e de pensamento. É através da alteridade que o processo secundário e a identidade se constituem: o outro será tomado como complexo representativo que organiza as facilitações entre o núcleo e o manto de ψ .

Se, no modelo freudiano, o grito do bebê é um excesso afetivo para a mãe, esta é um “excesso” representacional para o bebê. A experiência originária do desamparo é, portanto, mutuamente traumática. Freud considera, contudo, apenas a perspectiva do bebê: o outro é vivido como uma experiência excessiva que possibilita a organização do ego por meio da simultaneidade associativa que se dá entre a percepção de um corpo alheio e a descarga da ação específica. Nessa perspectiva, o outro comparece como elemento fundamental para a organização de ψ , do ego e dos processos secundários.

O que chama a atenção na descrição freudiana do complexo do outro é sua perspectiva puramente empirista: o outro é suporte objetal da atividade excitatória do

¹² A passagem, já clássica utiliza o termo *moral*. Prefere-se aqui o termo *ética* para marcar a experiência subjetiva que estaria na fundamentação dos preceitos morais, o que não distorce, mas sim esclarece, o sentido da frase de Freud.

¹³ Essa concepção do complexo do ser-próximo como um momento especular da constituição subjetiva remete à fase do espelho em Lacan. Há uma discussão interessante, porém secundária aos propósitos desta dissertação, sobre as possibilidades de interpretação desse momento originário, que pode ser acompanhada em Gabbi Jr. (1995, p. 151) e Garcia-Roza (1998, p. 128-133).

bebê. O encontro, nesse caso, se dá pela constituição da atividade de reconhecimento, por analogia cognitiva. Schneider (1997) discute esse encontro primordial, porém em uma perspectiva que dê lugar para a alteridade. Recorrendo à filosofia existencial de Lévinas, discute o excesso afetivo em jogo nessa experiência, na forma do rosto de outrem que não pode ser assimilado ao *mesmo*. Lança, ainda, a interessante interpretação de que toda a construção teórica freudiana, apoiada em operações de julgamento intelectual, nada mais é que uma defesa contra a afetividade traumática e contra a indistinção inaugural entre o eu e o outro, instaurando a prerrogativa da intelectualidade sobre a afetividade na metapsicologia. Nesse sentido, o “complexo do próximo” (*Nebenmensch*) estaria fadado ao ostracismo ao longo da teoria freudiana, soterrando consigo a possibilidade de um outro acesso à dimensão ética que não a motivação biológica.

Não é do meu interesse tratar dessa interpretação da instauração ética da subjetividade na psicanálise. Contudo, o trabalho da autora se mostra interessante por ressaltar o aspecto traumático do encontro com o outro e de que forma isso implica uma demanda de trabalho para o aparelho psíquico. Esse aspecto central da descrição freudiana encontra-se eclipsado pela forma de abordagem empirista da filosofia e psicologia associacionistas. Com isso, reencontramos um aspecto que já havia sido ressaltado, no caso do estudo sobre as afasias, a respeito da constituição da subjetividade: apesar da prerrogativa do outro na constituição do ego, a teoria freudiana tomará sempre o mundo e o outro como objetos da atividade energético-representacional do indivíduo.¹⁴

Registros Prototípicos e Representações

O aparelho “psíquico” está fundamentado em duas experiências prototípicas que deixam os seguintes registros nas facilitações de ψ : o *desejo* e o *afeto*. Em regime de processo primário, ele visa a repetição das experiências, a identidade perceptiva e a

¹⁴ Os anos 1890 estão completamente inseridos na polaridade da metapsicologia freudiana em que o outro e o mundo aparecem como objeto da pulsão. Talvez o complexo do próximo seja a única abertura para esse outro que é constituinte do sujeito. Sobre a lógica da suplementaridade na concepção de um objeto da pulsão e um objeto da identificação na concepção de sujeito em Freud, vide Coelho Jr. (2002).

descarga da intensidade, de forma que a vivência de satisfação se mostra o paradigma da alucinação positiva, enquanto a de dor é modelo da alucinação negativa (Gabbi Jr., 1995, p. 135). A *vivência de satisfação* deixará facilitações associativas dadas por *simultaneidade*, enquanto a *vivência de dor* deixará inibições na direção do objeto hostil. O desejo e o afeto são estruturas associativas que se prestarão a um reinvestimento intensivo, constituindo, assim, circuitos representacionais.

Se o desejo é entendido como um circuito representacional que associa o núcleo de ψ com partes do manto e emerge na consciência na forma de pensamento ou alucinação, o estatuto do afeto como circuito representacional é um pouco mais complexo. Já vimos o problema conceitual em jogo nessa afirmação. A questão é que, no “*Projeto*”, as múltiplas definições de afeto permanecem. Essencialmente, o afeto é entendido como a revivência do registro da experiência de dor no núcleo de ψ através da secreção de Q pelos neurônios-chave, o que acaba articulando um circuito associativo entre o núcleo e o manto do sistema mnêmico. Contudo, Freud irá chamar de afeto qualquer perturbação do processo secundário de pensamento oriundo não só de uma experiência de dor, mas também qualquer desprazer, incluindo aí aquele dado pela significação *a posteriori* de experiências infantis. Fora isso, afeto é também o nome para a própria experiência consciente de desprazer, além de denominar uma descarga motora.

É possível, portanto, diferenciar várias acepções de afeto no “*Projeto*”: (1) quantidade ou quota de afeto; (2) afeto-nuclear; (3) afeto-pallium; (4) afeto-percepção; (5) afeto-descarga; (6) estrutura afetiva (Brito, 1986). Nos termos aqui desenvolvidos, pode-se organizar essas concepções da seguinte maneira: variações no fluxo de Q no sistema mnêmico (afeto-nuclear ou afeto-pallium) se dão pelo reinvestimento de registros da experiência de dor ou de qualquer outro excesso traumático (estrutura afetiva), irrompendo na consciência por meio de processo primário (afeto-percepção) e levando a processos de descarga como o choro, o grito, ou mesmo inervações viscerais (afeto-descarga). Em todo esse processo, é necessário levar em consideração que o que está em jogo é a vicissitude do fator intensivo e não o extensivo.

Uma modificação importante na problemática do afeto será a sua vinculação ainda mais estreita com o processo primário. No capítulo anterior, pudemos acompanhar a

hipótese de um momento primário da produção do afeto, anterior a sua produção pela defesa. Constatase que o “*Projeto*” reedita esse desligamento primário. Inicialmente restrito à repetição da experiência originária de dor, há uma expansão do afeto para qualquer intensidade psíquica que ameace levar a emergência de facilitações pré-estabelecidas no processo primário, suplantando o pensamento e a atenção psíquica. O afeto aproxima-se, assim, do processo primário não-inibido (Freud, 1895b/1995, p. 69), sendo entendido como um excesso energético no aparelho que se expressa na forma de *angústia*. O afeto, nesse sentido, é entendido como desligamento energético, indício de uma regressão formal no aparelho.

Além dessa expansão rumo ao primeiro tempo da angústia, cujo corolário é a angústia inscrita no corpo, observa-se, também, uma elaboração no sentido do terceiro tempo, remetido à concepção funcional de angústia.¹⁵ A função principal do ego será a de *ligação* das intensidades, evitando a irrupção dos afetos. Além disso, o ego deve preparar-se para a irrupção do desprazer através da atenção psíquica. Isso faz com que a *angústia* oriunda da repetição do processo primário possa ser reduzida a um mero *sinal* da liberação de desprazer. Nesse sentido, a angústia está presente em dois planos no “*Projeto*”: (1) processo intensivo traumático e prototípico que escapa ao ego e irrompe como angústia; (2) redução progressiva, pela atividade de ligação do ego, da angústia automática a um sinal de angústia que servirá de indicação de qualidade à atenção psíquica (Freud, 1895b/1995, p. 71).

Já discutimos suficientemente o problema em jogo nas múltiplas definições do afeto para perceber a atualização da mesma problemática do afeto como intensidade para além da carga de suporte da estrutura representacional. No texto agora em exame, o problema conceitual não se encontra tanto nos diversos níveis de descrição do processo afetivo, mas, principalmente, na indefinição da origem do registro afetivo. Se, inicialmente, o afeto é revivência de uma experiência de dor ele passará também a ser qualquer perturbação na economia psíquica, podendo ser resultado de uma intensidade energética ou mesmo da emergência da sexualidade.

¹⁵ Cf. capítulo 3.

Nesse ponto, há de se pensar se o registro da experiência de dor é a única estrutura afetiva fundamental, ou se cada experiência traumática deixa um registro distinto. Infelizmente, essa questão permanece indefinida no texto freudiano e não será resolvida posteriormente. Um fato, contudo, é claro: a experiência afetiva do psiquismo é, necessariamente, representada. A questão é saber se a dimensão afetiva de que fala Freud se resume ao aspecto representacional ou se ela também diz respeito à própria exigência de trabalho do psiquismo, sendo, portanto, sempre um excedente à representação. Essa problemática, crucial para a compreensão da teoria da representação, ganha novos elementos com as articulações trazidas pelo “*Projeto*”.

Independente das diferentes distinções, é certo que *desejo* e *afeto* são os circuitos representacionais que dão expressão para a *compulsão à repetição* que rege o aparelho psíquico em processo primário. Essa constatação de que ambas as experiências prototípicas do psiquismo deixam atrás de si “motivos compulsivos” (Freud, 1895b/1995, p. 35) ao lidar com as intensidades implica a afirmação da existência de *estruturas fundamentais representacionais e afetivas no aparelho psíquico freudiano que são organizadoras da sua dinâmica*. Decorre daí que *o modo originário de funcionamento do aparelho psíquico é a compulsão à repetição*, sendo através dessa que a memória se constitui. A memória é o aspecto fundamental do psiquismo em Freud e essa só surge pela repetição das facilitações inicialmente formadas pela ação excessiva das intensidades traumáticas.

A concepção de memória como *repetição* e *diferenciação* no sistema ψ por meio das vivências prototípicas é discutida por Santos (2002, p. 25-39) e Garcia-Roza (1998, p. 110-113). Ambos tendem a assumir a interpretação de Jacques Derrida da memória como *pura diferença*, baseada na noção da facilitação como diferença de magnitudes quantitativas. A memória seria constituída pelo “entre” das quantidades e não por suas magnitudes propriamente ditas, o que possibilitaria dizer que a memória seria qualidade pura e não quantidade. Essa interpretação tende a se apoiar, sobretudo, na valorização da noção de *período* do “*Projeto*”.

Como vimos, o período é uma forma particular de interação entre os neurônios no manejo das quantidades em que seriam comunicado apenas a fase ou período de descarga

do neurônio e não sua quantidade propriamente dita, como normalmente ocorre. A noção de período, contudo, é um subterfúgio ao qual recorre Freud para dar conta do problema da consciência e da qualidade em seu esquema puramente quantitativo. Como a consciência, sendo o sistema que lida com menor magnitude de Q, é a que lida com as qualidades psíquicas, há um problema teórico para explicar a relação da quantidade com a qualidade psíquica.

É problemático fundamentar a concepção de memória em Freud onde justamente ela se mostra insuficiente. A dificuldade teórica não decorre da memória, mas sim da própria dificuldade em articular a passagem de processos fisiológicos para processos de consciência. Nesse sentido, há na interpretação da *pura diferença* uma transposição perigosa. Trata-se de vincular muito apressadamente a memória como diferença quantitativa (trilhamento como diferença das magnitudes de Q) e a consciência como expressão puramente qualitativa (transmissão do período e não de quantidades) sem que se leve em conta que se tratam de níveis diferenciados de funcionamento. Em suma, a consciência pode ser tomada como *pura diferença*, mas não a memória, pelo menos na concepção freudiana do “*Projeto*”.

De qualquer forma, nesse texto é particularmente claro que o funcionamento do aparelho “psíquico” em regime de processo primário é a compulsão à repetição.¹⁶ O aparelho “psíquico” é, fundamentalmente, um aparelho de memória que visa repetir a experiência de satisfação e evitar a de dor pelo investimento de registros mnêmicos que levam a representações ideativas e afetivas. Assim, a teoria da representação está no cerne da arquitetura teórica do “*Projeto*”. Vejamos que modalidades de registro estão presentes nesse modelo.

Como foi visto, para o ego organizar-se em processo secundário e inibir o primário, há a necessidade do signo de qualidade na consciência. É ele quem possibilita o critério de diferenciação entre percepção e recordação, a partir da notícia da descarga em ω (Freud, 1895b/1995, p. 40). O signo de qualidade funciona, então, como um *registro perceptivo* em ψ . A descarga de um signo de qualidade inscrita em um registro mnêmico é

¹⁶ Evidentemente a compulsão à repetição aqui está em um nível conceitual diferenciado daquele de *Além do Princípio de Prazer* (Freud, 1920/1996). A começar pelo fato da repetição aqui dizer respeito a uma repetição

diferente da simples percepção em ω . Essa é o processo consciente em si, enquanto aquele é a inscrição da percepção no processo psíquico propriamente dito, que ocorre no sistema mnêmico e é inconsciente. Há, então, um segundo tipo de registro mnêmico, diferente daquele que é oriundo do precipitado das vivências originais e que organiza os objetos. Ao lado de representações de objeto, que são precipitados do processo primário na forma de complexos associativos, há também representações perceptivas: uma primeira inscrição mnêmica na forma de *figuração*.

Utilizo o termo *figuração* (*Darstellung*) para marcar a especificidade do registro perceptivo em relação à representação propriamente dita (*Vorstellung*)¹⁷. No caso do “*Projeto*”, é fácil entender o retorno do pensamento em imagem, pois a diferença entre eles se dá fundamentalmente na sua situação econômica, sendo que isso determinará seu estatuto topográfico. Quando ocorre reinvestimento em processo primário há uma regressão da representação de objeto para a *figuração* perceptiva: o sistema mnêmico regride formalmente ao sensorial, ou seja, a representação de objeto se configura em registro perceptivo, não se distinguindo da apresentação de um signo de qualidade. Assim, o registro perceptivo constitui uma primeira forma de representação no sistema mnêmico, sendo a ele que o processo primário visa retornar caso não haja inibição do ego.

A partir dos signos de qualidade o ego pode manter o processo primário inibido e o núcleo de ψ constantemente investido, possibilitando os investimentos laterais que organizarão os processos secundários. Esses são modalidades de pensamento – judicativo, cognitivo e reprodutivo – que visam o reencontro do objeto de satisfação. Os processos de pensamento visam um estado de identidade com o objeto de satisfação e quando a eles se segue um signo de qualidade da percepção se obtém a crença e a possibilidade de um trabalho de eliminação de Q.

O pensamento judicativo é o mais primitivo. Trata-se de uma associação entre investimentos exógenos e aqueles provenientes do próprio corpo. É o julgamento da correspondência entre as representações evocadas pela percepção e as representações de objeto a partir dos registros de investimento na consciência. O esquema é relativamente

pelo princípio de prazer: revivência de uma experiência representada. Contudo, podemos notar também o prenúncio de uma dimensão para além da representação, que é uma das características do traumático.

¹⁷ Cf. capítulo 1.

simples: o complexo perceptivo é composto por elementos que coincidem com o objeto de desejo e outros que são contingentes. O objeto de desejo, por sua vez, também será composto por dois elementos, um que é do núcleo do ego e constante e outro que é do manto e mutável. Freud chamará o primeiro de *neurônio a* e o segundo de *neurônio b*. O juízo consistirá na atividade que descobre a analogia entre o núcleo do ego (neurônio a), a parte constante do objeto percebido (neurônio a), os investimentos variáveis do ego no manto (neurônio b) e a parte também variável do complexo perceptivo (neurônio c). Essa identidade entre os neurônios *a* possibilitará os processos de pensamento subseqüentes, que procuram a partir de *c* reencontrar *b*, adquirindo a identidade desejada. O neurônio *a* é *a coisa* (*Das Ding*) e o neurônio *b* sua “atividade ou atributo; em suma, de seu *predicado*” (Freud, 1895b/1995, p. 41-42).

Eis a apresentação da bipartição do objeto de desejo e sua superposição em uma parte constante do ego e outra variável, fundamentando todos os processos de pensamento.

A partir do juízo, o ego poderá dar cabo ao pensar recordativo e ao reprodutivo. O pensar recordativo busca a identidade corporal. É ele que está em jogo no complexo do próximo: o gesto do outro que produz o reconhecimento do próprio corpo. O pensamento reprodutivo visa a repetição da vivência de satisfação por intermédio de vias associativas secundárias. Envolve o estabelecimento de ligações que alcancem a identidade perceptiva através do rastreio das representações de objeto, cujo caráter é aberto. Essa busca pode levar a ações e todo o processo é garantido pela meta de identidade, a qual é dada pelo investimento constante do neurônio *b*, direcionando o processo¹⁸. Mas se o investimento do neurônio *b* é a meta teleológica do processo, este só se dá pela existência da *coisa*. Freud é explícito ao afirmar que as *coisas* são restos que se subtraem à apreciação, o que significa que escapam ao processo de julgamento (1895b/1995, p. 47). Isso se dá porque é a invariância da *coisa* que propicia a própria comparação, de forma que nunca é tornada consciente para o pensamento.

¹⁸ É interessante notar que o pensamento reprodutivo não é mecânico, mas intencional. A intencionalidade é garantida por um investimento nas representações do ego a serem alcançadas, organizando os investimentos laterais. Está aí a origem do conceito freudiano de *representação-meta*, como aquela que direciona os processos associativos. É nada mais que um complexo representacional do ego constantemente investido, se tomando parâmetro para o processo de pensamento. Não constitui, portanto, um registro diferenciado de memória.

A noção de um núcleo de desconhecimento que organiza o pensamento permite alguns comentadores sobrevalorizarem a noção de *coisa* que surge no “*Projeto*”. Tomam-na como algo fora do significado, uma estrutura vazia que permite o trânsito das representações, aproximando-se do *objeto a* em Lacan (Santos, 2002, p. 33-34; Bastos, 1999; Garcia -Roza, 1998, p. 159-160). Essa interpretação não é coerente com o modelo representacional e associativo que caracteriza o momento teórico freudiano, pois coloca a *coisa* como algo que não se inscreve no aparelho psíquico.

O problema dessa interpretação é tomar a afirmação freudiana de que a *coisa* se furta ao processo de julgamento como, necessariamente, um atestado de irrepresentabilidade. A *coisa* é, em termos descritivos, tão somente a *essência* do objeto de desejo, aquilo que resta aos seus atributos contingentes. Isso não quer dizer, contudo, que eu não esteja defendendo uma dimensão para além da representação na estrutura mais profunda do psiquismo. A hipótese que procuro defender é que a não-representação aparece como limite da organização energética do psiquismo. Nesse sentido, a *coisa* seria a primeira e essencial inscrição da energia em forma de representação, responsável pela inibição do processo primário, esse sim, uma ameaça à representabilidade.

Sabe-se que o atributo essencial da vivência de satisfação é a própria descarga. A *coisa* é a própria representação da pulsão; o cerne do circuito associativo nuclear da vivência de satisfação, que se encontra inibido. Ela não pode se tornar consciente, pois é a parte pulsional e não objetal do circuito da fome que é o núcleo do ego. Por isso também não entra no processo associativo de julgamento, pois esse deve procurar os atributos contingentes dos objetos percebidos. *A coisa, portanto, é a representação da pulsão no circuito associativo da vivência de satisfação.* Nesse sentido, ela não pode ser tomada como algo da ordem do irrepresentável. Também não pode ser tomada como uma estrutura vazia, pois ela é parte de um circuito do qual fazem parte representações de objeto. A partir da noção de *coisa* pode-se afirmar que a essência da pulsão é encontrar a satisfação, mas não se pode dizer que o objeto é contingente, pois deve obedecer à ação específica.¹⁹

¹⁹ A trama conceitual do “*Projeto*” se assenta sobre o modelo da *fome* e interpretações que tomam a pulsão como puro prazer independente do objeto, traem a perspectiva freudiana do período.

O registro mnêmico da *coisa* deve ser diferenciado da representação de objeto propriamente dita. Ela é o substrato de toda a atividade do ego, sendo a partir dela que o pensamento pode emergir. Isso se dá não só pela analogia que permite, mas por ser o circuito básico permanentemente investido que constitui o ego. Pode-se pensar que a *coisa* é a representação de um *ideal* de funcionamento primário, ou seja, é a primeira inscrição da pulsão. A partir dessa consideração, podemos arriscar também uma interpretação. Tomando a devida precaução de levar em conta as especificidades conceituais de cada período da metapsicologia freudiana, pode-se encontrar aqui uma indicação da futura noção de *ego ideal*: o regime de funcionamento narcísico que permanece como reserva do psiquismo originário.

Compreendo a dificuldade dessa articulação que, além disso, não cabe aos propósitos da presente dissertação. Contudo, essa interpretação da *coisa* como uma representação originária do circuito de satisfação nos dá o indício de um outro tipo de registro, diferenciado da representação de objeto, que está no cerne da constituição do ego.

Outro elemento que contribui para essa interpretação é a noção do complexo do próximo como modelo analógico da identidade corporal, através do pensamento recognitivo. Há de se pensar se na gênese do ego não é fundamental um registro que organize os caminhos associativos básicos através de uma identificação com o outro. *Nesse ponto, emerge a possibilidade de se pensar, já no “Projeto”, a identificação como um registro diferenciado da representação de objeto, que estaria no cerne da gênese do ego. Gênese esta que estaria remetida a um momento originário de identificação materna.* Essa situação seria compreendida, nos termos do “Projeto”, pela articulação da coisa com o pensar recognitivo por meio do complexo do próximo.

No regime de pensamento reprodutivo, as associações se dão por *contigüidade*, ou seja, pela associação entre as facilitações consolidadas e os investimentos mutáveis através da proximidade espacial e não mais por proximidade temporal como na simultaneidade que impera na seqüência associativa primária. A evolução do aparelho psíquico do processo primário para o secundário dá-se na direção da simultaneidade para a contigüidade. O processo secundário é a repetição do curso mnêmico originário, porém

em um nível energético inferior (Freud, 1895b/1995, p. 47), possibilitando novas articulações associativas.

O problema teórico que Freud terá de resolver é saber como o pensamento pode deixar traços que facilitem a sua repetição sem que se alterem os caminhos de eliminação. A resposta é dada em parte pela capacidade de *ligação* dos investimentos laterais do ego em ψ , mas só pode ser garantida pelos traços mnêmicos do pensar: os signos lingüísticos, que Freud chama de “traços especiais” (1895b/1995, p. 48). Tem-se, então, a *representação de palavra* como forma de registro essencial ao pensamento.

O processo secundário constitui-se pela articulação das representações de objeto com as representações de palavra, criando percursos associativos que reencontrem o objeto. A descarga motora das representações de palavra servirá como signos de qualidade para o pensamento (Freud, 1895b/1995, p. 79). Se a notícia de percepção na consciência é condição para a crença na realidade, a palavra é condição para o pensamento. Tem-se, assim, um quarto registro mnêmico como condição necessária ao processo secundário.

O exame da concepção “neurológica” presente no “Projeto” revelou, nada menos, que uma série de concepções sobre o ordenamento e organização dos diversos registros psíquicos. A teoria da representação, portanto, está no cerne de sua arquitetura teórica. Essas concepções sobre os registros psíquicos, que aparecem de forma tão velada no texto “neurológico”, serão explicitadas um ano depois, na famosa “Carta 52” (Freud, 1896a/1996).

Um Contraponto: a “Carta 52”

As considerações sobre o “*Projeto*” tornam mais clara a aparente novidade trazida pela “Carta 52”, pois os registros dessa são reflexo das concepções de representação daquele. É bem verdade que, nessa carta, Freud não apenas lança uma nova hipótese sobre a organização representacional do aparelho psíquico, mas, também, procura articular essas diversas formas de inscrição aos diversos quadros psicopatológicos que vinha trabalhando desde a circunscrição das neur opsicoses de defesa.

Essa discussão propriamente nosográfica nos interessa apenas na medida em que circunscreve uma dimensão alternativa na compreensão da etiologia das neuroses. A idéia é que os sucessivos registros representacionais estão relacionados a diferentes formas de organização do psiquismo ao longo do desenvolvimento. A passagem de uma determinada organização para outra deve implicar, por sua vez, uma *tradução* do material psíquico de uma modalidade para a outra. Do ponto de vista econômico, essa retranscrição, é pensada como um ajustamento de intensidades: cada transcrição subsequente inibe a anterior e lhe retira o excesso de excitação. Assim sendo, a idéia de uma diminuição progressiva da energia livre ou de uma ligação progressiva dos registros representacionais é parcialmente encoberta pela noção de falha na constituição de uma nova modalidade de registro da experiência, levando a uma permanência anacrônica de alguns registros. Essas “reminiscências” estariam na raiz da psicopatologia. A falha na tradução, portanto, será tomada como modelo para a defesa.

No âmbito dessa concepção transcritiva dos registros psíquicos, tem-se a afirmação das seguintes modalidades de organização:

“W [*Wahrnehmungen* (percepções)] são os neurônios em que se originam as percepções, às quais a consciência se liga, mas que, nelas mesmas, não conservam nenhum traço do que aconteceu. Pois a consciência e a memória são mutuamente exclusivas.

Wz [*Wahrnehmungszeichen* (indicação da percepção)] é o primeiro registro das percepções; é praticamente incapaz de assomar à consciência e se dispõe conforme as associações por simultaneidade.

Ub (*Unbewusstsein*) [inconsciência] é o segundo registro, disposto de acordo com outras relações (talvez causais). Os traços Ub talvez correspondam a lembranças conceituais; igualmente sem acesso à consciência.

Vb (*Vorbewusstsein*) [pré-consciência] é a terceira transcrição, ligada às representações verbais e correspondendo ao nosso ego reconhecido como tal. As catexias provenientes de Vb tornam-se conscientes de acordo com determinadas regras; essa *consciência secundária do pensamento* é posterior no tempo e provavelmente se liga à ativação alucinatória das representações verbais, de modo que os neurônios da consciência seriam também neurônios da percepção e, em si mesmos, destituídos de memória.” (Freud, 1896a/1996, p. 281. grifo do autor)

O que chama a atenção nessa proposta é o aplainamento do modelo anterior. No “Projeto” o sistema perceptivo estava em um patamar diferenciado em relação ao sensorial e ao mnêmico, uma vez que era o único que trabalhava na dimensão qualitativa. A inconsciência, ali, estava intimamente relacionada com o funcionamento meramente quantitativo do aparato neuronal. Agora, percebe-se que a dimensão qualitativa da percepção está no mesmo contínuo que as demais, o que possibilitou circunscrever de forma mais clara o signo de qualidade como uma primeira forma de inscrição psíquica da

percepção. De qualquer forma, permanece a idéia da memória e da percepção como funções mutuamente excludentes, colocando o registro perceptivo em um lugar fronteiriço: a primeira modalidade de inscrição da experiência.

Permanecem, também, grande parte das concepções freudianas acerca das leis associativas que orientam essas modalidades de representação, bem como a idéia de que o processo secundário de pensamento é função do ordenamento das representações de palavra. A diferença está em um esmaecimento do ponto de vista econômico, afirmando mais claramente a concepção de uma estratificação formal em função da *retranscrição* dos registros. Assim, a idéia do trauma como falha na transcrição de uma modalidade de registro para outra não explicita a questão, tão cara ao “*Projeto*”, da impossibilidade do registro em ligar a intensidade envolvida. Perde-se, também, a noção do ego como instância que possibilita a ligação e, conseqüentemente, as transcrições formais.

O progressivo abandono da linguagem “neurológica” e a perda do caráter traumático na origem do aparelho psíquico e das representações colocam a “Carta 52” como um momento intermediário nas elaborações que levarão à configuração do modelo tópico de *Interpretação dos Sonhos*. Pode-se observar a configuração de um modelo linear do psiquismo, em que são assimilados a construções menos problemáticas acerca das representações ideativas. Ficarão de fora tanto o problema da relação entre a representação ideativa e o afeto, especialmente o do excesso em relação à representação que caracteriza o afeto, quanto idéia da gênese do ego por identificação. Quanto a esse último aspecto, basta notar que a noção de *coisa* não é mencionada entre as modalidades de registro.

É possível, portanto, antever na “Carta 52” um arranjo intermediário entre as proposições de 1895 e as de 1900, com a passagem de um modelo mais propriamente econômico do psiquismo para uma concepção transcritiva da dinâmica representacional. Essa perda é função do abandono de algumas hipóteses do “*Projeto*”, em decorrência do abandono da teoria da sedução.

A Defesa “a Posteriori” e a Teoria da Sedução

No início desse capítulo assinalai que a outra questão norteadora do “*Projeto*” era a possibilidade de explicação da teoria da sedução. A tentativa de articulação da teoria da sedução é feita na parte II daquele texto, na seção referente à psicopatologia. Já descrevi, no segundo capítulo dessa dissertação como, nessa perspectiva, a formação do sintoma histérico é pensada como um *símbolo mnêmico*. O que está em jogo é um *próton pseudos*; uma falsa associação entre representações. Agora irei tratar da explicação econômica que procura sustentar essa hipótese, bem como os problemas em jogo no seu abandono.

O mecanismo formador da neurose é pensado a partir da falha no mecanismo de atenção psíquica. Assim, o problema será diferenciar o mecanismo de defesa normal – baseado na vivência de dor – do patológico – originado de sensações sexuais. Freud terá dificuldade em articular o desejo sexual com a defesa, já que esta surge contra a dor exógena. A saída é pensar na *posterioridade* do efeito traumático da sexualidade. O fator patogênico estaria na sensação sexual e na impossibilidade de representá-la enquanto tal em uma época pré-pubertária. Não havendo circuito de representação sexual, esta seria representada ligada à fome. A recordação posterior desperta um afeto novo porque a transformação da puberdade insere uma nova forma de vivência – a *sexualidade* – possibilitando uma ressignificação da lembrança.

A sexualidade funcionaria como um neurônio-chave, secretando Q para dentro do aparelho e originando um *afeto*. A liberação sexual é perigosa ao aparelho não só pela emergência de uma intensidade, mas porque essa intensidade se liga a uma recordação e não a uma vivência. Essa peculiaridade é suficiente para burlar o mecanismo da atenção psíquica, pois o desprazer não parte das percepções que normalmente dão lugar a liberação de desprazer, mas de uma recordação que irrompe inesperadamente. O ego permite o processo primário porque não o esperava e a memória, nesse caso, terá o caráter traumático de uma experiência de dor.

Percebe-se, nesse mecanismo, o deslocamento da questão para efeitos semânticos, pois é na descoberta do *sentido* sexual originário que se produzirá o efeito

intensivo que leva à repressão. O aparelho psíquico encontra-se sob um *modelo de significação* ou denotação (Gabbi Jr., 1995, p. 189), havendo a passagem da natureza puramente fisiológica na origem das intensidades para a articulação entre representações de palavra e de objeto.

Vimos acompanhando como, desde o texto sobre as afasias, Freud articula o mecanismo da neurose a uma relação entre as representações de objeto e as de palavra. A questão era saber como um determinado grupo de representações se torna causador de desprazer para o ego, levando à defesa. As investigações clínicas levaram à pista da sexualidade como fator etiológico. A teoria da sedução e seu mecanismo de ressignificação *a posteriori* foram a primeira e malograda tentativa de articulação desses dois aspectos, sendo efetivamente abandonada na famosa “Carta 69” (Freud, 1897/1996).

Freud enumera quatro grupos de motivos para esse abandono, sendo dois de ordem mais factual – os fracassos da análise e a improbabilidade do grau de incidência de perversão adulta – e dois de ordem teórica – a indistinção entre realidade e fantasia e a inacessibilidade das vivências infantis. Esses motivos são suficientemente conhecidos para que nos detenhamos sobre eles. O que irá nos interessar é o desequilíbrio que esse abandono irá provocar na metapsicologia.

Na introdução do presente capítulo pude discorrer brevemente sobre a questão da ruptura/continuidade na passagem do “*Projeto*” para *Interpretação dos Sonhos*. Além das questões da abordagem neurológica *versus* a fisiológica e da interpretação *versus* explicação, o abandono da teoria da sedução normalmente comparece como terceira ruptura conceitual na constituição da psicanálise. Nesse caso, teríamos a passagem do enfoque na *realidade externa* para o da *realidade psíquica*. Essa mudança de enfoque, por sua vez, seria concomitante ao desenvolvimento de três conceitos-chave que constituirão o centro da teoria freudiana e possibilitarão sua emergência como campo autônomo: (1) a sexualidade infantil; (2) o complexo de Édipo; (3) o papel preponderante da *fantasia*.

Desses três pontos, é particularmente fácil aceitar a questão da passagem para a sexualidade infantil. No que diz respeito ao Édipo, contudo, a questão não é assim tão simples. Em geral, admite-se que a auto-análise de Freud, iniciada em 1897, seja o fator

responsável pela descoberta do famoso complexo. Desde então, ele comparecerá como operador clínico central. Entretanto, o seu lugar teórico é absolutamente marginal nesses textos iniciais. Há uma série de explicações para essa impossibilidade da integração do construto clínico com a emergência da primeira tópica.

Mezan (2001, p. 191-192) analisa a questão pelo viés da relação objetal. Sendo, segundo o esquema da primeira edição dos *Três Ensaio sobre Sexualidade* (Freud, 1905/1996), a primeira fase da organização sexual auto-erótica, só há abertura para uma relação com objetos parciais, uma vez que essa fase é regulada pela anarquia das pulsões parciais, posteriormente unificadas pela genitalidade, já na puberdade. Nesse sentido, o complexo de Édipo de forma alguma poderia comparecer como constitutivo. Apesar do avanço rumo à afirmação da sexualidade infantil, esta não é pensada na relação com o objeto, já que a trama conceitual freudiana carece do conceito fundamental de identificação, que só encontrará entrada a partir da formulação do conceito de narcisismo. De fato, é só com a “virada” dos anos 1920 que o Édipo, finalmente, encontrará um lugar constitutivo na metapsicologia.

Não interessa entrar na questão do desenvolvimento do conceito de complexo de Édipo.²⁰ O que interessa assinalar é que essa problemática não se inicia ou se resolve com o abandono da teoria da sedução, pelo contrário. O abandono da teoria da sedução causará um desequilíbrio tamanho na teoria freudiana que o próprio recurso a uma explicação ontogenética da personalidade vai se encontrar minimizado. Portanto, contra a interpretação clássica, deve-se entender que:

“(...) a descoberta do Édipo em 1897 não foi nem a causa do abandono da teoria da sedução, nem aquilo a que ela deu nitidamente lugar. Foi, outrossim, o que, já atingido de maneira ‘selvagem’ na teoria da sedução, por pouco não se perdeu com ela em proveito de um realismo biológico.” (Laplanche e Pontalis, 1988, p. 39-40)

Assim, não só a problemática do Édipo corre em separado à da sedução, como o próprio abandono dessa hipótese acarreta uma impossibilidade de articulação do Édipo com a sexualidade infantil. Isso levará a um desequilíbrio no mínimo curioso quando a teoria da sexualidade é finalmente formulada em 1905. Como demonstra Monzani, a teoria

²⁰ Um aprofundamento no percurso de elaboração do complexo de Édipo como um universal da metapsicologia freudiana, acompanhando os imbricamentos de suas facetas clínica, cultural e constitutiva, pode ser encontrado em Estevão (2003).

freudiana, ao final dos anos 1890, coloca duas séries alternativas na compreensão da etiologia das neuroses: (1) importância primordial dos fatores externos – teoria da sedução – sintomatologia; ou (2) importância primordial dos fatores internos – fantasia – sintomatologia (1989, p. 44). O abandono da teoria da sedução leva à minimização dessa primeira série. Isso levará à afirmação da preponderância do determinismo endógeno no desenvolvimento psicosssexual. Assim, após a desconstrução da concepção biológica da sexualidade, demonstrando o lugar variável dos objetos na busca de satisfação pela pulsão, Freud retoma uma explicação endógena para a passagem do auto-erotismo para a escolha objetual genital. Ou seja, a subordinação da pulsão à zona genital e a um objeto com fins reprodutivos é explicada com base em um princípio ordenador de caráter biológico e teleológico. Portanto, esse desenvolvimento encontra-se prefigurado na história da espécie (Monzani, 1989, p. 33-34).

Assim, não só o fator externo é minimizado, como também qualquer fator interno de caráter psicológico. Ou seja, a fantasia será remetida diretamente a uma pré-inscrição filogenética, levando embora todo o percurso de Freud nos anos 1890 em direção a uma etiologia psíquica das neuroses.

É bem verdade que esse desequilíbrio é passageiro no desenvolvimento da metapsicologia. Sabe-se, inclusive, que a problemática da sedução retornará posteriormente, porém em outro nível de organização na trama conceitual freudiana.²¹ Para nossos propósitos, contudo, é interessante marcar esse momento de desequilíbrio causado pelo abandono da teoria da sedução, levando a uma ampliação exagerada do fator interno na compreensão das neuroses.

Pode-se perceber, portanto, que a problemática do abandono da teoria da sedução conflui para a questão da fantasia, o terceiro aspecto normalmente apontado como central para a emergência da psicanálise como campo autônomo de saber. Vimos, também, como essa preponderância da fantasia, cujo corolário é a idéia de uma realidade psíquica, tende, em um primeiro momento, a ser assimilada a uma pré-figuração

²¹ A volta da problemática da sedução sem, contudo, minimizar o papel da fantasia será dada só nos anos 1930. Seu ponto nodal será a afirmação da sedução materna com elemento universal de introdução da sexualidade no bebê, momento em que a fantasia toca a realidade (Freud, 1933b/1996, 1940/1996). Essa indicação será desenvolvida por Laplanche (1988b) em sua teoria da sedução generalizada.

ontogenética. Resta entender como o problema da fantasia é equacionado na teoria do trauma *a posteriori*.

Para tanto, a análise de Laplanche e Pontalis (1988, p. 25-42) se mostra de grande valor. Os autores definem vários aspectos positivos presentes na teoria da sedução. O primeiro deles é o seu valor exemplar na significação da sexualidade humana, mostrando que ela irrompe de fora para dentro e que, uma vez o evento posterior sendo internalizado, atuará como um *corpo estranho* no psiquismo. Essa concepção do traumático revela-se, portanto, simultaneamente *exterior* e *interior*. Nesse sentido, a sexualidade provém do outro, porém só se torna traumática a partir da internalização e ressignificação dessa alteridade. O trauma, portanto, ocupará um lugar intermediário. Esse lugar será, nada menos do que o da *fantasia*, que articulará e mediatizará os pólos interno e externo, que congregam, respectivamente, a dimensão endógena – a qual, em última instância, se liga ao biológico – e a dimensão do evento ou da “realidade”. Esse seria o aspecto mais profundo da teoria da sedução, pois conseguiria estabelecer uma relação intrínseca entre a defesa e a sexualidade sem desmoronar para um dos lados da polaridade.

Já indiquei algumas das conseqüências negativas do abandono da teoria da sedução para a compreensão do problema da defesa e da sexualidade. Laplanche e Pontalis também irão assinalar que o abandono levará a um retrocesso e a um desequilíbrio na compreensão da etiologia das neuroses, uma vez que o pólo interno ou predisposicional ganhará terreno em detrimento do pólo externo ou factual. Isso, por sua vez, levará a uma tematização endógena da sexualidade e a uma marginalização do complexo de Édipo. Assim, a impossibilidade de articulação teórica do Édipo se dá pelos próprios desdobramentos desse abandono, que impossibilitam a articulação entre o complexo e a sexualidade infantil, uma vez que há a perda da noção de *corpo estranho* como elemento disparador do conflito. A conclusão dos autores é que a teoria da sedução como posterioridade do trauma circunscrevia uma *estrutura pré-subjetiva mediacional entre o externo e o interno*. Seu abandono leva a uma valorização da polaridade interna da fantasia, perdendo seu aspecto estrutural essencial em detrimento de uma concepção meramente imaginária.

Conclusão

Pretendi, neste capítulo, abordar os desdobramentos da representação em seu viés econômico, o que nos levou ao “*Projeto*” e ao texto correlato da “Carta 52”. Com isso pretendi aprofundar a questão econômica que se encontra no cerne da teoria da representação. Ao final desse percurso, pudemos observar não só a afirmação de aspectos que apontam para a dimensão da “não-representação” como, também, um certo movimento de enfraquecimento dessas teses.

Foi visto que o aparelho “psíquico” de 1895 é um arco reflexo complexo que procura manter a constância do fator intensivo da energia psíquica endógena e exógena, tendo como função primária a compulsão à repetição. A memória é o seu aspecto central, função de um excesso energético que diferencia circuitos associativos básicos. Esses precipitados de vivências – dor, satisfação e sexualidade – são estruturas fundamentais das representações ideativas e afetivas, além de protótipos dos processos psíquicos de pensamento e defesa. O aparelho se organiza contra a intensidade energética, encontrando-se sempre ameaçado de regressão formal devido ao afluxo traumático de energia que suplanta a atividade secundária do ego. Esse exerce a função de ligação das intensidades, inibindo a compulsão e organizando os processos de pensamento que possibilitarão o reencontro do objeto da ação específica. Nesse processo, é fundamental a ação de um outro, que servirá como modelo para a identificação.

Tanto no “*Projeto*” quanto na “Carta 52”, afirma-se a centralidade da atividade representacional do psiquismo, cujas modalidades de registro são, progressivamente: (1) figurações perceptivas, (2) representações de objeto e (3) representações de palavra. As primeiras são o registro dos signos de qualidade da percepção, protótipo da representação. Origina-se em regime de processo primário através de associações de simultaneidade. As representações de objeto também são fruto de regime primário, porém mediadas pelo juízo discernidor. Nesse, a referência é a identidade corporal, obtida pela analogia com outrem. A representação de objeto é a consolidação, por identificação, das representações perceptivas.

Dois aspectos são discerníveis na representação de objeto, a saber, a parte variável, que entra no circuito do pensamento, e a parte fixa, que o fundamenta. O segundo aspecto é a essência do desejo; representação da pulsão e do funcionamento ideal do psiquismo: a *coisa*. Sobre ela se instauram os nexos causais que possibilitarão a emergência de *conceitos*. A representação de objeto tem dupla origem: é consolidada pelo processo secundário do pensamento reprodutivo, mas tem como origem uma forma de inscrição que é mais fundamental e se dá pela identificação com outrem no juízo e no reconhecimento. *A gênese do ego, portanto, se relaciona diretamente com a identificação com um objeto semelhante. A identificação tem um registro particular – a coisa –, organizando o ego sem, no entanto, aparecer como objeto de conhecimento ou da consciência..* Essa articulação entre ego e identificação será fundamental nos desdobramentos posteriores da metapsicologia freudiana, mas será esquecida em toda a primeira tópica freudiana, a começar pela própria “Carta 52”.

Outro nível de registro é encontrado nas representações de palavra. Elas são condição para a criação de associações *originais* em regime exclusivo de raciocínio. Para tanto, precisam da confirmação do signo de realidade do pensamento. Os processos de pensamento reprodutivo são a expressão mais bem acabada do processo secundário, trabalhando com associações de contigüidade e por intermédio do controle da atenção psíquica do ego.

Os níveis de registro mnêmico constituirão um dos eixos da teoria representacional freudiana. Apesar do problema da origem do ego e da identificação, esse esquema norteará a topografia da primeira tópica. Se, nesse ponto, a articulação teórica está suficientemente sedimentada, pelo lado do afeto a questão é mais delicada. Nos termos do “*Projeto*”, a ambigüidade fica entre a suposição de pelo menos uma estrutura afetiva através do qual a experiência afetiva pode se organizar e se repetir. Há sérios problemas em se tomar esse modelo a partir da Q exógena e da dor, pois a angústia que emerge da Q endógena precisará ser remetida a esse modelo. De qualquer forma, nota-se que o afeto como experiência consciente e descarga não se resume ao investimento de uma estrutura afetiva, mas a toda e qualquer intensidade que irrompe na trama associativa do aparelho. Nesse sentido, o afeto é fundamentalmente um excesso energético que precisa ser ligado

pelo ego em processo secundário. Em suma, o afeto não é apenas a experiência de dor, mas, principalmente, a experiência de desprazer, que nada mais é do que a contraparte consciente de um processo econômico traumático.

A dimensão traumática do afeto e sua ligação estreita com o ponto de vista econômico é um ponto central da estrutura conceitual do “*Projeto*”, o que faz com que a noção de afeto transite o tempo todo entre sua conformação a uma estrutura e a sua resistência a ela. Assim, apesar da complexidade crescente dos conceitos de afeto, o exame do “*Projeto*” permite evidenciar de forma mais clara essa tensão essencial na relação entre representação ideativa e afeto. Assim, essa polarização não precisa, necessariamente, ser entendida como uma imprecisão teórica, mas como uma ambigüidade essencial do ponto de vista econômico: a estrutura suficientemente reinvestida comporta o afeto, mas quando o fator energético suplanta as barreiras de contato e os investimentos colaterais do ego esse afeto se torna traumático, necessitando de uma nova ligação. Nesse processo, o excesso energético pode passar de uma estrutura afetiva para uma representacional, reinstaurando o processo secundário.

De qualquer forma, tem-se que a *angústia* é fundamentalmente uma experiência emocional do puro desprazer, da intensidade livre e pungente. Nesse sentido, a angústia é a repetição de uma falha na inscrição afetiva que se deu antes da instalação do ego. No caso do “*Projeto*”, isso se dá no *próton pseudos*. A angústia é a repetição de uma condição automática de descarga, o reinvestimento de um registro mnêmico e, sobretudo, sua falha; falha do ego em manter o processo secundário.

A contribuição mais importante do “*Projeto*” é entender a experiência do processo primário como uma compulsão à repetição e à descarga, na qual o organismo se encontra no mais completo desamparo e contra a qual o organismo precisa se organizar através da criação de uma instância que permita a ligação dessa energia livre. Deixando de lado a querela sobre as insolúveis dificuldades teórico-conceituais e as falsas suposições clínicas que fazem deste texto freudiano um esforço teórico inconsistente como modelo de aparelho psíquico, pode-se perceber uma série de proposições que permanecerão no cerne da preocupação e do esforço teórico freudiano. Se, por um lado, tem-se a definição de um esboço de teoria representacional, tem-se também seus primeiros impasses. Eles

estão presentes seja no campo da identificação e da gênese das representações do ego, seja no campo do afeto como demanda de trabalho ao psiquismo, ou mesmo no substrato econômico do aparelho psíquico que define uma energia em busca de descarga.

Trata-se de um texto problemático, mas, também surpreendente, trazendo inúmeras concepções que serão retomadas e conceituadas de forma satisfatória apenas ao fim de um longo percurso da metapsicologia. Não cabe dizer que já estejam aqui os conceitos freudianos de pulsão de morte, compulsão à repetição, identificação, Id e Ego. Mas não se pode negar que partes substanciais dessas noções aqui se encontram e estão operando desde o início no horizonte conceitual da metapsicologia freudiana.

O que chama particularmente a atenção é o escamoteamento dessas teses no percurso rumo à emergência da primeira tópica. O primeiro passo, como vimos, é dado já na “Carta 52”, na qual a dimensão não-representacional é descolada da problemática econômica e afetiva, afirmando-se a primazia de um modelo transcritivo da dinâmica psíquica e da patologia.

Foi visto, ainda, o que pode explicar essa mudança de orientação na metapsicologia: o abandono das teses do “*Projeto*” está intimamente relacionado ao abandono da teoria da sedução. Com relação a isso, pudemos acompanhar o desequilíbrio causado pela perda da série complementar que ordenava os fatores externos, levando à análise de Monzani e de Laplanche e Pontalis sobre a fantasia. Nos interessa atentar para o fato desse desequilíbrio estar diretamente articulado ao problema da teoria da representação. Se, do ponto de vista da etiologia da neurose, houve um recrudescimento da posição endógena, acredito que, também, na teoria da representação, houve uma sobrevalorização dos fatores internos.

As idéias que norteiam a concepção de representação na metade dos anos 1890 apontam para um certo hiato entre a ligação energética em representação e a ameaça de efração pelo processo primário. Essa hipótese é particularmente clara na arquitetura teórica do “*Projeto*”, em que o topográfico é função de uma ordenação econômica, ou seja, o aparelho psíquico está sempre ameaçado de uma regressão econômica que implica uma regressão topográfica e formal. Ou seja, há sempre um excesso de intensidade para além dos registros representacionais, cuja maior expressão é, sem dúvida, a angústia.

Portanto, o “*Projeto*” traz consigo uma *concepção radical de processo primário*, no qual a própria representação está em vias de regredir à “não-representação”. Se a concepção essencialmente econômica dos registros psíquicos é, de certa forma reeditada na “Carta 52”, isso é feito operando uma passagem para uma concepção transcritiva da dinâmica dos registros. Isso implica uma certa subvalorização do aspecto econômico, mas, contudo, não deixa de guardar um lugar para o problema da representação. Vimos que, para além dos tradicionais registros objetivos e verbais, há a circunscrição mais clara de um registro intermediário entre a representação e a percepção, o *registro perceptivo*.

Há, portanto, uma abertura para o campo da “não-representação” que diz respeito a uma dimensão de alteridade dentro do aparelho psíquico: essa energia contra e a partir do qual ele se constitui. O problema da falha da inscrição representacional encontra-se colocado, quer seja nos percalços da defesa e da angústia, quer seja no problema mais específico da transformação do perceptivo em representacional. Assim, o fator externo encontra-se presente tanto nesse “corpo estranho” que é a energia pulsional e sua significação quanto na gênese da representação via percepção. Ou seja, a representação é pensada na articulação entre o externo e o interno.

Conclui-se, portanto, que o abandono da teoria da sedução e o recrudescimento do fator interno levará, também, a uma perda na concepção de representação. Já o vimos na “Carta 52”. Veremos, no próximo capítulo, como a emergência da primeira tópica continuará esse trabalho. Assim, o percurso que foi sendo traçado nessas diversas figuras da representação nos leva ao momento de emergência da primeira tópica, no qual teremos a oportunidade de examinar como esses aspectos não-representacionais, presentes nas diversas figuras da representação nos anos 1890, se organizam no livro *Interpretação dos Sonhos*.

CAPÍTULO V

A REPRESENTAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE DESEJOS

Introdução

Os capítulos anteriores tinham como objetivo traçar as diversas figuras da representação no período que antecede a definição do modelo topográfico, em *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1996). Agora é chegada a hora de analisar essa obra à luz do campo de problemáticas que se configurou ao longo dos capítulos anteriores. Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo não apenas apresentar a compreensão da representação presente naquela obra, mas atualizar a discussão precedente em sua interpretação.

O lugar de *Interpretação dos Sonhos* é central no edifício teórico freudiano. É nele que o objeto da psicanálise, pela primeira vez, encontra sua expressão mais acabada e articulada, fazendo desta obra um verdadeiro ponto de referência cujo próprio Freud não deixa de reconhecer como a mais valiosa de suas descobertas (1900/1996, p. 34). Independentemente das inúmeras controvérsias sobre as características de ruptura ou continuidade com as primeiras tentativas de descrição teórica de um aparelho psíquico e dos remanejamentos em função do abandono da teoria da sedução, são inegáveis os pontos comuns que articulam a emergência da assim chamada *primeira tópica* com as tentativas precedentes de sistematização.

Sendo um livro que permite inúmeras abordagens, é necessário precisar o recorte operado neste capítulo. A proposta é apresentar e discutir, a partir do desenho da primeira tópica e em sua descrição do trabalho do sonho, as vicissitudes da teoria representacional que sustenta a construção de um modelo de aparelho psíquico. Nesse percurso, pretendo localizar a emergência de limites e ambigüidades já nesse modelo. Como limite apresentarei a dimensão da não-representação e do traumático que pode ser identificada subrepticamente nos sonhos de angústia. Como ambigüidade, examinarei as dificuldades de Freud em construir concepções de

pensamento e linguagem próprias da psicanálise a partir de uma concepção representacional empirista.¹

O eixo norteador desse capítulo, portanto, é a relação entre o trabalho onírico e o aparelho psíquico como modelo representacional. Nesse sentido, trata-se de examinar a teoria freudiana da memória e sua dimensão processual na formação dos sonhos e suas derivações para o pensamento em geral. Para tanto, colocarei em discussão especificamente a articulação dos diferentes representantes psíquicos nas vias progressiva e regressiva de formação dos sonhos no aparelho psíquico, o que nos leva a discutir: (1) as diferentes formas de inscrição psíquica; (2) as relações entre memória, percepção e alucinação; (3) o papel das intensidades psíquicas e do afeto. Fundamentalmente, o que está em jogo é a diferenciação dos níveis de trabalho e articulação das instâncias psíquicas, procurando evidenciar o vínculo essencial que une o regime energético e o tipo de inscrição mnêmica, buscando os limites e especificidades do modelo representacional. Nesse intuito, tomarei sem discussão todo o percurso freudiano em seu livro até a articulação metapsicológica do capítulo VII, ou seja, tomarei como dados os mecanismos em jogo no trabalho do sonho (condensação, deslocamento, figurabilidade, elaboração secundária), sua meta de realização de desejo inconsciente e sua relação com o trabalho de interpretação.

A Emergência da Primeira Tópica

Pode-se afirmar que o percurso freudiano até o capítulo VII da *Interpretação dos Sonhos* está assentado na reconstrução do *pensamento latente* do sonho e elucidação de seus mecanismos de transformação em *conteúdo manifesto*. Essa construção teórica, por sua vez, está assentada em um princípio geral, que é o do determinismo inconsciente e a natureza indelével da inscrição mnêmica. Ou seja, o esforço freudiano é mostrar como, operando-se a desconstrução do trabalho onírico e eliminando-se os disfarces operados pela censura e as limitações da figuração perceptiva, encontra-se na origem um desejo inconsciente infantil em toda a sua força atemporal.

¹ O problema da herança empirista freudiana, bem como de sua ultrapassagem, já foram discutidos por mim no capítulo 2.

Assim, por trás da interpretação onírica se encontra uma teoria metapsicológica assentada na memória como um traço permanente. Não é à toa, portanto, que a seção A do capítulo VII trate exatamente de expurgar o último argumento contra uma concepção falha do processo mnêmico, o que colocaria toda a teoria sob a suspeita de acaso e indeterminismo: o esquecimento. Freud se esforça para mostrar o esquecimento como um processo ativo, função de mecanismos psíquicos operando no sentido de restaurar a censura.²

A atividade mental seria sobredeterminada e o abandono das *representações-meta* conscientes levaria a atividade mental de volta ao império das cadeias associativas inconscientes. A noção de representação-meta aparece exclusivamente nesses primeiros textos freudianos, mas é de extrema importância para evidenciar o caráter teleológico do associacionismo freudiano. Trata-se de uma noção relativamente simples: um conjunto representacional que orienta os processos de pensamento enquanto uma meta de satisfação.

Quando Freud descreve o pensamento reprodutivo no “*Projeto*” (1895b/1995), a representação-meta é o neurônio permanentemente investido que norteia as associações que buscam identidade de pensamento com o objeto de satisfação. Essa noção é generalizada para todos os processos de pensamento – conscientes, inconscientes e pré-conscientes – no capítulo VII de *Interpretação dos Sonhos*, além de ser entendida em termos estritamente representacionais. Assim, a noção de representação-meta parece essencial para caracterizar a intencionalidade dos processos associativos na vida psíquica, o que faz com que o associacionismo freudiano transcenda uma concepção estritamente mecanicista (Freud, 1900, p. 559-560). Ou seja, o associacionismo é função de uma meta de satisfação do desejo e redução de tensão energética. Essa concepção é importante, pois mostra como os processos de pensamento são dirigidos e imantados por um complexo representacional, o que demonstra uma perspectiva motivacional do associacionismo freudiano. Resumida e antecipadamente, pode-se afirmar que as cadeias associativas inconscientes são dirigidas pelas representações de objeto inconscientes enquanto as cadeias associativas pré-conscientes o são pelas representações de palavra.

² Nota-se, em todo o livro, uma indeterminação quanto ao uso dos termos *censura* e *resistência*, justapondo-os ou tomando-os como sinônimos. Essa indeterminação, contudo, não tem consequências para os propósitos desta dissertação.

A sobredeterminação inconsciente, então, deve ser entendida nos termos de uma teoria da memória que é, a princípio, associacionista e funcional, dirigida para a redução da tensão energética e para a satisfação do desejo. A memória aqui é o traço fundamental do aparelho psíquico, sua pedra fundamental, sendo, necessariamente, atemporal e indelével.

Há uma estreita ligação entre as hipóteses presentes no capítulo VII e as outras concepções mais ou menos acabadas de aparelho psíquico tentadas anteriormente por Freud, abordadas nos capítulos precedentes desta dissertação. Cabe, então, retomar a polêmica sobre a continuidade ou ruptura da primeira tópica em relação aos anos 1890. Sintetizo a análise de Monzani (1989, p.137-141) em torno de duas supostas teses que defendem a ruptura.

A primeira, mais sutil, afirma que a ruptura se dá pela inversão das relações entre o trabalho de interpretação e a tentativa de explicação do psiquismo. Ou seja, até *Interpretação dos Sonhos* a interpretação era subordinada à uma explicação de cunho mecânico-funcional, sendo que só nessa obra a interpretação passa a ter preponderância, levando a uma substituição da explicação causal pela emergência do sentido.

A segunda, mais simplista, diz que a ruptura se dá pela articulação de uma noção de inconsciente psíquico em franca oposição às inclinações tipicamente neurológicas dos primeiros textos. Ou seja, a ruptura se daria tanto pela positividade, em direção a uma concepção estritamente hermenêutica, quanto pela negatividade, desfazendo-se das raízes biológicas e localizacionistas do psiquismo. Apesar do aparente rigor da interpretação hermenêutica³, a questão se resolve de outra forma: trata-se de compreender que o trabalho de interpretação é o campo privilegiado de produção de teses acerca do funcionamento psíquico, mas não o campo de sua *fundamentação*. A fundamentação, para Freud, aponta para a metapsicologia e suas especulações energético-representacionais.

Nesse sentido, Monzani afirma que o essencial da passagem freudiana na compreensão do neuronal para o psíquico é pensar a dimensão do processo sem se ater à explicação de sua essência. A rigor, os processos do aparelho psíquico são

³ A interpretação hermenêutica é aquela que procura marcar a preponderância da dimensão de sentido na psicanálise, em detrimento de sua dimensão de força. Essa interpretação tem como marco o trabalho de Ricoeur, que, contudo, assinala a insuficiência da abordagem hermenêutica em abranger toda a gama teórica em *Psicanálise* (1977, p. 65-69). Maiores detalhes sobre essa questão podem ser encontrados em Campos (2001).

duplamente incognoscíveis: não são nem passíveis de investigação neurofisiológica, nem de investigação fenomenológica – no sentido amplo do termo. Ou seja, a “máquina de sonhar” é que produz o psíquico, como um instrumento ótico projeta uma imagem. É nesse sentido de modelo ficcional e não de uma abordagem fenomênica que se pode afirmar que o “aparelho psíquico não é psíquico” (1989, p. 131-134, 141).⁴

Entra-se, então, na segunda tese, a qual também se mostra precipitada. O fato de Freud recorrer à linguagem psicológica não significa uma opção sobre a natureza do inconsciente que relega sua ancoragem somática. Trata-se de uma disposição metodológica tomada por Freud, na qual a explicação somática permanece sempre como um horizonte externo à psicanálise. Isso não quer dizer que o conjunto de hipóteses presentes no “*Projeto*” tenha sido descartado ou que nos anos 1890 as hipóteses explicativas tenham sido de cunho estritamente neurológico, pelo contrário.

Os capítulos anteriores desta dissertação mostraram a complexa interpenetração entre o nível somático e o psíquico. Foi visto, no segundo capítulo, como a questão já aparece no texto sobre as afasias, determinando duas linhas de abordagem. O quarto capítulo, por sua vez, pôde evidenciar como a dimensão aparentemente anatômica do “*Projeto*” se constitui em um modelo especulativo que é facilmente transponível em termos representacionais, não sendo à toa que muitas de suas hipóteses principais serão transpostas para o modelo topográfico.

Assim – e essa é a tese de Monzani – a dicotomia ruptura/continuidade não dá conta do pensamento freudiano nesse aspecto, bem como em geral. O que faria de *Interpretação dos Sonhos* um marco é o fechamento consistente de vários pontos teóricos que se encontravam em aberto, como: (1) circunscrição do conceito propriamente psicanalítico de inconsciente, bem como da subdivisão do aparelho psíquico em sistemas diferenciados; (2) articulação mais clara da noção de desejo e sua diferenciação com relação à necessidade; (3) descrição dos mecanismos e características do funcionamento psíquico inconsciente e sua contrapartida no trabalho onírico; (4) explicitação e codificação do papel e importância da interpretação.

⁴ Uma interpretação claramente distinta, em uma leitura inspirada pelos desenvolvimentos lacanianos, toma a mesma frase para afirmar o primado da linguagem na constituição do aparelho psíquico, ou seja, que o aparelho não é psíquico pois é *simbólico* (Garcia-Roza, 2002, p. 152-156).

Há de se ressaltar um outro aspecto fundamental que faz desse texto um marco. Trata-se da rearticulação teórica subsequente ao abandono da teoria da sedução e a interpretação da etiologia das neuroses a partir da fantasia inconsciente. Nesse ponto, o argumento de Mezan é de grande valia. Um dos pontos nodais da trama conceitual freudiana é a passagem operada na primeira tópica. Segundo esse comentador, o fundamento da psicanálise encontra-se na emergência do par repressão-sexualidade como operador fundamental para a circunscrição do conceito de inconsciente. Nesse sentido, *Interpretação dos Sonhos* marcaria a superação do quadro teórico anterior sustentado no par sedução-psicofisiologia (Mezan, 2001, p. 66).

Da forma resumida como está colocado, há de se pensar que a leitura de Mezan contraponha-se a de Monzani no tocante à consideração da ruptura e/ou continuidade. Acredito que a ênfase de Mezan na importância da repressão e da sexualidade para a definição do inconsciente como objeto da psicanálise complemente e evidencie um ponto-chave do que Monzani chama da articulação bem acabada de pontos problemáticos delimitando mais satisfatoriamente o objeto da psicanálise. Assim, apesar da articulação entre repressão-sexualidade-fantasia alçar o objeto psicanalítico a um nível diferenciado, não se pode falar em ruptura, pois essas questões se encontravam presentes, assim como as noções de trauma e de psicofisiologia permanecem no horizonte conceitual da psicanálise, retornando posteriormente. Ademais, Mezan também não pensa nos termos de dicotomias continuidade/ruptura, mas nas diferenciações progressivas de tramas que resignificam as articulações precedentes.

Assim, em complemento aos pontos destacados por Monzani, acrescenta-se um quinto fator que faz com que o objeto da psicanálise apareça de forma tão circunscrita no livro sobre os sonhos: a colocação do par repressão-sexualidade em primeiro plano e seu papel fundamental para a compreensão do inconsciente como conceito psicanalítico.

Tendo sido postas as balizas conceituais que organizam a problemática teórica em jogo em *Interpretação dos Sonhos*, gostaria agora de retomar a questão da representação. Tomando o par repressão-sexualidade como central para a circunscrição do conceito de inconsciente, nota-se a importância de uma teoria da memória na definição do mesmo. Ou seja, se o inconsciente se evidencia pelo desejo

sexual reprimido, o aparelho psíquico deve ser compreendido essencialmente como um aparelho de memória onde devem ser descritos mecanismos representacionais específicos. O percurso da metapsicologia freudiana evidencia a imensa prevalência e precedência dessa memória inconsciente na vida psíquica, o que liga indissoluvelmente a sobredeterminação a uma teoria de memória que não admite falhas ou degenerescência na sua inscrição inconsciente.

Esse é o lado explícito dos fundamentos do modelo da primeira tópica. Porém, já na seção A do capítulo VII aparece a advertência sobre os limites do processo interpretativo e seu inacabamento intrínseco, expresso na enigmática e famosa afirmação do “umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido” (Freud, 1900/1996, p. 556). Essa advertência pode ser entendida em dois níveis, os quais não se mostram excludentes, mas complementares.

Por um lado, significa que a interpretação não é unívoca e completa, pois as determinações inconscientes são sobredeterminadas. Assim, uma interpretação não anula outra e cada uma diz respeito a uma certa cadeia associativa que pode ser reconstruída em momentos específicos de um processo analítico. Tomada nessa acepção, a advertência tem um cunho quase estritamente técnico-metodológico, não chegando a ferir o arcabouço metapsicológico que a sustenta. Em outras palavras, os desejos inconscientes estão inscritos em alguma cadeia associativa, a qual não pode ser evidenciada pela ação dos mecanismos de defesa.

O segundo nível, mais radical, toma o limite da interpretação em estreita relação com os limites da própria representação psíquica em forma de memória. Nesse sentido, é a própria representação inconsciente e, conseqüentemente, o seu pressuposto metapsicológico que se vêem ameaçados. Esse segundo nível de abordagem do problema, contudo, só será retomado efetivamente a partir da virada dos anos vinte.

A primeira concepção, embora pertinente, está longe de ser satisfatória. Aceitá-la é admitir em Freud uma psicologia da memória ortodoxa, nos moldes do engrama mental pictográfico, sendo que o percurso freudiano nos anos 1890 mostra exatamente um distanciamento dessa abordagem. Resumindo o que já foi abordado nos capítulos precedentes, tem-se que Freud rejeita o paralelismo psicofísico ou o mero epifenominismo na explicação da relação entre o somático e o psíquico. Contrapondo-se ao localizacionismo estrito em favor da concepção funcional,

estabelece uma teoria psicológica particular da memória, que trabalha com níveis associativos organizados em função de experiências prototípicas de prazer e desprazer.

Nesse sentido, as representações não são entendidas como lugares estáticos, mas como articulações associativas dinâmicas, como complexos representacionais que organizam os processos de pensamento, diferenciando-se em modalidades de registro distintas. Além disso, a noção de uma significação *a posteriori*, tão cara à teoria da sedução, coloca em xeque a concepção estritamente empírica de memória.

Pode-se argumentar que a noção de posterioridade caia por terra junto com o abandono da teoria da sedução, mas o que acontece é mais sutil. O texto sobre lembranças encobridoras (Freud, 1899/1996), não deixa dúvidas quanto ao poder de resignificação que a fantasia inconsciente opera sobre a recordação consciente. Percebe-se, contudo, que a posterioridade do trauma na sua relação com psiquismo é transposta para a relação da fantasia inconsciente com a memória pré-consciente. Em outras palavras, a satisfação do desejo e os mecanismos de defesa atuam resignificando o conteúdo representacional acessível à consciência.

Esses breves assinalamentos são suficientes para marcar a complexidade da teoria representacional freudiana em oposição ao realismo ingênuo, em que a correspondência entre o objeto e sua representação não é questionada. Contudo, e isso é fundamental, constata-se a manutenção de alguns pressupostos essenciais do empirismo e da concepção clássica de representação na compreensão da memória inconsciente.

Além disso, pode-se afirmar que é no nível dos limites da teoria da representação que transita o verdadeiro dilema do “umbigo do sonho”. Procurarei mostrar como essa problemática emerge e é trabalhada na inauguração da primeira tópica, em especial na descrição dos lugares psíquicos, na dimensão processual do pensamento e do sonho, e, ainda, na experiência afetiva.

O Modelo Topográfico

O modelo topográfico do aparelho psíquico é apresentado na seção que trata da regressão no sonho. A questão teórica que se apresenta é explicar o processo

através do qual, no sonho, o *pensamento* é representado por *imagem* e por *fala*, ou seja, como a representação do pensamento regride formalmente a uma imagem sensorial (Freud, 1900/1996, p. 565-566). Evidentemente, a regressão formal e o problema da figurabilidade não são exclusivos da atividade onírica e essa também não se restringe a esse aspecto. O importante é que o tipo de atividade presente na formação do sonho evidencia as vicissitudes da atividade mental não só no pensamento normal mas, e principalmente, em um nível mais arcaico e primitivo de funcionamento. O sonho evidencia, assim, o funcionamento regressivo do aparelho psíquico, que se desdobra em três aspectos intimamente relacionados: tópico, temporal e formal. A princípio – e esse é o estatuto da regressão no capítulo VII – esses aspectos são complementares, pois o que é mais antigo no tempo é mais primitivo na forma e mais próximo da extremidade perceptiva na tópica psíquica (Freud, 1900/1996, p. 579).

A apresentação da primeira tópica inicia-se com a abertura para a *outra cena* dos sonhos, ou seja, para o problema das localizações psíquicas. Freud é bastante claro quanto sua pertinência ao campo estritamente psicológico através da analogia com um mecanismo óptico, o que remete, invariavelmente, a uma superação da abordagem em nível somático. A questão, como vimos, não é assim tão simples. Basta dizer que as hipóteses anteriores são alçadas para um nível representacional de explicação.

Uma evidência desse movimento, e que costuma ser em geral negligenciada, é a advertência para uma prevalência da relação temporal sobre a espacial na compreensão da tópica. Isso implica que os sistemas ou instâncias não devem ser tomados em uma localização tópica, mas sim em uma articulação lógica processual na determinação de uma direção da atividade psíquica. Também implica que a relação entre os sistemas deve ser entendida essencialmente como uma articulação funcional e econômica.

Se do ponto de vista funcional e dinâmico a descrição da primeira tópica é convincente, no tocante à dimensão econômica a questão não é tão clara. Nesse ponto, as hipóteses do “*Projeto*” (Freud, 1895b/1995), abordadas no capítulo anterior, são elucidativas. A idéia central é a de uma regressão alucinatória da atividade psíquica nos sistemas neuronais que é temporal e econômica, ou seja, os sistemas mnêmicos regredem a um funcionamento perceptivo dependendo da

intensidade energética em jogo. Assim, o aparelho psíquico não trabalha apenas com um fluxo de atividade energética que permanece idêntico no percurso entre a exterioridade perceptiva e a motora, mas sim que os diferentes sistemas operam com níveis energéticos que determinam formas de inscrição mnêmica.

Veremos que a diferenciação entre os diferentes registros mnêmicos, implícita no “*Projeto*” e explicitada com mais clareza na “Carta 52” (Freud, 1896a/1996), operará sub-repticiamente na emergência da primeira tópica.

Registros Mnêmicos

O modelo topográfico é construído sobre a complexificação do princípio do arco reflexo e a necessidade de diferenciação entre a função de inscrição mnêmica e a de percepção, criando a primeira subdivisão do sistema: a função perceptiva, onde não há modificação do sistema, e a de memória, onde o registro se dá na forma de traços mnêmicos permanentes. A memória, como já foi ressaltado, é entendida não só como conteúdo isolado, mas, fundamentalmente, como rede associativa. *A questão, contudo, é quantas e quais as formas de inscrição estão presentes no aparelho psíquico.* Há apenas uma passagem em todo o capítulo VII onde a questão é explicitada, mas se mostra quase enigmática se não se levar em conta as primeiras tentativas de articulação de um aparelho psíquico. A passagem é longa, mas absolutamente crucial:

“Um exame mais detido nos indicará a necessidade de supormos a existência não de um, mais de diversos elementos *Mnem.*, nos quais uma única excitação, transmitida pelos *Pcpt.*, deixa fixada uma variedade de registros diferentes. O primeiro desses sistemas *Mnem.* conterá, naturalmente, o registro da associação por *simultaneidade temporal*, ao passo que o mesmo material perceptivo será disposto nos sistemas posteriores em função de outros tipos de coincidência, de maneira que um desses sistemas posteriores, por exemplo, registrará relações de similaridade, e assim por diante, no que concerne aos outros. Naturalmente, seria perda de tempo tentar pôr em palavras a importância psíquica de um desses sistemas. Seu caráter residiria nos pormenores íntimos de suas relações com os diferentes elementos do material bruto da memória, isto é – se pudermos apontar para um teoria de tipo mais radical – , nos graus de resistência de condução erguida contra a passagem da excitação proveniente desses elementos.” (Freud, 1900/1996, p. 569-570)

A passagem guarda extrema semelhança com o que foi abordado no capítulo anterior. Trata-se do esquema de registros da “Carta 52” articulado à concepção econômica do “*Projeto*”. Sem essas referências, a passagem parece não passar de um

diálogo estéril com os princípios associacionistas clássicos, ordenando diferentes formas de registro mnêmico. Vimos, contudo, que está para além disso. Diferentes modalidades associativas implicam diferentes modalidades de registro mnêmico, sendo que esses registros são função da economia energética psíquica. Essa dimensão energética, visível na hipótese das barreiras de contato e do trilhamento, é que confere a radicalidade da concepção freudiana. Dessa forma, os princípios associativos são função do regime econômico dos sistemas psíquicos.

Freud se refere, na passagem citada, aos dois primeiros modos de inscrição: o perceptivo, que operaria por simultaneidade temporal e em um processo primário radical, e o propriamente mnêmico, que operaria por similaridade e em processo primário ou secundário. Convém lembrar que o que estou denominando nesse momento de processos primário e secundário não são exatamente as distinções metapsicológicas clássicas, posteriormente sintetizadas no artigo sobre os dois princípios do funcionamento mental (Freud, 1911/1996). Trata-se, no primeiro caso, de um nível mais primitivo de funcionamento, presente nas hipóteses do “*Projeto*” sobre a regressão formal e econômica. No capítulo anterior, circunscrevi essa dimensão radical do processo primário que coloca em risco a organização representacional do aparelho psíquico. É a ligação desse processo primário radical que está em jogo no registro perceptivo. Já o registro mnêmico propriamente dito é aquele em nível representacional, no qual se desenvolvem tanto o processo primário quanto o secundário.

Vimos, no capítulo anterior, que há duas formas de distinção entre os registros. No “*Projeto*” essa distinção é meramente econômica, mas na “*Carta 52*” é topográfica, assentada em um modelo *transcritivo*. Ou seja, o aparelho é pensado em níveis representacionais e sua dinâmica se dá por meio da tradução de uma modalidade de registro a outra. O trauma, nesse caso, é pensando não em termos econômicos, mas semióticos: uma falha na resignificação da experiência.

De qualquer forma, é apenas a segunda modalidade de registro que constitui o registro propriamente inconsciente. É apenas quando essa intensidade é ligada em processos de menor nível energético e associações mais refinadas que se pode falar em representação inconsciente. O registro perceptivo é de outra ordem de inscrição, ficando a meio-termo entre a percepção e a representação.

Essa interpretação sobre as várias modalidades de registro mnêmico encontra respaldo relativo na distinção efetuada por Derrida e retomada por Garcia-Roza a respeito da memória, discernindo entre *impressão*, *traço* e *texto* (Garcia-Roza, 2002, p. 44-67). Apesar de não concordar com a derivação que esses autores fazem do texto ou escritura como registro estritamente psicológico e simbólico da psicanálise, em oposição a uma marca de inscrição neurológica, acredito que a distinção entre impressão e traço seja pertinente.

A idéia é distinguir os conceitos de impressão ou marca do traço propriamente dito, mesmo que do ponto de vista terminológico essa distinção não seja explícita ou livre de ambigüidades no texto freudiano. A impressão é entendida como um momento primário de elaboração mnêmica, se distinguindo, por um lado, do estímulo e da sensação, e, por outro, da representação. Ou seja, a impressão não é meramente a dimensão fisiológica e sensorial que irá se inscrever no psiquismo como memória, mais uma primeira exigência de trabalho mnêmico que, contudo, não se instaura no registro de uma representação de objeto.⁵

A questão é complexa e não foi trabalhada nos textos freudianos, o que torna a empreitada ainda mais difícil.⁶ É mais fácil definir o que a impressão não é: não é um registro representacional inconsciente, muito menos uma pura intensidade psíquica, mas uma primeira modalidade de inscrição dessa intensidade.

Provavelmente a melhor descrição da atividade psíquica fundamentada na impressão seja a idéia freudiana de um *símbolo mnêmico*. Como vimos no segundo capítulo, o símbolo mnêmico é definido por Freud como o sintoma que está no lugar de algo que permanece na dimensão inconsciente. Ainda nos quadros da teoria da sedução, esse símbolo é fruto da atualização *a posteriori* de uma primeira inscrição psíquica, que é responsável pela sua significação traumática. Ou seja, o símbolo mnêmico é uma atualização de uma impressão infantil, articulando-a a um acontecimento presente, o que cria, simultaneamente, o trauma e sua representação.⁷

⁵ No texto de 1900, a distinção tópica das representações encontra-se apenas implícita, assim como sua definição, já que Freud em geral prefere falar de sistemas de traços mnêmicos.

⁶ O estudo aprofundado desse conceito deveria apoiar-se em um levantamento terminológico do texto freudiano, o que, invariavelmente, teria de ser feito em sua língua original. Não tenho essa pretensão, aceitando como suficiente o levantamento efetuado pelo comentador citado, que afirma não haver uma distinção conceitual precisa entre os termos, apesar de alguns indícios do uso diferenciado.

⁷ A afirmação do primeiro tempo da lógica da posterioridade como algo da ordem da não-simbolização e, portanto, da deficiência na representação, foi feita, também, por Laplanche e Pontalis (1988, p. 48).

Com o abandono da teoria da sedução e a insistência na etiologia fantasística das neuroses, nota-se o enfraquecimento da idéia de posterioridade e, concomitantemente, da ressignificação representacional da impressão. Um exemplo do abandono dessa noção radical da posterioridade como algo que não apenas ressignifica, mas que re-presenta (apresenta novamente ao psiquismo), pode ser encontrado no já citado artigo sobre as lembranças encobridoras. Nele, Freud se esforça para descrever as formas de identificar lembranças que estão no lugar de experiências traumáticas, chegando a ponto de afirmar a impossibilidade de se ter lembranças *da* infância, mas apenas *sobre* a infância (1899/1996, p. 304). Contudo, trata-se de uma afirmação sobre as lembranças conscientes e não das representações inconscientes, o que faz toda a diferença. Assim, as lembranças conscientes são sujeitas a todos os mecanismos de defesa operados pela censura, a fim de reprimir os desejos inconscientes. Em todo caso, as representações inconscientes lá estão modulando a atividade psíquica, apenas não podendo ser tornadas conscientes.⁸

O esmaecimento do pólo da realidade, fruto do desequilíbrio causado pelo abandono da teoria da sedução, levou, assim, a uma perda de aspectos importantes da ressignificação representacional. Entretanto, nota-se a permanência de alguns aspectos conceituais que apontam para uma diferenciação mais detalhada dos termos da teoria da representação.

O primeiro desses aspectos, já vimos, diz respeito à dimensão do processo primário regressivo no sistema ψ . Nesse caso, a irrupção das barreiras de contato pelo aumento da intensidade energética faz com que o sistema mnêmico regrida ao funcionamento perceptivo, sendo impedida pela atuação do ego e da sinalização do signo de qualidade em α . Apesar de toda a dificuldade em se pensar conceitualmente um papel mnêmico para o signo de qualidade, é patente a dimensão econômica envolvida nessa diferenciação de registros.

Esse princípio de distinção ganhará uma sustentação mais clara a partir da reorganização operada pela “Carta 52”. Como vimos, nessa carta Freud passa a pensar o trauma como oriundo da falha de transcrição de um nível representacional

⁸ Essa é a interpretação que encontra sustentação no modelo da primeira tópica, o que não impede que seja interpretada a partir de um outro referencial, que busque marcar justamente a prevalência da noção de posterioridade na teoria freudiana da memória. Exemplos dessa outra abordagem são encontrados em Bastos (1999) e Celes (1999), que procuram apontar a natureza essencialmente lacunar da memória e a especificidade da temporalidade em psicanálise, respectivamente.

para o outro, deixado em segundo plano a explicação neuronal e econômica. Dentre esses níveis, encontramos diferenciado nada mais que o registro dos signos de percepção. Ou seja, tendo eliminado a separação entre um plano psicológico e fisiológico que, necessariamente, colocava em pólos excludentes a qualidade e a quantidade, Freud pôde dispor em um contínuo as diversas modalidades de representação e sua relação funcional com instâncias de atividade psíquica.

Vimos, ainda, que esse modelo distingue sucessivamente: *percepção* – *signo de percepção* – *inconsciência* – *pré-consciência* – *consciência*. O signo de percepção é descrito como a primeira forma de registro, praticamente incapaz de chegar à consciência e ocorrendo em associações por simultaneidade. A segunda forma de inscrição é a inconsciente, ocorrendo na forma conceitual e sob outro regime associativo. A terceira, por sua vez, é a inscrição pré-consciente, de modalidade verbal.

A partir dessas considerações é possível afirmar que o esquema da primeira tópica está amplamente assentado nessa concepção de registros. Além disso, essa concepção, trabalhada em pormenor no capítulo anterior, dá margem para uma dimensão que será negligenciada na primeira tópica. Pode-se afirmar que nesse esquema estão implicados os seguintes níveis: (1) *dimensão não-representacional de ordem perceptiva* como primeira tentativa de inscrição mnêmica; (2) *dimensão representacional de ordem objetual* como modalidade de inscrição propriamente inconsciente; (3) *dimensão representacional de ordem verbal* como modalidade pré-consciente de inscrição.

Esse trinômio pode ser definido, respectivamente, como a “não-representação”, a representação de objeto e a representação de palavra. Vimos como esses dois últimos são conceitos bem definidos por Freud desde seu texto sobre as afasias (1891/1977), já o primeiro submergirá na malha conceitual da primeira tópica. Ele aparece apenas despercebidamente na passagem de *Interpretação dos Sonhos* citada anteriormente, sendo necessário um resgate de modelos pregressos do aparelho psíquico para evidenciar sua importância teórica.

Contudo, acredito que essa dimensão mnêmica não-representacional pode ser evidenciada em outro ponto da descrição freudiana do aparelho psíquico e seus processos. Trata-se da dimensão regressiva e alucinatória do sonho, em especial na

concepção de *figurabilidade*, e na compreensão dos sonhos de angústia, conforme veremos no próximo tópico deste capítulo.

Por enquanto, para fechar o argumento que iniciei, assinalo apenas que esse trinômio pode também ser descrito em termos de *impressão*, *traço* e *texto*. Assim, a impressão diz respeito a essa dimensão conceitualmente problemática do não-representacional, o traço ao alicerce da teoria freudiana da memória e o texto à dimensão de linguagem característica dos processos de pensamento.

Discutidas as diversas formas de registro mnêmico e esclarecida minimamente a dimensão temporal em jogo na distinção das instâncias ou sistemas psíquicos, podemos agora abordar o famoso esquema descrito no Capítulo VII (Freud, 1900/1996, p. 571). A tópica, como se sabe, discrimina uma extremidade perceptiva que se diferencia em sistemas mnêmicos rumo ao pólo motor. No meio do caminho encontram-se as representações de objeto inconscientes, que caracterizam a instância inconsciente. Próxima ao pólo motor, a instância pré-consciente com suas representações de palavra.⁹ É na extremidade motora que se encontra a instância crítica e, também, a consciência.

Freud, portanto, parece vincular a representação pré-consciente a representações de palavra (1900/1996, p. 603, 635). Por outro lado, afirma que uma representação inconsciente é inteiramente incapaz de penetrar no pré-consciente, só podendo exercer alguma influência a partir de sua vinculação com uma representação pré-consciente, “transferindo para ela sua intensidade e fazendo-se ‘encobrir’ por ela” (Freud, 1900/1996, p. 591).

A questão é saber se essa relação é exclusiva, ou seja, se toda representação pré-consciente é uma representação de palavra. Esse definitivamente não é o caso, pois representações de objeto podem se tornar conscientes, com exceção das que sofreram o processo de repressão. Ocorre que as representações de palavra são pré-conscientes e as representações de objeto ganham consciência pela sua vinculação com as representações de palavra. Contudo, essa definição, a rigor, só diria respeito ao pólo *Pcs.-Cs.* do esquema freudiano.

⁹ É importante lembrar que a associação *Ics.* – representação de objeto e *Pcs.* – representação de palavra não está de forma alguma explicitada nesse esquema freudiano, apesar de em alguns momentos ele se referir mais especificamente a essas distinções. Vimos que a distinção entre os registros em função de sua localização tópica encontra respaldo nos trabalhos anteriores. Porém, só será efetivamente enunciada nos artigos de metapsicologia (Freud, 1915c/1996, p. 193, 205-207, 217-222).

Fica em aberto a questão do estatuto da representação de objeto no pólo perceptivo: seria ela puramente regressão do pensamento à imagem ou se poderia falar de um pensamento não-verbal? Independente dessa mediação do pensamento pela linguagem, é razoável que se pense em uma mediação do processo perceptivo pelas representações de objeto, mesmo que para Freud seja cara a distinção entre percepção e memória.

Permanece, entretanto, a dúvida quanto ao local de inscrição dos registros. Esse é um tema complexo. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que apesar da distinção tópica, Freud não cansa de afirmar que ela é esquemática e limitada, sobrepondo a ela um esquema funcional. A dimensão funcional dos registros era particularmente clara no esquema do “*Projeto*”: o estatuto do registro era função de seu nível energético. Com o abandono da hipótese neuronal essa dimensão mais claramente econômica cede lugar ao esquema da “Carta 52”. Nessa, a concepção é mais claramente topográfica, já que há a tradução de uma modalidade de registro para a outra.

A primeira tópica parece estar mais próxima do segundo esquema do que do primeiro: modalidades de registro diferentes em instâncias diferentes. Isso, contudo, não quer dizer que as representações que passam de uma instância para outra mudem de localização. A representação freudiana aqui é eminentemente *dinâmica*: o que define o estatuto de uma representação é função do investimento que recebe. Assim, uma representação de objeto só chega até a consciência se receber investimento do *Pcs.-Cs.*

É nesse ponto que não está clara a contribuição da representação de palavra no estatuto de uma idéia consciente. Só em uma nota acrescentada em 1925 há o alerta para a necessidade de elaboração dessa concepção em vista a reconhecer a ligação com representações de palavra como o traço essencial de uma representação pré-consciente (Freud, 1900/1996, p. 635). Ou seja, na concepção freudiana de 1900, a representação de palavra é secundária à modalidade de investimento na definição de uma representação de objeto pré-consciente, mesmo com todo o reconhecimento da importância dos signos de qualidade lingüística como ordenadores da atividade de pensamento.

Apesar dessas imprecisões quanto à vinculação dos registros com as instâncias psíquicas, o que se pode observar é, na verdade, uma limitação mais

profunda do esquema freudiano, que precisa ser discutida em pormenor. Trata-se do fato de que, no esquema da primeira tópica, a consciência encontra-se nas duas extremidades do aparelho, o que traz problemas tanto na descrição das atividades onírica e de pensamento, quanto na compreensão da qualidade consciente.

A situação se esclarece ao se distinguir que nesse esquema freudiano a consciência é de duas ordens: uma consciência perceptiva, ligada à extremidade sensorial, e uma consciência com características de processo secundário, controlada pela atividade de pensamento que, em última instância, está condicionada pelas representações de palavra como signos de qualidade para o pensamento (Freud, 1900/1996, p. 603).

Assim, Freud concebe a atividade mental do mais simples ao mais complexo, articulando percepção, memória e pensamento em um contínuo. Contudo, a consciência está presente nas duas extremidades, o que faz com que o esquema não se harmonize com a experiência fenomênica da consciência como algo integrado. Apesar das ressalvas colocadas pelo próprio Freud com relação às limitações de um esquema tópico em detrimento de um temporal, o que se observa é o legado de uma concepção clássica da representação psíquica, tributária de uma tradição empirista, o que cria alguns empecilhos.

Garcia-Roza, apesar de sua já criticada insistência em identificar uma teoria revolucionária da percepção e da representação em Freud, não deixa de ressaltar o legado empirista na construção da primeira tópica (2002, p. 170-171). Nesse caso, sugere que se pense o esquema freudiano circularmente, unindo as extremidades perceptiva e motora para constituir uma instância única que dê conta tanto da percepção quanto da consciência ou, ainda, identificando no esquema linear um sistema *Pcpt.-Cs.* e outro *Pcs.-Cs.* (2002, p. 165-166).

Sugestão semelhante será dada por Laplanche em seu exame do modelo topográfico, na hipótese intitulada de “enrolamento do tanque” (1998, p. 168-171). Nesse caso, mais que resolver o problema da disjunção entre percepção e consciência, trata-se de uma sugestão para dar conta do outro problema implícito no modelo topográfico que é o da superposição entre a excitação somática e a psíquica. Dessa forma, Laplanche lança a hipótese de se pensar uma relação tangencial entre os circuitos pulsional e representacional, cujo ponto de incidência seria o *Pcpt.-Cs.*

Sabemos que essa saída de união das funções perceptivas e de consciência será encontrada posteriormente por Freud, em sua afirmação de um sistema *Pcpt-Cs.* como núcleo original do ego (1920/1996, 1923/1996). De qualquer forma, esse problema não deixa de ser assinalado por Freud em suas revisões posteriores de *Interpretação dos Sonhos* (Freud, 1900/1996, p. 571). Assim, o modelo topográfico é um dos primeiros momentos de oscilação de Freud na solução do problema da qualidade psíquica e suas dimensões representacionais, o que se reflete na forma de organização do aparelho psíquico.

Não nos interessa entrar nessa discussão bastando marcar que a percepção vai paulatinamente deixando de estar associada a uma concepção empírica, principalmente a partir da introdução de uma concepção negativa da alucinação. Comento esse percurso apenas para marcar sua relação com a questão da representação psíquica. Afinal, se a idéia de uma “não-representação” aparece como *exigência* da teorização freudiana, é natural que o estatuto da percepção, enquanto uma experiência atual em oposição à memória, ganhe destaque ao longo das sucessivas reformulações da metapsicologia.¹⁰

O que interessa particularmente no momento é ressaltar que a concepção empirista de representação e sua exigência de uma consciência bipartida serão determinantes na articulação teórica que Freud fará em torno da regressão psíquica no sonho. Esse assunto, por sua vez, evidencia a dinâmica constitutiva das representações no aparelho psíquico.

Trabalho Onírico e Fantasia

O esquema freudiano do trabalho do sonho em ziguezague é bastante sintético e se constitui em uma seqüência logicamente ordenada, apesar de efetivamente ocorrer de forma simultânea e reincidente no trabalho do sonho (Freud, 1900/1996, p. 602-604).

O primeiro momento é aquele da via progressiva normal da atividade psíquica de vigília, na qual o desejo inconsciente procura ligar sua intensidade

¹⁰ Uma boa descrição do percurso freudiano sobre a percepção em sua relação com o inconsciente pode ser encontrada em Coelho Jr (1999).

energética a representações pré-conscientes e sofre distorções em função da censura. É nesse ponto que o desejo inconsciente sofre deslocamentos e condensações em sua busca de expressão. Essa formação de compromisso, contudo, não se converte em pensamento pré-consciente devido à interdição da motricidade no estado de sono.

Estando interditada a motricidade e em função de outra particularidade do sono, que é a diminuição das excitações provenientes do pólo perceptivo, abre-se a possibilidade de um movimento regressivo no aparelho psíquico. O desejo já distorcido ganha a via perceptiva. A regressão aqui é tanto tópica quanto formal, já que nessa passagem o desejo, como representação, precisa ser transformado em conteúdo perceptivo.

A percepção, sendo ação que constitui uma imagem e não pensamento, carece de relações lógicas e lingüísticas, daí a necessidade das considerações de figurabilidade. A figurabilidade, portanto, é a transformação do pensamento em imagem e ocorre no momento regressivo do trabalho do sonho.

Tendo o desejo, em sua busca de satisfação alucinatória, se convertido em imagem e, portanto, em percepção, ele passa a ser tratado como um estímulo sensorial, atraindo para si a atenção psíquica. A partir desse momento ele retoma a via progressiva, que vai da percepção à representação verbal. Nessa terceira parte, a imagem percebida é submetida à concatenação e à inteligibilidade dos processos de pensamento, ocorrendo a assim chamada elaboração secundária.

Freud não apenas descreve uma tópica do aparelho psíquico, mas, também, uma dinâmica dos processos de pensamento ligada ao trabalho do sonho, tendo como substrato uma teoria da realização de desejos. A explicação sobre a natureza psíquica do desejo segue, em linhas gerais, as hipóteses presentes desde os anos 1890 e sintetizadas posteriormente no artigo sobre os dois princípios de funcionamento mental (Freud, 1911/1996).

Trata-se da hipótese de uma dinâmica energética regida pelo princípio da constância, associada à revivência alucinatória da experiência de satisfação. Essa busca pelo reestabelecimento da situação original, em regime de identidade de percepção, é que gera o impulso em direção ao objeto, definindo o desejo. Esse modo primário de funcionamento mental, em que a energia escoaria livremente, imperaria no inconsciente.

A essa satisfação alucinatória, por imposição da própria necessidade biológica do deferimento da ação, viria se superpor um processo secundário de atividade mental, em que haveria uma inibição da regressão e um desvio da excitação como caminho indireto da realização de desejo. Nesse processo, entraria em jogo a representação de palavra como signo de qualidade na busca da identidade de pensamento. (Freud, 1900/1996, p. 594-596).

Se uma concepção radical de processo primário é encontrada nos anos 1890, observa-se que agora, em 1900, o postulado da diminuição progressiva dos níveis energéticos nos sistemas cai por terra. Na primeira tópica, a intensidade da representação inconsciente se dá pelo seu acúmulo energético em função da repressão.

A exigência de diferentes níveis energéticos fazia sentido quando Freud trabalhava com um substrato somático, já que a intensidade energética seria maior nos receptores sensoriais do que nos neurônios perceptivos e de memória. Esse abandono, contudo, leva também ao abandono de uma concepção mais radical de uma efração de energia que demanda ligação, na qual a impressão perceptiva seria um primeiro momento de ligação. No esquema do capítulo VII, a polaridade se dá entre uma energia livre inconsciente que emana de representações de objeto e de uma energia ligada que é transferida para representações de palavra.

É nesse sentido que a distinção entre processo primário e secundário presente no “*Projeto*” difere daquela estabelecida na primeira tópica. Como vimos anteriormente, a concepção radical de processo primário diz respeito a uma efração energética cuja ligação possibilita sua inserção em processos representacionais. Já na primeira tópica, a ligação diz respeito meramente a integração de cadeias representacionais inconscientes em processos de pensamento verbal. Há, portanto, a necessidade de distinção entre dois níveis de ligação.¹¹

Essas considerações levam à *hipótese de que sob os processos primários e secundários da primeira tópica pode-se afirmar uma dimensão traumática e não-representacional do psiquismo*. Sua negligência por Freud está relacionada ao abandono da teoria da sedução e da abordagem em nível somático. Essa dimensão,

¹¹ As diferenças, contudo, não se resumem a esse aspecto energético. Pode-se citar também o abandono progressivo da necessidade biológica como modelo para se pensar o desejo, que é de natureza sexual – movimento que só será completado com a definição mais clara da teoria pulsional, nos ensaios sobre a teoria da sexualidade (Freud, 1905/1996).

contudo, permanece criando tensões na emergência da primeira tópica, como pretendo argumentar neste capítulo.

O conjunto de hipóteses estruturantes da primeira tópica configura um ideal de controle através do pensamento consciente dos resíduos da atividade psíquica infantil que impera no inconsciente, ou seja, de um controle do pulsional pela atividade de pensamento em que o desejo é responsável por toda força no aparelho psíquico. Qualquer atividade psíquica é função de ligação energética, quer seja no pensamento normal, no sonho, ou no sintoma. Assim, o aparelho psíquico é posto em movimento pelas intensidades associadas às fantasias inconscientes. Mas qual a natureza dessas fantasias? É aqui que o argumento freudiano mostra algumas ambigüidades, cujo exame é necessário.

Um primeiro ponto a ser notado é a oposição básica que estrutura a interpretação de sonhos, a saber, a díade *conteúdo* manifesto e *pensamento* latente. A questão aqui não é a vinculação do manifesto ao consciente e o latente ao inconsciente, mas a própria natureza desses registros psíquicos.

Até agora ficou claro que no caso dos sonhos a configuração se dá regressivamente pela percepção e, portanto, na forma de *imagem*. Se justifica, portanto, denominar o material do sonho como um conteúdo imagético-perceptivo. A recíproca, contudo, não é tão evidente, pois a fantasia inconsciente não pode ser tomada como uma atividade de pensamento, pelo menos nos moldes de uma atividade psíquica secundária. Pode-se, no máximo, dizer que as fantasias são da ordem de uma atividade primária e infantil de pensamento, na qual não existem ligações lógicas, sucessão temporal e assim por diante.

Freud, em coerência com seus trabalhos iniciais, é bastante taxativo ao afirmar que as recordações primitivas conservam o caráter de *vividez sensorial* e que são, fundamentalmente, *cenários infantis* (Freud, 1900/1996, p. 576-577). Ou seja, teriam o caráter de representações de objeto que visariam a revivência alucinatória. Por outro lado, Freud não deixa de afirmar as características de pensamento das fantasias inconscientes. Isso é observável na própria reconstrução dos pensamentos latentes dos sonhos que Freud analisa: são sempre enunciados lógico-verbais que caracterizam um desejo inconsciente.

Ora, se as representações inconscientes que constituem os registros mnêmicos inconscientes não apresentam relações lógicas, como podem ser reconstruídas em um

discurso lógico-verbal? Assim, a questão não se resume a saber como no sonho um pensamento se transforma em imagem, mas como esse “pensamento” se constitui, uma vez que no inconsciente os registros não guardam relações lógicas. Esse problema aparece em alguns pontos do texto freudiano, mas não é abordado em profundidade, como mostra a citação a seguir:

“Se encaramos o processo onírico como uma regressão que ocorre em nosso hipotético aparelho anímico, chegaremos sem demora à explicação do fato empiricamente comprovado de que todas as relações lógicas pertencentes aos pensamentos oníricos desaparecem durante a atividade onírica, ou só conseguem expressar-se com dificuldade. Segundo nosso quadro esquemático, essas relações não estão contidas nos *primeiros* sistemas *Mnem.*, mas em sistemas *posteriores*; e, havendo regressão, elas perderiam necessariamente qualquer meio de expressar-se exceto por imagens perceptivas. *Na regressão, a trama dos pensamentos oníricos decompõem-se em sua matéria-prima.*” (Freud, 1900/1996, p. 573-574, grifo do autor).

Freud atenta apenas para o aspecto da regressão do pensamento à percepção, sem retomar a questão dos diversos registros mnêmicos. Ora, pode-se afirmar que as relações associativas mais simples – similaridade, contigüidade e assim por diante – encontram-se nos registros mnêmicos representacionais, mas isso não é suficiente para a sua configuração em pensamento. Para tanto, é necessária a articulação da representação de objeto com as representações de palavra que ordenam o pensamento. Dessa forma, só se pode desfazer essa ambigüidade se assumirmos que a *fantasia* é, ela própria, uma *formação de compromisso*.

Essa interpretação não é original. O caráter de formação de compromisso da fantasia onírica e as características de pensamento secundário das fantasias inconscientes em geral são afirmados, também, por Laplanche e Pontalis (1998, p. 169-173). Sustentam, inclusive, que o lugar privilegiado da fantasia na metapsicologia freudiana se dá exatamente pelo seu estatuto de trânsito e articulação entra as diversas modalidades de registro psíquico. Posição semelhante é sustentada por Rudge (2003), em que a fantasia é definida como “uma embreagem, como o que articula os registros psíquicos inconsciente e pré-consciente” (p. 19).

A posição de Laplanche e Pontalis, por sua vez, é decorrência direta de seu trabalho sobre a fantasia (1988). Apesar desse texto transcender os propósitos aqui almejados, já que procura dar uma solução para o problema da dimensão originária da fantasia na psicanálise, algumas de suas derivações são importantes.

Abordando o problema do estatuto tópico da fantasia (Laplanche e Pontalis, 1988, p. 63-72), os autores criticam a proposta de inspiração kleiniana¹² de se efetuar uma distinção marcada entre as fantasias conscientes dos devaneios e as fantasias inconscientes. A crítica é feita por se entender que a proposta não leva em conta nem a dimensão originária nem o vínculo que une as duas pontas da fantasia. Pelo contrário, exclui a dimensão *Pcs.-Cs.* como mero subproduto, conteúdo manifesto da atividade fantasística *Ics.* Essa simplificação será combatida a partir tanto do momento de *inspiração* quanto do momento de *progressão* do pensamento freudiano sobre a fantasia.

O momento de progressão é aquele que se dará a partir dos artigos de metapsicologia (Freud, 1915c/1996), no qual se irão diferenciar níveis de fantasia no interior do *Ics.*, com a definição da fantasia originária. Essa diferenciação permitirá equacionar de forma mais interessante o caráter intermediário da concepção freudiana da fantasia, que integrará tanto uma dimensão imaginária (fantasia inconsciente/consciente) quanto uma dimensão estrutural (fantasia originária).

Esse arremate da teoria da fantasia na metapsicologia, contudo, não nos interessa diretamente, a não ser para evidenciar o desdobramento futuro dessa tensão já anunciada em 1900. O que se mostra particularmente relevante é o exame do momento de inspiração do pensamento freudiano sobre a fantasia, que se inicia em *Interpretação dos Sonhos* e se consolida em vários textos dessa década (Freud, 1906/1996, 1907/1996, 1908a/1996, 1908b/1996, 1909b/1996). Nesse momento de consolidação da noção de realidade psíquica, os autores apontam o vínculo profundo que une as diversas modalidades de fantasia, sendo esta o ponto privilegiado de articulação e trânsito entre as instâncias, por meio da repressão e do retorno do reprimido. No tocante ao livro dos sonhos, o que se observa é que a concepção de fantasia está intimamente relacionada ao trabalho onírico, estando ligada às duas extremidades do processo: no pólo do desejo inconsciente e no pólo da elaboração secundária.

Parece-me que a discussão precedente é suficiente para afirmar a idéia da fantasia como uma formação intermediária das modalidades de registro como um aspecto metapsicológico fundamental. Tomando-a em sua articulação com o trabalho do sonho, podemos afirmar que a fantasia equivalente a um pensamento onírico é

¹² Essa proposta, como se sabe, foi a diferenciação, por Susan Isaacs, entre *phantasy* e *fantasy*.

formada na sua via progressiva em direção ao pré-consciente e em seu confronto com a censura. A fantasia inconsciente onírica, portanto, não existe em si no inconsciente, mas é fruto do primeiro tempo do diagrama do trabalho onírico. Nesse sentido, as cenas infantis não se confundem com as fantasias. As fantasias são reencenações das primeiras, significando-as. *As cenas infantis seriam o verdadeiro conteúdo inconsciente.*

Um aprofundamento dessa questão levaria à distinção necessária entre uma fantasia inconsciente como a do pensamento onírico, de caráter secundário e estruturado, e uma fantasia originária, que constituiria o âmago do inconsciente. Essa distinção, contudo, não se encontra tematizada no período em exame, além de ser um problema de difícil solução na obra freudiana.¹³ De qualquer forma, pode-se pensar que a fantasia onírica obedeça a dois fatores: uma sobredeterminação inconsciente e uma expressão pré-consciente. Nesse sentido, teria uma certa semelhança com o duplo mecanismo da repressão – investimento *Ics.* e contra-investimento *Pcs.* – apesar de se utilizar do processo secundário para ganhar uma estruturação de pensamento.

A partir da noção da fantasia como uma reprodução de cenas infantis via processo secundário, ou seja, por meio de ligação com representações de palavra, pode-se constatar o duplo aspecto da frase destacada por Freud, a saber, a de que a regressão é a decomposição da trama dos pensamentos oníricos em sua matéria-prima. Por um lado, o pensamento onírico é figurado em um sonho, decompondo as representações em imagens, sendo as imagens matéria-prima de qualquer representação psíquica. Por outro lado, a figuração em sonho acaba por aproximar a fantasia onírica de sua representação original, a *cena infantil*.

A constatação de que o sonho pode ser entendido como uma forma de figuração da cena infantil é teoricamente importante, pois abre a possibilidade de se pensá-lo não apenas como uma produção regressiva do desejo inconsciente, mas como uma forma primária de representação psíquica. Esse é um ponto central de meu argumento em direção a uma consideração da “não-representação” no esquema da

¹³ Nesse ponto a teorização sobre a fantasia encontra a problemática do originário. Sabe-se que a solução freudiana, recaindo por um lado, em uma biologia lamarckista e, por outro, em uma antropologia de cunho mítico, não é das mais satisfatórias. A questão, contudo, abre um outro problema de pesquisa, que não será abordado nesta dissertação.

primeira tópica, que terei a oportunidade de desenvolver quando abordar os sonhos de angústia.

Desdobramentos no Vetor da Representação

Estamos agora em condições de recapitular o que o exame cuidadoso das hipóteses freudianas acerca do trabalho do sonho e do aparelho psíquico traz de contribuição ao entendimento da teoria da representação psíquica, no caso, dos diversos registros mnêmicos e sua dinâmica.

Vimos que o esquema da primeira tópica tem relações estreitas com as primeiras tentativas de elaboração de um aparelho psíquico. Apesar das referências explícitas e das retomadas de argumentos, há algumas distinções importantes a serem feitas entre os modelos. Para os propósitos dessa discussão, é importante marcar a ênfase *econômica* do “*Projeto*” e o aspecto *tradutivo* da “Carta 52”. Enquanto o primeiro trata a representação em sua dimensão energética, o segundo a considera em sua dimensão semiótica.

A primeira tópica, tal como apresentada no capítulo VII de *Interpretação dos Sonhos*, traz uma solução de compromisso – o que não implica que seja livre de ambigüidades – entre essas perspectivas. Percebe-se o enfraquecimento da noção de resignificação da experiência e da dimensão traumática a ela subjacente e um fortalecimento da dimensão fantasística nos processos psíquicos. A dimensão representacional passa a ocupar lugar de destaque, sendo que os registros perceptivos são deixados em segundo plano.

Esse movimento é observado tanto no ocultamento da noção de impressão como um primeiro registro perceptivo quanto na própria bipartição da consciência no modelo. Pelo que foi apresentado, parece bastante claro que a ênfase é dada ao pólo motor da consciência, sob o domínio do pensamento e da representação de palavra, ficando em aberto uma série de questões sobre a dimensão propriamente imagética da experiência psíquica.

Também foi efetuado um esclarecimento importante quanto ao conceito de fantasia, através do exame da concepção de um *pensamento* onírico. Esse exame revela que a própria noção de fantasia deve ser pensada em sua relação com o

processo secundário, ou seja, de que ela é uma reprodução distorcida da cena infantil e estruturada segundo os ditames da atividade de pensamento.

O argumento freudiano é construído na direção de derivar da descrição do trabalho onírico a afirmação que a atividade de pensamento é uma realização inconsciente. Essa afirmação precisa ser compreendida, pois deve ser tomada no sentido descritivo e não no tópico. Isso porque, como a própria noção de fantasia como formação de compromisso revela, as organizações de pensamento são decorrência da censura psíquica e da ligação com representações de palavra. Não se trata apenas de afirmar que as representações inconscientes se utilizem do conteúdo pré-consciente para satisfazerem sua exigência pulsional, mas, também, de entender que as fantasias se estruturam através das atividades de pensamento e, portanto, no trânsito das modalidades de registro.

Nesse sentido, o inconsciente tópico não é o responsável pela atividade de pensamento, mas sua mola pulsional. A atividade de pensamento é função do sistema pré-consciente. A consciência propriamente dita fica relegada ao papel de “órgão sensorial para a percepção de qualidades psíquicas” (Freud, 1900/1996, p. 640), isso tanto para os estímulos de caráter perceptivo (pólo sensorial) quanto de caráter representacional (pólo motor), provenientes de dentro ou de fora do aparelho. O pensamento em si carece de qualidade, podendo ser resgatado para a consciência pela atenção psíquica apenas mediante sua ligação com as representações de palavra (Freud, 1900/1996, p. 642).¹⁴

Com essas considerações espero ter esclarecido a complexa articulação dos níveis de representação ideativa com a atividade psíquica de ordem pré-consciente e inconsciente, mostrando a relevância da representação de palavra no esquema freudiano. Nesse percurso, pude demarcar alguns dos problemas que Freud encontra pela ancoragem da teoria da representação em uma concepção empirista. Isso leva, em primeiro lugar, a uma concepção de consciência bipartida, mas, além disso, implica construções teóricas difíceis de administrar, como o malabarismo do trabalho do sonho em zigue-zague e da exigência fantasia como uma formação de compromisso entre as modalidades de registro.

¹⁴ O que não quer dizer, evidentemente, que baste a ligação com a representação de palavra para que um pensamento se torne consciente. Pelo contrário, a ligação com representação de palavra é fundamental para a própria organização do pensamento, como espero ter deixado claro.

Essa discussão contempla aquilo que defini, na introdução deste capítulo, como certa ambigüidade perceptível nas dificuldades de Freud em construir concepções de pensamento e linguagem próprias da psicanálise a partir de uma teoria representacional de inspiração empirista e molecularista. Assinalei brevemente como esse percurso se desdobrará ao longo da obra freudiana em direção a uma abertura maior para as atividades *perceptivas*.

Um outro ponto, contudo, é mais interessante, já que sua problemática está presente de forma mais explícita no texto de *Interpretação dos Sonhos*. Trata-se de pensar os registros perceptivos como uma primeira forma de impressão. Nesse ponto, retomo a questão do pensamento onírico e a possibilidade de se pensar a figurabilidade do sonho não apenas como uma regressão formal secundária a um pensamento, mas a uma dimensão primária de simbolização, semelhante ao registro perceptivo.

Para isso, contudo, terei de abordar o calcanhar de Aquiles da teoria freudiana do sonho como realização de desejos: os sonhos de angústia. O exame dessa questão será importante por dois motivos: (1) para ilustrar a dimensão da “não-representação”, (2) para abordar o outro lado da representação psíquica – o afeto. Esse segundo momento, portanto, permitirá completar o argumento em direção ao limite da teoria da representação na emergência da primeira tópica.

A Dimensão Afetiva no Trabalho Onírico

A dimensão afetiva é pouco trabalhada no capítulo VII de *Interpretação dos Sonhos*. Seu estatuto de representação psíquica das intensidades energéticas não é completamente elaborado em termos metapsicológicos, ou seja, sua dinâmica na tópica e sua dimensão econômica. É discutido em três trechos, remetido à questão dos sonhos desprazerosos (Freud, 1900/1996, p. 586-587, 608-614, 627-632). O intuito é explicar tanto o paradoxo do desprazer nos sonhos quanto os mecanismos que produzem afetos. Veremos que, apesar dos esforços, Freud falhará em dar uma resposta satisfatória aos dois problemas, pois em ambos os casos são encontradas ambigüidades conceituais.

Nota-se um número razoável de adendos textuais e notas explicativas a respeito da angústia nos sonhos, remetendo-a à trama conceitual da segunda tópica, inclusive à noção de superego. A tendência dominante, entretanto, encontra-se na afirmação da primeira teoria da angústia, apesar da emergência de outras perspectivas.

Em suma, o estatuto metapsicológico do afeto é bastante exploratório e incipiente. Nesse tópico, irei percorrer as trilhas conceituais sobre o afeto, em especial a angústia, no intuito de pontuar sua dimensão não-representacional. Antes disso, contudo, é preciso remeter à discussão metapsicológica sobre o afeto nos textos freudianos precedentes, uma vez que essas concepções operam de forma subreptícia na emergência da primeira tópica.

Limites no Vetor do Afeto

Como vimos no terceiro capítulo desta dissertação, distinguem-se dois momentos da teoriza freudiana sobre a angústia. No primeiro momento, que vai até meados da primeira tópica, a angústia é transformação da intensidade psíquica livre. No segundo, inserido no contexto da segunda tópica, a angústia é sinal para a mobilização defensiva. Ou seja, se no primeiro momento a angústia precede a defesa, no segundo essa seqüência se inverte.

A questão, contudo, não se resolve tão facilmente. Uma metapsicologia efetiva da angústia precisa articular coerentemente os seus diversos modelos. Além do mais, um exame cuidadoso da obra freudiana revela a presença simultânea de diversas concepções sobre a angústia, sendo que em determinados períodos uma ou outra noção é teorizada mais rigorosamente e ganha lugar de destaque na trama conceitual, convertendo-se em “tese”. Esse é o caso do capítulo VII, no qual a angústia é definida nos termos da primeira teoria (Freud, 1900/1996, p. 610), mas aparece também a idéia de um resquício afetivo que opera como sinal de angústia (Freud, 1900/1996, p. 628).

Vimos, também, que a primeira teoria da angústia possui dois momentos distintos de elaboração. O primeiro tempo diz respeito à concepção de angústia que emerge da definição da entidade nosográfica da neurose de angústia (Freud,

1894b/1996, 1894e/1996, 1895c/1996). Nesse momento, a angústia é compreendida na articulação entre uma intensidade energética excessiva e um mecanismo que impede a ligação psíquica desse excesso energético em cadeias representacionais ideativas. Diferentemente de um mecanismo secundário de defesa em que a intensidade psíquica é desvinculada de sua representação ideativa – mecanismo presente nas neuropsicoses de defesa e tese central do segundo tempo da teoria da angústia – nesse caso o que se infere é um mecanismo primário de insuficiência de elaboração psíquica. Assim, a angústia é expressão de uma falha primária de inscrição energética no psiquismo e não uma derivação secundária por conta de um mecanismo que separa a representação ideativa do afeto, deixando esse livre para transformar-se em angústia. A angústia, em ambos os casos, é transformação automática de um excesso energético que transcende as estruturas organizadas do psiquismo.

O primeiro tempo da angústia revela, portanto, a faceta mais bruta do afeto: sua proximidade com a pura descarga motora. Vimos, também, a tensão essencial presente na concepção freudiana de afeto, sendo entendido tanto na sua dimensão econômica quanto na sua expressão representacional. Nesse sentido, é uma descarga energética organizada, que é sentida com nuances de prazer ou desprazer. O que se percebe é que há afetos mais ligados a conteúdos representacionais ideativos, enquanto outros são mais “flutuantes” e disruptivos. Nesse segundo caso, encontramos a angústia, em especial essa angústia primária característica das neuroses de angústia, mas que está presente também nas neuroses traumáticas e, adiante, nos sonhos de angústia.

Nesses casos, a angústia está muito próxima de uma pura irrupção energética no psiquismo, sem ligação representacional ideativa. É evidente que todo o trabalho está em distinguir os níveis intermediários entre a representação ideativa e a angústia inominável. O recurso ao primeiro tempo da angústia revela justamente essa dimensão não-representacional da experiência afetiva.

O percurso de nossa terceira figura da representação demonstrou como, nesse primeiro momento, emerge de forma mais clara a problemática econômica da angústia e sua contraposição a uma teoria representacional, colocando em primeiro plano a insuficiência do aparelho psíquico em ligar a energia. No segundo momento, por sua vez, esse excesso energético não é fruto de uma insuficiência estrutural do

psiquismo, mas da operação de um mecanismo de defesa – a repressão – desligando a pulsão e liberando angústia. O essencial é notar que, no segundo caso, a dinâmica se dá no registro representacional do psiquismo, enquanto no primeiro se dá na transformação dessa excitação em representações. O estudo da experiência afetiva revela a articulação íntima que concebe o aparelho psíquico – aparelho fundamentalmente representacional e mnêmico – como uma defesa contra o excesso energético e, ao mesmo tempo, uma busca de vias de descarga adequadas.

Acredito que, agora, a partir dos aspectos discutidos no capítulo anterior e neste, podemos avançar um pouco mais nesse argumento. É possível afirmar que o segundo tempo da angústia se insere perfeitamente no princípio do prazer-desprazer, enquanto o primeiro está além, ou aquém, deste.

Explico melhor. No caso da angústia inscrita no psiquismo ela pode ser entendida como um acúmulo energético que procura descarga através de uma via que não é a de sua ação específica. Ou seja, ela é transformação de um afeto original prazeroso em desprazer por deslocamento da representação a ele associada ou mesmo por impossibilidade da ação específica. Assim, o acúmulo energético que não é devidamente descarregado causa desprazer. Isso tudo se passa, contudo, no nível das capacidades energéticas dos sistemas representacionais psíquicos.

No primeiro tempo da angústia, contudo, a lógica do prazer-desprazer não é aplicável sem ressalvas. Nesse caso, a excitação não está originalmente no aparelho, mas fora dele. Ela é uma demanda de elaboração em representação e não de descarga pela ação específica. Ou seja, antes de se pensar em termos de prazer ou desprazer, ela deve ser pensada como um momento traumático. Seu protótipo seria, então, uma experiência de dor e não uma desvirtuação do princípio do prazer. Aqui estou me referindo aos dois protótipos de experiências afetivas a que se refere Freud em seu “*Projeto*” (1895b/1995), abordados no capítulo anterior. Como vimos, essa distinção traz alguns problemas, relacionados às particularidades das teses daquele texto freudiano, mas é absolutamente central nas considerações sobre o trabalho de ligação psíquica.

Pelo que venho desenvolvendo nesta dissertação, nota-se que o afeto ocupa um lugar privilegiado no quadro da teoria da representação. Trata-se da representação menos ligada e menos elaborada do psiquismo. Sua modalidade mais ilustrativa é a angústia, na medida em que é uma desorganização da experiência

afetiva, ou mesmo sua insuficiência de elaboração em uma estrutura de simbolização. Ou seja, na família dos representantes psíquicos, pode-se pensar em uma hierarquia de ligação energética e elaboração psíquica na qual a angústia e os demais afetos representam os níveis mais primários.

Essa distinção, proposta por Laplanche (1998, p. 29-32), tenta ainda articular as diversas modalidades de elaboração psíquica e, por conseguinte, suas formas de representação, com as modalidades de conflito em jogo nos diferentes quadros nosográficos, o que levaria a uma reconsideração importante da noção freudiana de desenvolvimento psicosexual. Essa derivação está fora dos meus propósitos. Quero chamar a atenção apenas para o convite do autor para a reinterpretação dos esquemas topográficos freudianos a partir dessa hierarquia de representantes psíquicos, em especial o esquema da primeira tópica, em que os sistemas mnêmicos seriam considerados como níveis sucessivos de simbolização. O esquema do autor (Laplanche, 1998, p. 37) é introdutório, mas se aproxima da proposta aqui defendida de valorizar a distinção das modalidades de registro representacional na tópica freudiana. Em especial, é interessante por colocar o nível de irrupção da angústia em função do registro perceptivo. Nesse caso, a angústia está referida ao primeiro tempo. A angústia que aparece em função da operação defensiva deve ser relacionada ao registro das fantasias inconscientes.

Como apontei no tópico anterior, a fantasia inconsciente está no trânsito entre os registros de objeto e de palavra, uma formação de compromisso que estrutura em forma de pensamento cenas infantis. O importante é notar a oposição entre o registro perceptivo e a angústia primária, por um lado, e os registros propriamente representacionais (objeto e palavra) e a angústia secundária, por outro.

Além da dupla inserção da experiência afetiva no esquema tópico freudiano, a idéia de uma elaboração psíquica da energia e seu avesso expresso no afeto cria uma dicotomia problemática na metapsicologia. Trata-se de pensar o afeto apenas como uma expressão subjetiva de prazer ou desprazer acompanhada de descargas, sem considerá-lo uma modalidade específica de registro mnêmico. Em suma, trata-se do problema já anunciado desde o primeiro capítulo desta dissertação, a saber, se o fato do afeto possuir uma estrutura expressiva – sensações específicas que se repetem – implica, necessariamente, uma inscrição mnêmica. Ao que se acrescenta perguntar sobre que tipo de representação psíquica seria essa.

Essa questão não é facilmente equacionada. Pelo contrário, é central para o problema do controle da pulsão pelo pensamento que emana da teoria da representação psíquica. De forma bastante sintética, pode-se colocar a questão entre duas polaridades: (1) o afeto é uma estrutura de apreensão de sentido e, conseqüentemente, uma forma específica de registro psíquico; (2) o afeto é uma dimensão da experiência que resiste à organização representacional do aparelho psíquico e, portanto, transcende suas formas de registro.

Reencontramos, assim, uma chave de leitura esboçada desde o início desta dissertação. Trata-se de pensar a adequação da metapsicologia a um paradigma representacional, que, no limite, encontra filiações com modelos de inspiração funcionalista, já que o afeto é definido apenas como uma modalidade de representação da experiência. *Defendo que seja interessante definir o lugar do afeto na metapsicologia a meio-termo entre a representação ideativa e a pura descarga econômica.* A saída para pensar o lugar tópico e dinâmico do afeto pode ser encontrada no aprofundamento da concepção de trabalho de ligação e elaboração psíquica da pulsão, como salientam Green (1982, p. 391) e Laplanche (1998).

A discussão precedente mostra que a dimensão econômica e não-representacional da angústia é patente. Por outro lado, Freud não deixa de marcar a organização intrínseca à experiência afetiva e de buscar para ela um modelo de origem, como no caso da vivência de dor, o que implica alguma modalidade de registro. Vejamos como essas questões aparecem no texto freudiano.

Sonhos de Angústia

O problema considerado por Freud é explicar a aparente contradição presente no fato de que um processo psíquico gerador de angústia constitui uma realização de desejo. A questão pode ser remetida aos restos diurnos utilizados pelo trabalho onírico. Nesse caso, trata-se de um conteúdo manifesto aflitivo que se presta para as finalidades do desejo inconsciente. Mas, em geral, a questão é dirigida para a oposição entre os sistemas. Ou seja, é o conflito entre as instâncias que está na raiz da oposição entre o desejo inconsciente e os afetos pré-conscientes.

A realização de um desejo inconsciente raramente traria um afeto prazeroso, salvo casos em que ele aparecesse deslocado. Daí a tonalidade afetiva indiferente do sonho, podendo ocorrer eventualmente a irrupção de angústia. A idéia, portanto, é que haja uma supressão da geração do afeto relacionado a uma satisfação de desejos inconscientes e a liberação dessa energia em função da repressão¹⁵ do pré-consciente é vivenciada como desprazer, na forma de angústia.

Eis, portanto, a explicação remetida ao segundo tempo da primeira teoria da angústia: o desprazer nos sonhos é fruto do desligamento do afeto vinculado às representações inconscientes. Nesse caso, não haveria contradição e a hipótese do sonho como realização de desejos inconscientes estaria preservada.

O problema é que nem todas as interpretações de sonho são satisfatórias a esse respeito e alguns argumentos teóricos indicam outros desdobramentos. É o caso da discussão sobre a articulação genética entre os processos dominantes no *Ics.* e *Pcs.-Cs.*, a saber, um primário em que impera a livre descarga energética e outro secundário em que essa é transformada em energia ligada. Essa discussão surge de uma longa síntese em que Freud descreve e retoma seus achados para enfim afirmar, no nível representacional, essa dupla modalidade de funcionamento.

Ressalto, mais uma vez, que essa perspectiva que aparece na primeira tópica é ligeiramente diferente da apresentada nos anos 1890. Segundo as teses do “*Projeto*”, pode-se pensar que a sobreposição de uma função egóica no sistema mnêmico é responsável pela redução do nível energético do mesmo. Assim, a configuração de um ego em $\emptyset$ faz com que esse passe a trabalhar em regime de pensamento. Quando o processo primário é reinstalado em via regressiva alucinatória, é a própria estrutura de $\emptyset$ que está ameaçada de regressão a um regime perceptivo. Apesar de já nesse momento caber a pergunta sobre o que surge primeiro, o ego ou o sistema mnêmico, parece suficientemente estabelecido que ambos funcionam em regime secundário, sendo que a diferença recai nas modalidades de registro. O processo primário, aqui, é uma ameaça para a memória e para a representação.

¹⁵ Freud alterna no uso dos termos *supressão* e *repressão* no capítulo VII. A diferença não é nítida, chegando o próprio Freud a reconhecê-la (1900/1996, p. 632). No seu esclarecimento, apenas enfatiza que a ligação do segundo termo é mais próxima do sistema *Ics.* Sabe-se que essa distinção será definida com mais detalhes nos artigos de metapsicologia, colocando a supressão em relação com o afeto e a repressão com a representação ideativa. No momento em questão, contudo, a distinção está mais próxima de modalidades ativa e passiva do investimento *Pcs* (Freud, 1900/1996, p. 620-621).

Já no texto de 1900, a polaridade primário e secundário é rebatida em nível representacional. Isso faz uma grande diferença, pois é justamente a dimensão não-representacional do processo primário que é suprimida do aparelho psíquico. O processo primário passa a designar um conjunto de características do funcionamento *Ics.* e suas representações de objeto, enquanto o processo secundário diz respeito à ligação em regime de pensamento (representações de palavra) do desejo inconsciente. O processo primário radical torna-se o processo primário no nível representacional *Ics.*

Isso faz com que a regressão à percepção, por sua vez, perca seu caráter traumático. Trata-se de uma regressão do pensamento em imagens, mas que não põe em perigo a própria organização do aparelho. Nesse sentido, a regressão alucinatória nos sonhos é sempre um momento secundário, nunca primário. É fantasia figurada, nunca repetição traumática. É desligamento do já representado, nunca nova impressão. É angústia secundária, nunca primária. Nesse sentido, só pode ser a realização de um desejo inconsciente e não tentativa de representação. Essa depuração conceitual, veremos, não se faz sem deixar alguns rastros do traumático.

O rastro surge quando Freud se depara com o problema de examinar a dupla regulação efetuada na descarga energética: uma pelo princípio do prazer-desprazer e outra pelos contra-investimentos *Pcs.* Aqui o leitor atento se pergunta: como se pode afirmar uma regulação da descarga pelo princípio do prazer-desprazer?¹⁶

O raciocínio freudiano, até então, descrevia uma tendência natural de descarga do processo primário. A descarga em si não pode ser percebida como desprazer, a não ser que ocorra por meio de uma ação inespecífica ou que não encontre uma representação adequada. Esse desprazer, portanto, só pode ser pensado articulado a uma concepção de defesa. Ou seja, é só porque há um processo secundário que impede o livre escoamento da libido que se pode pensar na irrupção do desprazer. Nesse sentido, faria mais sentido pensar na regulação da descarga apenas em função da atividade do segundo sistema.

¹⁶ Estou utilizando o termo princípio de prazer-desprazer, de forma indiscriminada. No texto em exame Freud utiliza o termo princípio do desprazer, enquanto nas obras posteriores costuma se referir ao mesmo conceito por princípio do prazer. Na verdade, a discussão sobre qual o termo é mais correto é mal colocada. Tanto o prazer quanto o desprazer estão articulados em um mesmo princípio, que encadeia o aumento da tensão e sua descarga como condição básica de funcionamento do aparelho psíquico. A questão se coloca em outro lugar, já que essa lógica de aumento de tensão e descarga faz sentido dentro do aparelho, ou seja, no âmbito dos registros representacionais. Trata-se, então, de pensar a dinâmica da intensidade que se coloca fora da ou contra a organização representacional.

Essa perspectiva se encaixa perfeitamente no esquema da primeira tópica: o *Pcs.*, através da censura e da atividade de pensamento, consegue deslocar a libido reprimida, dando-lhe vazão por outros caminhos. Esse processo eventualmente libera um excesso energético no sistema, que é sentido como desprazer e o afeto nada mais é que uma tentativa de descarga dessa energia livre. Tudo, até o presente momento do raciocínio freudiano coloca o desprazer em função da defesa. Como, então, surge a idéia de uma regulação autônoma efetuada pelo próprio princípio do prazer-desprazer?

Antes que o leitor possa se refazer do susto, Freud interpola uma tese completamente alheia ao que havia desenvolvido até então, como se fosse algo já dado e corriqueiro: “Examinemos a antítese da vivência primária de satisfação, ou seja, a vivência de pavor frente a algo externo” (Freud, 1900/1996, p. 626). A idéia de uma vivência de dor ou pavor é outra hipótese dos anos 1890, examinada no capítulo anterior. Supõe-se que a incidência sob o aparelho “primitivo” de um estímulo perceptivo causador de uma sensação dolorosa deixa uma impressão mnêmica. Essa impressão diz respeito não só à percepção, mas à evitação da repetição do estímulo. Assim, haveria um circuito associativo de evitação da percepção desprazerosa na origem dos afetos. A vivência de dor é, assim, o protótipo do afeto, tal como a vivência de prazer é o protótipo do desejo.

A vivência de dor não aparece em nenhum outro momento do capítulo VII, estruturado em torno da vivência primária de satisfação. Eis que, em 1900, Freud retoma a idéia de uma inclinação do aparelho psíquico primitivo em evitar a repetição perceptiva de uma imagem mnêmica originalmente aflitiva:

“Essa evitação de lembrança de qualquer coisa que um dia foi aflitiva, feita sem esforço e com regularidade pelo processo psíquico, é que fornece o protótipo e o primeiro exemplo da repressão psíquica. É comumente sabido que boa parcela dessa evitação do aflitivo – dessa política do avestruz – ainda é visível na vida anímica normal dos adultos” (Freud, 1900/1996, p. 626).

Está em jogo a hipótese de uma regulação do desprazer pela defesa, que não se revela suficiente para explicar o funcionamento psíquico. É preciso remontar à gênese do aparelho psíquico para dar conta de um questão muito simples, que é saber sobre que processo a defesa se assenta. Em outras palavras, retomando a gênese do aparelho psíquico, é preciso explicar porque a defesa se fez necessária, já que ela própria é responsável pelo acúmulo de excitação.

A resposta freudiana a essa questão normalmente passa por dois pontos: (1) o processo secundário é funcionalmente necessário para a sobrevivência do organismo, ou seja, a regressão alucinatória não garante a ação específica; (2) o organismo há de desenvolver mecanismos de fuga contra o aumento da excitação que vem de fora, como um estímulo doloroso. Se o primeiro ponto a princípio se insere na lógica do prazer-desprazer, a pura evitação do desprazer coloca um problema. Nesse caso, não se trata de uma revivência alucinatória que precisa ser inibida – o desligamento de algo que já se encontra em desenvolvimento – mas o desligamento na própria raiz do processo, um verdadeiro aborto da excitação. Esse desligamento primário da excitação externa que ameaça o aparelho é o protótipo da repressão.

Novamente encontramos os ecos dos trabalhos pgressos de Freud. O primeiro eco é exatamente a vivência de dor, na qual era bem marcada a natureza externa do estímulo. O problema é como transpor esse modelo baseado na dor física para uma concepção em que passa a estar em primeiro plano a fantasia. Anteriormente, o trauma se dava por uma moção interna, para a qual os sistemas mnêmicos não estavam preparados, segundo a hipótese da resignificação *a posteriori* de uma experiência de sedução. A trama conceitual da primeira tópica, contudo, parte de outro ponto: a moção interna é fruto de uma fantasia inconsciente. O caráter traumático aqui perde sua radicalidade. Freud depara-se com o problema de como pensar a experiência de dor, como uma desautorização primária da excitação, em um modelo em que essa excitação já está autorizada: ela é *desejo*.

O segundo eco é pensar a relação dessa dor ou pavor com a angústia, o que nos remete diretamente ao primeiro tempo da teoria da angústia. Como vimos, a questão do primeiro tempo da angústia diz respeito a um mecanismo primário de reação ao excesso energético, articulado a uma insuficiência de elaboração psíquica. Ou seja, trata-se de uma excitação desligada que se dá na própria entrada do aparelho psíquico. O protótipo da repressão, portanto, é o próprio mecanismo de ligação psíquica.

O problema é que a partir do operador teórico da fantasia a questão da ligação de uma energia traumática para os registros representacionais fica deslocada. Confirma-se, assim, a tese que venho defendendo sobre o abandono da teoria da sedução levar consigo o traumático e sua dimensão não-representacional. A inibição

da descarga operada antes da vigência do princípio do prazer-desprazer, portanto, perde força.

A questão, contudo, não é assim tão simples. Os argumentos que venho desenvolvendo até aqui têm circunscrito essa dimensão não-representacional como mais primitiva do que a representacional. Assim, o traumático da pulsão aparece, a princípio, como anterior à vigência do princípio de prazer-desprazer. Digo a princípio porque a solução genética na articulação do princípio do prazer-desprazer com a defesa, ou do processo primário com o secundário, também não é satisfatória.

Os mesmos argumentos são suficientes para se inferir que o acúmulo de excitação que está na origem da dinâmica psíquica e serve como gatilho para a descarga só pode se dar pela atividade de inibição do processo secundário. Ou seja, não é possível pensar em um desenvolvimento cronológico do processo primário para o secundário.

É bem verdade que Freud insiste no caráter de idéias reguladoras de seus construtos, o que sustenta que se deva pensar as etapas de desenvolvimento em uma articulação lógica e não necessariamente temporal (1900/1996, p. 629), mas o problema transcende esse aspecto. Na verdade, há de se questionar se a própria lógica de sobreposição ou complementaridade entre os princípios, modalidades de funcionamento e instâncias psíquicas é suficiente. Essa questão é central para os propósitos desta dissertação e será retomada posteriormente.

Por enquanto, é interessante acompanhar a retórica freudiana ao analisar essa passagem. Recapitulando, Freud interpola um parágrafo para falar do problema – não colocado até então – de uma regulação da excitação efetuada pelo próprio princípio do prazer-desprazer. Traz a questão da vivência de dor e com ela os ecos da dimensão traumática e da impossibilidade de ligação psíquica do primeiro tempo da angústia. Mas eis que o problema é suavizado: essa evitação do traumático não é tão grave assim, ela é feita sem esforço e com regularidade pelo psiquismo, ou seja, não causa uma demanda de elaboração. Mais ainda: todos sabem que a evitação do desprazer é um atributo fundamental e normal do psiquismo. Não falemos então sobre a política do avestruz...

Há de se perguntar se não é o próprio texto freudiano que está colocando a cabeça sob a terra e desautorizando a imensa porta para além do princípio do prazer-desprazer que ele próprio abriu! Vejamos a sequência do argumento:

“Em consequência do princípio do desprazer, portanto, o primeiro sistema- ϕ é totalmente incapaz de introduzir qualquer coisa desagradável no contexto de seus pensamentos. Ele não pode fazer nada, senão desejar.” (Freud, 1900/1996, p. 627, grifo nosso)

Essa afirmação pode ser interpretada da seguinte forma: é por conta de um funcionamento primitivo que coloca a excitação sob o domínio do princípio do prazer-desprazer que o processo primário no inconsciente não tem outra função senão desejar e procurar a descarga da excitação acumulada pela operação da censura. Aqui haveria de se distinguir entre a evitação primária do desprazer e a excitação acumulada secundariamente nos sistemas representacionais. Freud inverte a questão, ou pelo menos não distingue suficientemente as funções.

É por conta dessa ligação primitiva que o princípio de prazer-desprazer pode se configurar no aparelho psíquico e é por conta disso que o processo primário não pode fazer outra coisa senão desejar. A relação não é de consequência: o princípio de prazer-desprazer não causa o processo primário, ambos são fruto de um processo ainda mais primitivo. O “portanto” no trecho freudiano é uma reafirmação dessa causalidade invertida que, ademais, não está explicitada no parágrafo antecedente. *Nota-se a desautorização da dimensão traumática implicada no primeiro tempo da angústia na insistência retórica do texto freudiano em apresentá-la como já dada, já conhecida e facilmente contornável, em suma, como re-apresentada.*

Freud não é ingênuo e continua a examinar os problemas dessa suposição. Vimos que antes do princípio do desprazer se instaurar há uma atividade que deixa algumas marcas em negativo: uma memória do que deve ser evitado. O problema é pensar como o segundo sistema pode ter acesso a essa experiência desprazerosa e, mais ainda, como pode investir essas lembranças na sua atividade secundária de inibir a geração de afetos. Em outras palavras, trata-se de saber qual a natureza da impressão de uma experiência primária de desprazer, ou seja, qual a inscrição psíquica que o primeiro tempo da angústia deixa.

Esse problema é de suma importância, pois no raciocínio freudiano é imprescindível que haja um registro da experiência desprazerosa que possa ser reinvestido, qualificando a natureza da lembrança que está sendo utilizada em um processo de pensamento. Para tanto, o sistema *Pcs.* precisa ter a sua disposição o registro do afeto desprazeroso original. Isso permite Freud enunciar um ponto fundamental da teoria da repressão, a saber, que:

“(...) o segundo sistema só pode investir uma representação se estiver em condições de inibir o desenvolvimento do desprazer que provenha dela. Qualquer coisa que pudesse fugir a essa inibição seria inacessível tanto ao segundo sistema quanto ao primeiro, pois seria prontamente abandonada em obediência ao princípio do desprazer”. (Freud, 1900/1996, p. 627, grifo do autor)

Essa citação é importante por recolocar a questão levantada por mim: *o aparelho psíquico configura-se sobre a emergência do princípio do prazer-desprazer*. O que está para além da inibição original da ligação primitiva – que Freud insiste em chamar de princípio de desprazer indiferenciadamente – é inconcebível em termos representacionais. Mas essa energia radicalmente livre implica uma demanda de trabalho do aparelho psíquico. Tanto os processos secundários quanto a própria defesa só podem se efetivar se o afeto proveniente de uma representação puder ser controlado.

A defesa, portanto, não doma a intensidade, ela é fruto da mesma lógica que representa essa no psiquismo. A afeto liberado pela defesa é uma descarga razoavelmente controlada, um mal-necessário para evitar um desprazer maior e mais perigoso. Para que isso ocorra, contudo, é necessário que haja um registro do afeto no aparelho, que ele tenha sido originariamente ligado, estruturando psiquicamente essa pura descarga. A pressão mais bruta – da qual a angústia primária é a expressão mais fiel – há de ser ligada e inscrita no psiquismo, domada em uma forma representacional. Esse registro precisa, por sua vez, estar disponível para o processo secundário.

Nesse sentido, o ideal do funcionamento psíquico é restringir ao máximo a regulação exclusiva pelo princípio de desprazer (leia-se ligação primária da excitação), suplantando-a pela atividade de pensamento (leia-se processo primário-secundário), deixando o afeto se desenvolver apenas o mínimo necessário para que atue como um sinal de desprazer (Freud, 1900/1996, p. 628). Só depois que o afeto está inscrito e ligado que o *Pcs.* pode exercer sobre ele contra-investimentos e utilizar esse registro em prol dos propósitos de defesa e do princípio de realidade.

A análise dessas passagens revela a emergência de vários pontos que transcendem a concepção preponderante de angústia em *Interpretação dos Sonhos*, articulada à problemática da natureza representacional do afeto. Por um lado, viu-se que a idéia de uma angústia fruto da defesa só pode ser pensada na medida em que a experiência traumática pode ser ligada e transposta para o princípio de prazer-

desprazer. Essa transposição, por sua vez, implica, necessariamente, sua inscrição psíquica na forma de representação.

Reencontramos, assim, a hipótese de que o afeto é o nível mais baixo de ligação da excitação energética e, como tal, está no limite entre a pura descarga e a inscrição psíquica. Por outro lado, vemos essa mesma questão se aproximar cada vez mais da noção de um sinal de angústia a serviço da organização dos processos representacionais. Ou seja, percebe-se a emergência de noções que estão ligadas tanto ao primeiro quanto ao terceiro tempo da angústia.

Diferentemente do terceiro tempo da angústia, contudo, a idéia aqui não é exatamente de uma atividade do segundo sistema que utilize o sinal de angústia para mobilizar a defesa. Essa interpretação é possível, mas precisará do desenvolvimento mais explícito da noção de uma atividade egóica, o que só será efetivado na segunda tópica. O que é mais aceitável na trama conceitual em exame é pensar a supressão do desenvolvimento do afeto e sua permanência como sinal como a afirmação de uma modalidade de registro representacional do afeto, fruto de uma atividade de ligação da excitação que põe em perigo a organização do aparelho psíquico. Essa ligação, por sua vez, não é fruto das instâncias, mas condição para sua configuração.

A idéia de um registro primário da experiência afetiva encontra paralelo com a idéia de um primeiro registro representacional perceptivo, tal como descrito anteriormente: uma primeira forma de ligação, por simultaneidade, da experiência traumática na forma de um traço perceptivo. Essa impressão afetiva, por sua vez, permaneceria como o registro representacional que é reinvestido quando de uma descarga afetiva. Ou seja, é essa trilha associativa rudimentar que possibilita a organização da descarga de excitação na forma de afeto: inervações motoras específicas e sensações associadas.

Apesar da tentativa de elucidação desses pontos abertos por Freud, a questão se mostra mal-resolvida e incipiente. Ao final da digressão que mostra o entreabrir de uma porta, Freud reconhece novamente que os processos de pensamento – a atividade representacional que configura o aparelho psíquico – estão sempre expostos a interferências do princípio do prazer-desprazer – funcionamento primário de ligação energética –, mas que não é esse o problema principal (Freud, 1900/1996, p. 629), já que esse “hiato funcional” não é determinante na insistência do processo primário em romper as defesas.

Dessa forma, o problema não estaria na entrada e na origem do aparelho psíquico, de sua configuração representacional e de seu princípio do prazer-desprazer, mas na própria dinâmica entre seus dois rebentos: o processo primário inconsciente e o secundário pré-consciente. Ou seja, depois de olhar para fora, Freud enterra novamente a cabeça no reino das fantasias inconscientes.

A partir desse ponto, a interpolação do traumático cessa de criar tensões no texto e Freud passa a desenvolver os problemas da relação entre o *Ics.* e *Pcs.*: a questão da prioridade lógico-cronológica do processo primário, as forças compulsivas das moções inconscientes como exigência de trabalho do pensamento, a dinâmica da defesa e seu papel de transformação do afeto. Enfim, desenvolve a tese principal de seu trabalho: as relações entre as instâncias moduladas pela defesa e o sonho como a realização disfarçada de um desejo inconsciente. A angústia seria um percalço, uma liberação secundária que sempre pode ser emitida a realização de um desejo.

A explicação dos sonhos de angústia, contudo, não convence seu próprio autor. É interessante notar a série de adendos que Freud faz a esse respeito, quer seja para afirmar que o problema metapsicológico da angústia é distinto do problema dos sonhos (Freud, 1900/1996, p. 610), quer seja para reconhecer que há um componente auto-punitivo no trabalho onírico.

Essa última idéia se mostra completamente alheia ao argumento freudiano apresentado até então e traz algo de novo, que é o reconhecimento de que o sonho possa ser a realização de um desejo inconsciente do ego. Em outras palavras, nos sonhos de punição o desejo formador do sonho não seria um desejo inconsciente derivado do reprimido, mas um desejo punitivo que reagiria a este mas seria oriundo do ego. Esse desejo egóico seria um desejo inconsciente apenas no sentido descritivo, ou seja, pré-consciente.

Disso decorre que os sonhos de punição indicam um avanço em direção do esquema da segunda tópica, já que revelam a oposição “ego” e “reprimido” como mais esclarecedora do que a “consciente” e “inconsciente”. Essa indicação, assinalada em 1919 e reconhecida em 1930 em uma nota de rodapé, ressignifica a problemática dos sonhos punitivos e, por generalização, toda a metapsicologia dos sonhos, afirmando que esse desejo punitivo egóico deveria ser referido ao “superego” (Freud, 1900/1996, p. 587).

Não é minha intenção reinterpretar a teoria dos sonhos em função das elaborações da segunda tópica. Chamo a atenção para essa série de adendos como um reconhecimento *a posteriori* da insuficiência da tese freudiana do sonho como realização de desejos inconscientes e que seu ponto nodal remete aos sonhos de angústia.

É interessante notar que mesmo esses reconhecimentos freudianos são uma formação de compromisso. Sabemos que as revisões posteriores à teoria dos sonhos vão não só admitir desejos egóicos e superegóicos, mas, também, afirmar o papel de ligação da experiência traumática no trabalho de elaboração onírica (Freud, 1925/1996, 1933a/1996). O que chama a atenção, é que Freud menciona apenas o segundo aspecto na notas que insere em suas revisões posteriores do livro de 1900. O motivo é evidente: reconhecer o desejo superegóico ou egóico, não implica em abrir mão da idéia de uma realização de desejos e, mais importante, não põe em questão a dimensão representacional do aparelho psíquico. Em suma, a ligação efetuada antes do princípio de prazer-desprazer permanece desautorizada e à margem da tese freudiana.

Revisitando o Trabalho Onírico

As considerações precedentes são suficientes para ilustrar o que chamei de desdobramentos para além do segundo tempo da angústia e sua inserção no campo do não-representacional. Assinalei, também, um outro fato, a saber, que nem todas as interpretações de sonho se encaixariam perfeitamente na tese de realização de desejos. O exemplo do sonho de angústia é mais evidente, mas um exame cuidadoso encontraria traços da ligação primária da intensidade, o que Freud denomina de uma regulação exclusiva pelo princípio de prazer-desprazer, em vários dos sonhos analisados. Não cabe aqui fazer esse trabalho, citarei apenas dois casos.

O primeiro é a interpretação do sonho da injeção de Irma (Freud, 1900/1996, p.141-154) – o sonho paradigmático da psicanálise. Como se sabe, a interpretação desse sonho recai no desejo de se desculpar. Ou seja, a partir do gatilho da crítica de um colega sobre a permanência dos sintomas de Irma, Freud produz um sonho em que as falhas e imprudências no exercício terapêutico estão deslocadas, invertidas,

ou, para usar um termo mais atual, projetadas nas figuras masculinas e até na própria paciente.

O que chama a atenção, contudo, é a negligência freudiana para com as três figuras femininas do sonho. Quando toca nesse ponto, Freud se abstém de aprofundar a interpretação. Essa omissão é patente e Freud desculpa-se reiteradamente por não poder ir além do “umbigo do sonho”. A menção ao umbigo, nesse caso, não diz respeito à dimensão radical que apontei inicialmente, mas a uma mera sobredeterminação inconsciente e, particularmente, ao conteúdo sexual que Freud omite.

O que está em jogo nessa interpretação é a falta de um aprofundamento na análise a ponto de trazer os desejos inconscientes que estariam motivando o trabalho onírico. Ou seja, a análise de Freud permanece no nível dos desejos pré-conscientes.

Uma interpretação do sonho de Irma que parte dessa mesma observação é efetuada por Garcia-Roza, que, contudo, aponta em uma direção completamente distinta (2002, p. 68-79). Esse autor mostra muito bem o embaraço freudiano em encobrir o conteúdo sexual. A partir daí, faz a pergunta de por que um sonho tão “banal” deveria ganhar o estatuto de paradigmático. Para ele, a grande radicalidade do sonho está no enigma da fórmula da trimetilamina, que não remeteria a nenhuma personagem ou sujeito conscientes, mas a própria ordem do simbólico – do sujeito do inconsciente.

O recurso apressado a uma leitura lacaniana do conceito freudiano de inconsciente acaba prejudicando sua aceitação. Assim, o fato de Freud se dar conta de desejos inconscientes que pudessem comprometê-lo não quer dizer que esses desejos sejam pré-conscientes. Pode-se, no máximo, dizer que esses desejos tenham se tornado pré-conscientes, o que não invalida a tese freudiana.

O problema é que na leitura lacaniana o inconsciente encontra-se em uma outra dimensão, radicalmente distinta da egóica: o Outro simbólico. É esse viés que torna a interpretação tendenciosa.¹⁷ De qualquer forma, acompanho o autor quando

¹⁷ Apesar da leitura completamente distinta, que coloca o problema do inconsciente em um referencial lingüístico-estrutural, pode-se notar algumas semelhanças, já que a dimensão inconsciente aparece como um radicalmente outro, o que implica sua caracterização como mola propulsora de simbolização. Convém lembrar, ainda, que nessa perspectiva a mobilidade dos significantes se dá por um vazio de significação, o objeto a. Essa noção toca o problema aqui apresentado da dimensão não-representacional do aparelho psíquico, já que a memória se constitui sobre um vazio (Cf. Bastos, 1999). Contudo, não cabe aos propósitos desta dissertação enveredar por esse debate.

diz que o enigma está na trimetilamina, mas por outras razões. Ela representa a natureza do desejo que Freud encontra operando sob o sonho: a natureza sexual do reprimido inconsciente. Nesse sentido, a análise embaraçada de Freud não desmerece, mas corrobora a sua própria tese.

Voltando à interpretação do sonho paradigmático, encontram-se vários conteúdos de rivalidade, de remorso e de culpa que são utilizados como material para o trabalho onírico. Há de se perguntar se aqui cabe a interpretação freudiana dos conteúdos aflitivos como subterfúgios para o desejo inconsciente ou se não é o caso de se pensar o próprio sonho como um trabalho de elaboração de conteúdos aflitivos presentes nos “restos” diurnos.

Nesse ponto, o artigo de Rudge (2003) se mostra de extrema valia. Nele, a autora faz um alerta quanto a superestimação da tese do sonho como realização de desejos, já que no decorrer da obra freudiana o trabalho de lidar com experiências traumáticas tornou-se precedente à realização de desejos.

Tomando o sonho de Irma como exemplo, remonta o contexto do sonho freudiano, mostrando que muitas das associações estão ligadas a um evento particularmente doloroso: a negligência de Fliess na operação de Emma. Essa negligência, rapidamente perdoada por Freud em nome de sua admiração pelo colega, teria um peso considerável na temática da reponsabilidade médica, o complexo mais preponderante no conteúdo do sonho. Assim, nota-se que a fonte do sonho não é um desejo infantil inconsciente, mas a impressão causada por um acontecimento desagradável. Em outras palavras, o resto diurno não é resto, mas fonte propulsora do trabalho de elaboração psíquica do traumático; é tentativa de ligação de uma impressão que corre em processo primário.

Eis, portanto, que o sonho de Irma fornece uma trilha interpretativa que reconhece um trabalho de ligação primária em princípio do prazer-desprazer¹⁸. Essa interpretação, contudo, não é completamente convincente. Pode-se argumentar que tanto a evitação do desprazer e o deslocamento da culpa para um outro objeto quanto

¹⁸ Gostaria de chamar a atenção para um ponto ligeiramente desconsiderado na análise de Rudge, que se mostra tão clara e abrangente em tantos aspectos. Trata-se de sua afirmação de que Freud abandona completamente a tendência de repulsa do objeto danoso na “Interpretação dos Sonhos”, trabalhando apenas no reinvestimento do objeto desejado (Rudge, 2003, p. 21). Diria que, de fato, a tendência freudiana é apagar a dimensão traumática da vivência de dor, mas não *completamente*. Vimos como Freud chega a colocar a questão de uma função de ligação primária do princípio de prazer-desprazer para depois deixá-la à margem de suas teses.

a tentativa de recusa da negligência por parte de uma pessoa amada não sejam exatamente traumáticos, no sentido aqui desenvolvido. Ou seja, a evitação ocorreria ainda no plano representacional. Na verdade, o sonho seria uma tentativa de defesa contra a percepção de uma representação que afeta um desejo. Mais que repressão, seria quase da ordem de uma recusa ou desautorização do resto diurno.

Nesse sentido, poderíamos afirmar um trabalho primário do princípio de prazer-desprazer, mas é provável que ele não fosse radicalmente traumático. Não estaria em jogo a ligação e tentativa de representação de uma efração energética que coloca em perigo a configuração representacional, mas, antes, um trabalho de elaboração de algo que já foi representado, apesar de que em uma forma precária, uma impressão. Trata-se de um acontecimento que encontra impressão e ressoa na trama representacional, colocando em questão a realização de um desejo ou uma fantasia. Nesse sentido, o trabalho do sonho não deixa de ser um trabalho de ligação, de elaboração, de contenção e evitação do desprazer.

Acredito, assim, que no caso do sonho de Irma não esteja em jogo o não-representacional em seu sentido mais radical. Em outras palavras, a angústia aqui já está contida, e o trabalho do sonho é um meio de defesa que transforma essa impressão em um desejo pré-consciente: o sonho opera a passagem da repetição para o desejo. De qualquer forma, a análise do sonho de Irma possibilita o reconhecimento de alguns aspectos primários de repetição e ligação na atividade onírica.

Um exemplo mais claro e pungente da angústia em sua relação com a defesa pode ser encontrado em outro sonho descrito por Freud. O sonho é bastante simples, resumindo-se a uma cena em que um homem com uma machadinha persegue o sonhador, mas esse não consegue fugir, pois se encontra paralisado (Freud, 1900/1996, p. 612).

Laplanche (1988a, p. 6-11), comentando esse sonho, chama a atenção para o que nos parece tão evidente mas que não encontra lugar na interpretação: a angústia de castração. Esse ponto é duplamente importante. Primeiramente, do ponto de vista da história dos conceitos. Sabe-se que a angústia de castração ganhará um estatuto fundamental ao longo do desenvolvimento da teoria freudiana. Não cabe aqui fazer

uma reconstrução exaustiva, o que por si só já daria uma outra dissertação¹⁹, mas a temática da castração acompanha de perto o tema aqui pesquisado.

O noção de um complexo de castração e sua angústia correlata ganham importância a partir dos casos do pequeno Hans e do Homem do Lobos, ou seja, após o livro sobre os sonhos. Essa descoberta clínica, na verdade, remonta à própria auto-análise de Freud, onde este descobre a importância da triangulação edípica. Essas noções, contudo, só ganharão preponderância na obra freudiana a partir da conceitualização das identificações e da definição mais precisa do complexo de Édipo. Dessa forma, é só na definição da segunda teoria da angústia que o estatuto da castração é afirmado como ponto estruturante das experiências afetivas.

O que nos interessa é marcar a absoluta ausência da angústia de castração no trabalho de 1900. Observa-se que, na interpretação dada por Freud, a sexualidade é afirmada, bem como a problemática do desejo edípico, mas a angústia é derivada da defesa. A explicação freudiana é que nesses casos há uma excitação sexual que não é compreendida e que é repudiada por seus pais aparecerem como objeto. É interessante notar a ambigüidade de Freud nesse ponto: não se trata apenas de um impulso sexual dirigido aos pais reprimido que origina angústia, mas, também, de certa incapacidade de elaboração psíquica dessa excitação.

Em ambos os casos, a angústia é automática, quer seja por defesa (segundo tempo), quer seja por insuficiência de elaboração (primeiro tempo). De qualquer forma, o que está em jogo é a idéia de que na sua origem o coito parental seja uma excitação efrativa, gerando angústia primária (Laplanche, 1988a, p. 9). A questão no sonho é, fundamentalmente, uma repetição da angústia de castração. Ou seja, é tentativa de ligação do traumático pela figuração de traços perceptivos.

Freud resiste em ver essa hipótese porque ela é teoricamente incompatível com a tese do sonho como realização de desejos. No leque de interpretações freudianas, pode-se até pensar em um desejo punitivo do ego – na verdade, superego – mas já vimos que essa interpretação só é possível a partir dos adendos da segunda tópica. Em 1900, a idéia é que a criança não pode lidar com o afluxo de excitação proveniente da cena primitiva e esse “desejo” se transforma em angústia. A descrição freudiana simplesmente não permite que se fale em desejo incestuoso. Sua definição

¹⁹ Remeto o leitor interessado em um retrospecto do conceito de castração em Freud ao próprio trabalho de Laplanche (1988a), de onde tiro as informações sintetizadas a seguir.

está mais próxima da vivência de dor ou pavor e da angústia primária, o que vai contra a lógica da realização de desejos. Por outro lado, admitir que a angústia seja uma repetição da experiência de castração, implica que o sonho também não se enquadraria na lógica da realização de desejos. Ou seja, o problema da explicação dos sonhos de angústia permanece.

Resumindo, pode-se afirmar que a angústia como expressão de um desejo reprimido se equilibra com dificuldade sobre outros desdobramentos que indicam tanto uma angústia primária efrativa quanto a repetição dessa experiência traumática para fins de ligação ou mesmo de sinalização. Esses outros aspectos da teoria da angústia, detectáveis na argumentação freudiana e nas suas interpretações de sonho, indicam uma dimensão não-representacional que é paulatinamente deixada em suspenso nas elaborações teóricas da primeira tópica freudiana.

A hipótese freudiana sobre o trabalho onírico assenta-se completamente em um aparelho psíquico em que a atividade representacional opera em livre curso progressivo-regressivo. Essa regressão, contudo, é fundamentalmente tópica. Ou seja, as representações ideativas inconscientes procuram a via alucinatória como modo de satisfação do desejo. A regressão à percepção, contudo é uma vicissitude do sono e não ameaça a organização representacional do aparelho psíquico. Nesse sentido, trata-se sempre de uma atividade secundária de ligação e desligamento energético no nível do processo primário inconsciente, uma expressão quase lúdica do desejo em seu eterno conflito com a censura.

Entretanto, analisando as peculiaridades do trabalho onírico em sua atividade representacional, bem como sua expressão afetiva, pôde-se lançar a hipótese de uma dimensão não-representacional primária. Nessa, a atividade de ligação é condição para a configuração do princípio de prazer-desprazer e da própria tópica. Várias vezes, ao longo desta dissertação, lancei a pergunta sobre se era possível pensar uma dimensão primária, não derivada da fantasia, na atividade onírica. Os pontos discutidos acima dão os subsídios necessários para se afirmar esse campo do não-representacional, apesar dele estar nos antípodas do argumento freudiano na emergência da primeira tópica.

Essa dimensão não-representacional, tal como aqui proposta, encontra respaldo em uma série de autores que propõem trabalhar a questão do traumático ou do negativo na psicanálise.

A concepção de negativo em psicanálise remete a certa linhagem de autores franceses. Uma boa introdução a essa temática pode ser encontrada nos trabalhos de Green (1994) e Fédida (1991). O primeiro autor faz um recenseamento das evoluções da concepção do negativo através de Lacan, de Winnicott e Bion, remontando à sua origem freudiana, em especial à idéia de uma alucinação negativa primária como condição da positividade. Já o segundo faz a afirmação da necessidade de se pensar a dimensão sensorial pré-simbolizável e desinvestida de *eros* do autismo como um paradigma da clínica contemporânea. Esse campo é de particular interesse para a temática da negatividade, pois é nesses casos em que o não-representacional é mais evidente. O interesse para nosso tema, contudo, está na afirmação da tarefa analítica de tornar a sensorialidade figurável, ou seja da concepção de figurabilidade como uma atividade primária de simbolização e constituição representacional e tópica (Fédida, 1991, p. 155), o que se aproxima das hipóteses que irei abordar na seqüência.

Como minha intenção não é fazer derivações para além do pensamento freudiano, limitar-me-ei a comentar um trabalho em particular, pela proximidade do tema aqui tratado. Trata-se da hipótese do casal Botella de um modelo de trabalho analítico inspirado em uma releitura da regressão formal onírica e sua derivação em uma metapsicologia do irrepresentável e do traumático baseada na figurabilidade e no alucinatório (Botella e Botella, 2002).

As hipóteses metapsicológicas propostas por esse casal estão profundamente articuladas à sua casuística clínica, os casos-limite, e à sua concepção da teoria da técnica. Nesse último aspecto, desenvolveram a idéia de um trabalho em duplo na sessão (Botella e Botella, 2003, p. 61), no qual as sensações e imagens que se configuram contra-transferencialmente no analista são uma forma de elaboração do não-representacional do paciente. Ou seja, a idéia é que a dinâmica transferencial possa atuar como uma forma de ligação e elaboração do traumático.

Nesse sentido, desenvolvem uma teoria interessante que alça o modelo do trabalho onírico como paradigma tanto da atividade psíquica primária quanto da dinâmica de uma sessão. A idéia é acentuar o aspecto formal da regressão como fundamental. Assim, a regressão da atividade de pensamento representacional à figurabilidade deve ser pensada como a abertura a uma atividade originária de caráter alucinatório que sustenta toda a atividade psíquica.

O alucinatório, nesse caso, não se restringe a uma satisfação alucinatória do desejo, como na tese freudiana da primeira tópica. É, na verdade, seu avesso, ou ainda, seu fundamento. Para colocar a questão nos termos aqui desenvolvidos, poderia afirmar que o alucinatório está mais próximo daquele funcionamento primário radical por mim descrito, no qual a regressão à alucinação põe em xeque a própria natureza da representação, ou seja, a alucinação não é meramente um derivado secundário da representação, mas uma verdadeira ameaça à sua configuração tópica. Em outras palavras, a regressão formal é econômica, constituindo uma ameaça de efração.

Vimos que esse caráter radical do funcionamento alucinatório e sua dimensão primária radical perdem lugar a partir de *Interpretação dos Sonhos*, ficando a alucinação confinada a uma regressão tópica e as definições de processo primário e secundário bem acomodadas sob o princípio do prazer-desprazer. Portanto, a satisfação alucinatória do desejo diz respeito a essa ordem do funcionamento representacional, enquanto o alucinatório diz respeito ao funcionamento originário que está no fundo de toda a atividade psíquica (Botella e Botella, 2003, p.153).

Nas hipóteses dos autores cabe ainda distinguir duas vias processuais na atividade psíquica: uma via progrediente da atividade representacional de pensamento, tal como afirmada por Freud no caminho progressivo da atividade *Ics.* para o *Pcs.*, e uma via regrediente do alucinatório. Essa, por sua vez, pode se dar tanto de uma forma “longa” quanto “curta”. A longa, mais habitual, é a descrita por Freud na regressão onírica do sonho como realização de desejo. A curta é a que se dá diretamente entre a consciência e a percepção sem mediação dos sistemas representacionais, na qual a figuração é um processo primário de ligação.

É a via curta que se encontra no limite da tópica psíquica, ou seja, é nela que se dá a tentativa de ligação da não-representação (Botella e Botella, 2003, p. 127). Assim, o alucinatório compreende tanto o processo de ligação primária que cria a tópica e a preserva quanto é a base sobre a qual pode ocorrer a alucinação do desejo. É nesse sentido que “o alucinatório é parte constituinte do desejo inconsciente, assim como da não-representação” (Botella e Botella, 2003, p. 108).

Percebe-se, na hipótese dos autores, uma afirmação da precedência da dimensão primária radical no funcionamento psíquico. Trazem para o primeiro plano a atividade de ligação egóica da efração traumática e afirmam a natureza

essencialmente defensiva da configuração representacional do aparelho psíquico. Suas considerações teóricas acabam por afirmar uma potencialidade traumática como o fundamento não-representacional do psiquismo. Ou seja, é contra o trauma e a partir dele que se cria a representação e o aparelho psíquico.

Nesse aspecto, é absolutamente central a noção do traço perceptivo como primeira tentativa de ligação do traumático e sua repetição compulsiva em alucinatório como uma defesa contra a angústia maior da pura ausência de representação. Essa tentativa de ligação se dá através da figurabilidade, cujo paradigma é a atividade onírica. Só que, nesse caso, trata-se de um trabalho primário de representação, a via “curta” que cria ligação e elaboração representacional e não apenas a transforma para fins de uma expressão imagética. A imagem, aqui, é primária, e não secundária à atividade psíquica.

Nota-se o quanto essas hipóteses estão em sintonia com o que tem sido apontado ao longo deste capítulo: a precedência e a prevalência do traumático e dos produtos da atividade de ligação e elaboração psíquica como uma antítese da tese freudiana da primeira tópica.

Um outro ponto que é interessante para o tema aqui discutido é a afirmação da atividade onírica como paradigma do alucinatório. Ou seja, o essencial é afirmar a atividade alucinatória presente tanto no sonho quanto na neurose como modelo da não-representação, distinguindo-a da alucinação psicótica. No primeiro caso, o que está em jogo é uma vicissitude do trabalho de ligação, enquanto no segundo trata-se de uma “abolição interna” (Botella e Botella, 2003, p. 106), um mecanismo de defesa mais radical em que a representação não se positiva totalmente, é recusada ou desautorizada (*Verleugnung*). Trata-se, nesse segundo caso, de um mecanismo patológico que entra em ação quando o próprio alucinatório é insuficiente para lidar com o traumático. Entramos aqui no problema da desautorização do processo perceptivo, algo que é absolutamente antitético em relação à hipótese da realização do desejo inconsciente.

Não entrarei no mérito da negatividade da alucinação, já que esse aspecto não é suficientemente presente no período em exame.²⁰ Gostaria apenas de marcar a

²⁰ Pode-se traçar a origem dessa problemática na dimensão não-representacional tal como aqui apresentado, mas sua verdadeira explicitação será dada quando Freud se propõe a distinguir melhor a alucinação normal da patológica, dando-se conta que o verdadeiro problema da alucinação está em seu aspecto negativo, que deveria preceder o positivo (Freud, 1917b/1996, p. 239). Na linha desse

necessidade de se afirmar a dimensão constitutiva traumática, porém não necessariamente patológica, do psiquismo que emerge de um exame rigoroso da problemática do alucinatório em Freud.

Assim, colocar o trabalho do sonho como modelo do alucinatório e da potencialidade traumática de toda a atividade psíquica é afirmar sua necessidade para a própria emergência da tópica: *a não-representação é parte constitutiva da representabilidade*. É seu avesso, posto que é irrepresentável, mas é, também, seu fundamento necessário.

Com isso, podemos retomar a questão anteriormente indicada da precedência da dimensão não-representacional sobre a da representação, ou ainda, do traumático sobre o princípio do prazer-desprazer. O percurso pelo trabalho do casal Botella revela de maneira mais clara que a relação entre não-representação e representação deve ser pensada no nível da constituição mútua. Para pensarmos sua articulação, é necessário aceitar uma lógica além da sucessão cronológica de etapas ou da mera complementaridade de opostos antitéticos. Nesse caso, trata-se de uma verdadeira *fronteira*: demarca duas regiões distintas, criando-as e diferenciando-as *simultaneamente*.

É nesse registro que se deve compreender da definição da *não-representação*, questão instaurada desde o início desse capítulo, que permanece ressoando até agora em sua trama discursiva. Após esse percurso pelos meandros da referência inaugural do modelo topográfico freudiano, temos agora condições de configurar minimamente essa noção.

Conclusão

Este capítulo teve como propósito analisar a teoria dos representantes psíquicos no livro que é o marco inaugural da primeira tópica freudiana, contextualizando essa mesma obra em um quadro maior de referência que

apontamento, irá desenvolver posteriormente o problema do objeto fetiche e da recusa da castração. A partir desse ponto, a teoria freudiana da percepção irá se destacar definitivamente de seus pressupostos empiristas, levando consigo a idéia de uma prova de realidade como função da motricidade. Esse gancho da alucinação negativa constituirá a grande inspiração para a proposta de Green (1982, p. 238-239).

compreende as hipóteses desenvolvidas ao longo da década de 1890. Pôde-se demonstrar que a grande sistematização levada a cabo no capítulo VII de *Interpretação dos Sonhos* não ocorreu sem prejuízo a alguns aspectos que se encontram às margens da concepção representacional do aparelho psíquico.

Uma leitura detalhada do texto freudiano permitiu que desdobrássemos essas hipóteses a partir do rastro por elas deixado, reencontrado no seio das teses freudianas algumas antíteses. Nesse sentido, pôde-se mostrar as proximidades e diferenças da primeira tópica em relação a modelos pregressos, em especial as concepções de uma regressão econômica e formal radical no modelo do ‘*Projeto*’ e de uma hierarquia de formas representacionais no modelo tradutivo da “Carta 52” – noções trabalhadas no quarto capítulo desta dissertação. Além disso, pôde-se afirmar a pertinência da concepção do primeiro tempo da angústia no limite da argumentação freudiana sobre uma angústia decorrente da defesa, tal como abordado no terceiro capítulo deste trabalho de pesquisa.

O levantamento desses pontos permitiu uma sistematização mais abrangente da teoria da representação psíquica, articulando aos conceitos preponderantes de representação de palavra e representação de objeto, a idéia de um traço perceptivo, além da concepção do afeto e da angústia como formas menos estruturadas de representação. Nesse sentido, a angústia deve ser entendida como uma desorganização do afeto, sua forma mais livre, verdadeiro denominador comum da experiência afetiva. Por sua vez, a concepção de uma hierarquia de representantes psíquicos encontra-se em função de um trabalho de ligação e elaboração psíquicas.

Pôde-se demonstrar, ainda, que esse trabalho de ligação não se resume apenas à passagem do processo primário inconsciente para o processo secundário pré-consciente, isto é, da articulação da representação de objeto com a de palavra, mas, sobretudo, ao próprio trabalho de figuração representacional, o qual está na origem da tópica. Assim, é preciso reconhecer a exigência teórica de um trabalho de ligação primária da excitação. Essa hipótese é decorrência direta dos temas abordados na terceira e na quarta figuras da representação desta dissertação.

Todos esses pontos levaram à afirmação da necessidade de se postular uma dimensão não-representacional e traumática aquém da instauração do princípio de prazer-desprazer. Essa hipótese, próxima de noções da segunda tópica, foi traçada não só nas figuras pregressas, mas na própria malha conceitual da primeira tópica,

aparecendo como seu ponto limite, ou se preferirmos, sua tese marginal. Vimos que essa marginalidade aparece tanto da reinterpretação do trabalho de figurabilidade na atividade psíquica, em geral, como na insuficiência da tese do sonho como realização de desejos, em particular.

Seria isso suficiente para dizer que a segunda tópica já está lá? Sim e não. Se levarmos a sério a concepção de que o desenvolvimento do pensamento freudiano se dá por sucessivas reorganizações e ampliações de tramas conceituais através de um movimento pendular e espiral, não é de espantar que o problema da não-representação esteja lá desde sempre. Isso não quer dizer, contudo, que os conceitos lá estejam, pelo contrário. É só ao longo da elaboração das teses metapsicológicas freudianas que o problema se adensa e ganha condições de se reestruturar em outras bases. Contudo, seu germe está aí desde as origens, criando uma tensão que dinamiza e configura o próprio campo. Esta quinta figura da representação, portanto, nada mais é que a ressignificação de toda a problemática traçada pelas figuras anteriores.

É nesse sentido que um estudo da inauguração da primeira tópica mostra todo seu valor, pois é nesse momento se pode notar a riqueza do campo em que a metapsicologia nasce e a partir do qual se desdobrará.

Podemos afirmar que o movimento inicial ocorre em uma direção específica, podando o não-representacional. A idéia é que o abandono da teoria da sedução e a passagem para a fantasia e a realidade psíquica pensada em termos estritamente representacionais – o inconsciente como fator dinamizante do psiquismo através de suas representações de objeto – implica um enfraquecimento ou mesmo abandono de noções valiosas. É o caso, por exemplo, da noção de uma resignificação *a posteriori* da experiência, do registro perceptivo como primeira tentativa de ligação da intensidade na entrada do aparelho psíquico, da potencialidade traumática na origem do aparelho psíquico e assim por diante. Em suma, é o campo do não-representacional que é varrido para debaixo do tapete da metapsicologia, enquanto a atenção freudiana se volta para o reino das fantasias inconscientes.

Não há foco sem sombra. Ao longo desta dissertação, vim definindo o estatuto daquilo que estava para além da dimensão representacional apenas pela negatividade. Agora, chegando ao final, podemos esboçar algumas linhas gerais.

De certa forma, pode-se afirmar que o não-representacional está na origem e em uma anterioridade lógica ao campo do representacional. É assim que o aparelho

psíquico só pode se configurar a partir do domínio e ligação da excitação. Por outro lado, essa perspectiva genética não ocorre como passagem de um modo de funcionamento para o outro. Pelo contrário, o traumático permanece como potencialidade constituinte do aparelho psíquico, como pano de fundo a toda sua atividade. Além do mais, é um modo de funcionamento primário normal que pode ser acionado quando da ameaça da perda da representação. O traumático, portanto, não se confunde com o patológico e é a força contra qual e a partir da qual se estrutura o psiquismo.

Decorre dessa concepção a importância de se afirmar o trabalho onírico como paradigma do alucinatório. Pode-se, então, afirmar que o não-representacional é pré-representacional no sentido originário, com as ressalvas de que não se deve pensá-lo como uma fase de desenvolvimento que uma vez superada não deixe suas marcas. Insisto, trata-se de uma condição originária da subjetivação e não uma fase inicial de seu desenvolvimento. É nesse sentido, ainda, que o não-representacional pode ser pensado como irrepresentável, ou seja, como algo que não pode ser representado. De fato, o traumático em si não encontra representação.

A repetição da experiência traumática é uma forma primária de ligação da excitação através da figuração de um traço perceptivo como forma representacional. Figuração esta que, por sua vez, está associada à experiência afetiva do primeiro tempo da angústia. Assim, o trauma é irrepresentável, mas, ao mesmo tempo, é condição e motor da representação.

Vê-se, portanto, que a relação entre representação e não-representação não se resume a uma contraposição absoluta ou a uma articulação de sucessão genética. É na e pela tensão entre essas duas dimensões que pode emergir a tópica. A relação entre a não-representação e a representação é de mútua constituição. Pôde-se perceber como a articulação entre essas dimensões, que se desdobram em tantas polaridades – como princípio do prazer/desprazer/constância, processo primário/secundário, acúmulo de excitação/defesa e assim por diante – abre a perspectiva para uma outra lógica que não a de sucessão temporal em fases de desenvolvimento do aparelho psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tinha como objetivo traçar os desenvolvimentos da teoria da representação freudiana no período dos anos 1890 até a emergência do primeiro modelo tópico, em 1900. É chegada a hora de sintetizar o percurso pelas diversas *figuras*, na esperança de que uma representação mais abrangente desse movimento inicial do pensamento freudiano se configure.

O Jogo das Figuras

A primeira figura consistiu em abordar os termos que definem a teoria da representação: *pulsão*, *afeto*, *angústia* e *representação*. Mais do que uma simples definição de instrumentos de trabalho, essa abordagem procurava uma demarcação inicial dos conceitos, possibilitando a problematização de suas definições, o que levou à desconstrução de alguns lugares comuns que esses termos tendem a ocupar no jargão da psicanálise.

Nesse sentido, a cisão entre pulsão, como da ordem do humano ou do simbólico, e instinto, como da ordem do biológico, se mostrou particularmente discutível, quando refletida retroativamente sobre a metapsicologia freudiana. No tocante ao afeto, pôde-se assinalar sua especificidade dentro do quadro mais geral das emoções, apresentando as características de irrupção, estranheza e fugacidade. Essas particularidades fazem com que a angústia compareça como a grande ilustração da experiência afetiva em psicanálise, já que é definida na sua condição de expressão de um perigo ao psiquismo, por meio das noções de medo e desamparo.

No que diz respeito à representação, foi possível distinguir os dois grandes grupos de idéias que estão aglutinadas no termo – imagem mental e delegação –, o que ajuda sobremaneira na compreensão da teoria representacional. Distinguiu-se, também, a especificidade de um terceiro registro, além dos de coisa e de palavra, o da *figuração* como uma configuração primária da imagem mental. A partir dessa

discussão, foi possível afirmar a ancoragem do problema da representação em sua origem na filosofia moderna: um conteúdo imagético que re-apresenta os objetos do mundo na mente.

A abordagem dessa primeira figura da representação possibilitou a derivação de dois vetores de problematização. O primeiro vetor assinala que a questão da representação apresenta-se descolada da questão da linguagem, remetendo mais diretamente a uma imagética mental. Já o segundo vetor revela como o exame da pulsão levou ao reconhecimento da importância do fator energético como sua característica essencial. Essa dimensão disruptiva da pulsão no psiquismo, por sua vez, está diretamente ligada ao afeto e ao seu rebento mais importante, a angústia.

Em oposição a essa dimensão energética, encontram-se as diversas representações ideativas. Ou seja, a representação ideativa aparece como um registro mnêmico responsável pela ligação do fator energético. Os dois vetores, portanto, configuram um espaço de problematização. Assim, desde essa primeira figura, está anunciada a questão central na teoria da representação: *há uma tensão intrínseca entre pulsão e representação, na qual o afeto é expressão daquilo que excede as capacidades representacionais do aparelho psíquico.*

Essa é a ambigüidade que marca a teoria da representação e que estará no cerne de toda a teoria pulsional na metapsicologia freudiana. Nesse sentido, o aparelho psíquico é entendido como construído pela pulsão e contra ela, ou mais especificamente, por meio de defesas diante ou perante as pulsões. Sobre essa tensão é que irão se desdobrar as figuras subsequentes, sendo que é somente a partir da ressignificação efetuada pelas elaborações posteriores que a origem da problemática se circunscreve de forma mais clara.

A segunda figura da representação propôs aprofundar o movimento na direção do vetor da representação, examinando o descolamento entre representação e linguagem. Nesse sentido, trabalhou-se o estudo sobre as afasias e a concepção de símbolo freudiana. Além de uma circunscrição mais clara da herança associacionista nominalista e herbartiana da concepção freudiana de representação, bem como a antevisão dos limites de uma abordagem estritamente funcional da dinâmica psíquica, o capítulo permitiu a discussão sobre a filosofia da linguagem intrínseca a essa teoria.

Pôde-se demonstrar o hiato entre as concepções freudianas de representação e de símbolo em relação às abordagens contemporâneas inspiradas nas ciências da linguagem. Mais do que evidenciar as ilusões retrospectivas que se estabelecem pela necessidade de uma vinculação muito direta de um desenvolvimento teórico com o legado freudiano, essa figura pôde mostrar que o problema específico da linguagem apenas tangencia as preocupações freudianas acerca das produções do inconsciente. O símbolo aparece como uma metáfora para a descrição do sintoma, sendo esse entendido como uma produção individual, de caráter sexual e inconscientemente motivada. Além do mais, podemos afirmar que a abordagem freudiana da linguagem permanece em nível estritamente psicológico, já que não toma a questão pela perspectiva dos sistemas lingüísticos.

O aprofundamento dessa vertente evidenciou que a abordagem pelo prisma da linguagem foi um passo necessário, porém insuficiente para a constituição da teoria representacional em Freud, precisando ser complementada pelo aprofundamento na dimensão econômica e pelo desenvolvimento de uma teoria do processo defensivo que pudesse articular os dois vetores em um novo patamar de elaboração teórica.

A terceira figura trabalhou a introdução da teoria da defesa, a qual, por sua vez, mostra-se intimamente ligada à questão do destino do afeto. Esse capítulo pôde abordar a complexificação operada por essa teoria, que se mostrou crucial para o desenvolvimento de uma concepção própria da psicopatologia. Porém, mais do que descrever os mecanismos em jogo nas neuropsicoses de defesa em relação à representação e ao afeto, esse capítulo pôde trabalhar as primeiras sombras que aparecem simultaneamente à iluminação trazida pelo avanço. Essas problemáticas circunscritas em negativo se revelam de duas ordens.

A primeira é nada mais que a emergência de um tema já anunciado: a afirmação da teoria energético-representacional como fundamento axiológico da metapsicologia freudiana leva à revelação de impasses quanto ao ponto de vista econômico que a sustenta, bem como da relação entre o somático e o psíquico.

Além disso, a teoria da defesa levará à necessidade de organização da dinâmica representacional no psiquismo, o que culmina na exigência de descrições tópicas do aparelho psíquico. Portanto, os desdobramentos do vetor da pulsão e da

representação são responsáveis por uma retroalimentação de suas respectivas problemáticas, expandindo o campo de tensão entre eles.

A segunda ordem de fatores que emerge nessa terceira figura é oriunda da aplicação da teoria da defesa à psicopatologia, que revelará quadros específicos nos limites da teoria energético-representacional. Eles são a melancolia e, principalmente, a neurose de angústia. Isso leva à configuração de uma concepção de angústia centrada na inscrição corporal da excitação pela sua impossibilidade de elaboração psíquica. Essa segunda ordem é responsável pela indicação de uma dimensão d não-representacional no campo da metapsicologia.

Essas duas ordens receberão tratamentos diferenciados nos desdobramentos subseqüentes da teoria freudiana. Enquanto a primeira ordem será abordada de imediato, a segunda permanecerá latente por muito tempo. Como foi possível indicar, a problemática em jogo nesse primeiro tempo da angústia constitui um ponto de ancoragem para o movimento pendular do pensamento freudiano na sua constituição da teoria da angústia, em articulação direta com os remanejamentos da “virada dos anos vinte” que evidenciará as suas dimensões de sinalização e de desamparo.

Já o ponto de vista econômico foi trabalhado na quarta figura. Abordando a arquitetura teórica do “*Projeto*” e de textos correlatos, o capítulo mostrou que o aprofundamento do ponto de vista econômico é responsável por uma organização mais complexa do aparelho psíquico, em termos de princípios gerais de funcionamento e de modalidades de registro energético da experiência. Essas modalidades são constituídas pelas representações de objeto e de palavra, além do registro das figurações perceptivas e da identificação.

Os dois últimos registros evidenciam limites da concepção representacional. O registro das figurações perceptivas diz respeito a uma *impressão*, ou seja, uma primeira tentativa de ligação em representação que, contudo, não constitui uma representação ideativa propriamente dita. Já o registro da identificação, que pode ser reconhecido na descrição da *coisa* a partir do “complexo do próximo”, coloca em evidência uma alteridade que seria constitutiva do aparelho psíquico. Essa dimensão de identificação, apesar de representacional, diz respeito a um mecanismo organizador do regime de representações, verdadeiro momento originário do

aparelho psíquico. Nesse sentido, é possível afirmar que esteja para além da representação.

O campo consagrado da teoria da representação, contudo, é o das representações de objeto e de palavra. Nesse sentido, a quarta figura pôde descrever de forma mais aprofundada os papéis dessas duas modalidades de representação nos processos de pensamento. As representações de palavra comparecem como signos de qualidade para o processo secundário, verdadeiros ordenadores da atividade de pensamento, enquanto as representações de objeto constituem o investimento originário dos objetos em processo primário.

Um aspecto fundamental dessa quarta figura é a concepção de um aparelho psíquico cuja organização é função do regime econômico de seus sistemas. O capítulo pôde examinar a radicalidade das concepções de regressão formal e tópica presentes nessa idéia de funcionamento psíquico. O aparelho, portanto, se organiza contra as intensidades energéticas. Nesse sentido, o problema do afeto se renova. Se, por um lado, a vivência de dor dá subsídios para se pensar uma certa estrutura de registro do afeto, por outro, este ganha destaque como uma intensidade que precisa ser ligada pelo ego na forma de processo secundário. Ou seja, o afeto comparece como a experiência de desprazer que é contrapartida consciente de um processo econômico traumático.

Assim, o quarto capítulo pôde trazer novamente ao centro da discussão a tensão essencial na relação entre representação ideativa e afeto, demonstrando como ela permanece como uma ambigüidade essencial do ponto de vista econômico: o jogo entre uma estrutura de contenção e sua suplantação por um excesso que se torna traumático aos registros representacionais. A experiência afetiva se encontra nessas duas extremidades, por meio dos diferentes tempos da angústia.

A prevalência do ponto de vista econômico sobre a dinâmica representacional, que já havia sido examinada na terceira figura, revela de forma ainda mais clara a dimensão não-representacional no psiquismo: o aparelho psíquico está constantemente ameaçado de uma perda de sua organização representacional, um desligamento de seus processos energéticos.

Entretanto, o abandono da teoria da sedução acabou por levar consigo os aspectos mais radicais dessa concepção. Assim, a noção radical de um processo primário e a dimensão do perigo real acabam por sucumbir frente ao império da

fantasia. Em suma, a idéia da pulsão como um “corpo estranho” perde força, uma vez que o trauma real é abandonado.

Portanto, percorrendo esse percurso nos desdobramentos dos vetores da teoria da representação, pude demarcar a emergência de uma dimensão paralela de “não-representação”. Além disso, pude demarcar alguns eixos de investigação muito incipientes, como a questão do registro perceptivo, da identificação e da concepção tradutiva das representações. Munido desse quadro mais geral de referência, parti para uma apreciação do capítulo que marca a inauguração da primeira tópica freudiana, com a descrição do modelo topográfico.

A expectativa era poder, na quinta figura, atualizar toda a problemática precedente no seio do texto de 1900, fazendo-o trabalhar em função de suas teses e antíteses. Esse quinto capítulo pôde sistematizar de forma mais abrangente a teoria da representação, colocando-a em perspectiva com o modelo topográfico e suas concepções de pensamento. Pôde, a partir de uma leitura detalhada dos argumentos freudianos, discriminar os aspectos que foram integrados a esse modelo daqueles que foram deixados em segundo plano. Assim, a concepção radical de processo primário, a regressão formal do aparelho psíquico, o registro perceptivo como forma de ligação primária em representação e a noção de angústia primária como expressão direta do traumático, em suma, a dimensão da *não-representação*, foi relegada a um segundo plano pelo imperativo da realização do desejo inconsciente na fantasia.

A partir desse momento, o jogo das figuras parece delinear um movimento mais significativo no seio dessa espiral de exigência. Parece-me que é aí que o trabalho dissertativo configura uma hipótese sobre o movimento do pensamento freudiano: *a emergência da primeira tópica, sob o império da fantasia inconsciente e o trabalho onírico, vem suplantando a dimensão não-representacional do traumático, que sucumbe por sua ligação com a teoria da sedução.*

Essa hipótese vem corroborar os assinalamentos de alguns comentadores – Laplanche, Pontalis e Monzani – que afirmam certo desequilíbrio na série complementar dos fatores externos e internos na compreensão da etiologia das neuroses por conta do abandono da teoria da sedução. Pois bem, a presente dissertação vem contribuir com essa interpretação demonstrando que o desequilíbrio não é notado apenas em 1905, no tocante à pulsão, mas, também, em 1900, no seio da própria teoria da representação.

Esta dissertação defende, portanto, que é possível derivar uma certa leitura da emergência da primeira tópica em que a dimensão do traumático é colocada fora de questão. Ou seja, toda a concepção acerca daquilo que está para além do princípio de prazer-desprazer encontra-se desautorizado da teoria. Assim, a ligação primária da pulsão, sua efração no representacional na forma de angústia primária, sua tentativa de ligação pela figuração, tudo isso é tomado como irrelevante.

Afirmar isso não é atestar um estreitamento proposital do raciocínio freudiano, como se fosse uma decisão deliberada de ocultar seus passos pregressos. Pelo contrário, essa etapa vem constituir apenas mais um dos momentos da exigência de elaboração teórica da metapsicologia freudiana. Assim, parece-me que a elucidação da fantasia inconsciente custou a desconsideração daquilo que se colocaria para além do princípio de prazer.

Como se sabe, o movimento do pensamento freudiano possui um momento de inflexão característico, a assim chamada “virada” dos anos vinte. Essa virada constitui não apenas uma mudança de rumo, mas, também, uma reviravolta; uma ressignificação no percurso da metapsicologia. É, portanto, o momento de movimento nulo no ápice do movimento pendular, preparação para o retorno sobre sua própria trajetória, impulsionado pela mesma energia que o levou até a sua amplitude máxima.

A interpretação da teoria freudiana nos anos 1890 efetuada nesta dissertação permite afirmar que esse movimento de retorno encontra no período inicial de teorização muitos pontos de ancoragem acerca do além do princípio de prazer, na forma de um além da representação.

Sobre Espirais, Pêndulos e Suplementos de Origem

Afirmei, na introdução desta dissertação, que o recorte sobre um determinado período da obra freudiana só poderia ser compreendido em relação ao seu contexto mais geral de inserção. Nesse mesmo sentido, defini que um exercício criterioso de leitura da obra freudiana acabaria por redundar em uma certa concepção sobre a organização de seu pensamento. Uma vez que se trata de um estudo restrito da obra freudiana, quer seja temporalmente, quer seja conceitualmente, essas considerações

permanecem em aberto como vetores de problemáticas para pesquisas futuras. De qualquer forma, parece-me possível, depois de examinar essas figuras da representação na emergência da primeira tópica, propor alguma representação figurativa para o pensamento freudiano.

Depois de toda a discussão precedente, parece bastante evidente que o pensamento freudiano não pode ser pensado em termos de uma linearidade lógica ou cronológica, em que os elementos conceituais vão se desenvolvendo em organizações mais complexas e abrangentes, sem contradições internas. Essas pretensões sistematizantes muito lineares sempre se mostram ilusórias.

Mesmo os autores que procuram uma leitura sistemática da obra freudiana, como Mezan e Monzani, reconhecem a sua complexidade. Quer seja na articulação simultânea entre investigação clínica, metapsicologia e cultura, quer seja no campo intrínseco do movimento de teorização, o que se observa é um movimento de afirmação e negação, de resgate e ressignificação. Esse movimento, como vimos, tende a assumir uma forma espiralada. Essa espiral não é nada dialética, no sentido de uma síntese que possa apaziguar as tensões entre as polaridades.

Tomada em uma perspectiva geral da obra freudiana, como o faz Monzani, essa espiral tende a ter um caráter sintético. Essa síntese, contudo não se dá por saltos integrativos, mas pelo tortuoso caminho das temáticas pendulares, os quais nunca encontraram um acabamento definitivo. É assim que a temática da sedução desaparece em 1897 para retornar em 1937 sob uma perspectiva renovada. Da mesma forma é assim que o traumático sucumbe em 1900 para retornar, em outro patamar, em 1920. Mesmo com esses remanejamentos, os modelos freudianos nunca alcançam o lugar de uma representação que seja definitiva.

Tomada em uma perspectiva particular da obra freudiana, como o faz Laplanche, a idéia de espiral tende a ter um caráter mais circular. A idéia, nesse caso, é que eixos temáticos recortam vetores de exigência, os quais evidenciam as tensões constitutivas de uma determinada constelação conceitual. Essa concepção acerca de problemáticas na obra freudiana parece mais adequada para o exercício de leitura representado por esta dissertação.

Parece-me, assim, que a teoria da representação constitui uma problemática dentro da obra freudiana; problemática essa que pôde aqui ser traçada em suas linhas iniciais. Se esta pequena espiral de problematização encontrará um acabamento mais

definitivo na grande espiral do movimento do pensamento freudiano é uma questão que não podemos responder com os elementos dessa pesquisa, mas certamente é um ponto importante para investigações futuras.

De qualquer forma, parece-me que a perspectiva laplanchiana traz alguns elementos para desconfiarmos dessa esperança de síntese e acabamento. O percurso que traçamos nesta dissertação sustenta esse ponto de vista. Vimos, a respeito da *não-representação*, como a questão não se resume a uma polaridade dicotômica. Assim, apesar de podermos afirmar a anterioridade lógica do não-representacional em relação ao representacional, no sentido de um campo originário de traumatismo a partir do qual o aparelho se constitui, é preciso lembrar que esse não-representacional está sempre presente em negativo na dinâmica do psiquismo. Ou seja, apesar da pulsão estar fora do psiquismo, ela também está dentro dele, pois é a partir dela – por meio de seus representantes – que ele se constitui. A partir disso, podemos interpretar o caráter *fronteiriço* da pulsão de forma mais interessante: um conceito que delimita dois campos, constituindo-os.

Há, portanto, algo de *irrepresentável* no *não-representacional*, mas também há algo de *não-representado*, algo que pode vir a ser representado no psiquismo.¹ Parece-me que, no período investigado, o problema do irrepresentável surge sempre como essa dimensão traumática do pulsional, a qual pode de maneira menor ou pior, ser representada via ligação primária, via impressão. Por mais radical que as teses pareçam em relação às da realização de desejo, elas podem ser equacionadas em um ponto infinito do horizonte. Há, portanto, uma esperança de que esses excessos primários possam ser ligados e que os afetos irrompam apenas no seio da lógica do princípio de prazer. A verdade é que a questão do irrepresentável se configura definitivamente apenas com a introdução da pulsão de morte na segunda tópica, uma vez que ela se define em negativo. Porém, já aqui, pudemos traçar as origens dessa problemática.

Contudo, as coisas talvez não se equacionem de maneira tão fácil. Não basta marcar a interdependência entre representação e não-representação a partir da compreensão da pulsão como elemento traumático e simultaneamente constituinte do

¹ Atualmente, há certo debate acerca das questões do irrepresentável e do não-representado, como formas de compreensão dessa dimensão para além do princípio do prazer tal como foi sendo tematizada nas linhagens pós-freudianas. Entrar na discussão sobre teoria da representação psíquica na contemporaneidade, no entanto, seria propósito de uma outra pesquisa.

psiquismo. Em alguns momentos pudemos apontar para um problema curioso: a idéia de que os princípios não podem ser entendidos em termos de sucessão temporal ou oposição, mas por serem interdependentes entre si, em uma espécie de *lógica de suplementaridade*.

O seu exemplo mais claro é a permanência de certo *paradoxo* nos princípios mais básicos sobre a origem do funcionamento psíquico, que se manifesta sob diversas formas. Assim, é visível na relação entre o princípio de prazer-desprazer e o que está para além deste, o que se expressa na oposição entre o processo primário radical e os processos primário e secundário. A idéia é que o acúmulo de excitação que está na origem da dinâmica psíquica só pode se dar pela atividade de inibição do processo secundário. A questão é visível já na trama do “*Projeto*”, na qual o signo de realidade depende do ego para poder diferenciar a percepção da representação, porém a inibição do processo primário que origina o ego também depende dessa discriminação.

Assim, parece haver um vínculo mais profundo que une a pulsão traumática e irrepresentável e a pulsão docilizada pelo princípio do prazer; passível de representação. Parece-me possível afirmar que esse mesmo paradoxo encontra-se presente na tensão entre não-representação e representação. Dessa forma, há um vínculo profundo entre o campo da representação e o da não-representação, em que a definição de um depende da existência do outro.

Isso tudo apenas vem reforçar o postulado da irreducibilidade do paradoxo intrínseco à teoria da representação, cujo corolário é a afirmação de que o afeto seja sempre resistente à conformação representacional.

No que diz respeito ao movimento do pensamento freudiano, portanto, é possível afirmar indícios de uma lógica suplementar, para além da polarização entre duas essências distintas, operando na teoria da representação, como reflexo de sua operação na teoria pulsional. Contudo, esta pesquisa não apresenta elementos suficientes para essa discussão, que precisaria de um estudo mais aprofundado do movimento do pensamento freudiano.

Ao final desta dissertação não posso fazer nada mais que indicar algumas hipóteses sobre a compreensão do movimento do pensamento freudiano, sem pretender ser conclusivo. De qualquer forma, me parece patente em Freud a necessidade de representações figurativas dos processos mentais, sem que uma anule

a outra ou a supere, em uma incessante sucessão de *não só, mas em vez disso*.² Esse recurso retórico, que foi certamente mimetizado no curso de minha própria argumentação, nada mais é do que o reconhecimento no texto, da impossibilidade de representação da experiência do inconsciente; daquilo que se constrói na e pela comunicação como uma alteridade irredutível.

O exercício de leitura efetuado na presente dissertação pôde mostrar, dentro de seu recorte temporal e temático, o delineamento dessa lógica particular de construção de conceitos em que a ambigüidade é tensionante e criativa; em que as figuras sucedem-se circunscrevendo um campo de luzes e sombras. Essa *dialética sem síntese*, para utilizar uma expressão de Merleau-Ponty, nada mais é que a incidência do inconsciente no campo da metapsicologia. Diante disso, qualquer pretensão totalitária e sistemática não passa de uma ilusão mortificante. Cabe-nos sustentar o lugar permanentemente em crise de qualquer saber em psicanálise.

² O recurso retórico do “não só, mas em vez disso” nas construções freudianas foi discutido por Miller (1990).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andersson, O. (2000). *Freud: precursor de Freud – estudos sobre a pré-história da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Arrivé, M. (1994). *Linguística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros*. São Paulo: EDUSP.
- Auroux, S. (1998). *A Filosofia da Linguagem*. Campinas: UNICAMP.
- Baranger, W., Baranger, M., Mom, J. M. (1987). El trauma psíquico infantil, de nosotros a Freud: trauma puro, retroactividad y reconstrucción. *Revista de psicoanálisis de APA*, 44(4), 745-774.
- Barros, C. P. (1975). Contribuição à controvérsia sobre o ‘ponto e vista econômico’. In H. V. Brazil (org.), *Psicanálise: problemas metodológicos* (pp. 41-78). Petrópolis: Vozes.
- Bastos, A. (1999). Sobre a lembrança: uma abordagem psicanalítica dos limites estruturais da memória. *Psicologia: reflexão e crítica*, 12 (3). Recuperado em 16 out. 2002, da SciELO (Scientific Eletronic Library On Line): <http://www.scielo.br>
- Bezerra Jr., B. (2001) O lugar do corpo na experiência do sentido: uma perspectiva pragmática. In B. Bezerra Jr. e C. A. Plastino (Orgs.), *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje* (pp. 13-42). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Birman, J. (1991). *Freud e a interpretação psicanalítica: a constituição da psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- _____. (2001). O sentido da retórica: sobre o corpo, o afeto e a linguagem em psicanálise. In B. Bezerra Jr., C. A. Plastino (Orgs.), *Corpo, afeto, linguagem: a questão do sentido hoje* (pp. 173-198). Rio de Janeiro: Marca D’água.
- Blum, V. L. (2002/2003). O controle pulsional pelo pensamento e a lógica da suplementaridade. *Pulsional: revista de psicanálise*, 164/165, 7-16.
- Botella, C; Botella, S. (2002). *Irrepresentável: mais além da representação*. Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul; Criação Humana.
- Brito, L. A. M. (1986). O conceito freudiano de afeto: um estudo crítico. *Psicologia clínica: pós-graduação e pesquisa*, 1(1): 15-26.

- Campos, E. B. V. (2001). A relação entre força e sentido na prática de Ludwig Binswanger: uma discussão do texto 'sobre a psicoterapia'. *Pulsional: revista de psicanálise*, XIV (150), 5-26.
- Caropreso, F. (2003). O conceito freudiano de representação em 'sobre a concepção das afasias'. *Paidéia*, 13(25), 13-26.
- Celes, L. A. (1999). Temporalidade do trauma: gênese mais estrutura no pensamento freudiano. *Psicologia: reflexão e crítica* 12(3). Recuperado em 16 out. 2002, da SciELO (Scientific Eletronic Library On Line): <http://www.scielo.br>
- Coelho Jr., N. (1995). *A força da realidade na clínica freudiana*. São Paulo: Escuta.
- _____. (2002). Variações do lugar do objeto na psicanálise freudiana. In L. M. Simão, M. T. C. C. de Souza, N. E. Coelho Jr. (orgs.), *Noção de objeto, concepção de sujeito: Freud, Piaget e Boesch* (pp.11-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (1999) Inconsciente e percepção na psicanálise freudiana. *Psicologia USP*, 10(1), 25-54.
- Engelmann, A. (1978). *Os estados subjetivos: uma tentativa de classificação de seus relatos verbais*. São Paulo: Ática.
- Estevão, I. R. (2003). *Sobre a universalidade na psicanálise: um estudo da teoria freudiana do complexo de Édipo*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Fédida, P. (1991). Auto-erotismo e autismo: condições de eficácia de um paradigma em psicopatologia. In P. Fedida, *Nome, figura, memória: a linguagem na situação analítica* (pp. 149-170). São Paulo: Escuta.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Aurélio século XXI : o dicionário da língua portuguesa* (3a ed. rev. e ampl.).Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Figueiredo, L. C. (1999). *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (1977). *A interpretação das afasias*. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1891)
- _____. (1995). *Projeto de uma psicologia*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895b)
- _____. (1996). A interpretação de sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. IV e V). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)

- _____. (1996). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XVIII, pp. 11-76). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- _____. (1996). Algumas notas adicionais sobre a interpretação dos sonhos como um todo. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XIX, pp. 137-152). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925)
- _____. (1996). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. X, pp. 11-134). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909a)
- _____. (1996). As neuropsicoses de defesa. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. III, pp.51-74). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894c)
- _____. (1996). Carta 52. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. I, pp.281-287). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896a)
- _____. (1996). Carta 69. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. I, pp. 309-311). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1897)
- _____. (1996). Conferência XXV: a ansiedade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XVI, pp. 393-412). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917c)
- _____. (1996). Conferência XXIX: revisão da teoria dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XXII, pp. 17-38). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933a)
- _____. (1996). Conferência XXXIII: a feminilidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XXII, pp. 113-134). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933b)
- _____. (1996). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. IX, pp. 19-94). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1906)
- _____. (1996). Esboço de psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XXIII, pp. 151-222). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1940)

- _____. (1996). Escritores criativos e devaneio. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. IX, pp. 135-148). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1907)
- _____. (1996). Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. IX, pp. 149-158). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908a)
- _____. (1996). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XII, pp. 231-244). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1911)
- _____. (1996). Inibições, sintomas e ansiedade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XX, pp. 79-172). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1926)
- _____. (1996). Lembranças encobridoras. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. III, pp. 285-306). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1899)
- _____. (1996). Luto e melancolia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XIV, pp. 245-266). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917a)
- _____. (1996). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. III, pp. 163-188). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1896b)
- _____. (1996). Obsessões e fobias: seu mecanismo psíquico e sua etiologia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. III, pp. 75-90). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894d)
- _____. (1996). O inconsciente. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XIV, pp. 163-222). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915c)
- _____. (1996). Os instintos e suas vicissitudes. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XIV, pp. 115-144). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915a)
- _____. (1996). Rascunho D: sobre a etiologia e a teoria das principais neuroses. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund*

Freud (v. I, pp.231-233). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894a)

_____. (1996). Rascunho E: como se origina a angústia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. I, pp. 235-241). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894b)

_____. (1996). Rascunho G: melancolia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. I, pp.246-253). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895a)

_____. (1996). Rascunho H: paranóia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. I, pp.253-257). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895d)

_____. (1996). Repressão. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XIV, pp. 145-162). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915b)

_____. (1996). Resposta às críticas a meu artigo sobre a neurose de angústia. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. III, pp.121-140). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895c)

_____. (1996). Romances familiares. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. IX, pp. 219-224). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1909b)

_____. (1996). Sobre as teorias sexuais das crianças. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. IX, pp. 191-209). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908b)

_____. (1996). Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada 'neurose de angústia'. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. III, pp. 91-120). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894e)

_____. (1996). Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. XIV, pp. 225-241). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917b)

_____. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. VII, pp. 117-230). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)

- Freud, S., & Breuer, J. (1996). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. II, pp. 39-56). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1893)
- _____. (1996). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. II). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895)
- Gabbi Jr., O. F. (1991). Sobre a concepção da afasia e da histeria: notas sobre a relação entre anatomia e linguagem nos primórdios da teoria freudiana. In B. Prado Jr. (org.), *Filosofia da Psicanálise* (pp. 181-198). São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1995). Notas críticas sobre 'Entwurf einer Psychologie', In S. Freud *Projeto de uma psicologia* (pp. 103-226). Rio de Janeiro: Imago.
- Gadamer, H.-G. (1997). *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes.
- Garcia-Roza, L. A. (1994). Pesquisa de tipo teórico. *Psicanálise e universidade*, 1, 9-32.
- _____. (1998). *Introdução à metapsicologia freudiana. 1* (4a ed). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (2002). *Introdução à metapsicologia freudiana 2*. (6a. ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Green, A. (1982). *O discurso vivo: a conceituação psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- _____. (1994). Para introduzir o negativo em psicanálise. *Revista brasileira de psicanálise*, XXVIII(1), 25-38.
- Hanns, L. A. (1996). *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1999). *A teoria pulsional na clínica de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lalande, A. (1996). *Vocabulário técnico e crítico da filosofia* (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1988a). *Problemáticas II: castração, simbolizações*. São Paulo: Martins Fontes.

- _____. (1988b). Da teoria da sedução restrita à teoria da sedução generalizada. In J. Laplanche, *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios* (pp. 108-125). Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1988c). Interpretar com Freud. In J. Laplanche, *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios* (pp. 21-32). Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (1992). *Problemáticas IV: o inconsciente e o id*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1998). *Problemáticas I: a angústia* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1988). *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1998). *Vocabulário da psicanálise* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Leclaire, S. (1979). *Corpo erógeno*. Rio de Janeiro: Fon-Fon.
- Loffredo, A. M. (1999). Em busca do referente, às voltas com a polissemia dos sonhos: a questão em Freud, Stuart Mill e Lacan. *Psicologia USP*, 10 (1), 169-197.
- Loureiro, I. R. B. (2002a). *O Carvalho e o pinheiro: Freud e o estilo romântico*. São Paulo: Escuta/FAPESP.
- _____. (2002b). Sobre algumas disposições metodológicas de inspiração freudiana. In E. F. de Queiroz, A. R. R. da Silva (Org.), *Pesquisa em psicopatologia fundamental* (pp. 143-156). São Paulo: Escuta.
- Mezan, R. (1994). Pesquisa teórica em psicanálise. *Psicanálise e universidade*, 2, 51-76.
- _____. (1998). O que significa “pesquisa em psicanálise”? In R. Mezan, *A sombra de Dom Juan e outros ensaios* (pp. 85-118). São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2001). *Freud: a trama dos conceitos* (4a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Miller, J. H. (1995). Construções na crítica literária. In J. H. Miller, *A ética da leitura: ensaios 1979-1989* (pp. 51-72). Rio de Janeiro: Imago.
- Monzani, L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento* (2a ed.). Campinas: UNICAMP.
- Moura, A. H. (Org.) (1996). *As pulsões*. São Paulo: Escuta; EDUC.
- Oliveira, M. A. (1996). *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Loyola.

- Phillips, J. (1991). Hermeneutics in psychoanalysis: review and reconsideration. *Psychoanalysis and Contemporary Thought*, 14(3), 371-424.
- Porchat, P. (2003). Freud e o teste de realidade. In R. A. Pacheco Filho et al (orgs.), *Novas contribuições metapsicológicas à clínica psicanalítica* (pp. 73-94). Taubaté: Cabral.
- Rhawn, J. (1990). *Neuropsychology, Neuropsychiatry and Behavioral Neurology*. New York: Plenum Press.
- Ricoeur, P. (1977). *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Rocha, Z. (2000). *Os destinos da angústia na psicanálise freudiana*. São Paulo: Escuta.
- Rozenthal, E. (2000). Psicanálise e pensamento de representação: crítica, vínculo e ruptura. *Ágora: estudos de teoria psicanalítica*, 3(1), 95-119.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rudge, A. M. (2003). O trabalho do sonho. In R. A. Pacheco Filho et al (Orgs.), *Novas contribuições metapsicológicas à clínica psicanalítica* (pp. 17-28). Taubaté: Cabral Editora Universitária.
- Santos, L. G. (2002). *O conceito de repetição em Freud*. São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fumec.
- Schneider, M. (1993). *Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud*. São Paulo: Escuta.
- _____. (1997). A proximidade em Lévinas e o 'nebensmensch' freudiano. *Cadernos de subjetividade* 5(1), 71-90.
- Sevá, A. M. L. (1975). *Angústia e repressão: um estudo crítico do ensaio 'inibição, sintoma e angústia'*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Strachey, J. (1996). Prefácio geral do editor inglês. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (v. I, pp. 19-38). Rio de Janeiro: Imago.
- Souza, P. C. (1999). *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Ática.
- Weiszflog, W. (Org.) (1998). *Michaelis: moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.